

Paula Christina Bin Nomelini

Associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas (1906-1930)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha

Banca

Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha (Orientador)

Prof. Dr. Artur José Renda Vitorino

Prof. Dr. Michael McDonald Hall

Profa. Dra. Elciene Azevedo (Suplente)

Profa. Dra. Silvia Hunold Lara (Suplente)

Fevereiro / 2007

**Nomelini, Paula Christina Bin**

N728a            Associações operárias mutualistas e recreativas em  
Campinas (1906-1930) / Paula Christina Bin Nomelini. - -  
Campinas, SP: [s.n.], 2007.

**Orientador: Claudio Henrique de Moraes Batalha.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de  
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Mutualismo – Campinas (SP) – História – 1906 -  
1930.        2. Classe operária – Brasil. I. Batalha,  
Cláudio Henrique de Moraes II. Universidade Estadual  
de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências**

Título em inglês: Workers mutual societies in Campinas (SP, Brazil), 1906-1930.

Palavras-chave em inglês (Keywords): Mutualism – Campinas (SP) –  
History – 1906-1930.  
Working class – Brazil.

Área de concentração: História Social do Trabalho

Titulação: Mestre em História

Banca examinadora: Claudio Henrique de Moraes Batalha (orientador)  
Michael McDonald Hall  
Artur José Renda Vitorino

Data da defesa: 27/02/2007

Programa de Pós-Graduação: Pós-graduação em História

## **Agradecimentos**

O interesse pelo estudo das associações operárias mutualistas e recreativas campineiras surgiu a partir de um projeto de iniciação científica, desenvolvido durante a graduação em História, na Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do professor Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha. Portanto, agradeço ao professor Claudio Batalha por acreditar na continuidade desse estudo e pelo interesse no desenvolvimento dessa pesquisa.

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo – Fapesp por financiar esse projeto de pesquisa, durante o período de agosto de 2004 a agosto de 2006, sem o qual seria inviável desenvolver as atividades necessárias para a conclusão do trabalho.

Aos funcionários do Arquivo Histórico do Centro de Memória da Unicamp, da Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp, do Arquivo Edgard Leuenroth – AEL, do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Campinas agradeço a disponibilidade em localizar as fontes pesquisadas, e a dedicação de todos enquanto frequentei as instituições. Aos associados da Liga Humanitária dos Homens de Cor e da Sociedade Grêmio Luis de Camões sou grata pela confiança, pela recepção e pelos alegres cafés.

Não posso deixar de mencionar minha gratidão pela descontração proporcionada pelos amigos e colegas nesses anos de pesquisa, especialmente minhas amigas Karoline Carula e Vanessa Proença.

Dedico esse trabalho a Cristina, Toninho, Sylvia e Pedro. O afeto e incentivo constantes dessas pessoas fizeram com que minhas escolhas tivessem sentido, facilitando a superação das dificuldades.



### **Resumo**

Essa dissertação é um estudo das associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas, entre 1906 e 1930. O principal objetivo dessa pesquisa é investigar o funcionamento dessas associações, o seu papel na mobilização operária campineira, os espaços sociais que construíram e a maneira como possibilitaram aos trabalhadores negociarem melhorias em suas vidas. O cotidiano administrativo dessas associações campineiras revela a forma como os trabalhadores criavam identidades e os mecanismos adotados para se posicionarem no debate político vigente. Torna-se um importante problema para a história do trabalho investigar o histórico dessas organizações operárias, auxiliando na compreensão sobre o modo de articulação dos trabalhadores, a diversidade da atuação social e como se relacionavam para atingirem determinados objetivos.

### **Abstract**

This dissertation is a study on workers' recreational associations and friendly societies in Campinas in the period between 1906 and 1930. The main goal is to investigate how these associations worked, the role they played in mobilizing workers, the social spaces they built, and the ways they allowed workers to negotiate improvements in their lives. The everyday administrative work in these associations reveals how workers established their identities and the mechanisms they used to participate in political debates. It is important to investigate the history of these workers' organizations, especially for labor history, since it would help to better understand how workers articulated, the diversity of social actions they took part in, and how they cooperated to reach specific goals.



## Índice

<b>Introdução</b> .....	9
<b>Capítulo 1 – A cidade de Campinas no período de 1906 a 1930</b>	
1.1 – Breve histórico sobre a cidade de Campinas .....	33
1.2 – A economia e a sociedade campineira de 1906 a 1930 .....	41
<b>Capítulo 2 – As associações mutualistas e recreativas em Campinas</b>	
2.1 – Características do objeto de estudo .....	57
2.2 – A administração e as finalidades das associações mutualistas e recreativas .....	85
2.3 – O problema das identidades .....	103
<b>Capítulo 3 - As relações entre as associações mutualistas e recreativas e outros setores da sociedade</b>	
3.1 - As associações mutualistas e recreativas e os poderes públicos municipal e federal .....	119
3.1.1 As associações operárias mutualistas e o decreto nº4.682, de 24 de janeiro de 1923 .....	133
3.2 - As associações mutualistas e recreativas e o movimento operário .....	145
3.3 - As associações mutualistas e recreativas e a sociedade campineira .....	181
<b>Considerações Finais</b> .....	195
<b>Fontes</b> .....	199
<b>Bibliografia</b> .....	205
<b>Anexo</b> .....	211



## Introdução

Os recentes balanços historiográficos sobre a história do trabalho<sup>1</sup> descrevem tendências e renovações necessárias para a produção atual, superando a crise vivida nos anos 1990, quando diagnósticos mais pessimistas indicavam o fim dessa área. A percepção da classe operária como plural, heterogênea e, em constante formação<sup>2</sup>, permitiu que as manifestações associativas ganhassem importância nos estudos sobre a sua constituição. O movimento operário não é mais o único local onde a luta de classes ocorre. A cultura associativa<sup>3</sup> existente entre os trabalhadores brasileiros tornou-se um campo fértil para investigar as práticas e rituais desenvolvidos em diferentes organizações, tais como mutualistas, recreativas, dançantes, reivindicatórias e sindicais, fornecendo indícios sobre o modo como os trabalhadores percebiam o mundo e a si mesmos.

Em Campinas, no almanaque de 1912<sup>4</sup>, José Rodrigues Pinheiro, um imigrante português que exercia a profissão de barbeiro e cabeleireiro em seu próprio estabelecimento, publicou um anúncio do seu Salão Mousinho. Pinheiro anunciou que também aplicava “bichas e ventosas” e oferecia itens de perfumaria, especialmente para barbearias. Anexo ao seu salão, existia uma Agência de Jornais e Revistas Estrangeiras (francesas, espanholas e, principalmente, portuguesas), com a oferta de famosos romances da época, tais como Sherlock Holmes. Desde 1904, José Rodrigues Pinheiro fazia parte da diretoria da Sociedade Portuguesa de Socorros Mútuos, associação mutualista que oferecia serviços médicos e farmacêuticos para os associados. Em 1916, era presidente do Sport Club Lusitano e membro do Centro Português 5 de Outubro, organização voltada para a celebração da República Portuguesa e seus ideais, além de oferecer bailes e saraus dançantes.

Essa descrição parece reforçar a idéia de que pequenos proprietários, na maioria imigrantes, que exerciam suas profissões na cidade, obtinham melhores condições de

---

<sup>1</sup> BATALHA, Cláudio H M. Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. *Anos 90*, n. 8, dezembro 1997; PETERSEN, Sílvia R. F. Ainda o movimento operário como objeto historiográfico. *Anos 90*, n. 8, dezembro 1997; BATALHA, Cláudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, M. C. (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998; BATALHA, Cláudio H M. História do trabalho: um olhar sobre os anos 1990. *História*, São Paulo, n. 21, 2002.

<sup>2</sup> THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; HOBBSAWM, E. J. *Mundos do Trabalho. Novos Estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

<sup>3</sup> BATALHA, Cláudio H M. Cultura Associativa no Rio de Janeiro na Primeira República. BATALHA, Cláudio H M. (org.) *Culturas de Classe*. Campinas: Unicamp, 2004.

<sup>4</sup> OCTAVIO, Benedito. MELILLO, Vicente (org). *Almanaque Histórico e Estatístico para 1912*. Campinas: Tipografia Casa Mascote. 1912.

vida por possuírem seus meios de produção e certa qualificação, diferenciando-se dos trabalhadores assalariados. A única identidade articulada por esses sujeitos seria a étnica, baseada no país de origem, criando espaços e formas para evitar ou controlar o processo de integração ao país em que viviam. Porém, a história de Pinheiro traz alguns elementos que desmistificam essa noção simplista.

No dia 13 de março de 1912, aos 35 anos, Pinheiro foi proposto como barbeiro para associar-se a Sociedade Humanitária Operária<sup>5</sup>, exercendo o cargo de presidente durante os períodos de 1920-1921 e 1924-1930, destacando-se na reestruturação da associação durante a epidemia de gripe espanhola em 1918. Em março de 1921, Armando Gomes, negro, fundador das oficinas da Companhia Mogiana e um dos fundadores da Liga Humanitária dos Homens de Cor<sup>6</sup>, indicou José Rodrigues Pinheiro como sócio da Liga, ingressando como negociante. Como interpretar a presença de Pinheiro em associações baseadas nas identidades operária e negra? Qual o peso dessas identidades, entre as associações mutualistas e recreativas, para delimitar o quadro de associados?

O próprio Armando Gomes também era membro da Sociedade Humanitária Operária, onde exerceu o cargo de procurador de 1915 a 1920, além de fazer parte da diretoria da Sociedade Dançante Familiar União da Juventude<sup>7</sup>. Gomes atuava em outras associações negras e foi preso na greve dos ferroviários da Companhia Mogiana em 1920, como um dos líderes do movimento por ter sido o presidente da assembléia geral da Sociedade União Operária 1º de Maio, na qual foi decidido iniciar a paralisação. Qual a relação entre as associações mutualistas e recreativas e o movimento operário em Campinas? Como compreender o fato de um fundador negro e um barbeiro português conviverem como operários em uma associação mutualista? Em que momentos essa cultura associativa indica a formação da classe operária? Ou, seu principal significado é criar um espaço para o exercício da democracia e da cidadania entre populares<sup>8</sup>?

---

<sup>5</sup> A Sociedade Humanitária Operária é uma associação mutualista, que fornecia auxílio-doença, pensões e auxílio-funeral aos associados, e foi fundada por trabalhadores de diferentes profissões e etnias em 18 de setembro de 1898.

<sup>6</sup> A Liga Humanitária dos Homens de Cor, fundada em 28 de novembro de 1915, por trabalhadores negros e brancos, com a mesma finalidade da Humanitária Operária.

<sup>7</sup> A Sociedade Dançante Familiar União da Juventude foi criada em 1901, sendo uma associação recreativa freqüentada por negros.

<sup>8</sup> Sobre populares ver: BATALHA, Cláudio H. M. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In BATALHA, Cláudio H. M. et al (org) *Culturas de Classe*. Campinas: Unicamp, 2004; GUTIERREZ, Leandro H. ROMERO, Luis A. Sociedades barriales, bibliotecas populares y cultura de los sectores populares: Buenos Aires, 1920-1945. *Desarrollo Económico*, v. 29, n. 113, abril-junio 1989.

Durante as primeiras décadas do século XX, trabalhadores de diferentes categorias e etnias pertenciam a diversas associações mutualistas e recreativas em Campinas, organizadas pela Igreja, pelas empresas ou pelos próprios trabalhadores. O objetivo dessa dissertação é compreender: 1) quais categorias e etnias se associavam a tais organizações; 2) quais necessidades, individuais e coletivas, eram atendidas com o funcionamento dessas sociedades; 3) quais os significados das identidades definidoras de cada associação (operária, negra, portuguesa, italiana, espanhola); 4) quais os significados atribuídos pelos trabalhadores, associados ou não, e pelos outros setores às sociedades mutualistas e recreativas.

O recorte cronológico adotado – 1906 a 1930 – busca apreender o momento em que várias associações mutualistas e recreativas atuavam na sociedade campineira com destaque. Após 1930, não há evidências do surgimento de novas organizações, porém, algumas permaneceram funcionando após essa data. Esse foi um período de grande agitação operária na cidade, ocorrendo greves em 1906, 1917, 1920 e outras paralisações. O trabalhador era uma figura social representada em diversas instâncias, buscando assegurar melhorias em suas vidas e conquistar um espaço concreto de participação na recém-proclamada República brasileira.

O padrão de urbanização e desenvolvimento econômico da cidade de Campinas no início do século XX manteve-se constante, porém, em ritmo moderado. Na segunda metade da década de 1920, surgiram novos aspectos que modificaram, a partir de 1930, a organização econômica e espacial de Campinas, tais como a instalação de indústrias têxteis, a migração interna e a formação de bairros urbanos industriais e proletários. Ainda na década de 1920, outra tendência que se inicia e ganha força apenas nos anos 1930 e 1940, é o fato do poder público se colocar como mediador nas relações entre empregador-trabalhador. Algumas intervenções provocaram modificações no funcionamento das associações mutualistas e recreativas, entretanto, não é possível afirmar que, a partir de 1931, grandes alterações surgiram no funcionamento dessas associações. Porém, certas mudanças começaram a se impor nos significados atribuídos às associações pela sociedade em geral. Com certeza, o início dessas modificações não se deu a partir do dia primeiro de janeiro de 1931, mas a necessidade da delimitação de um recorte cronológico para a pesquisa e a tentativa de não interpretar o objeto de estudo como justificativa dos eventos posteriores (anacronismo) levaram à finalização da pesquisa em 1930.

Até a década de 1920, o município de Campinas englobava Americana, Cosmópolis, Sumaré, Valinhos, Nova Odessa, Paulínia, Holambra e Hortolândia. O desmembramento foi gradual, de acordo com a tabela 1.

Tabela 1

Desmembramento dos municípios	
Americana – 1924	Nova Odessa – 1959
Cosmópolis – 1924	Paulínia – 1964
Sumaré – 1954	Holambra – 1991
Valinhos – 1954	Hortolândia - 1991

Fonte: BAENINGER, Rosana. *Espaço e Tempo em Campinas: migrantes e expansão do pólo industrial paulista*, Campinas: Unicamp/CMU, 1996.

Entretanto, as associações pesquisadas indicam que a localização das sedes, dos locais freqüentados, da moradia dos associados e do local de trabalho estava restrita a região central de Campinas, pertencentes aos distritos de Conceição e Santa Cruz, excluindo os outros distritos que na época faziam parte do município de Campinas. Essa observação é necessária para definir o espaço de atuação dos agentes históricos estudados que, no caso, não coincide com a delimitação oficial da época. Todos os dados e referências à cidade de Campinas nessa pesquisa se restringem aos distritos de Conceição e Santa Cruz. Para exemplificar essa questão, no capítulo 2, há a reprodução de mapas de Campinas de 1900, 1929 e da década de 1950 evidenciando qual o espaço adotado nessa pesquisa.

As sociedades mutualistas são freqüentemente definidas como “entidades que mediante contribuições mensais asseguravam aos sócios serviços previdenciários como tratamento médico, auxílio a doentes, inválidos, velhos e viúvas”<sup>9</sup>. Luca também apresenta outros benefícios que essas associações poderiam oferecer, tais como, festas, jogos, bailes, bibliotecas e palestras.

O estudo de Tânia de Luca foi pioneiro ao destacar a existência numérica expressiva do mutualismo no estado de São Paulo<sup>10</sup>, principalmente nas cidades de Santos e São Paulo. Através de um levantamento dos estatutos publicados no *Diário Oficial*, a autora conclui que havia a coexistência no tempo e espaço de diferentes organizações operárias e, a complexidade do cotidiano não permitiria uma distinção tão

<sup>9</sup> DE LUCA, Tânia Regina. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto, 1990, p. 7.

<sup>10</sup> A obra de SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado. Suas relações na formação do proletariado de São Paulo*, São Paulo: Domus, 1966, apresenta um levantamento que indica a existência de associações mutualistas no estado de São Paulo e sua convivência com outros tipos de associações operárias.

nítida entre elas de acordo com suas atividades<sup>11</sup>. Para Luca, a riqueza e a diversidade do mutualismo não se expressam somente através das finalidades, mas também pelos critérios de recrutamento de sócios. A autora afirma que as sociedades de socorros mútuos não são apenas operárias, podendo ser organizadas pela Igreja, pelas empresas, nos bairros, por etnias ou critérios mais amplos, impondo restrições de ordem política, moral e religiosa para o ingresso. Ao afirmar isso, Luca levanta como problemática de pesquisa o porquê da adoção por operários da forma mutualista como estratégia de sobrevivência e quais as suas conseqüências para a formação de uma cultura e identidade operárias. Embora tenha sido uma obra pioneira, a autora não explora a dinâmica interna das associações e os significados do mutualismo para a mobilização operária.

Adhemar da Silva Junior<sup>12</sup> aponta problemas para uma definição genérica do mutualismo, pois poderia ser aplicada a associações criadas em diferentes períodos históricos, além de relacioná-lo a várias temáticas de estudo. O autor argumenta que a atual bibliografia sobre o trabalho adota as sociedades mutualistas para estudar a formação da identidade de classe, pois protagonizariam estratégias públicas. Entretanto, Silva vê nessa produção uma continuidade da proposição elaborada na década de 1960<sup>13</sup>, que definia o mutualismo como um aspecto da pré-história do movimento operário. Para o autor, o principal erro dessas pesquisas atuais é interpretar a assistência privada (ou seja, os socorros) realizada pelas sociedades de socorros mútuos como promoção de interesses coletivos, destacando apenas o potencial das associações para constituir grupos. O autor afirma que

Em suma, admitir-se-ia, quando a atenção se volta ao estudo das identidades, que o móvel básico da associação a uma entidade se restringiria aos interesses espirituais, quando penso, ao contrário, que a pesquisa deve se orientar pela expectativa de que os interesses espirituais possam pautar a definição e a escolha de uma sociedade de socorro mútuo com melhores condições de atendimento aos interesses materiais.<sup>14</sup>

---

<sup>11</sup> “Sindicalismo e mutualismo são, portanto, fenômenos contemporâneos, e não excludentes, ainda que nem sempre seja possível demarcar fronteiras claras entre eles.” In LUCA, Tânia R. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto, 1990, p. 11.

<sup>12</sup> SILVA JUNIOR, Adhemar L. da. Condicionantes locais no estudo do socorro mútuo. Rio Grande do Sul. 1854-1889. *Lócus Revista de História*. Juiz de Fora. Vol. 5, n. 2, 1999. Idem. Etnia e classe no mutualismo do Rio Grande do Sul. 1854-1889. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXV, n. 2, dezembro 1999; Idem. Primeiros apontamentos sobre grupos religiosos e sociedades de socorros mútuos. *História Unisinos. Revista do Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos*. Vol. 6, n. 6, jul-dez 2002; Idem. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas. Estudo centrado no Rio Grande do Sul. 1854-1940*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2004.

<sup>13</sup> RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difel, 1968.

<sup>14</sup> SILVA JUNIOR, Adhemar L. da. Primeiros apontamentos sobre grupos religiosos e sociedades de socorros mútuos. *História Unisinos. Revista do Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos*. Vol. 6, n. 6, jul-dez 2002, p. 187.

O ponto de partida para o estudo de sociedades de socorros mútuos, segundo Silva, não é a construção de identidades na implementação de estratégias públicas, mas o indivíduo motivado por interesses privados de securitização contra fatores de risco no trabalho. Segundo o autor, abordar o desenvolvimento de estratégias públicas por mutuais através da identidade social gera uma repetição do tom melancólico sobre o mutualismo e seu futuro, trazendo constatações pessimistas sobre as potencialidades da sociedade civil<sup>15</sup>. Adhemar da Silva formula o seguinte questionamento: como é possível associações de indivíduos para desenvolvimento de estratégias privadas gerar efeitos que as caracterizam como protagonistas coletivas de estratégias públicas? Qual capacidade das entidades em produzir a percepção subjetiva de pertencimento a certo grupo social? Silva busca investigar, em sua tese, a partir do seu levantamento estatístico das associações existentes no Rio Grande do Sul, quais obtinham as condições necessárias para desenvolver estratégias públicas<sup>16</sup>. Para Silva, só assim é possível perceber as semelhanças e diferenças nas associações organizadas a partir de critérios classistas e étnicos.

Sua resposta parte da idéia de que indivíduos com mesma posição social e interesse em manter o status social não são necessariamente capazes de se perceber como passíveis de encaminhar coletivamente estratégias públicas. Ao privilegiar o caráter previdenciário das mutuais se “incorpora à análise a monitoração de comportamento típica do fenômeno de construção de identidades não como algo suplementar à dinâmica das entidades, mas como variável relevante para a consecução dos fins”.<sup>17</sup> Para definir associação mutualista, Silva tipifica a solidariedade como reciprocidade – quando se trata dos auxílios materiais – e como lealdade – em relação aos auxílios espirituais, interpretando a atuação das mutuais de acordo com estratégias de sobrevivência dentro do mercado previdenciário<sup>18</sup>.

---

<sup>15</sup> “Com isso, tanto as mutuais de trabalhadores tendem a ser pensadas apenas como uma forma pré-histórica de organização operária, quanto as mutuais étnicas tendem a ser pensadas como procedimento instintivo de autodefesa de população imigradas em um novo território. Em ambos os casos, as identidades dadas ou em devir conformam o parâmetro de análise do fenômeno, permitindo que os estudos sobre mutuais étnicas ignorem as mutuais de trabalhadores e vice-versa, ... Implicitamente, está pressuposta uma personalidade coesa, internamente coerente e unívoca, onde não há espaço para relações identitárias simultaneamente orientadas à classe e à etnia.” SILVA JUNIOR, Adhemar L da. Etnia e classe no mutualismo do Rio Grande do Sul. 1854-4889. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXV, n. 2, dezembro 1999, p. 148.

<sup>16</sup> Adhemar da Silva apresenta três condições necessárias para que as sociedades mutualistas desenvolvessem estratégias públicas: 1) eficiência na implementação de estratégias privadas; 2) eficiência na criação de valores de conduta; 3) eficiência na obtenção de status de grupo de interesse.

<sup>17</sup> SILVA JUNIOR, Adhemar L da.. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas. Estudo centrado no Rio Grande do Sul. 1854-1940*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2004, p. 46.

<sup>18</sup> Claudia Viscardi também utiliza categorias antropológicas, tais como reciprocidade, para compreender as razões pelas quais os indivíduos se associavam. De acordo com a autora, a reciprocidade concilia os

Há dois aspectos instigantes nas colocações de Adhemar da Silva. O primeiro diz respeito ao modo como o autor compreende identidade. Nessa pesquisa, a noção de identidade<sup>19</sup> é utilizada para indicar que qualquer grupo só pode ser interpretado a partir da sua lógica interna de funcionamento, das relações estabelecidas com outros setores e da decodificação dos valores/intenções/objetivos que estão em jogo. A identidade está em constante construção, ou seja, não há um modelo evolutivo que apresente qual a sua forma final, portanto, um único agente histórico pode identificar-se de diferentes maneiras, simultaneamente, sem que uma exclua a outra.

No caso das associações operárias, as identidades que permitiam a inserção das pessoas em grupos, possibilitavam uma aproximação com a elaboração de estratégias administrativas, com a construção de espaços autônomos, a adoção de regras sociais e projetos políticos próprios, mobilizando diversas pessoas em torno de objetivos concretos (ajuda mútua, auxílio funeral). Nesse ímpeto, as identidades atribuídas são resignificadas, o espaço geográfico, a atuação profissional, a origem étnica, as tradições culturais, a admiração a figuras conhecidas e outros aspectos são organizados em discursos e práticas que constroem identidades, num movimento contínuo e fluido. Torna-se um problema histórico perceber como os agentes manipulam essas identidades, em quais momentos as utilizam e com quais intenções se identificam de diferentes modos.

É necessário perceber quais identidades são possíveis de existir em cada período histórico e qual leque de identidades cada grupo pode abranger. Por exemplo, por que um ferroviário poderia, na Primeira República, ingressar em associações operárias, italianas e negras, mas não era membro de entidades beneficentes administradas pelos grandes cafeicultores e industriais? Esse tipo de questionamento resgata a noção de experiência como algo importante para a compreensão dos mecanismos pelos quais as identidades se estruturam, colocando-se como papéis sociais que indicam qual o espaço do grupo dentro do debate político vigente na sociedade. A forma como cada setor da sociedade se identifica e é identificado pelos outros indica os limites para a atuação dentro das relações de força na determinação dos projetos que se realizarão. A autonomia existe no espaço

---

interesses individuais com a solidariedade coletiva, que se mantém através da reputação e confiança mútua. Viscardi entende que as sociedades mutualistas em Minas Gerais, dentro de uma cultura cívica, permitiram reforçar laços de solidariedade horizontal, quebrados com ruptura sobre o paternalismo e com a introdução de valores modernos, além de ser uma nova estratégia de sobrevivência que resgata valores antigos compartilhados, sendo uma forma de resistência a nova ordem. VISCARDI, Claudia M. R. *As experiências mutualistas de Minas Gerias: um ensaio interpretativo*. Mimeo.

<sup>19</sup> THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; HOBSBAWM, E. J. *Mundos do Trabalho. Novos Estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

que marca as possibilidades para a criação de diferentes identidades e na capacidade de inserção em diferentes grupos identitários. Essas reflexões auxiliam na compreensão da forma como os agentes históricos atuavam, permitindo que os problemas colocados pelos historiadores não congelem suas dinâmicas em quadros explicativos restritivos.

Portanto, é ingênuo supor que para grande parte dos trabalhadores associados, o ingresso em uma associação mutualista se dava exclusivamente, em função de sua capacidade para concretizar os benefícios propostos. Mesmo que o trabalhador apenas visasse solucionar um problema individual ao compor o quadro de associados de uma organização mutualista, ele também reconhecia quais grupos poderia integrar, qual associação poderia oferecer uma representação social mais valorizada. Por exemplo, é muito provável que em seu funeral, o associado tivesse a presença de uma comissão de diretores ou do estandarte das sociedades que fez parte em vida. Mesmo considerando esse benefício como espiritual, Adhemar não o relaciona a construção de uma identidade, mas simplesmente como um mecanismo de sobrevivência das sociedade mutualistas. Entretanto, ao escolher associar-se a determinada organização, os trabalhadores compreendiam que, em tal evento, sua memória estaria relacionada às identidades que definiam as associações que integrou. De algum modo, há intencionalidades e objetivos diversos que explicam o fato de um trabalhador branco ingressar numa associação negra e, de acordo com a definição apresentada nessa pesquisa para identidade, pode ser questionada através desse viés.

O outro aspecto problemático proposto por Adhemar da Silva para pensar uma definição para mutualismo é o uso de categorias sociológicas, baseadas nas obras de Weber. Mike Savage<sup>20</sup> aponta alguns limites para esse recurso, indicando uma definição distinta para classe nas investigações históricas. Savage afirma que o traço distintivo da vida operária não se apóia só no processo de trabalho, nem só no mercado de trabalho, mas na insegurança estrutural vivida por todos os trabalhadores<sup>21</sup>. A impossibilidade de reprodução autônoma gera pressões estruturais sobre a vida dos trabalhadores que buscam em variadas táticas, resolver seus problemas – no lar, nos bairros, nas fábricas. O autor admite que essa insegurança não implica em formação de classe ou união, entretanto, reforça a necessidade de olhar os fatores contextuais que explicam a carência geral dos trabalhadores em lidar com tal insegurança, e como isso leva a diferentes tipos

---

<sup>20</sup> SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In BATALHA, Cláudio H M. et al (org) *Culturas de Classe*. Campinas: Unicamp, 2004.

<sup>21</sup> Ibidem, p. 33.

de resultados culturais e políticos. O principal foco da investigação deve ser nas fronteiras de classe, no complexo processo de formação da classe.

Retomando a experiência associativa de José Rodrigues Pinheiro e Armando Gomes, descrita no início do texto, é possível compreender a forma como essa insegurança estrutural atuava entre os trabalhadores e, um de seus resultados – a formação de associações mutualistas e recreativas<sup>22</sup>. Porém, continua intrigante delimitar quais categorias e profissionais eram considerados trabalhadores. Um barbeiro, proprietário de seu salão e importador de revistas, e um empregado nas oficinas de fundição de uma ferrovia sofreriam os mesmos tipos de problemas causados por essa insegurança? Trabalhador se torna, assim, uma categoria de análise que deve ser definida de acordo com o modo como os próprios sujeitos históricos se denominavam em certo período?

As sociedades recreativas são descritas como organizações que ofereciam jogos de carta, bilhar, dominó e outros, além de bailes e saraus. Havia as sociedades dançantes, mais diretamente ligadas ao desenvolvimento de eventos festivos, e as esportivas, que possibilitavam a prática de futebol, remo, e outros esportes da época. Elas também poderiam oferecer bibliotecas, conferências e escolas, assim como as mutualistas, de acordo com os recursos financeiros disponíveis. Porém, a prioridade dos gastos estava na realização da finalidade a que se propunham.

Essas associações recreativas são compreendidas como pertencentes ao aspecto cultural da vivência dos trabalhadores nas cidades. Para Kirk<sup>23</sup>, a cultura seria os modos de ser e de ver, os significados e percepções que os trabalhadores extraem e manifestam a partir do seu envolvimento com condições culturais de existência. Na experiência dos trabalhadores, a diversidade seria uma marca constante e, elementos tanto de diversidade e semelhança, como de divisão e unidade coexistiriam. Kirk afirma que

---

<sup>22</sup> “A exposição à ‘insegurança estrutural do capitalismo’ está tão presente na criação de formas de sociabilidade características da cultura do proletariado urbano que, para algumas abordagens recentes, esta peculiar exposição aos riscos da existência social sob o capitalismo seria um elemento definidor da própria condição operária. A criação de formas associativas voltadas ao atendimento das demandas dos trabalhadores por proteção frente à doença, à velhice, ao desemprego e às condições adversas ligadas à morte de um familiar teria sido talvez um dos elementos mais característicos do movimento operário em diferentes contextos históricos. Tão antiga quanto a existência do mutualismo é também a polêmica sobre o seu papel no desenvolvimento de um processo de organização classista e de luta pelos interesses coletivos do trabalhador.” FORTES, Alexandre. Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. *Cadernos AEL. Sociedades Operárias e Mutualismo*. n. 10/11, v. 6, Campinas: Unicamp/IFCH, 1999, p. 174.

<sup>23</sup> KIRK, Neville. Cultura: costume, comercialização e classe. In BATALHA, Cláudio H M. et al (org) *Culturas de Classe*. Campinas: Unicamp, 2004.

Devemos adotar igual esmero em não cair na velha armadilha de considerar a cultura e o lazer como termos fixos e isolados, impropriamente apartados de outros aspectos das vidas dos trabalhadores. [...] Hobsbawm nos apresentou um quadro holístico que é mais integrado e satisfatório e que tanto situa as tendências culturais e do lazer no interior do contexto societário mais amplo quanto imbrica a diversidade e a divisão com outros aspectos da vida operária.<sup>24</sup>

Essa concepção, de acordo com as observações apresentadas, permite abordar o lazer a as organizações operárias voltadas para esse fim como objetos históricos, capazes de fornecer indícios sobre a dinâmica nas relações entre trabalhadores. Uassyr Siqueira<sup>25</sup> ao estudar o cotidiano dos trabalhadores do bairro Bom Retiro, enfatizou as possibilidades de lazer existentes e as formas de organização e sociabilidades construídas. O autor comprovou que as categorias organizadas e as associações sindicais conviviam com as associações recreativas, presença majoritária no bairro, protagonizando momentos de divergências entre os trabalhadores (militantes sindicais condenando a prática do futebol) e de união (reuniões sindicais realizadas em salões de grêmio dramático).

Pensar uma definição para as sociedades mutualistas e recreativas, nesse estudo, se assemelha ao exercício proposto pelos autores de *História em Cousas Miúdas*<sup>26</sup>, ao refletirem sobre a definição de crônica.

Ao invés de conceituar de modo unívoco, cabe enfrentar a sua especificidade, em um procedimento que radicalize a busca de sua historicidade, ao mesmo tempo em que se mostre atento aos complexos mecanismos narrativos que a constituem.<sup>27</sup>

A investigação histórica sobre os trabalhadores campineiros associados em sociedades mutualistas e recreativas torna-se interessante quando interroga como os sujeitos históricos articularam as relações econômicas, sociais, culturais e políticas, nas quais estavam inseridos, criando definições e sentidos para as associações que fundavam, evidenciando semelhanças com processos de outros locais e, ao mesmo tempo, destacando as singularidades da experiência vivida em Campinas no início do século XX.

Os estudos sobre as associações mutualistas são, numericamente, mais significativos do que as análises elaboradas a partir das sociedades recreativas. Portanto,

---

<sup>24</sup> Ibidem, p. 65.

<sup>25</sup> SIQUEIRA, Ussyr de. *Clubes e sociedades dos trabalhadores do Bom Retiro: organização, lutas e lazer em um bairro paulistano (1915-1924)*. Dissertação de Mestrado: Unicamp/IFCH, 2002.

<sup>26</sup> CHALHOUB, Sidney. NEVES, Margarida de Souza. PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda. *História em Cousas Miúdas. Capítulos de História Social da Crônica no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2005.

<sup>27</sup> Ibidem, p 17.

a bibliografia referente ao mutualismo, utilizada nessa pesquisa, é predominante. Apesar de serem organizações voltadas para diferentes finalidades, é possível abordá-las dentro de um mesmo quadro de problemáticas, explorando as semelhanças e diferenças existentes no cotidiano administrativo, na relação entre diretorias e associados e, na articulação com o movimento operário.

No início da década de 1980, foi publicado um estudo<sup>28</sup> sobre a vida operária e a cultura anarquista no Brasil, com o objetivo de analisar a relação entre as manifestações culturais dos trabalhadores e a resignificação elaborada pela corrente anarquista dessas práticas. O principal objeto de estudo são as atividades de propaganda ligadas aos círculos sindicais e anarquistas, ressaltando as tensões entre os militantes e os trabalhadores em geral. Foot Hardman pensa que

a questão da cultura entre as classes trabalhadoras só possa ser equacionada historicamente, já que os aspectos culturais não são apêndices ou complementos da história social das classes em luta, mas, ao contrário, elementos inerentes ao processo de sua formação e de seu próprio movimento.<sup>29</sup>

Apesar do autor reconhecer a existência de associações mutualistas e recreativas como “uma das primeiras formas de expressão de traços sócio-culturais distintivos de classe”<sup>30</sup>, o estudo se restringe ao âmbito do movimento operário. Outro aspecto delimitador é a classificação das atividades de socorro mútuo como pertencentes a primeira fase do movimento operário no Brasil, tendo desaparecido com o desenvolvimento de ligas de resistência e sindicatos. A falta de pesquisas empíricas, de um olhar diferenciado sobre o discurso das correntes do movimento operário – que condenava as práticas mutualista e recreativa – e de um revisionismo teórico mais aprofundado fizeram com que Foot Hardman reproduzisse uma afirmação teleológica sobre as organizações operárias<sup>31</sup>.

Alguns autores, abdicando dessa imagem que classifica o mutualismo como imaturidade de uma classe operária pouco combativa, aspecto que também caracteriza as

---

<sup>28</sup> FOOT HARDMAN, Francisco. *Nem pátria nem patrão. Vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 20.

<sup>30</sup> Ibidem, p. 31.

<sup>31</sup> Essa concepção também esta presente em DULLES, John. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977; FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1977; FOOT HARDMAN, Francisco. LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: FTD, 1982; MARAN, Sheldon. *Anarquistas, imigrantes e movimento operário brasileiro. 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; POSSAS, Cristina. *Saúde e trabalho. A crise da previdência social*. São Paulo: Hucitec, 1989; RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difel, 1968; SILVA, Maria C B da Costa. *Sociedade Montepio dos Artistas na Bahia. Elo dos trabalhadores em Salvador*. Salvador: EGBA, 1998.

sociedades recreativas, devido a concepções ahistóricas sobre o lazer, elaboraram estudos que buscam compreender o associativismo dentro do contexto em que ocorre. Cláudio Batalha<sup>32</sup>, abordando sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX, reforça a idéia de que as sociedades de resistência não substituíram as mutualistas. O autor vê na prática assistencialista e nos rituais administrativos traços de continuidade entre elas, sendo as sociedades mutualistas responsáveis pela construção de uma visão de mundo, no século XIX, que dignifica o trabalho e valoriza a classe. Após 1824, apenas as sociedades de socorros mútuos eram formas legais de organização permitidas para os trabalhadores livres, desenvolvendo também o objetivo de defesa profissional. Batalha reconhece que o mutualismo não era exclusivamente operário, mas também organizado a partir de identidades nacionais, englobando majoritariamente artistas, operários e assalariados.

Para Batalha, a cultura associativa significa um conjunto de propostas e práticas culturais das organizações operárias, expressando uma visão de mundo nos discursos e rituais que regem a vida das associações.

Pode-se dizer que a riqueza do ritual é proporcional à solidez da organização, à estabilidade, aos recursos financeiros, à capacidade de manter sede própria, à existência de uma história e uma tradição, confirmada por seus símbolos.<sup>33</sup>

O autor argumenta que essa cultura associativa esteve próxima de fornecer as condições necessárias para a constituição de uma cultura da classe operária. Portanto, ela representa uma resposta encontrada pelos trabalhadores, durante a Primeira República, para o sistema que os excluía social e politicamente.

O associativismo nesse período das classes trabalhadoras em geral, e da classe operária em particular, se expressa através de uma rede extremamente diversificada e rica de associações. Sociedades recreativas, carnavalescas, dançantes, esportivas, conviviam lado a lado com sociedade mutualistas, culturais e educativas e, também, com sociedades profissionais, classistas e políticas. Em que medida toda e qualquer sociedade composta por trabalhadores, independentemente de seus objetivos, expressa a identidade de classe ainda é objeto de controvérsia.<sup>34</sup>

---

<sup>32</sup> BATALHA, Cláudio. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. In *Cadernos AEL. Sociedades Operárias e Mutualismo*. n. 10/11, v. 6, Campinas: Unicamp/IFCH, 1999.

<sup>33</sup> BATALHA, Cláudio. Cultura Associativa no Rio de Janeiro na Primeira República. In BATALHA, Cláudio H M. et al (org) *Culturas de Classe*. Campinas: Unicamp, 2004, p. 100.

<sup>34</sup> BATALHA, Cláudio H M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida N. (org.) *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente*. v. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

O fato das associações mutualistas e recreativas proporcionarem mecanismos para dignificar a figura do trabalhador, distinguindo-o de outros setores sociais, é um tema explorado nessa pesquisa para a experiência associativa desenvolvida em Campinas nas primeiras décadas do século XX. Os rituais administrativos, os recursos financeiros arrecadados e os símbolos e discursos mobilizados pelas associações serão adotados como indícios para investigar quais valores e visão de mundo as sociedades mutualistas e recreativas construíam entre os trabalhadores. Nesse caso, serão privilegiadas as associações fundadas e administradas pelos próprios trabalhadores.

Rafael Costa<sup>35</sup> também aborda as associações organizadas por trabalhadores no Rio de Janeiro, de 1850 a 1888, enfatizando a relação entre a formação de identidades classistas e étnicas, principalmente a negra. Costa também explora a convivência simultânea entre sociedades mutualistas e irmandades religiosas, a relação entre trabalhadores e setores da classe dominante, a atuação política de algumas sociedades mutualistas e a relação dessas com a escravidão. O autor pretende, futuramente, testar a hipótese elaborada por João José Reis, para a realidade baiana, que afirma um predomínio da identidade classista com o fim da escravidão, devido o fato da libertação dos escravos ter nivelado os trabalhadores.

A presença do negro como trabalhador também é expressiva em Campinas e, assim como Rafael Costa destaca, é necessário investigar as relações entre as identidades étnicas e classistas. Tal proposição é reforçada pela presença de imigrantes como força de trabalho utilizada na economia campineira, tornando mais complexa e plural a formação da classe operária.

Para a cidade de São Paulo, além do estudo de Tânia de Luca, destaca-se a abordagem de Luigi Biondi<sup>36</sup> sobre as sociedades italianas de socorros mútuos e sua relação com a atuação italiana na corrente socialista do movimento operário no Brasil. Biondi afirma que a maioria das sociedades organizadas pelos italianos eram compostas por operários da mesma nacionalidade, voltadas para a beneficência e para os socorros mútuos. Também poderiam oferecer locais de sociabilidade, instrução e lazer. Entretanto, o autor defende a idéia de que as sociedades mutualistas reuniam uma maior quantidade

---

<sup>35</sup> COSTA, Rafael M. de C. Os trabalhadores e suas organizações no Rio de Janeiro. 1850-1888. In MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores em greve. Polícia em guarda. Greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.

<sup>36</sup> BIONDI, Luigi. Sociedades italianas de socorro mútuo e política em São Paulo, entre o século XIX e o século XX. *Travessia*, ano XII, n. 34, maio-ago 1999; Idem. Identidade de classe e identidade nacional entre solidariedade e conflito: socialistas e republicanos italianos na São Paulo do início do século XX e suas relações com as associações patricias e o nascente sindicalismo. *Estudos Ibero-Americanos*. V. XXVI, n. 1, julho 2000.

de trabalhadores qualificados, comerciantes e profissionais liberais, pois as mensalidades tinham um valor elevado, enquanto os sindicatos mobilizavam as massas trabalhadores por cobrar uma pequena contribuição mensal. Para Biondi, as sociedades de socorros mútuos foram a primeira forma de difusão do republicanismo revolucionário italiano e, depois, do socialismo.

Luigi Biondi defende a tese de que o sindicalismo organizado na cidade de São Paulo nasceu com o socialismo italiano, que utilizou a tática de conquistar o maior número possível de diretorias de associações mutualistas e recreativas, para atrair os trabalhadores italianos. Além disso, converteria o espírito de beneficência em previdência e assistência mútua, unindo pequenos comerciantes, artesão e trabalhadores não qualificados, contra as sociedades fechadas a participação popular. Os sindicatos deveriam centralizar certas funções das sociedades mutualistas, das escolas, ligas e sociedades recreativas, passando de sociedades étnicas organizadas por ofício para associações abertas, que englobariam os trabalhadores em geral.

É interessante perceber como o estudo de sociedades mutualistas étnicas traz indícios sobre o modo como os trabalhadores se organizavam e suas relações com correntes do movimento operário. Apesar das associações mutualistas e recreativas não serem exclusivamente operárias, há indícios de que seu principal público eram os trabalhadores. Biondi poderia ter explorado também a forma como os associados respondiam a presença de militantes socialistas em suas diretorias, investigando a influência dessa ideologia na diferenciação dessas associações italianas para o restante das organizações em São Paulo. O fato da presença italiana ser majoritária em associações organizadas a partir dessa etnia não elimina o questionamento sobre o convívio com outras etnias e os brasileiros.

Estudos sobre associações mutualistas em Porto Alegre<sup>37</sup>, Rio Grande<sup>38</sup> e Pelotas<sup>39</sup> apresentam interessantes análises sobre esse fenômeno associativo na região Sul<sup>40</sup>. Alexandre Fortes e Benito Schmidt apresentam duas abordagens diferentes sobre a relação existente entre o mutualismo e o movimento operário. O primeiro autor aborda a

---

<sup>37</sup> FORTES, Alexandre. Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. *Cadernos AEL. Sociedades Operárias e Mutualismo*. n. 10/11, v. 6, Campinas: Unicamp/IFCH, 1999.

<sup>38</sup> SCHIMDT, Benito Bisso. A diretora dos espíritos da classe: a Sociedade União Operária de Rio Grande 1893-1911. *Cadernos AEL. Sociedades Operárias e Mutualismo*. n. 10/11, v. 6, Campinas: Unicamp/IFCH, 1999.

<sup>39</sup> LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe. Operários de Pelotas e Rio Grande. 1888-1930*. Pelotas: Unitrabalho, 2001.

<sup>40</sup> SILVA JUNIOR, Adhemar L da.. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas. Estudo centrado no Rio Grande do Sul. 1854-1940*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2004.

assimilação, pelos sindicatos, das finalidades atendidas com o funcionamento de associações mutualistas, enquanto o segundo explora a tensão gerada, dentro de uma sociedade de socorros mútuos, pela presença de grupos militantes.

Fortes foca sua análise na relação entre os discursos contrários a prática do mutualismo, presentes nas correntes do movimento operário, e a prática entre os trabalhadores e sindicatos do socorro mútuo.

Nesse sentido, a transformação das práticas de mutualidade na 'assistência' prescrita na CLT exemplifica como o desenvolvimento do projeto corporativista de enquadramento do movimento sindical parte de, e incide sobre, tensões e problemas internos não resolvidos pelo próprio movimento.<sup>41</sup>

O autor mostra a potencialidade do estudo da prática mutualista exercida dentro de sindicatos, inclusive no período pós-1930, indicando que

o elemento distintivo da identidade classista pode em muitos momentos não estar explícito no discurso, cujos parâmetros de legitimidade tendem a referir-se a noções universais – mas residir em opções como a adesão a organizações que buscam o atendimento de certas demandas no âmbito das relações mútuas entre pares, definidos por sua condição de classe.<sup>42</sup>

Benito Schmidt elabora um estudo de caso sobre a Sociedade União Operária, fundada na cidade de Rio Grande em 1893, tornando-se a principal entidade de representação dos trabalhadores. É interessante perceber como a prática mutualista conviva com seguidores da doutrina socialista, o que causava constantes conflitos, impossibilitando uma definição mais precisa de seu perfil político-ideológico. O autor prefere entendê-la como um "lócus de embates e alianças entre tendências variadas"<sup>43</sup>, comprovando as afirmações de Tânia de Luca sobre a impossibilidade de, na prática, delimitar o caráter das organizações operárias.

A análise elaborada por Beatriz Loner sobre a formação da classe operária em Rio Grande e Pelotas evidencia a articulação entre os elementos que dividem os trabalhadores, tais como etnias e qualificação profissional, e as experiências comuns, resultando num processo de identificação. A autora adota como objetos de estudo as organizações operárias criadas ou voltadas para as classes trabalhadoras; as manifestações de classe, tais como greves e lutas variadas; a recepção, influência e

---

<sup>41</sup> FORTES, Alexandre. Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operária de Porto Alegre na primeira metade do século XX. *Cadernos AEL. Sociedades Operárias e Mutualismo*. n. 10/11, v. 6, Campinas: Unicamp/IFCH, 1999, p. 176.

<sup>42</sup> Ibidem, p. 213.

<sup>43</sup> SCHIMDT, Benito Bisso. A diretora dos espíritos da classe: a Sociedade União Operária de Rio Grande 1893-1911. *Cadernos AEL. Sociedades Operárias e Mutualismo*. n. 10/11, v. 6, Campinas: Unicamp/IFCH, 1999, p. 156.

resignificação de discursos doutrinários pela classe operária e a inter-relação dos elementos que compõem a classe.

Parte-se da idéia que não apenas o discurso, as práticas, ou sua inserção de uma forma determinada na produção podiam caracterizá-lo como trabalhador, mas também as organizações e instrumentos que criou em sua defesa. Nesse sentido, guardam um papel fundamental suas associações de classe, de resistência e mutualidade. Mas todo o conjunto associativo, a rede organizativa de associações com base operária dos mais diversos tipos (mutualistas, beneficentes, classistas, recreativas, esportivas e culturais) compreende formas de representação e configuração de classe, sendo elementos importantes no desenvolvimento e congregação de seus elementos e no estabelecimento de distinções com outros grupos e outros setores sociais. Na sua organização e mobilização interferiam também ideologias e doutrinas vinculadas a propostas que elegiam a classe operária como agente fundamental na estratégia para a transformação social. De maneira geral, essas propostas orientaram a ação dos militantes operários e conformaram, inclusive, suas formas organizativas.<sup>44</sup>

Loner admite que o processo de construção da classe foi mais influenciado pelas características do meio sócio-cultural em que se desenvolveu, do que pela interação direta com militantes. Portanto, a autora destaca o peso das organizações mutualistas e recreativas para a formação da classe operária, em um estudo que se pauta no contexto onde essas experiências ocorrem.

Essa forma de abordagem, partindo de uma visão global das condições de vida dos trabalhadores, respeitando a dinâmica histórica e específica de cada sujeito histórico, nos fornece um panorama mais verossímil do modo como a classe continuamente se fez no Brasil. O estudo da participação dos negros nas organizações mutualistas e recreativas, e no movimento operário, feito por Beatriz Loner, permite elaborar comparações com a forma como os trabalhadores negros atuaram em Campinas.

É possível localizar associações mutualistas e recreativas em diferentes cidades brasileiras, abrangendo os séculos XIX e XX, permitindo analisar o modo singular como, em cada região, o processo de formação da classe ocorreu. Entretanto, a existência dessas organizações não é uma característica exclusiva da cultura associativa praticada pelos trabalhadores brasileiros. Essas associações são localizadas em diversos países e períodos históricos.

O estudo de Michel Ralle<sup>45</sup> sobre o mutualismo na Espanha aponta algumas peculiaridades para as associações existentes na região da Catalunha, como a limitação

---

<sup>44</sup> LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe. Operários de Pelotas e Rio Grande. 1888-1930*. Pelotas: Unitrabalho, 2001, p. 20.

<sup>45</sup> RALLE, Michel. A função da proteção mutualista na construção de uma identidade operária na Espanha. 1870-1910. *Cadernos AEL. Sociedades Operárias e Mutualismo*. n. 10/11, v. 6, Campinas: Unicamp/IFCH, 1999.

do número de sócios, o que prejudicava uma atuação mais efetiva na condição social do trabalhador, pois essa medida restringia o acúmulo dos recursos financeiros. Ralle destaca que as representações difundidas pelas sociedades mutualistas exaltavam a organização como uma solução privilegiada para os problemas gerados pelo desemprego, através de normas legais, sem depender de outras classes, laicizando a vida cotidiana dos trabalhadores. Essa característica representaria uma continuidade entre as sociedades mutualistas e o sindicalismo. Nas análises sobre as associações mutualistas brasileiras, ainda é pouco expressiva a investigação sobre as representações construídas por essas organizações através de suas práticas, discursos e símbolos.

A historiografia produzida sobre as sociedades mutualistas em países da América Latina destaca o surgimento dessas associações ainda no século XIX, após o processo de independência das nações e início da construção de Estados Republicanos liberais, sob forte impacto das transformações econômicas capitalistas. Esse contexto é bem diferenciado da realidade brasileira, pois o surgimento das sociedades mutualistas, embora ocorresse após o processo de independência, se deu sob o regime monárquico, ou seja, não havia um espaço amplo para a concretização de projetos em defesa da cidadania. Outra peculiaridade da experiência associativa brasileira é a convivência entre negros, imigrantes e descendentes na formação da classe trabalhadora. Entretanto, algumas problemáticas propostas para os países da América Latina podem ser utilizadas na abordagem de associações mutualistas e recreativas brasileiras analisadas no período republicano, como é o caso dessa pesquisa.

Ronaldo Munck<sup>46</sup>, em artigo sobre as sociedades mutuais na Argentina, faz um breve balanço sobre as produções na América Latina indicando a presença de estudos na Colômbia, Peru, Chile e México sobre o processo de formação das associações e sua relação com o desenvolvimento de organizações do movimento operário. Para o autor, dentro do contexto argentino, as sociedades mutualistas mostraram que a cooperação traz benefícios, estabilizando a posição social dos associados. As associações mutualistas demonstram a existência de uma forma de solidariedade que possibilita a coexistência de uma ideologia coletivista com o espírito individual do seguro.

Munck destaca as sociedades mutualistas como formas de reforçar a solidariedade pré-existente entre as comunidades imigrantes e, ao mesmo tempo, permitir a estruturação de uma solidariedade baseada no trabalho, portanto, auxiliando na

---

<sup>46</sup> MUNCK, Ronaldo. Mutual benefit Societies in Argentina: workers, nationality, social security and trade unionism. *Journal of Latin American Studies*. Vol. 30, part 3, october 1998.

formação de uma classe operária nacional. Entretanto, há indícios de que algumas associações organizadas a partir de critérios étnicos não tinham essa tendência e preferiam evitar a integração. Ronaldo Munck afirma que a principal característica das sociedades mutualistas era criar um espaço para aprender e praticar a democracia, assim como no caso mexicano, onde as associações mutualistas representaram uma nova sociabilidade, onde os associados se tornavam um sujeito social, diferenciando-se de vagabundos e patrões.

O principal significado apontado pela historiografia brasileira, para as associações mutualistas do século XIX, é a possibilidade de valorizarem o trabalho, distinguindo os trabalhadores livres de outras categorias sociais. Entretanto, a caracterização das associações mutualistas como espaços para exercitar a democracia e formar o cidadão não é muito explorada, sendo uma vertente adotada nessa pesquisa para compreender os significados construídos pelos associados para a prática associativa.

Fernando Devoto e Alejandro Fernandez<sup>47</sup>, que se pautam no estudo de associações mutualistas étnicas da Argentina, principalmente as italianas e espanholas, evidenciam um panorama diferente daquele apontado por Munck. Para os autores, essas sociedades reforçavam o predomínio do setor hegemônico entre os imigrantes, aumentando prestígio dessa elite (comerciantes, empresários e profissionais liberais). As sociedades mutualistas eram igualitárias ao permitirem a coesão do grupo étnico através de mecanismos de clientelismo, sem buscar a integração com a sociedade. Os cargos da diretoria eram controlados por essa elite, existindo baixa participação nas assembleias gerais e algumas diferenças na dinâmica de associações italianas e espanholas.

É interessante perceber que, a partir da documentação e das perguntas elaboradas pelo historiador, a interpretação construída pode privilegiar determinadas realidades vivenciadas pelos sujeitos históricos. Talvez, seja mais útil pensar a dinâmica das associações argentinas envolvendo tanto as sociedades descritas por Munck, quanto as organizações analisadas por Devoto e Fernandez. O peso numérico das associações, e seus associados, diante o total da população trabalhadora existente no local analisado, e a repercussão dessa temática na imprensa e nas correntes do movimento operário são recursos importantes para evitar generalizações, que exagerem o papel de determinadas associações e práticas adotadas por alguns grupos.

---

<sup>47</sup> DEVOTO, Fernando. FERNANDEZ, Alejandro. Mutualismo étnico, liderazgo y participación política. Algunas hipótesis de trabajo. In ARMUS, Diego (org.) *Mundo urbano y Cultura Popular*. Buenos Aires: Sudamerica, 1990.

Reynaldo Cedeño<sup>48</sup> aponta o surgimento das sociedades mutualistas no México a partir da segunda metade do século XIX, desaparecendo no século XX. Elas seriam manifestações típicas dos artesãos, com participação dos operários, respondendo a insegurança e miséria existentes nesse período de crise econômica e política. Essas sociedades se diferenciariam das confrarias e grêmios, tendo como principal objetivo o auxílio mútuo entre os membros nas necessidades cotidianas, enfermidades e morte, além de oferecer bibliotecas, escolas, lazer, conseguir trabalho, promover a arte, fazer empréstimos.

Para o autor, a maior influência na concepção do mutualismo vinha de Proudhon, pois as sociedades mutualistas correspondiam ao ideal de que o espírito de associação é a base para a sociedade e deve se reger pela justiça. As sociedades de socorros mútuos representariam grupos com alto grau de autonomia e solidariedade para criar as próprias regras e símbolos, no sentido de também melhorar a sorte da classe e criar laços de união interna. Elas tinham o papel de integrar o indivíduo, num local onde se reconhecia e era reconhecido, exercendo assim uma função moral secular. A sociedade mutualista não seria um projeto utópico, mas uma forma de enfrentar a realidade e sobreviver, sendo que seu estudo permite conhecer aspirações, formas de vida, necessidades e mentalidades da classe operária.

Cedeño apresenta as associações mutualistas como espaços de conexão entre o indivíduo e a vida pública, destacando-as num papel secular dentro desse processo social. Essas características também são discutidas pela bibliografia brasileira, sendo visível a semelhança entre as diversas finalidades a que se propunham as sociedades mutualistas brasileiras e mexicanas.

Felipe Ávila Espinosa<sup>49</sup> apresenta um estudo de caso bastante singular – a criação de uma sociedade de socorros mútuos pelo governante da Cidade do México em 1909. Esse foi um período de forte repressão ao movimento operário e de concessões para buscar uma harmonia entre capital e trabalho. Essa sociedade criou um jornal para se comunicar com os associados, com ênfase na ajuda material, no aspecto ético e ideológico, tornando-se uma mediadora nos conflitos entre empregador-empregado. Esse tipo de associação sugeria para a classe operária ficar longe da religião e da política, reforçando os vínculos com o governo e o nacionalismo.

---

<sup>48</sup> CEDEÑO, Reynaldo Sordo. Las sociedades de socorros mutuos. 1867-1880. *Historia Mexicana*, v. 1, n. 33, 1983.

<sup>49</sup> ESPINOSA, Felipe Ávila. La sociedad mutualista y moralizadora de obreros Del Distrito Federal (1909-1911). *Historia Mexicana*, v. 1, n. 43, 1993.

Mesmo com finalidades semelhantes a outras organizações mutualistas, o fato de ter sido criada pelo governo fez com que essa entidade desse ao mutualismo o significado de convívio harmônico entre capital e trabalho. Essa constatação é importante para evidenciar a multiplicidade de significados atribuídos ao mutualismo e como organizações administradas por trabalhadores, mesmo sob diferentes identidades, apresentam uma concepção que diverge daquela construída pelo poder público. Provavelmente, as associações organizadas pelas Igrejas e pelo patronato também construíam significados próprios para as associações mutualistas.

Os estudos apresentados, que abrangem organizações administradas pelos trabalhadores, indicaram a construção de alguns significados para as associações mutualistas, tais como, a valorização do trabalho, a defesa da classe, a diferenciação dos trabalhadores diante outros setores, a construção de espaços autônomos para inserção na vida pública, para a prática da democracia e para a obtenção de auxílios, diante a insegurança vivenciada nas cidades. A especificidade da dinâmica associativa em cada local se expressaria nas identidades mobilizadas pelos trabalhadores para a organização das sociedades (diversidade cultural), nas relações que estabeleceram com o movimento operário e com as práticas reivindicatórias, no tipo de exclusão política e econômica vivenciada.

Simon Cordery<sup>50</sup>, num estudo sobre uma associação mutualista inglesa formada pela diretoria de uma ferrovia, com ampla participação dos ferroviários, no século XIX, apresenta as conseqüências dos significados atribuídos pelo patronato ao mutualismo na formação do primeiro sindicato da categoria. Para o autor, essas associações patronais permitiram o desenvolvimento de uma linguagem mutualista, baseada na idéia de que o capital e o trabalho tinham interesses em comum na operação vantajosa das ferrovias, pois assim seriam distribuídos benefícios na forma de programas de bem-estar social através das sociedades mutualistas patronais. Além disso, as associações também aproximaram os trabalhadores de certas formas administrativas peculiares, tais como a petição, que legitimaria a hierarquia, reforçava a idéia de subordinação, baseada no individualismo das relações. O contexto que permitiu a formação dessa concepção era marcado pelo crescimento econômico, pela estabilidade social relativa e pela política pós-cartista, gerando uma atmosfera em que o trabalhador aceitava o capitalismo como natural e inevitável.

---

<sup>50</sup> CORDERY, Simon. Mutualism, friendly societies, and the genesis of railway trade unions. *Labour History Review*, v. 67, n. 3, december 2002.

O sindicato surgiu quando, por causa da inadimplência, a sociedade buscou reformas para continuar pagando seus benefícios, e essas reformas prejudicaram os trabalhadores. O sindicalismo se mostrou vantajoso para lutar contra esse convívio entre benefícios e punições, pois os ferroviários perceberam que não tinham o controle sobre as sociedades mutualistas das empresas, que os estatutos privilegiavam as classes mais altas e a racionalização das empresas gerou a necessidade de uma negociação para diminuir as horas de trabalho. Entretanto, esse sindicato foi tido pela historiografia como fraco, conservador, cordial e, o autor procurou mostrar que a estratégia de sobrevivência do sindicato, naquele momento, era usar a linguagem e ritual mutualistas para cooptar os ferroviários e evitar uma perseguição direta. O principal problema dessa análise é deduzir a criação dessa linguagem e rituais mutualistas com base apenas na experiência da sociedade patronal. Entretanto, evidencia a forma diferenciada como o patronato poderia utilizar o socorro mútuo e as resignificações elaboradas pelos trabalhadores para atingirem seus objetivos.

Num estudo sobre as sociedades mutualistas operárias de Lima, Iñigo García-Bryce<sup>51</sup> determina que elas são uma forma de organização alternativa as guildas (mais radicais e violentas), permitindo a participação pública dos trabalhadores de maneira pacífica, tornando-se um espaço para reconstrução do posicionamento político, permitindo a prática da cidadania e assim, se colocavam como presença política diante o Estado Liberal. A imagem criada pelos associados era de cidadãos produtivos republicanos, maioria de artesãos, permitindo ver como se politizaram os trabalhadores após a queda das guildas e antes da formação do movimento operário moderno.

Para García-Bryce, as sociedades mutualistas permitiram a adesão dos artesãos ao paradigma liberal institucional, que rejeitava as organizações cooperativas e o domínio religioso colonial, apoiando iniciativas seculares de associações entre cidadãos de uma república. Isso possibilitou que aos trabalhadores desenvolvessem um papel central na vida cívica nacional, como artesãos ou patriotas. As sociedades mutualistas deram aos artesãos uma plataforma social e política e permitiram que continuassem a defender seus interesses mesmo com o fim das guildas.

As associações mutualistas operárias foram definidas pelo autor como uma forma democrática de sociabilidade, baseadas numa relação contratual de igualdade individual, permitindo aos membros votar e serem eleitos formalmente, independentes do governo,

---

<sup>51</sup> GARCÍA-BRYCE, Iñigo. Politics by peaceful means: artisan mutual aid societies in mid-nineteenth-century Lima, 1860-1879. *The Americas*. Vol. 3, n. 59, 2003.

da religião e outras, sendo seculares e delimitadas por um objetivo privado definido em contrato. García-Bryce também afirma que as associações mutualistas eram locais de distinção dos trabalhadores, reforçando as qualidades morais que os distanciavam da visão pejorativa do trabalho e, apesar de compartilharem certas concepções mutualistas da visão liberal da elite, não se diziam elite, possibilitando apenas estabelecer conexões com políticos. O autor entende as sociedades mutualistas como mediadoras entre atender o desejo privado e ligar a associação à vida pública, defendendo a neutralidade política para escapar de perseguições.

Ao contrário do que Ralle colocou para a experiência associativa espanhola, García-Bryce entende a laicização promovida pelas associações mutualistas, a prática democrática legal e o ideal de cooperação para solucionar problemas, como características de um programa liberal que era amplamente adotado na elaboração de um Estado Republicano. Por isso, no caso de Lima, os trabalhadores puderam utilizar as associações mutualistas para construir formas de representação aceitas pelo poder público e pela elite, garantindo um espaço para a defesa de seus interesses. Na Espanha, essas mesmas características foram interpretadas como sendo ideais defendidos por socialistas, evidenciando a continuidade existente entre associações mutualistas e sindicatos.

A maioria dos estudos sobre associações mutualistas e recreativas utiliza como fontes os estatutos, os relatórios administrativos, os dados estatísticos, as notícias ou convocações publicadas na imprensa e a legislação elaborada para regulamentar o funcionamento dessas organizações ou os serviços nas áreas em que atuavam. Os livros de atas, de contabilidade e de matrícula produzidos por essas associações são raramente utilizados, devido a dificuldade de acesso a esse tipo de documentação ou sua fragmentação. Entretanto, a localização<sup>52</sup> desse material para a cidade de Campinas possibilitou privilegiar esse tipo de fonte no estudo das organizações mutualistas e recreativas.

O uso das atas de sessões de diretorias e assembléias gerais como fontes implica na sua compreensão como uma elaboração narrativa, com mecanismo próprio de construção e reprodução, marcada pelas intencionalidades dos autores e sua finalidade, direcionada a um público alvo. Nessa pesquisa, as atas analisadas foram produzidas em

---

<sup>52</sup> Os livros de atas, de matrícula e contabilidade localizados pertencem a Sociedade Humanitária Operária, a Liga Humanitária dos Homens de Cor, a Sociedade Luis de Camões e ao Centro Português 5 de Outubro. Somente os livros da Humanitária Operária estavam no Arquivo Histórico do Centro de Memória da Unicamp, o restante, pertence ao arquivo das próprias associações, que permanecem funcionando até hoje.

associações administradas pelos trabalhadores, permitindo explorar a maneira como lidavam com a cultura escrita e, especificamente, com esse tipo de registro administrativo.

As atas apresentam um padrão pré-estabelecido, reconhecido em diferentes níveis sociais (desde aquelas produzidas nas Câmaras de Vereadores até as de associações civis), sendo compostas de cabeçalho, abertura, expediente, ordem do dia, concessão da palavra a quem quiser fazer uso dela e encerramento. É um documento produzido para registrar, por escrito, o conteúdo de reuniões e assembleias de associações e instituições de qualquer natureza. No caso das sociedades mutualistas e recreativas, era recorrente a leitura dos ofícios da secretaria, a resposta a eles e/ou discussão na ordem do dia; os nomes dos sócios propostos e eliminados; a apresentação do balanço financeiro pelo tesoureiro e, trimestralmente, pela comissão de contas; a exposição do modo como a finalidade da associação foi executada e a discussão de questões relevantes para funcionamento da sociedade.

Esse é um conteúdo formal, que promove uma visão de que tudo é sempre igual, o tempo todo, em qualquer lugar, sendo mais difícil perceber a historicidade de cada organização. Entretanto, o fato dos trabalhadores associados se preocuparem em realizar tais registros, a partir desse padrão, se torna uma problemática, pois os livros produzidos nas associações administradas pelos trabalhadores não eram reconhecidos em cartório, e apenas permaneciam nos próprios arquivos para as consultas necessárias. É possível explorar quais ritos eram adotados pelas associações operárias, como se diferiam das outras ou, ainda, como eram resignificados pelos trabalhadores. Em que medida esses ritos contribuíam para uma burocratização da administração das associações? Em quais situações expressavam a identidades e/ou visões de mundo do grupo associado?

As atas também possuem uma parte autoral, principalmente, quando são descritos os eventos tidos como atípicos, tais como, conflitos internos entre associados e com a diretoria, ou entre associações; propostas de alterações na infra-estrutura (por exemplo, na sede); discussões sobre os mecanismos administrativos e de arrecadação, ocasionando em modificações nos estatutos. Esse conteúdo é específico, depende do funcionamento de cada associação, e não é freqüente. O autor é o primeiro secretário, cargo destinado para tal finalidade, que funciona como uma espécie de “pseudônimo”, pois representa um narrador-personagem, que se pretende imparcial e onipresente. O secretário presenciava as sessões de diretoria e assembleias gerais e, em seguida ou dias depois, redigia o que havia acontecido. Ele poderia narrar em terceira pessoa os eventos, reproduzir os diálogos, omitir ou resumir falas, porém, sempre que alguém

expressasse o desejo de deixar registrado em ata alguma afirmação, o secretário deveria registrar. Os temas abordados são referentes ao funcionamento cotidiano da associação, diretamente ligados ao contexto em que atuavam, sendo um conteúdo indeterminado e mais facilmente usado na investigação histórica.

Ao registro em ata, era atribuído o sentido de vetor constitutivo da realidade, comprometido em legitimar e tornar oficial as atividades das associações, sendo a base para definir o que era verdadeiro. Ao utilizarem esse recurso administrativo, os trabalhadores de Campinas associados em organizações mutualistas e recreativas tornavam-se os destinatários desse registro, podendo recorrer a uma instância escrita para perpetuar suas idéias e ações, de acordo com seus interesses. Além de comprovar a concretização de suas finalidades, a elaboração de atas pelas associações evidencia a capacitação administrativa através do uso da escrita. Esse enfoque permite analisar o trabalhador como “homem de seu tempo, submetido às condições da história, fazendo suas escolhas e capturando as chances que a vida lhe oferecia.”<sup>53</sup>

---

<sup>53</sup> CUNHA, Maria Clementina Pereira. De sambas e passarinhos. As claves do tempo nas canções de Sinhô. CHALHOUB, Sidney et al (org). *História em Cousas Miúdas. Capítulos de História Social da Crônica no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2005, p 579.

## Capítulo 1 - A cidade de Campinas no período de 1906 a 1930

### 1.1 – Breve Histórico sobre a cidade de Campinas

Somente entre os anos de 1870 e 1886, a cidade de Campinas adquiriu relevante papel econômico em um complexo cafeeiro paulista que se estruturou a partir do trabalho escravo e imigrante<sup>54</sup> e do uso das máquinas de beneficiar. Semeghini afirma que, nesse período, Campinas se tornou a capital agrícola da província, apresentando uma diversificação do capital cafeeiro na instalação de ferrovias<sup>55</sup>, de dois bancos e de companhias no setor de serviços urbanos, tais como a Companhia Campineira de Iluminação a Gás (1872), Companhia Campineira de Carris de Ferro (1881), Companhia Telefônica Campineira (1884), Companhia de Águas e Esgotos (1887), Companhia Industrial Campineira, Companhia Avicultura, Companhia Pastoril Campineira, Companhia Construtora Campineira e a Companhia Mac-Hardy (1875).

Essas modificações permitiram o surgimento das primeiras indústrias na cidade, voltadas principalmente para a produção de chapéus, calçados, roupas, bebidas, máquinas agrícolas e fundições. Em 1886, havia 41 estabelecimentos manufatureiros em Campinas: caldeirarias, cervejarias, fábrica de chapéus, de carros e carroças, fundições, produção de máquinas agrícolas, licores, vinagre, olarias, sabão e velas, massas, móveis e marcenaria, tecelagens, moagem de trigo, refinação de açúcar e fábrica de calçados<sup>56</sup>.

Num levantamento feito por Ema Camillo<sup>57</sup> sobre o histórico de estabelecimentos industriais em Campinas no período de 1850 a 1887, 34 fábricas foram analisadas pela autora, destacando-se os setores de fundição, máquinas agrícolas, fábrica de chapéus, de sapatos, cervejarias e fábrica de massas. O número de operários calculado para esses

---

<sup>54</sup> De acordo com BAENINGER, Rosana. *Espaço e tempo em Campinas*. Campinas: CMU, 1996, a população total de Campinas em 1874 era de 31.397, sendo que a população escrava era de 13.685 (43,59 % da população total). Em 1886, a população total subiu para 41.253, enquanto a escrava decresceu para 9.986 (24,21% da população total). A taxa de crescimento da população total nesse período foi de 2,3% ao ano, e a taxa de crescimento da população escrava entre 1874 e 1886 foi – 2,59% ao ano. A partir da década de 1880, o crescimento populacional de Campinas foi orientado, em grande parte, pela entrada dos imigrantes no estado. De 1882 a 1886, chegaram a Campinas 2.544 imigrantes, sendo 423 portugueses, 1.928 italianos, 132 espanhóis, 41 alemães e 20 de outras nacionalidades.

<sup>55</sup> A Companhia Paulista de Estradas de Ferro de Campinas a Jundiaí foi fundada em 1868 na Câmara Municipal de Campinas pelos grandes cafeicultores da região. Os trilhos foram inaugurados em 1872, ligando essas duas cidades e permitindo o escoamento da produção cafeeira até o porto de Santos. Em 1872 foi criada a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, em sentido norte e nordeste da província, atingindo a cidade de Ribeirão Preto posteriormente. Essas ferrovias marcaram o desenvolvimento industrial da cidade com suas oficinas, armazéns e maquinários, além de possibilitar o deslocamento da mão-de-obra e acesso a mercados consumidores.

<sup>56</sup> SEMEGHINI, Ulysses C. *Do café à indústria. Uma cidade e seu tempo*. Campinas: CMU, 1991, p. 46.

<sup>57</sup> CAMILO, Ema. *Guia histórico da indústria nascente em Campinas. 1850-1887*. Campinas: Mercado das Letras, 1998.

estabelecimentos foi de 867, entretanto, a maior parte da força de trabalho era empregada no setor de comércio e serviço.

A descrição da visita do Imperador a Campinas, em 1886, apresenta indícios sobre a organização social da cidade e a sua economia nesse período<sup>58</sup>. Houve a nomeação de uma comissão para a preparação da recepção<sup>59</sup>, que resultou no desfile da comitiva imperial pelas ruas, entre alas formadas pelas seguintes bandas: Banda de Música Italiana, Sociedade 14 de Juillet, Hespanhola Mendez Nunez, Sociedade Alemã Concórdia, Beneficente Lidgerwood, Oito de Julho, Club Mac-Hardy (com estandarte e operários com bandeiras), Confederação Italiana e suas escolas, Beneficente Arens, Banda Camões, Germania, Portuguesa Beneficência, Circolo Italiani Uniti e sua escolas, além de outras.

A vinda do Imperador foi promovida pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, resultando na sua passagem por todos os locais que participaram da recepção. A visita às indústrias revelou a presença de 140 operários na Arens Irmãos (fabricação de maquinário agrícola); 190 operários e aprendizes na Lidgerwood (oficina de fundição, serraria e pintura); 150 operários e aprendizes na Companhia Mac-Hardy (oficinas de fundição, pintura, ferraria e carpintaria), além de 45 operários na Casa Mac-Hardy; 41 operários e 10 aprendizes na serraria a vapor de Francisco Krug e na Fundição da viúva Faber e Filhos; 32 operários no curtume de Pedro Arribaut. Os empregados da Companhia e Casa Mac-Hardy possuíam o Club Mac-Hardy, um clube recreativo, literário e beneficente, que mantinha uma biblioteca e uma banda.

Outras indústrias expressivas na cidade daquela época eram: Fábrica Bierrenbach (chapéus, enfardamento de algodão, fundição em ferro e bronze, implementos agrícolas e peças para indústrias. A indústria chegou a ter 300 operários, foi a primeira a admitir mulheres e a adotar as máquinas de costura Singer); fábrica de meias de José Ferreira Penteado (as meias produzidas eram denominadas “meias de imigrantes”, pois eram de qualidade inferior às alemãs. A fábrica possuía doze teares, empregando 12 moças); fábrica de café moído, sal refinado e fubá de Antonio José da Silva; fundição, serraria e carpintaria de Pedro Anderson; oficinas da Companhia Mogiana e Paulista.

---

<sup>58</sup> Informações sobre a visita do Imperador foram retiradas de LAPA, José Roberto do Amaral. A cidade. Os cantos e os antros. Campinas 1850-1900. São Paulo: USP, 1996.

<sup>59</sup> Essa comissão era composta por Barão de Itapura, deputado Comendador Geraldo de Rezende, dr José Joaquim Baeta Neves, Gabriel Dias da Silva e Joaquim Quirino dos Santos.

O Imperador visitou escolas, hospitais, sociedades e bandas mantidas a partir da união dos imigrantes, que não excluía a participação de brasileiros e/ou outras nacionalidades nos serviços que prestavam.

No final do século XIX, a cidade foi atingida por três fatos: 1) a abolição da escravidão; 2) a proclamação da República<sup>60</sup>; 3) cinco surtos de epidemia de febre amarela entre 1889 e 1896. O último fato ocorreu de maneira inesperada, causando uma drástica diminuição no contingente populacional<sup>61</sup>. As indústrias e o capital migraram para São Paulo, assim como os sobreviventes e os imigrantes que chegavam. Os surtos de epidemia de febre amarela que abateram a cidade em 1889, 1890, 1892, 1896 e 1897 diminuíram o ritmo do crescimento econômico e populacional, resultando na adoção de medidas públicas de saneamento, mudando algumas características da vida urbana<sup>62</sup>.

A Câmara Municipal legislava sobre as medidas propostas pela Comissão Sanitária de Campinas, criando uma política de saúde pública, com o respaldo da força policial para o seu cumprimento<sup>63</sup>. O financiamento para a reurbanização da cidade ganhou um reforço com a verba destinada pelo poder estatal<sup>64</sup>. Os principais hospitais

---

<sup>60</sup> “Os três partidos políticos do Império – o liberal, o conservador e o republicano – se faziam representar na cidade e, a princípio, alternavam-se os dois primeiros no poder. Mas, o partido republicano, em ascensão no país, fortalecia-se também em Campinas que, nos anos que antecederam república, tornou-se um dos principais centros de articulação e propaganda do novo regime.” Badaró, Ricardo. *Campinas: o despertar da modernidade*. Campinas: CMU, 1996, p 26.

<sup>61</sup> Segundo BAENINGER, Rosana. *Espaço e tempo em Campinas*, 1996, durante a epidemia de febre amarela havia 30 óbitos por dia, totalizando 2.000 mortes durante todo o surto. A entrada de imigrantes em 1888 foi de 1.990 pessoas, enquanto no primeiro ano da epidemia (1889) a cidade recebeu apenas 295 imigrantes.

<sup>62</sup> Informações sobre a reestruturação da cidade com surtos de epidemia de febre amarela foram retiradas de LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade. Os cantos e os antros. Campinas 1850-1900*. São Paulo: USP, 1996; SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro; NOVAES, José Nogueira. *A febre amarela em Campinas, 1889-1900*. Campinas: CMU, 1996. As providências tomadas seguiram o conhecimento médico-científico da época, baseando-se na identificação de miasmas e no ataque a condições anti-higiênicas. As primeiras medidas foram a irrigação das ruas, barricas de alcatrão queimando durante todo o dia e fogueiras de ervas aromáticas; em seguida, a eliminação de fossas negras, o aterro dos pântanos, a canalização dos córregos (obras de saneamento básico). Para o tratamento dos doentes, foi criado o Lazareto do Fundão (1889), próximo ao cemitério, com recursos municipais e provinciais. Em 1897, ele passou a ser chamado de Hospital do Isolamento. Algumas práticas de higiene foram adotadas, tais como a desinfecção de caixões e o uso de urinóis.

<sup>63</sup> SILVA, Kleber. *A cidade uma região. O sistema de saúde. Para uma história da saúde e urbanização da cidade de Campinas*. Campinas: Unicamp/CMU, 1996.

<sup>64</sup> As condições básicas de higiene e saneamento eram de responsabilidade do poder municipal até 1896, quando os serviços de higiene e sanitários foram centralizados pelo poder estatal, ocasionando na adoção de medidas que provocaram transformações na organização da cidade. “Assim, teve sua paisagem modificada com a movimentação da terra, a retificação de córregos que costumavam transbordar, a arborização das ruas, a abertura de valas para assentamento de canos d’água e esgotos, a drenagem de pântanos e charcos, o calçamento das ruas. Passou-se também a fazer a limpeza sistemática das ruas e a coleta de lixo dos quintais.” LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade Os Cantos e os Antros*, 1996, p 262. De 1896 a 1898, a Comissão Sanitária de Campinas foi chefiada por Emílio Ribas, que promoveu um projeto para limpeza, drenagem e desinfecção da cidade, dividindo-a em 5 distritos sanitários, com um inspetor para cada. Essas medidas foram as responsáveis pela erradicação da epidemia de febre amarela, consagrando Emílio Ribas. Essa Comissão permaneceu instalada no Desinfectório Central de Campinas até 1918, onde armazenava

desse período eram: Santa Casa de Misericórdia (1876 – mantinha um Asilo de Meninas para cuidar das órfãs da epidemia); o Asilo dos Morféticos (1863); Centro de Saúde de Campinas (1864 - única instituição estadual); Hospital da Variola (1874); Hospital da Real Benemérita Sociedade Portuguesa (1879); Hospital Circolo Italiani Uniti (1886) e o Hospital de Isolamento (1897).

A dinâmica social foi modificada com a epidemia, surgindo órfãos e mendigos que vagavam pela cidade. A partir da iniciativa privada, foram criadas diversas instituições para resolver essa questão: Liceu de Artes e Ofícios (1897 – orfanato que ensinava as funções de tipografia, encadernação, alfaiataria, carpintaria e sapataria); Asilo dos Mendigos / Inválidos (1904); Sociedade Protetora dos Pobres (1889 – promoveu campanhas para assistir as pessoas carentes); Sociedade Cruz Verde (1889 – associação de brasileiros e italianos para prestar socorros aos doentes da epidemia).

Apesar desses episódios, a cidade passou por um segundo surto de expansão cafeeira (1886-1897) baseado no trabalho livre<sup>65</sup>, com avanço das áreas plantadas e desenvolvimento de atividades comerciais e financeiras<sup>66</sup>. A imigração familiar foi a grande responsável pelo crescimento populacional, tendo sido enviados para Campinas entre os anos de 1887 a 1900, 8.087 imigrantes. Foram 778 imigrantes de origem portuguesa, 6.063 italianos, 704 espanhóis, 370 alemães e 172 de outras nacionalidades<sup>67</sup>. Apenas entre os portugueses a imigração individual e familiar foi em proporções semelhantes (40,87% dos imigrantes eram individuais e 59,13% eram em unidades familiares), entre as outras nacionalidades cerca de 80% dos imigrantes eram em unidades familiares.

A diversificação do capital cafeeiro<sup>68</sup> seguia as tendências do período anterior, resultando na construção de duas ferrovias: a Ramal Férreo Campineiro (1894), ligando as regiões produtoras de Cabras, Souzas e Joaquim Egídio aos trilhos da Companhia Paulista; e a Companhia Carril Agrícola Funilense (1899), estendendo-se para as regiões

---

medicamentos, produtos para a limpeza dos locais contaminados, oferecia serviços hospitalares, de inspeção, isolamento, remoção de cadáveres e enterramento.

<sup>65</sup> Divisão temporal da produção cafeeira da região em surtos é baseada em SEMEGHINI, Ulysses C. *Do café à indústria. Uma cidade e seu tempo*. Campinas: CMU, 1991.

<sup>66</sup> A partir da Reforma Bancária, houve o crescimento no número de bancos instalados em Campinas após 1890. Essas instituições eram as concorrentes das casas comissárias, funções desempenhadas por imigrantes proprietários de importadoras, que remetiam dinheiro e conseguiam crédito em bancos internacionais. Entretanto, eram os capitalistas os principais responsáveis pelo crédito aos pequenos e médios lavradores, comerciantes e industriais.

<sup>67</sup> BAENINGER, Rosana. *Espaço e Tempo em Campinas*, Campinas: Unicamp/CMU, 1996. A autora utilizou os livros de registros da Hospedaria dos Imigrantes do Estado de São Paulo para fazer o levantamento, mas é possível que esses números apresentados sejam maiores.

<sup>68</sup> AMARAL, José Roberto do. *A economia cafeeira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

de Barão Geraldo, Cosmópolis, Paulínia e Arthur Nogueira com a finalidade de incentivar a colonização daquelas terras por imigrantes. Essas ferrovias utilizavam as estruturas criadas e mantidas pelas Companhias Paulista e Mogiana<sup>69</sup>.

O parque industrial não cresceu significativamente nas décadas de 1880 e 1890, como resultado da transferência de indústrias para São Paulo (Companhia Lidgerwood e Arens), permanecendo um número de estabelecimentos constante e, concentrados nos setores de fundição, fabricação de máquinas agrícolas e bens de consumo.

Os anúncios do almanaque de 1892 oferecem algumas pistas sobre os produtos e serviços produzidos e comercializados na cidade de Campinas. De acordo com esses dados, é possível perceber que a importação se baseava principalmente em produtos alimentícios, bebidas (vinho), tecidos, calçados, jóias, ferragens e máquinas agrícolas. As funções de importador, de fabricante e conserto conviviam simultaneamente em um único local, garantindo a sobrevivência no mercado ao atender diferentes tipos de demandas. O comércio continua como o setor numericamente mais expressivo na cidade de Campinas. É interessante notar que a imigração italiana gerou uma demanda acentuada por produtos dessa origem, destacados nos anúncios que oferecem vinhos e pães italianos.

As oficinas de fundição, marcenaria, carpintaria continuavam se destacando no setor industrial, evidenciando a estruturação de uma capacidade produtiva que posteriormente permitiria a produção em Campinas daqueles produtos importados nesse período. A existência de fábricas de calçado, de máquinas, colchões, charuto, chapéus, cerveja, licor, macarrão, vinagre, sabão, olarias, além de alfaiates, tanoeiros, carpinteiros, ferradores, costureiras, tintureiros, tipógrafos, marceneiros, retratistas, joalheiros, barbeiros, funileiros e ferreiros evidencia uma gama diversificada de profissões no setor produtivo da economia campineira. Também era expressivo o número de botequins, padarias, farmácias e açougues, além de armazéns e casas comerciais, permitindo afirmar que esse setor empregava grande número de trabalhadores, voltados para a venda de produtos, organização das mercadorias, limpeza dos locais de trabalho e, no caso das padarias e botequins, preparo de alimentos. É importante observar que ao nos referirmos aos trabalhadores de Campinas, subentende-se que sua composição abranja todo tipo de experiência adquirida com a venda da força de trabalho, tanto na produção fabril quanto na oferta de serviços, ou trabalho no comércio.

---

<sup>69</sup> ANUNZIATA, Antonio. "Campinas. Entroncamento ferroviário." *Revista Eletrônica Sarao*, nº 5, 2003, [www.bibmemoria.cmu.unicamp.br/sarao](http://www.bibmemoria.cmu.unicamp.br/sarao).

Segundo Lapa<sup>70</sup>, a cidade de Campinas transformou-se no período de 1850 a 1900 como resultado das inovações vivenciadas com a cultura do café.

Ser moderno no caso é ser republicano e abolicionista, imigrantista e amante do progresso, higiênico e sintonizado com o que ia pela Europa e Estados Unidos, considerados modelares para serem transplantados, em muitas de suas soluções e costumes, para Campinas, então cenário ou protagonista de movimentos que aceleravam a sua velocidade histórica, redistribuíam seu espaço, tornavam suas noites mais claras e melhor aproveitadas, alterando suas formas de utilização das horas diurnas, a qualidade de vida, o viver na cidade enfim.<sup>71</sup>

Os jornais destacavam a implantação de novidades, principalmente a partir da década de 1870, como a adoção da iluminação pública a gás (Companhia Campineira de Iluminação a Gás - 1875); linha de bondes a tração animal (1879); telefonia (Empresa Telefônica Campineira – 1884); água encanada (1887); bondes elétricos (Companhia Campineira de Carris Elétricos – 1888); serviços de água e esgoto (1891-1892); cinematógrafo (1895); emplacamento das ruas e numeração das casas e túmulos (1895); calçamento das ruas (década de 1890).

A imprensa campineira teve um papel fundamental na mobilização social ao noticiar e opinar sobre as modificações que ocorriam, além de abrir espaço para que os diferentes grupos se comunicassem. Também era um meio para dinamizar o comércio e os serviços prestados (através dos anúncios), informando sobre a situação econômica nacional e mundial.

As disputas ideológicas ocorriam através dos periódicos desde a década de 1870, com a fundação da *Gazeta de Campinas* (1868/1882 - republicano) e *d'O Constitucional* (1874/1876 - monarquista). O primeiro jornal diário foi o *Diário de Campinas* (1875/1901), bastante popular e defensor da abolição da escravidão. Custeado por vários cidadãos, composto em sua maioria por noticiários, foi fundado o *Correio de Campinas* (1885/1919). Em 1886, a *Cidade de Campinas* é lançada, adquirindo repercussão nacional devido aos furos jornalísticos, terminando suas atividades em 1915<sup>72</sup>.

Nesse contexto de industrialização, o operariado surgiu como um setor que também buscava se posicionar no debate político da época, explícito em maio de 1891, quando os trabalhadores campineiros fundaram o “Club do Partido Operário”, uma sociedade representante das classes trabalhadoras, reunindo 460 sócios após um ano de

---

<sup>70</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade Os cantos e os antros*. São Paulo: Edusp, 1996.

<sup>71</sup> Ibidem, p 19.

<sup>72</sup> MONOGRAFIA Histórica do Município de Campinas. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

funcionamento, sediado a rua Bom Jesus nº 43<sup>73</sup>. A diretoria do Clube está descrita no *Almanaque de Campinas. Literário e Estatístico*, de 1892, composta pelos seguintes cargos:

**Presidente** – Francisco Cardona (dono da tipografia Cardona e organizador do almanaque de 1892)  
**1º Vice** – José Falqui  
**2º Vice** – E. Tomanich  
**1º Secretário** – Jorge Leonardo Sobrinho  
**2º Secretário** – Jorge Richter Jr.  
**3º Secretário** – Theophilo Barbosa  
**1º Tesoureiro** – Antonio Pinheiro  
**2º Tesoureiro** – Guilherme Blatner  
**Vogais** – Ernesto Moyses, Emilio Blatner, José Bento Prestes, Vitalino Juxn, Arsênio de Camargo, Adolpho Salinger, **Gabriel de Andrade (pintor)** e Carlos Dias.

Provavelmente, a diretoria descrita no almanaque era posterior aquela eleita em 23 de junho de 1891, conforme o anúncio no *Diário de Campinas* dessa data. A reunião dos sócios do clube no salão Vitória resultou na eleição da seguinte diretoria:

**Presidente:** José Falqui  
**1º Vice-presidente:** **Hygino de Araújo (torneiro)**  
**2º Vice-presidente:** Luiz T Falcão  
**1º Secretário:** Jorge R Junior  
**2º Secretário:** Jorge Leonardo  
**3º Secretário:** Frederico Baeziengel  
**1º Tesoureiro:** Antonio Pinheiro  
**2º Tesoureiro:** Guilherme Blatner  
**Procuradores:** **Alfredo Saiffert (ajustador)**; Martinho Bahde; Alfredo Gould; Luiz Prestes; José Prestes  
**Vogais:** João Leite Ferraz; **Claudio Monteiro (torneiro)**; Joaquim Américo; G José Faria; Vitorino João; Francisco Prestes; Miguel G de Oliveira; Ernesto Moyses.

Os nomes em negrito destacam trabalhadores que também foram associados à Sociedade Humanitária Operária, fundada em 18 de setembro de 1898, sendo que as profissões ficaram registradas no livro de matrícula. Provavelmente, os outros membros da diretoria trabalhavam nos setores de fundição, marcenaria, construção civil ou, até mesmo, nas oficinas da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. O fato de Francisco Cardona - um dono de tipografia - ter se tornado o presidente do Club, um ano após sua fundação, pode representar uma homenagem ou aproximação estratégica dos trabalhadores, pois Cardona seria uma figura destacada na sociedade campineira. Além disso, nessa época, era a única tipografia da cidade, um pequeno estabelecimento onde o

---

<sup>73</sup> CARDONA, Francisco. ROCHA, José (org). *Almanach de Campinas Litterario e Estatistico: 1892*. Campinas: Typ Cardona, 1892, p 248.

próprio proprietário trabalharia junto com um pequeno número de empregados, tornando-o próximo dos trabalhadores.

Apesar da atuação e do tempo de existência do clube não serem definidos na documentação, ele é importante para indicar que o reconhecimento mútuo de trabalhadores em diferentes profissões como sendo operários era algo solidificado na década de 1890. Essa identidade, que os distinguia socialmente, era utilizada para diversos fins, resultando na formação de diversificadas associações que buscavam amenizar os problemas cotidianos. Esse indício também demonstra que os operários entendiam os seus interesses e objetivos como opostos aos de outras classes sociais, indicando a formação de um setor empresarial que se opunha ao bem-estar comum.

As iniciativas para suprir a cidade com os serviços públicos necessários eram realizadas pelo capital oriundo do café e das indústrias e comércio, logo, seguiam os interesses desse setor. Nos jornais, era muito comum ocorrerem reclamações da população que mora nos bairros proletários e mais afastados do centro, sobre a falta de infra-estrutura urbana, destinada apenas aos locais onde as pessoas mais privilegiadas residiam. Os trabalhadores buscavam alternativas para obterem esses serviços, além de meios para lutarem pelo fim da desigualdade e exploração. O regime republicano evidenciou a tentativa de isolar político e socialmente esse setor, sendo a organização em diferentes tipos de associações uma das alternativas para sobrevivência<sup>74</sup>.

---

<sup>74</sup> Houve uma série de sociedades recreativas, mutualistas e culturais fundadas em Campinas nos fins do século XIX. Esse fato indica que a vida urbana exigia de seus moradores uma ação em conjunto para que pudessem construir um espaço e obterem a aceitação social para realizarem determinadas práticas. Nesse processo de agrupamento, a identidade é construída a partir das experiências cotidianas semelhantes e de um referencial cultural comum. O estudo de associações mutualistas e recreativas operária traz os indícios necessários para a investigação sobre o modo de vida desses trabalhadores e como se representavam socialmente.

## 1.2 – A economia e a sociedade campineira de 1906 a 1930

Segundo Semeghini, é possível verificar entre os anos de 1897 a 1930 que

na urbanização gerada pelo café em Campinas não se observaria a mesma densidade econômica, nem a mesma teia de relações que caracterizaram o crescimento paulistano [...], sendo necessário levar em conta que a primazia nas funções urbanas da economia cafeeira deslocava-se definitivamente para São Paulo e a ocupação do território deslocava a fronteira da acumulação cada vez mais para o Oeste. Em suma, Campinas deixava de ser a capital agrícola do estado e o centro de convergência do processo de expansão territorial. [...] houve a conformação de uma agricultura pujante estruturada em bases capitalistas, e num núcleo urbano onde as funções secundárias e terceárias tinham alcançado importante grau de implantação e diferenciação. No entorno da cidade, desenhavam-se duas regiões, colocadas sob sua área de influência, nos eixos das estradas de ferro (Mogiana e Paulista), cuja evolução traria importantes reflexos para a vida econômica e urbana local.<sup>75</sup>

Entre os anos de 1905 e 1930, a produção de café em Campinas ficou estável, apresentando queda nas safras de 1916 a 1920, devido as fortes geadas ocorridas no período. A partir de 1897, o preço do café caiu, iniciando uma crise econômica que se estendeu até 1910-1911. As grandes safras produzidas no país impulsionaram uma prática protecionista do governo para garantir um preço lucrativo para o café comercializado. As fazendas cafeeiras não diminuíram as áreas plantadas, ampliando a zona rural campineira com a aquisição de outras terras para o plantio de açúcar, feijão, milho, arroz, algodão e a engorda de gado, ou o plantio intercalado dessas culturas nos cafezais. Também há hipóteses de que grandes fazendas foram retalhadas, atraindo imigrantes com a possibilidade de adquirirem uma propriedade rural, aumentando o poder dessa diversificação da produção agrícola<sup>76</sup>.

Essa tendência de diversificação da produção agrícola brasileira também foi evidenciada pelo *Almanaque para 1916 d'O Estado de São Paulo*, na reportagem “O Progresso Paulista em 25 anos”. Os dados apresentavam um aumento no cultivo de algodão, açúcar, pinga, álcool, fumo, arroz, feijão e milho entre os anos de 1901 a 1914, enquanto a produção de café permanecia estável ou sofria ligeira queda. Veja a reprodução da tabela a seguir:

---

<sup>75</sup> SEMEGHINI, Ulysses C. *Do café à indústria. Uma cidade e seu tempo*. 1991, p. 56.

<sup>76</sup> *Ibidem*.

Tabela 2

Produção agrícola no estado de São Paulo				
Produto	1900-19001	1904-1905	1910-1911	1913-1914
Café (sacas)	8.933.500	9.088.957	8.524.245	11.072.387
Algodão(arroba)	511.504	568.554	1.466.378	628.550
Açúcar (saca)	232.200	301.366	398.583	149.265
Pinga / álcool	672.195	1.229.895	1.226.348	406.154
Fumo (arroba)	124.560	135.183	130.118	1.169.225
Arroz (sacas)	742.240	1.014.248	1.049.827	1.476.896
Feijão (sacas)	822.176	1.334.013	1.367.440	1.921.600
Milho (sacas)	5.641.590	8.915.873	9.556.760	11.069.300

Fonte: *Almanaque d'O Estado de São Paulo para 1916*. Arquivo Histórico da Sociedade Grêmio Luis de Camões – Campinas.

Além desses produtos, a criação de gado, suínos e caprinos aumentou no período de 1905 e 1912, passando a atender metade da demanda anual do estado de São Paulo, que comprava o restante de outros estados brasileiros vizinhos. Toda essa discussão foi apresentada no almanaque para colocar em pauta o impasse pelo qual a cultura cafeeira vivia nesse momento: a sua contínua expansão não se justificava com a restrição do mercado consumidor, porém, a economia estadual não sabia como se desenvolver sem o capital vinda dessa produção.

Entretanto, as grandes safras sucessivas tornavam insustentáveis os mecanismos de defesa do cultivo cafeeiro que, em conjunto com a crise mundial de 1929, provocou um drástico decréscimo no número de pés plantados a partir de 1930. “A cafeicultura deixaria de ser o centro dinâmico da economia brasileira, submetendo-se a um novo padrão de acumulação.”<sup>77</sup>

Segundo a bibliografia sobre a história de Campinas, a crise econômica no início da década de 1910 paralisou a implantação de novas indústrias na cidade, destacando-se apenas a fundação da Cervejaria Columbia (1908) e da Companhia Curtidora de Campinas (1910). O parque industrial do início do século XX até a década de 1920 teria permanecido com um mesmo quadro de fábricas e serviços oferecidos desde a década de 1890, sendo localizados 25 estabelecimentos fundados no século XIX que continuavam a funcionar na década de 1910<sup>78</sup>.

<sup>77</sup> Ibidem, p. 64.

<sup>78</sup> Esse levantamento foi realizado a partir da consulta ao livro de CAMILO, Ema. *Guia histórico da indústria nascente em Campinas. 1850-1887*. Campinas: Mercado das Letras, 1998; LADEIRA, José M OCTAVIO. Benetido,(org) *Almanaque de Campinas para 1908*, Campinas: Casa Mascote, 1908; OCATVIO, Benedito. MELILLO, Vicente. *Almanaque Histórico e Estatístico para 1912*, Campinas: Typ Casa Mascote, 1912;

Entretanto, a partir dos almanaques de Campinas de 1908 e 1912 foi possível localizar quais eram as fábricas e serviços que compunham a estrutura econômica da cidade, evidenciando que a estagnação do parque industrial não foi tão profunda. Esse exercício é essencial para identificar a composição profissional da classe trabalhadora campineira, permitindo uma análise comparativa entre as funções desempenhadas pelos membros das associações operárias recreativas e mutualistas e as funções existentes na cidade.

Em 1908, havia 66 anúncios de estabelecimentos de Campinas e 24 de São Paulo. No almanaque de 1892, não havia anúncios de outras cidades, tornando evidente que a epidemia de febre amarela e a crise econômica do período fortaleceram a aproximação entre esses dois mercados, principalmente com a transferência de algumas indústrias campineiras para a capital do estado. Os principais serviços e produtos paulistanos oferecidos eram: cigarros, tipografia, energia elétrica, vinho, cerveja, charuto e sabão. Havia alguns depósitos em Campinas especializados em comercializar calçados, cerveja e cigarros produzidos em São Paulo, utilizando suas marcas para atrair os consumidores.

Tabela 3

Estabelecimentos existentes em Campinas - 1908	
Estabelecimentos	Quantidade
Importadoras	14
Importadoras / Fabricante	17
Importadoras / Comissárias	2
Importadoras / Depósito	3
Depósitos / Comissários	1
Depósito / Fábrica	1
Depósitos	4
Fábricas	9
Lojas	7
Serviços	8
<b>Total</b>	<b>66</b>

Fonte: LADEIRA, José M. OCTAVIO. Benetido,(org) *Almanaque de Campinas para 1908*, Campinas: Casa Mascote, 1908. Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

---

OCTAVIO, Benedito & MELILLO, Vicente, org. *Almanach historico e estatistico de Campinas*. Campinas, Typ da Casa Mascotte, 1914.

A maior parte dos anúncios era de importadoras, que poderiam acumular as funções de fabricante, comissárias e depósito. Os produtos importados eram formicidas, louças, jóias, remédios, chapéus, tecidos, ferragens, couros, arreios, armas, vidraçarias, encanamentos e vinhos, oriundos principalmente da Europa, destacando uma diversificação na demanda por produtos que não estavam disponíveis na década de 1890. Essas casas importadoras também comercializavam as mercadorias de origem nacional, tais como a pinga, o fumo e cereais. Os estabelecimentos que importavam e fabricavam roupas, chapéus, produtos farmacêuticos, máquinas agrícolas e industriais, jóias e carimbos adotavam essa postura para oferecer uma variedade mais ampla ao consumidor, possibilitando o acesso a mercadorias importadas e nacionais. Ainda permanece uma forte dependência de produtos estrangeiros para o abastecimento do comércio na região, existindo um expressivo número de pequenas fábricas que, atreladas a importação, não disponibilizavam de estrutura e incentivos suficientes para produção em larga escala.

As casas comissárias perderam sua importância com a instalação de diversos bancos na cidade no começo do século XX. Entretanto, a existência de duas importadoras com essa função marca a permanência de uma prática muito comum nas décadas de 1880 e 1890, quando imigrantes proprietários de importadoras, por terem proximidade com o país de origem, conseguiam remeter dinheiro para bancos na Europa e conseguiam crédito facilitado nessas instituições.

As lojas vendiam louças, tintas, artigos para lavoura, ferragens, bebidas, bilhares, roupas, sapatos, brinquedos, artigos de papelaria e livraria. Havia o anúncio de hotéis, restaurantes, fotógrafos e padarias. Na década de 1890, os itens oferecidos pelas livrarias eram livros e cartões para colonos e fazendeiros. Em 1908, as livrarias comercializavam livros em branco para associações, escritórios e alunos, instrumentos musicais, perfumaria e tornavam-se gabinetes de leitura (Casa Genoud). Outra evidência que comprova o aumento da demanda por produtos e serviços na cidade é o fato dos fotógrafos oferecerem descontos nos retratos de associações e escolas, e produzirem estandartes e diplomas. O aumento quantitativo da população<sup>79</sup> e a sua atuação em organizações (associações autogeridas e instituições particulares e públicas) geraram uma demanda comercial por itens que não tinham circulação econômica tão expressiva,

---

<sup>79</sup> De acordo com Rosana Baeninger, em 1900 a cidade de Campinas possuía uma população de 67.694 habitantes, tendo aumentado 26.441 habitantes em 14 anos, ou seja, 1889 habitantes a mais por ano, desde 1886. Em 1900, o estado de São Paulo tinha uma população de 2.225.968, portanto, Campinas representava 3,04% da população estadual. Em 1886, o estado tinha 1.221.380 habitantes, e a população de Campinas representava 3,37% da população estadual.

como a impressão de diplomas, a confecção de estandartes e a fotografia de diretorias e eventos.

Tabela 4

Fabricantes existentes em Campinas - 1908		
Estabelecimento	Ramo de Atividade	Quantidade
Importadoras / Fabricante		
	Roupas	4
	Chapéus	3
	Produto farmacêutico	3
	Maquinário	2
	Armas	1
	Carimbo	1
	Jóia	1
	Arreios	2
Depósito / Fábrica		
	Bebidas	1
Fábricas		
	Charuto	2
	Produto Farmacêutico	1
	Flor artificial	1
	Violão	1
	Bilhar / Móvel	1
	Guarda-chuva	1
	Tipografia	1
	Marcenaria / colchão	1

Fonte: LADEIRA, José M. OCTAVIO. Benetido,(org) *Almanaque de Campinas para 1908*, Campinas: Casa Mascote, 1908. Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

Em relação ao quadro apresentado para 1892, é possível afirmar que houve um aumento no número de fábricas, tanto nos setores já existentes (fábricas de massas, bebidas e sabão, tipografias, olarias) quanto em setores novos (fábrica de meias, vassouras, mala, gelo). Houve a especialização de vendedores em determinados produtos, principalmente do gênero alimentício (batata, carne, fubá, queijo, ovo, hortaliça, leite), comprovando a diversificação do cultivo local. Além disso, são oferecidos serviços de beneficiamento de arroz, refinação de açúcar e moagem de fubá, evidenciando que essa etapa do processo de produção era centralizada. A produção de aguardente em três

estabelecimentos indica que o cultivo de açúcar tornou-se uma alternativa para diminuir os impactos da crise, e colocou a pinga, junto com o vinho e a cerveja, como opção de bebida para os consumidores (principalmente a classe trabalhadora). O número de açougues, padarias e quitandas aumentou muito, surgindo peixarias, sorveterias e leiteria, evidência que indica a formação de um mercado consumidor mais amplo do que o de 1892, caracterizando a cidade de Campinas como centro de abastecimento para a região.

O número de médicos e dentistas permaneceu constante, assim como os de funileiros, caldeireiros, marmoristas, alfaiates, carpinteiros e ferreiros, tendo aumentado expressivamente a quantidade de barbeiros e fotógrafos. O fato do número de alfaiates não ter aumentado pode ser explicado pela quantidade de lojas de roupas prontas que existiu nesse momento, colocando-se como forte concorrente.

As ferrovias não aparecem nesses levantamentos, entretanto, não podem ser esquecidas quando se analisa a composição da classe trabalhadora em Campinas. As Companhias de Estrada de Ferro Paulista, Mogiana, Ramal Férreo e Funilense empregavam grande número de trabalhadores, em diferentes funções (maquinistas, telegrafistas, guarda-trem, nas oficinas, armazéns, estações), tendo sido um dos primeiros estabelecimentos fabris a utilizar a mão-de-obra assalariada na região<sup>80</sup>. A sua função (transporte das mercadorias e de pessoas) colocava-se como vital para a manutenção da economia de Campinas e outras cidades, pois era o único meio de transporte mais rápido existente na época. Além disso, as ferrovias tinham uma função simbólica, pois representavam a chegada da modernidade, celebrada em todos os almanaques que contavam o histórico das companhias para evidenciar o progresso campineiro.

Em 1912, o número de anúncios é maior do que em 1908, atingindo um total de 210, sendo 180 de estabelecimentos de Campinas e 30 de São Paulo. É notável que o aumento se concentrou nos anúncios de Campinas, indicando a importância que a divulgação adquiria para a comercialização, principalmente, após a adoção do sistema de vendas a crédito em 1911<sup>81</sup>. Esse tipo de venda aparece explícito em vários anúncios, sendo que alguns locais reforçam a necessidade do pagamento a vista, contrapondo-se a nova medida, adotada para burlar a falta de dinheiro no mercado. Outra consequência da crise vivenciada pelo país é o aumento das negociações de produtos usados e o aumento

---

<sup>80</sup> SEGNINI, Liliane. *Ferrovia e ferroviários Uma contribuição para a análise do poder disciplinador na empresa*. São Paulo: Associados, 1982.

<sup>81</sup> BADARÓ, Ricardo. *Campinas O despertar da modernidade*. Campinas: CMU/Unicamp, 1996.

de depósitos especializados em produtos brasileiros, indicando a dificuldade para a importação, que reforçou a comercialização de produtos nacionais.

Tabela 5

Atividades comerciais, financeiras e agrícolas em Campinas - 1912

Estabelecimentos	Quantidade
Alfaiateria	9
Sapataria (venda e fabricação)	5
Importadora	10
Lojas	13
Armazém de Secos e Molhados	10
Depósito	4
Agentes comerciais	6
Agente de seguro	1
Banco	2
Refinação de Açúcar	2
Torrefação de café	1
Casa de beneficiamento de café	2
Lenhadora	4
Beneficiar arroz	1
<b>Total</b>	<b>70</b>

Fonte: OCATVIO, Benedito. MELILLO, Vicente. *Almanaque Histórico e Estatístico para 1912*, Campinas: Typ Casa Mascote, 1912. Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

Os anúncios de profissionais liberais, em 1912, foram numericamente expressivos, tais como os de advogados (10), dentistas (6), médicos (5), engenheiros de obras (2), engenheiro mecânico (1) e escrivão de paz (1). A presença de consultórios médicos marca uma outra diferenciação com o período de 1892, quando barbeiros ofereciam os serviços de ventosas. A noção da cura de doenças que a medicina trouxe no século XX estimulou a formação de profissionais e a adoção de remédios industrializados, tais como os elixires e os tônicos, desenvolvendo a indústria farmacêutica.

Ampliando uma produção cuja demanda é expressiva desde o final do século XIX, os anúncios de alfaiatarias e sapatarias aparecem em número maior, com algumas características em comum: estabelecimentos pequenos, anexos a lojas e importadoras de tecidos e depósitos de sapatos. Na maior parte dos casos, junto com a produção sob encomenda (não há uma produção fabril, mas sim artesanal, com emprego de pequeno número de mão-de-obra), há também a oferta de tecidos e produtos importados. Talvez

essa tenha sido uma solução para a manutenção no mercado de alfaiates e lojas de roupas prontas, atendendo possivelmente a diferentes mercados consumidores.

As importadoras continuaram a colocar no mercado produtos pouco disponíveis no país, como certas marcas de bebidas, louças, encanamentos, maquinário, ferragens. Entretanto, como é possível verificar a seguir, a produção fabril desses itens começa a se destacar na cidade. As lojas, em sua maioria, vendem roupas, sapatos, bebidas e gêneros alimentícios, colocando-se como locais diferenciados daqueles que vendem para atacado.

Verifica-se a existência de agentes comerciais, especializados em vender e comprar terras (loteamento de fazendas), casas, terrenos, ações de bancos e companhias, letras da Câmara Municipal, oferecer empréstimos sob hipoteca e penhores, além de representar casas comerciais nacionais e estrangeiras. Esse tipo de agência, junto com as evidências de aumento na demanda por materiais e serviços ligados à construção civil, demonstra que a partir da década de 1910, houve um crescimento urbano em Campinas, direcionado pela especulação imobiliária. Ou seja, o poder municipal não detinha o mesmo papel de proprietário e organizador do espaço urbano desempenhado na segunda metade do século XIX. Segundo Badaró<sup>82</sup>, esse crescimento não significou a expansão da área urbana, pois a população reocupava o espaço deixado com a fuga durante a epidemia de febre amarela. Após 1925, vários loteamentos organizados e vendidos por companhias privadas surgiram para a criação de bairros operários e industriais (Jardim Guanabara, Jardim Chapadão, São Bernardo, Parque Industrial, Vila Maria, Vila Marieta, Chácara Laranjeiras), sendo que a prefeitura restringiu a sua atuação à pavimentação de ruas.

Em relação aos serviços prestados em função da produção agrícola, havia dois aspectos: 1) a expansão da área rural estimulou a atividade de lenhadoras, que poderiam suprir as necessidades do setor de construção civil da cidade; 2) o açúcar e o arroz continuaram a ser produzidos em escala expressiva na região, atendendo a demanda interna.

---

<sup>82</sup> BADARÓ, Ricardo. Campinas. O despertar da modernidade. Campinas: Unicamp/CMU, 1996, pp. 33-36.

Tabela 6

Fabricantes existentes em Campinas - 1912			
Estabelecimentos	Quantidade	Estabelecimentos	Quantidade
Oficina de conserto de bicicleta	1	Serraria	1
Conserto de relógios	1	Oficina mecânica e serraria	1
Conserto de máquina de costura	1	Ferreiro e Serralheiro	1
Fábrica de selas	2	Carpintaria	1
Fábrica de ladrilhos	2	Carpintaria e ferraria	1
Fábrica de chapéus	1	Funilaria e Caldeiraria	5
Fábrica de charuto	1	Funilaria / Fábrica de banheira	1
Relojoaria	2	Fundição	1
Fábrica de instrumentos musicais	1	Fundição / Importação de máquinas	2
Fábrica de flores artificiais	2	Oficina de pinturas	1
Indústria química	1	Pintor	1
Fábrica de carros	1	Curtume de Campinas	1
Fábrica de canos	1	Marmoraria	2
Fábrica de louças	1	Tipografia	3
Carpintaria e Fábrica de bilhar	1	Fábrica de móveis e colchão	2
Fábrica de licor e vinagre	1	Tanoaria	1
Fábrica de massas	1	Oficina Hidráulica	1
Fábrica de bebidas (cerveja)	1	Fábrica de biscoitos	1
<b>Total</b>	<b>49</b>		

Fonte: OCATVIO, Benedito. MELILLO, Vicente. *Almanaque Histórico e Estatístico para 1912*, Campinas: Typ Casa Mascote, 1912. Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

É possível identificar algumas fábricas instaladas em Campinas que não haviam anunciado no almanaque de 1908, ou não existiam nesse período, tais como as de sela, ladrilhos, flor artificial, instrumento musical, carro, cano, louça, biscoito, bilhar e banheira. Além disso, é expressivo o número de anúncios sobre oficinas mecânicas que ofereciam serviços de funilaria, caldeiraria, marcenaria, fundição, tanoaria, ferraria e serraria, algo não muito evidente entre os anúncios e levantamento de 1908. Isso pode demonstrar o início de uma revitalização da economia industrial e comercial urbana, expressa no acréscimo da demanda por serviços de encanamentos de água e gás, instalações elétricas, metais (ferro, bronze), utensílios domésticos (pias, banheiras, lavatórios, latrinas) e materiais de construção (cimento, cal). Os anúncios de tipografias indicam que esses estabelecimentos funcionavam junto com papelarias e livrarias, oferecendo todos os tipos de materiais para escritórios, livros e máquinas de escrever.

Tabela 7

Atividades urbanas em Campinas - 1912	
Estabelecimentos	Quantidade
Barbeiro	7
Restaurante	2
Açougue	2
Padaria	6
Farmácia	9
Hotel	4
Fotógrafos	2
Cinema	2
Botequim	2
<b>Total</b>	<b>36</b>

Fonte: OCATVIO, Benedito. MELILLO, Vicente. *Almanaque Histórico e Estatístico para 1912*, Campinas: Typ Casa Mascote, 1912. Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

As barbearias, restaurantes, açougues, padarias, farmácias, hotéis, fotógrafos, cinemas e botequins estavam presentes em maior número de anúncios, evidenciando um convívio urbano mais intenso, e uma capacidade expressiva de absorção da mão-de-obra.

A partir da década de 1920, o parque industrial campineiro cresceu ainda mais e se diversificou, impulsionado por uma valorização do café (após a geada de 1918) e em consequência do desabastecimento gerado pela 1ª Guerra Mundial (1914-1917). A energia elétrica estava presente como força motriz desde 1905, permitindo o crescimento dos setores de produção de peças de vestuário, couros, peles, produtos químicos, laticínios e tipografias. Os estabelecimentos que utilizavam a energia elétrica no modo de produção ressaltavam essa característica em anúncios, como símbolo de modernidade, agilidade e melhor produtividade.

Algumas fábricas instaladas nesse período foram: Fábrica de Seda Nossa Senhora Auxiliadora (1926); Indústria de Seda Nacional (1929); Fábrica de Tecidos Elásticos Godoy e Valbert (1921); Indústria Nacional de Lápis de A O Maia Ltda. (1924); Fábrica Chapéus Cury; Indústria Brasileira de Artefatos de Ferro<sup>83</sup>; Tecelagem Princesa D'Oeste; Tecelagem Sant'Angela; São Jorge, Seda Santa Adélia; Sedas Auri-Verde; Companhia Moreira Padronização; Indústria Brasileira de Artefatos de Ferro; Fábrica de fogões Dako e Palermo; Curtume Firmino Costa e Cautúcio; Correntes Menke S/A;

<sup>83</sup> Ibidem.

Fábrica de Papéis e Papelão Campinas; Cerâmica Ortolan; Fábrica de sabão Gessy; Fábrica da Companhia Swift; Durex e Companhia Ródia Brasileira<sup>84</sup>. As indústrias têxteis integram o parque industrial campineiro apenas na década de 1920, instalando-se principalmente na Vila Industrial, quando a Indústria Têxtil Carioba deixa de fazer parte desse conjunto, pois em 1924, Americana (sede da indústria) está fora do distrito de Campinas.

Semeghini<sup>85</sup> apresenta a seguinte tabela sobre a estrutura industrial em Campinas em 1920:

Tabela 8

Estrutura Industrial em Campinas - 1920				
Indústrias	Nº de Indústrias	%	Nº de Operários	%
Indústrias Rurais	22	24,2	757	26,4
Fabricação de Máquinas	3	3,3	267	9,3
Produtos Alimentares	5	5,5	19	0,6
Bebidas	6	6,6	144	5
Fumo	3	3,3	100	3,5
Metalurgia	7	7,7	88	3
Têxtil	2	2,2	765	26,7
Móveis	7	7,7	60	2,1
Material de Transporte	3	3,3	24	0,8
Sabão	2	2,2	112	3,9
Vestuário	5	5,5	103	3,6
Couros	3	3,3	62	2,2
Tipografias	5	5,5	99	3,4
Madeira	3	3,3	120	4,2
Diversos	15	16,5	145	5,0
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>100</b>	<b>2.865</b>	<b>100</b>

Fonte: SEMEGHINI, Ulysses. *Do café à indústria. Uma cidade e seu tempo*. Campinas: Unicamp/CMU, 1991, p. 77.

No setor têxtil houve a inclusão de dados sobre a Indústria Carioba (Americana), desconsiderados nesse estudo. As indústrias rurais envolvem a transformação e beneficiamento de arroz, algodão, café, cana, milho e açúcar. De acordo com o autor, o setor de fabricação de máquinas empregava menos trabalhadores do que no começo do século XX. “A Companhia Mac Hardy, que em 1900 tinha 320 operários, empregava apenas 200 em 1920; a Companhia Lidgerwood tinha em Campinas 47 operários, estando o grosso da produção em São Paulo.”<sup>86</sup> No setor de metalurgia não estão

<sup>84</sup> GODOI, Silvino. “A indústria em Campinas” in *Monografia Histórica do Município de Campinas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

<sup>85</sup> SEMEGHINI, Ulysses. *Do café à indústria. Uma cidade e seu tempo*. Campinas: Unicamp/CMU, 1991, p. 77. As fontes utilizadas pelo autor para analisar a formação industrial de Campinas foram: os trabalhos de Bandeira Jr. (1901), o do Centro Industrial do Brasil (1907) e as Estatísticas Industriais de 1927 a 1930, referências de Silvino de Godoi, in *IBGE*, 1952 e São Paulo (Estado), 1920. Boletim de Diretoria de Indústrias e Comércio, 1920.

<sup>86</sup> *Ibidem*, p. 77.

incluídas as oficinas da Companhia Mogiana, que aumentariam a importância do setor. Dos estabelecimentos analisados, apenas 5 possuíam mais de 100 operários, outros nove empregavam entre 50 e 100 operários, e as restantes 77 indústrias tinham menos de 50 operários, caracterizando-se pela diversificação da produção, concentrada nos bens de consumo e na transformação de matérias-primas como o couro e a madeira. Segundo Semeghini, esses dados evidenciam que a implantação fabril na cidade continuava obedecendo à evolução da base agrícola, ao crescimento do mercado consumidor e à importância de Campinas como centro ferroviário.

O setor têxtil, inexistente anteriormente, correspondia a instalação de 4 fábricas, com 764 operários, sendo uma de fiação e tecelagem de algodão (116 operários), outra de tecidos elásticos (23 operários), de fiação de seda (559 operários) e fiação e tecelagem de seda (66 operários).

Segundo Semeghini, o setor de produção de bens de consumo (produtos alimentares, bebidas, madeira e mobiliário, sabão e metalurgia) provocou o aumento de 25% no número de trabalhadores entre 1920 e 1929, enquanto o setor de produção de máquinas permaneceu constante.

Nota-se nessa década expressivo crescimento do número de estabelecimentos de pequeno porte, disseminados nos vários ramos, bem como o surgimento de atividades industriais em pequena escala até então inexistentes (vidros, ladrilhos e mosaicos, alguns tipos de instrumentos). Fato digno de registro é que, desde 1908, a legislação municipal incentivava a implantação industrial, concedendo-lhe favores. A partir de 1920, no entanto, esse favorecimento torna-se mais efetivo com isenções do Imposto sobre Indústrias e Profissões e a cessão de terrenos; seu peso não deve ser desprezível quanto ao aumento do número de estabelecimentos na década, em especial dos pequenos.<sup>87</sup>

Um exemplo da importância do incentivo fiscal para a implementação da indústria foi descrito por Silvino Godoi<sup>88</sup>, quando o vereador Álvaro Ribeiro, através da resolução nº 606, de 21 de dezembro de 1920, concedeu a isenção do pagamento de impostos durante 10 anos para a Fábrica de Tecidos Elásticos de Godoy e Valbert.

O fato dos estabelecimentos menores predominarem no setor de produção em Campinas compromete em parte os dados apresentados em estatísticas, que nem sempre abrangem a totalidade dos estabelecimentos. Semeghini apresenta uma explicação verossímil para a formação do parque industrial em 1920, entretanto engana-se quando afirma que a produção de ladrilhos, instrumentos e outros era nova nesse

---

<sup>87</sup> Ibidem, p. 79.

<sup>88</sup> GODOI, Silvino. "A indústria em Campinas" in *Monografia Histórica do Município de Campinas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952, p. 527.

período. É possível encontrar registro da presença dessas fábricas em Campinas desde 1912. Esses estabelecimentos surgiram ainda nos anos de 1910 e, provavelmente, na década seguinte, ampliaram a capacidade produtiva e o número de estabelecimentos existentes. Ao utilizarmos as mesmas categorias de classificação para as indústrias que Semeghini adotou na tabela 8 para os dados apresentados nos almanaques de 1912 e 1914 encontramos o seguinte resultado:

Tabela 9

Indústrias	Nº de Indústrias - 1912	Nº de Indústrias - 1914	Nº de Indústrias - Semeghini
Indústrias Rurais	29	22	22
Fabricação de Máquinas	2	2	3
Produtos Alimentares	9	20	5
Bebidas	14	13	6
Fumo	1	4	3
Metalurgia	19	14	7
Têxtil	0	0	2
Móveis	12	10	7
Material de Transporte	2	2	3
Sabão	4	2	2
Vestuário	32	24	5
Couros	2	2	3
Tipografias	5	7	5
Madeira	24	36	3
Diversos	44	47	15
<b>Total</b>	<b>199</b>	<b>205</b>	<b>91</b>

Fonte: SEMEGHINI, Ulysses. Do café à indústria. Uma cidade e seu tempo. Campinas: Unicamp/CMU, 1991, p. 77; OCATVIO, Benedito. MELILLO, Vicente. *Almanaque Histórico e Estatístico para 1912*, Campinas: Typ Casa Mascote, 1912; OCTAVIO, Benedito & MELILLO, Vicente, org. *Almanach historico e estatistico de Campinas*. Campinas, Typ da Casa Mascotte, 1914. Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

A tabela comprova que os setores industriais que se desenvolveram durante a década de 1920 já existiam em Campinas desde os anos 1910, sendo inovador apenas a instalação das indústrias têxteis. É necessário rever o consenso que se estabeleceu na historiografia sobre Campinas, afirmando que a crise cafeeira de 1910-1911 paralisou a economia campineira. Não há dúvidas de que a cidade sofreu com esse episódio, entretanto, o parque industrial já apresentava certa diversificação, baseado em estabelecimentos de pequeno porte. A crise afetou principalmente o cultivo do café, as importações e o comércio, evitando que as indústrias conseguissem aumentar seu volume de produção e o número de estabelecimentos.

A alta do preço do café em 1918, o desabastecimento gerado pela 1ª Guerra Mundial, o aumento populacional e os incentivos municipais, que se tornaram mais sistemáticos, podem explicar o boom industrial da década de 1920. Esse crescimento significou, principalmente, a ampliação dos setores de bens de consumo e a vinda de

indústrias têxteis, representando uma modificação nas características do quadro industrial campineiro.

As indústrias em Campinas ganharam impulso com a construção das ferrovias e o aumento da demanda por maquinário agrícola, destacando entre os anos de 1880 e 1900, o setor metalúrgico que sofreu uma estagnação a partir do desenvolvimento dos outros setores durante a década de 1920. Uma hipótese para explicar esse fato é a de que o maquinário usado nessas novas indústrias era importado, tornando o setor metalúrgico nacional responsável apenas pela manutenção, tornando o parque industrial dependente do mercado externo para o abastecimento desse tipo de produto. Outra hipótese é a de que o setor metalúrgico se especializou em serviços de encanamentos, caiação, direcionando-se para uma demanda crescente devido ao processo de expansão urbana, garantindo sua manutenção no quadro industrial campineiro. Isso fica evidente nos anúncios de 1912, devido ao aumento de ofertas, por parte de oficinas mecânicas e funilarias, para o conserto de máquinas e serviços de encanamentos.

A principal característica das indústrias em Campinas, durante a Primeira República, era o pequeno porte dos estabelecimentos, empregando um número reduzido de operários. Os dados da Estatística Industrial de 1920<sup>89</sup> comprovam esse fato, pois relata que a cidade possuía 83 estabelecimentos, e 1.604 operários, enquanto Jundiaí apresentava 27 estabelecimentos e 2.370 operários, sendo que 2.024 trabalhadores estavam empregados em 5 indústrias ( 2 têxteis, 2 oficinas mecânicas – da Cia Paulista e da Arens – e 1 cerâmica). A estatística não apresenta dados sobre a oficina mecânica da Companhia Mogiana, o que elevaria consideravelmente o número de trabalhadores em Campinas.

Entretanto, é interessante notar que o parque industrial campineiro, durante o período analisado, não possuía um número elevado de estabelecimentos fabris com grande concentração de trabalhadores. Somente uma fábrica de sabão (José Millani & Cia.), uma oficina mecânica (Cia Mac-Hardy) e uma fábrica de máquina de café (Casa Piconi) possuíam mais de 100 operários, segundo os dados da estatística de 1920.

De acordo com Semeghini, nem mesmo o setor têxtil modificou essa tendência. Essas evidências nos indicam uma hipótese para compreender o processo de industrialização em Campinas: apesar de ser uma das maiores produtoras de café do estado de São Paulo, esse capital não financiava diretamente a fundação de indústrias,

---

<sup>89</sup> Estatística Industrial. Relação de fábricas e oficinas do município de Campinas. *Boletim do Departamento de Indústria e Comércio*, nº 7 e 8, julho e agosto de 1920.

mas sim os serviços públicos prestados na cidade e as ferrovias. A produção industrial, principalmente em pequena escala, ocorria em estabelecimentos instalados pelos moradores urbanos, que acumularam capital com o comércio e/ou a importação, ou conseguiam crédito com capitalistas e casas comissárias. Isso explicaria a forte presença de imigrantes ou descendentes como proprietários de fábricas.

O estudo da composição industrial de Campinas através da bibliografia e das fontes durante os anos de 1906 e 1930 destaca as informações necessárias para a interpretação do modo como os trabalhadores se identificavam e atuavam na sociedade através das associações mutualistas e recreativas. Por exemplo, essa ausência de fábricas com grande número de trabalhadores, nos permite compreender o peso dos ferroviários e empregados na metalurgia (categorias numericamente mais expressivas em Campinas) na organização dos trabalhadores. Além de indicar explicações para o fato de ser pequeno o número de associações organizadas por categoria (foram localizadas apenas de ferroviários ou da Cia Mac-Hardy), sendo mais comum a existência de sociedades italianas, portuguesas, espanholas, alemãs, negras e operárias (sem a distinção da profissão).

A dinâmica social da cidade campineira torna-se visível através da imprensa local existente durante a Primeira República. Além dos jornais fundados no final do século XIX, que permaneceram circulando, houve o surgimento de três periódicos no século XX. O *Comércio de Campinas* (1900/1920) foi criado por Henrique Barcelos, O *Diário do Povo* (1912) foi um dos últimos periódicos a surgirem antes das modificações na imprensa, que reformularam o conteúdo das reportagens e encareceram o maquinário para a publicação, diminuindo o número de jornais, e o *Correio Popular*, fundado em 1924, por Álvaro Ribeiro (advogado e político), ao desligar-se do *Diário do Povo*, adotando máquinas e tecnologias inovadoras<sup>90</sup>.

O único jornal operário localizado foi *A Voz operária*, de 1907. Nesse exemplar há uma reportagem retratando o lançamento do periódico, em 1906, com a intenção de ser publicado mensalmente. Entretanto, “os grandes afazeres” impediram a realização disso. O programa inicial definia como missão do jornal a defesa “da classe que sempre vive maltratada e explorada pela burguesia capitalista”, além de se comprometer em fazer a propaganda pelas 8 horas de trabalho. “Não importando que sejam católicos ou não, monarquistas ou republicanos, socialistas ou anarquistas, nacionais ou estrangeiros”, o jornal operário se orgulhava em cumprir essa meta, apesar dos ataques da Igreja Católica

---

<sup>90</sup> MONOGRAFIA Histórica do Município de Campinas. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

contra iniciativas da Liga Operária na área da educação. O objetivo dos redatores era viabilizar a publicação mensal do periódico, para que os operários denunciassem as arbitrariedades e defendessem a classe.

No livro *Discriminações Raciais*, de Cleber Maciel<sup>91</sup>, há um levantamento dos jornais fundados por associações negras em Campinas. O *Baluarte* era o órgão oficial do Centro Literário dos Homens de Cor, dedicado a defesa da classe, e parece ter circulado apenas nos anos de 1903-1904, restando apenas um único número, de 15 de janeiro de 1904. D' *O Bandeirante* (1910), assim como de outros periódicos, não restaram exemplares, sendo conhecida a existência desses jornais através de indicações em outros periódicos.

Em 1912 foi fundado *O Combate*, pretendendo reunir toda a ação dos negros do interior. *A União* surgiu em 1917, editado pela União Cívica dos Homens de Cor e representava cinco entidades negras. Outros jornais localizados, que circularam em pelo menos cinco números, foram os *Luiz Gama*, *A Juventude*, *O Discípulo*, *A Renascença* e *O Raio*. O principal jornal foi *Getulino* (1923-1926), com tiragem de 1.500 exemplares, revelando os problemas, as opiniões e o cotidiano dos negros em Campinas. Os exemplares desse jornal estão disponíveis para consulta no Arquivo Edgard Leuenroth, sendo uma das principais fontes para interpretar a população trabalhadora negra em Campinas no período abordado por essa pesquisa. *A Protetora* (1922-1924), órgão da Associação dos Brasileiros Pretos, abordava as mesmas questões com opiniões diferentes daquelas expostas no *Getulino*, sendo muito criticado por esse último.

Outros aspectos da sociedade campineira, tais como a organização política, serão analisados nos capítulos seguintes, a partir da dinâmica administrativa das associações operárias mutualistas e recreativas. Esse exercício permite explorar as interpretações elaboradas pelos trabalhadores sobre a sociedade em que viviam, e a forma como as outras classes sociais entendiam essas organizações operárias.

---

<sup>91</sup> MACIEL, Cleber da Silva. *Discriminações Raciais. Negros em Campinas (1888-1926)*. Campinas: Unicamp/CMU, 1997.

## Capítulo 2 – As associações mutualistas e recreativas em Campinas

### 2.1 – Características do objeto de estudo

As associações mutualistas campineiras ofereciam auxílio-doença, auxílio-invalidez e auxílio-funeral, benefícios que as definiam como mutualistas no momento de fundação<sup>92</sup>. Entretanto, associações recreativas ou de outras finalidades, também ofereciam esses auxílios, que permaneciam em segundo plano. A Federação Paulista dos Homens de Cor, em seus estatutos registrados em 1910, apresenta no artigo 4 sua finalidade:

Parágrafo 1 – promover entre os associados a propaganda em prol do engrandecimento moral e intelectual da raça preta no Brasil.

Parágrafo 2 – desenvolver as aptidões literárias e a educação cívica dos associados, acompanhando de perto a evolução política interna e externa do país.

Parágrafo 3 – zelar pela educação dos sócios adultos analfabetos, ministrando-lhes aulas diurnas e noturnas.

Parágrafo 4 – criar uma biblioteca de estudos para os associados tendo anexo uma sala de palestra, café e leitura.

Parágrafo 5 – organizar um programa de conferências públicas e sessões literárias comemorativas dos grandes fatos históricos e das principais datas nacionais.

Parágrafo 6 – socorrer os associados em caso de doença, invalidez ou morte, ministrando-lhe todos os socorros materiais, inclusive os serviços médicos e farmácia, quando enfermos.

Parágrafo 7 – auxiliar os funerais dos sócios que falecerem em gozo de seus direitos sociais.

Parágrafo 8 – proteger os sócios pelos meios ao alcance da diretoria e outros, quando sujeitos a ação da justiça por crime não infamante.

É interessante notar que o próprio movimento operário discutia a validade da oferta de auxílios para a atuação reivindicatória dos trabalhadores, como mostram os Congressos Operários realizados nas primeiras décadas do século XX. Em abril de 1906, foi organizado o Primeiro Congresso Operário, apresentando “clara influência do sindicalismo revolucionário”<sup>93</sup>, com credenciamento da Liga Operária de Campinas, representada por Alfredo Vasques e Antonio Augusto do Amaral Chaves. Houve a declaração de solidariedade e adesão, sem o envio de representantes, por parte da União

---

<sup>92</sup> Os estatutos da Liga Humanitária dos Homens de Cor, da Sociedade Humanitária Operária e da Sociedade Beneficente, Isabel a Redentora reproduzem as finalidades definidas nas atas de fundação. Geralmente, eles eram definidos em dois artigos, como os reproduzidos, a seguir, dos estatutos da Liga dos Homens de Cor. Artigo 2 – São seus fins: parágrafo 1 – socorrer os seus associados quando enfermos com auxílios pecuniários e quando em estado de invalidez, com pensões. Artigo 2 – contribuir para os funerais dos associados.” Os valores pagos em cada situação era definido pela diretoria, e aprovados em assembléia geral, de acordo com o momento econômico.

<sup>93</sup> PINHEIRO, Sérgio Paulo. HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil. Documentos 1889 a 1930*. Volume 1 – O Movimento Operário, São Paulo: Alfa-ômega, 1979, p. 41.

dos Trabalhadores Gráficos de Campinas. A respeito da relação entre o sindicato de resistência e o mutualismo, foi dada a seguinte declaração pelo Congresso:

Considerando que a resistência ao patronato é a ação essencial e que, sem ela, qualquer obra de beneficência, mutualismo, ou cooperativismo seria toda a cargo do operariado, facilitando mesmo ao patrão a imposição das suas condições; que essas obras secundárias, embora trazendo ao sindicato grande número de aderentes, quase sempre sem iniciativa e sem espírito de resistência, servem muitas vezes para embaraçar a ação da sociedade que falta inteiramente ao fim para que fora constituída – a resistência; o congresso aconselha, sobretudo, resistência, sem outra caixa a não ser a destinada a esse fim e que, para melhor sintetizar o seu objetivo, as associações operárias adotem o nome de sindicato.

Na sessão de diretoria do dia 27 de fevereiro de 1906, a Sociedade Humanitária Operária, associação mutualista campineira, decidiu que sua sede social seria junto com a Liga Operária de Campinas, na rua Ferreira Penteado nº 171. Em junho de 1906, a Liga comunicou que iria mudar sua sede, ressaltando que o aluguel da sala no novo prédio seria maior. A Humanitária Operária mudou para a nova sede da Liga, a rua Regente Feijó, nº 39, em julho do mesmo ano.

Entretanto, em outubro de 1906, o zelador da Sociedade Humanitária Operária lança em ata uma proposta para pagarem um aluguel menor, sendo que a Liga se mostra irredutível na negociação. Outro fato, porém, parece esclarecer os motivos da insatisfação da diretoria da Humanitária Operária.

O sr Presidente pede aos srs Magnus Gustavson, Antonio Boza, Germano de Souza informá-lo se é certo, que o sr Francisco Rios, zelador da Liga Operária, propôs em Assembléia última dessa, a eliminação da Sociedade Humanitária Operária da sua sede; respondendo essas afirmativamente e sendo ainda por fim confirmado pelo sr Vice Presidente.

O incidente gerou a convocação de uma assembléia geral extraordinária, em 15 de novembro de 1906, para que os sócios votassem se deveriam ou não pagar 35\$000 de aluguel para a Liga Operária. Numa primeira votação, essa proposta foi aceita. Entretanto, um requerimento assinado por 33 sócios fez com que a assembléia tivesse poderes para decidir sobre a mudança de sede da Sociedade Humanitária Operária.

O sr Presidente pede a palavra, declarando que esta Assembléia fora convocada só para tratar-se da mudança da sede social. E propõe que a resolução seja feita por meio de escrutínio secreto, devendo suspender-se a sessão por 10 minutos para os srs sócios muniram-se de suas cédulas, nas quais deverão esclarecer se devemos ficar ou mudar. Proposta esta que foi aceita. ... Em seguida, autoriza o 1º Secretário proceder a chamada verificando-se 59 chapas, as quais apuradas deram o seguinte resultado: 35 a favor da mudança e 24 contra, ficando pois resolvido a mudança da sede oficial. O sr Presidente José Fonseca usando em seguida da palavra declara que para o futuro poderá receber uma outra petição assinada por 25 sócios quites, para

combaterem a resolução da Assembléia de hoje, e que de conformidade com nossos estatutos será obrigado a atender, caso a Assembléia de hoje não ponha um termo final sobre esta questão. E propõe que a Assembléia Geral de hoje seja a última e definitiva sobre a questão da mudança da sede social. Proposta esta que foi aceita, ficando resolvida pela presente Assembléia, que o sr Presidente desta Associação não deverá atender mais a qualquer petição referente a mudança de sede social. Em seguida pede a palavra o sr Manoel J Martins que propõe não dever mais a Sociedade Humanitária Operária se ajuntar com qualquer outra Associação em tempo algum, devendo a mesma ficar sempre independente. Proposta esta que ficou aprovada e que fica bem patente no ato de hoje.

Alguns aspectos intrigantes se destacam desse episódio. Em primeiro lugar, há sócios da Liga Operária que pertencem ao quadro de associados da Sociedade Humanitária Operária, apesar do combate ideológico as associações mutualistas pelo movimento operário. O fato da Humanitária Operária ter sua sede junto a Liga Operária parecia aproximar essas duas sociedades, principalmente em um ano de greve dos ferroviários da Companhia Paulista e outros setores (1906), quando a Liga Operária de Jundiaí e de Campinas desempenharam papel importante nas negociações.

Portanto, é possível concluir que, no início do século XX, em Campinas, várias organizações operárias conviviam simultaneamente. As associações mutualistas poderiam se relacionar com sociedades reivindicatórias, organizações como a Federação Paulista dos Homens de Cor poderiam oferecer benefícios mutualistas. Em 1916, a Liga Humanitária dos Homens de Cor, outra associação mutualista de Campinas, declarou que seu pavilhão foi cedido pela Liga Operária de Campinas e, assim que retomasse as suas atividades, ele deveria ser devolvido. Em outubro de 1916, a Liga Operária entrou em contato com a Liga dos Homens de Cor para pedir o escudo e o pavilhão que foram emprestados, pois iriam retomar as suas atividades na cidade. Em dezembro do mesmo ano, a Liga dos Homens de Cor devolveu os objetos e, em fevereiro de 1917, a Liga Operária convidava para assistir a assembléia para eleição e posse do conselho fiscal. Essa realidade permitiu que vários trabalhadores se associassem em diferentes sociedades, construindo uma rede de relacionamentos que possibilitava uma ampla representatividade social.

A decisão adotada pelo Congresso de 1906 parece ter influenciado na forma como alguns associados da Liga Operária interpretavam a relação dessa com a sociedade mutualista. Isso pode explicar a decisão da Humanitária Operária de não mais dividir sede com associações, buscando um espaço próprio e independência. Entretanto, a Liga Operária manteve contato com a Humanitária Operária enviando comunicados e convites para a posse dos novos conselhos de 1907 a 1910. A relação próxima da Liga Operária

com associações mutualistas pode ser interpretada como uma estratégia para conquistar novos sócios e manter a associação, problemas recorrentes nos questionamentos elaborados pela Liga Operária de Campinas em outros congressos.

Em 1908, ocorreu o Segundo Congresso Operário Estadual de São Paulo, sendo os representantes da Liga Operária de Campinas, Ramon Durão e Paulino Sant'Anna. É interessante verificar que Ramon Durão foi aceito como sócio da Sociedade Humanitária Operária em 1900, permanecendo no quadro de associados até 1910.

Na terceira sessão, a Liga Operária de Campinas perguntou se as diversões de propaganda no seio das associações de classe trariam algum resultado, justificando a abordagem de tal temática uma vez que “nesses últimos meses veio patentear ali a necessidade de cogitar um meio qualquer para conseguir uma maior freqüência de sócios a sede social.” Os debatedores não acham que o tema tenha grande importância, e propuseram a adoção de diversões que fizessem a propaganda da finalidade reivindicatória, tais como recitais e palestras, excluindo festas, bailes e jogos.

Na sessão seguinte, a Liga Operária de Campinas propõe a discussão de meios práticos para garantir a vida de um órgão defensor da classe, “em vista da dificuldade que apresenta a cobrança da assinatura particularmente no interior do Estado.” Paulino Sant'Anna apresentou a proposta de comprar uma tipografia e nomear um companheiro para viajar pelo interior do Estado organizando conferências e procurando cobrar assinaturas do jornal e angariar novos assinantes.

Houve uma discussão sobre como deveria ser feita a cobrança da assinatura através das Ligas existentes nas cidades do interior, ou se deveria ser adotada a estratégia proposta por Sant'Anna. Alguns defendiam que não é economicamente viável comprar uma tipografia e bancar a viagem de um companheiro para vender e fazer propaganda do jornal, outros acreditavam que o jornal só deve chegar nas cidades que possuem Ligas e que elas devem aumentar a cobrança da mensalidade daqueles sócios que eram assinantes para garantir remessa da verba para o jornal. Outros esclareceram que a maior parte das Ligas não possuíam caixa suficiente para isso, sendo mais interessante uma divulgação do jornal através de palestras, mesmo em locais onde não existam ligas. A moção aprovada foi a que afirmava que o Congresso não podia fazer os cálculos necessários, portanto, deixando a questão ao encargo da Federação Operária, que deveria pedir um referendun com a opinião dos sindicatos federados.

O fato da Liga Operária de Campinas encontrar dificuldades para manter a freqüência dos associados, além de não obter meios eficazes para a cobrança da

assinatura do jornal, indica que os benefícios oferecidos pelas associações mutualistas e recreativas exerciam maior apelo entre os trabalhadores campineiros, e possibilitavam a sobrevivência financeira dessas sociedades. O debate nesses congressos evidencia que era priorizada a organização “dos operários ‘conscientes’, mesmo que em pequeno número, ao invés de atrair para as organizações o conjunto dos trabalhadores, independentemente do seu grau de politização.”<sup>94</sup> Talvez, existia na Liga Operária de Campinas uma tensão entre adotar essa postura defendida nos congressos, que dificultava a sobrevivência financeira da sociedade, e aderir a outras práticas que pudessem atrair maior número de associados, nem sempre relacionadas com o âmbito reivindicatório.

Um dos aspectos que se destaca dessas evidências é a demanda existente pelo auxílio-doença, funeral e a sua força de atração entre os trabalhadores, em diferentes categorias. Não é muito difícil imaginar a instabilidade que prevalecia nas relações entre trabalhadores assalariados e empregadores, no começo do século XX, em Campinas. A doença, a invalidez ou a morte poderiam significar a inserção da família em um estado de extrema pobreza e precariedade. A solução não passava por uma legislação social ou por iniciativas dos patrões, que utilizavam as associações desse gênero, mantidas pela empresa, para explorarem ainda mais os empregados. Ela se originava na iniciativa particular, na organização dos próprios trabalhadores em associações de socorros mútuos, que forneciam o pagamento dos auxílios, ou ainda, o acesso a médicos ligados a sociedade, a farmácias credenciadas e até internações em hospitais (que poderiam ter sido construídos pelas associações ou não).

As associações recreativas campineiras ofereciam bailes, saraus, o aluguel dos salões para outras entidades realizarem festividades e reuniões, possuíam ou contratavam bandas, músicos, construíam bibliotecas, disponibilizavam aulas de música, de danças, convidavam oradores para discorrer sobre a associação ou temas relevantes em datas comemorativas, ofereciam jogos de baralho, bilhar e ping-pong, além de encenarem peças teatrais, ensaiadas entre os próprios associados. O jogo era muito fiscalizado pelos poderes público e policial, que buscavam reprimir a ilegalidade de certos tipos de jogos, restando os espaços promovidos pelas associações recreativas como um dos únicos, onde a prática dos jogos oferecidos era legal. A maior parte das associações recreativas pesquisadas buscava aprimorar os divertimentos oferecidos, cuidando da

---

<sup>94</sup> FORTES, Alexandre. Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. In *Cadernos AEL*, nº 10/11, *Sociedades Operárias e Mutualismo*, Campinas:Unicamp/IFCH, 1999, p. 180.

reputação da organização, para que atraísse associados pela sua imagem moral e pela qualidade de seus serviços.

Nos dois tipos de associação, os sócios só eram admitidos se propostos por um associado, se a diretoria ou a comissão de sindicância o conhecesse, se possuísse boa conduta moral, estivesse dentro do limite de idade estabelecido e, no caso das associações mutualistas, apresentando-se saudável. Tanto para o pagamento dos auxílios quanto na realização de bailes, peças teatrais ou jogos havia membros da diretoria responsáveis pela fiscalização dos sócios, evitando abusos, que poderiam ser o uso inadequado dos benefícios, a ingestão de bebida alcoólica em grandes quantidades, ou o modo como se vestiam.

A Sociedade Dançante Familiar União da Juventude, em sessões de diretoria, discutia se era conveniente exigir que os associados usassem coletes nos bailes, determinando que os fiscais tomassem medidas enérgicas para evitar o desleixo dos associados dentro das sedes, tais como a permanência descalços. Na Liga Humanitária dos Homens de Cor, as assembléias gerais eram encerradas com “um profuso brinde com copo de água”, evidenciando o distanciamento da imagem que os ligava a trabalhadores e negros bêbados. Exemplos de como a fiscalização dos associados era algo rígido e severo acontecia freqüentemente na Sociedade Humanitária Operária, pois os associados que recebiam auxílios e eram vistos em “diversões noturnas”, ou não eram encontrado em casa à noite, tinham seus auxílios suspensos. É interessante notar que esse aspecto administrativo ocasionava constantes conflitos entre a diretoria e os associados.

As quermesses eram realizadas, principalmente, para a arrecadação de fundos para determinada sociedade, nos passeios públicos. O leilão de prendas, as barracas com jogos e comidas e as tómbolas (bingo) eram as diversões oferecidas, além de bandas musicais. Era comum existir uma cooperação entre diferentes associações para a realização de uma quermesse, em prol de alguma entidade específica. Por exemplo, a Sociedade Humanitária Operária, em 1908, recebeu um ofício da Sociedade Portuguesa de Socorros Mútuos pedindo algumas cadeiras emprestadas para a quermesse que organizavam. No jornal *A Cidade de Campinas*, de 22 de abril de 1909, foi noticiado um festival literário-musical realizado no salão do Club Concórdia, em benefício do maestro campineiro Azarias Dias de Melo. A nota do jornal descrevia um grande número de participantes, principalmente, por ser “uma festividade para um fim tão alto e justo”.

No mesmo jornal, no dia 10 de novembro de 1910, foi anunciada uma quermesse, no bosque dos Jequitibás, organizada pela Sociedade Protetora dos Condutores de Veículos, “cujo produto reverterá em favor dos cofres sociais”. A festa teria leilão de prendas, tômbola e a banda Ítalo-brasileira.

A organização de bailes, quermesses e peças teatrais permite explorar a atuação das mulheres nas associações recreativas. Em algumas sociedades, elas possuíam uma diretoria própria, eleita junto com a masculina. As associadas sempre se destacavam na formação de comissões que promoviam bailes, eram responsáveis pela decoração, ensaiavam e atuavam nas peças teatrais, trabalhavam nas barracas e arrecadavam as prendas para as quermesses. Além disso, eram um dos atrativos dos bailes e saraus dançantes promovidos pelas associações recreativas, existindo regras e mudanças de horário para assegurar a presença em grande quantidade das mulheres. O prestígio e progresso de uma associação recreativa poderiam ser medidos pelo número de mulheres que a freqüentavam e como eram suas condutas morais. Tanto na Sociedade Grêmio Luis de Camões, quanto na Sociedade Dançante Familiar União da Juventude, havia a preocupação constante das diretorias para garantirem um número razoável de mulheres nos bailes, permitindo que os homens conseguissem pares para dançar sem dificuldades.

Portanto, as associações operárias recreativas eram espaços de lazer que procuravam funcionar de acordo com os valores morais defendidos pela sociedade campineira, construindo uma imagem que valorizava as mulheres que freqüentavam esse ambiente. Isso era importante porque distanciava os trabalhadores e suas famílias da classificação adotada pela imprensa campineira para aqueles que praticavam atos condenáveis – os “vagabundos”. No jornal *A Cidade de Campinas*, de 19 de janeiro de 1907, houve uma denúncia de “vagabundos de ambos os sexos que se comprazem em dar espetáculos triste aos transeuntes”. De acordo com a nota, esses vagabundos soltavam improperios, dificultavam o trânsito, armavam brigas, exibiam cenas de alcoolismo, sendo necessário que “pelo bem da moralidade e do sossego público”, a polícia deveria agir energicamente.

Outra denúncia foi feita em dezembro de 1907, descrevendo os “vagabundos” como pessoas que “incomodam e ofendem, porque tais indivíduos timbram em repudiar a moral”, cobrando um posicionamento dos policiais para evitar tais incômodos. Em 20 de dezembro de 1910, o jornal *A Cidade de Campinas*, relatou que todas as noites se reuniam nos botequins da rua Conceição, no trecho entre as ruas Francisco Glicério e Barão de Jaguará, “uma malta de pretos vagabundos” que se embriagavam, cometiam

balbúrdias e cenas escandalosas, impedindo que senhoras passassem no trecho, além de promoverem provocação e pequenas desordens.

Ontem, à noite, dois pretos divertiam-se em frente a um dos botequins daquele trecho no jogo de 'capoeiragem' provocando o ajuntamento de desocupados e impedindo o trânsito. Dois policiais, avisados do ocorrido efetuaram a prisão dos capoeiras levando-os para o xilindró onde pernoitaram. Convém que o trecho referido seja policiado rigorosamente para se evitar cenas dessa natureza.

Há duas distinções feitas na imprensa para as pessoas que praticavam atos considerados imorais pela sociedade campineira – os “vagabundos” e os “pretos vagabundos”. Portanto, uma preocupação comum a todas as associações recreativas operárias que ofereciam bailes e festivais era determinar um horário que permitisse que “mulheres honradas” freqüentassem os eventos. Isso indica que o período noturno na cidade era compreendido pela sociedade, em geral, como uma ameaça, um momento que exigia constante fiscalização e atuação enérgica policial. Portanto, a criação de associações recreativas pelos trabalhadores driblava esse estereótipo e possibilitava vincular uma imagem digna aos associados, pois praticavam o lazer em horários e locais considerados adequados. Outro aspecto comum as associações operárias recreativas era eliminar as associadas que tivessem comportamento moral duvidoso, reforçando a afirmação de que as associações dialogavam com as imagens e valores morais tidos como corretos pela sociedade.

Para as associações operárias recreativas organizadas e freqüentadas por negros, havia uma preocupação maior em construir uma imagem diferente daquela publicada na imprensa. A restrição do uso de bebida alcoólica, a preocupação com as roupas utilizadas na sede e com os comportamentos adotados pelos associados eram mais discutidas pela diretoria dessas associações, gerando uma fiscalização mais rigorosa.

Outro benefício prestado por associações mutualistas, muito procurado a partir da década de 1910, foram os empréstimos financeiros, mediante a assinatura de hipotecas. A maioria dos pedidos era feita por associados que buscavam construir ou reformar sua casa, adquirir um terreno. Desse modo, o acúmulo de capital nessas associações permitia aos associados obterem crédito, com juros e modo de pagamento compatíveis com suas condições, para realizarem melhorias em suas vidas.

Durante a década de 1910, de acordo com as informações apresentadas no capítulo 1, a cidade de Campinas sofreu um crescimento urbano expressivo, orientado pelo interesse do mercado imobiliário. Portanto, os benefícios prestados pelas associações mutualistas permitiam a formação de um fundo social que, mediante a crise

financeira vivenciada nesse período, era mais rentável quando hipotecado. É interessante notar que as associações recreativas dificilmente conseguiam oferecer hipotecas, pois não encontravam meios para acumular um fundo que permitisse essa atividade.

As hipotecas eram assinadas em cartório, dando como garantia, quase sempre, o imóvel a ser construído. Em poucos casos, os empréstimos eram concedidos para pessoas não associadas. Na ata de sessão de diretoria de 8 de outubro de 1920, na Sociedade Humanitária Operária, há a reprodução de uma indicação de hipoteca

A Sociedade Humanitária Operária emprestará ao sr Germano Garllip e sua esposa a importância de 3:500\$000, aos juros de 10% ao ano, pelo tempo de 5 anos, recebendo como garantia a primeira hipoteca do prédio a rua Duque de Caxias n 179; os juros serão pagos mensalmente.

Isso indica que, entre os trabalhadores associados, havia algumas categorias melhor remuneradas, que conseguiam pagar mensalmente os empréstimos feitos. Torna-se mais complexo compreender a relação entre diferentes categorias de trabalhadores dentro de uma associação mutualistas, pois o fundo social era formado pela contribuição de todos os associados, independente de sua qualificação. Porém, apenas alguns trabalhadores poderiam se beneficiar dele para obter sua casa própria, por exemplo. Além disso, a própria associação oferecia esse tipo de serviço visando aumentar seu fundo social, pois reconhecia que era mais rentável do que outras aplicações. Há uma lógica capitalista adotada pelos trabalhadores para administrar o dinheiro arrecadado nas associações mutualistas, porém, essa lógica prevalecia quando pensavam estratégias para aumentar o fundo social. Todas as diretorias das associações operárias mutualistas, durante a epidemia de gripe espanhola de 1918, cortaram esse tipo de serviço, pois precisavam de todo o capital disponível para pagar os auxílios doença e funeral.

A seguir, foram listadas as associações mutualistas e recreativas compostas por trabalhadores campineiros e outras associações que se mantinham em atividade entre 1906 e 1930. O objeto de estudo privilegiado nessa pesquisa são as associações fundadas, administradas e compostas pelos trabalhadores, sendo necessário recorrer àquelas fundadas pelas empresas e pela Igreja para diferenciá-las.

Através das atas das sessões de diretoria, dos estatutos, dos requerimentos enviados a Prefeitura e dos anúncios em jornais foram identificadas as seguintes associações:

Tabela 10

---

**Associações mutualistas, recreativas e outras fundadas por grupos autônomos**

---

Associação dos Barbeiros (1923)  
 Associação Campineira dos Homens de Cor (1923)  
 Associação dos Empregados no Comércio de Campinas (1907)  
 Associação Humanitária Operária Campineira (1916)  
 Associação Operária 1º de Maio  
 Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1918)  
 Associação Protetora da Classe Operária  
 Banda Garibaldi  
 Centro Cívico dos Homens de Cor (1922)  
 Centro Cívico Palmares (1926)  
 Centro Monárquico Português (1911)  
 Centro Político Operário Independente  
 Centro Português 5 de Outubro  
 Centro Recreativo Dramático Familiar 13 de Maio (1909)  
 Centro Recreativo Familiar Vila Industrial  
 Circolo Italiani Uniti  
 Club Carnavalesco Fenianos  
 Club Concórdia  
 Club Italiano  
 Club Operário Campineiro de Caça (1912)  
 Club Recreativo 28 de Setembro (1916)  
 Club 24 de Fevereiro (1910)  
 Colégio São Benedito  
 Federação Paulista dos Homens de Cor (1903)  
 Filhos do Progresso (1910)  
 Grêmio Dramático Luiz Gama (1919)  
 Grêmio Recreativo Dançante Estrela Celeste (1916)  
 Grêmio Recreativo Dançante Familiar José do Patrocínio (1917)  
 Ideal Club  
 Liga Humanitária dos Homens de Cor (1915)  
 Liga Operária de Campinas  
 Liga Protetora dos Homens de Cor (1917)  
 Sociedade Amiga dos Pobres (1903)  
 Sociedade Artística Beneficente  
 Sociedade de Auxílio Mútuos Isabel, a Redentora (1898)  
 Sociedade Beneficente dos Barbeiros (1906)  
 Sociedade Beneficente União dos Padeiros  
 Sociedade Campineira dos Homens de Cor (1922)  
 Sociedade Dançante Familiar União da Juventude (1901)  
 Sociedade Dançante Recreativa da Ponte Preta  
 Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos e Instrução  
 Sociedade Grêmio Luis de Camões (1880)  
 Sociedade Humanitária Operária (1898)  
 Sociedade Lusa Beneficente Artística Operária  
 Sociedade Portuguesa de Beneficência em Campinas  
 Sociedade Portuguesa de Socorros Mútuos (1904)  
 Sociedade Protetora dos Condutores de Veículos  
 Sociedade Recreativa Familiar 15 de Novembro  
 Sociedade Recreativa Ítalo-brasileira (1913)  
 Sociedade de Socorros Mútuos Protetora da Classe Operária  
 Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915)  
 Sociedade União dos Motoristas de Campinas (1923)  
 União dos Trabalhadores Gráficos de Campinas

---

Fonte: Arquivo Histórico do Centro de Memória da Unicamp, Arquivo Edgard Leuenroth, Arquivo Histórico da Sociedade Luis de Camões, Arquivo Histórico da Liga Humanitária dos Homens de Cor e Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Campinas.

Tabela 11

---

Associações mutualistas, recreativas e outras fundadas por empresas
Associação Beneficente Dr Salles de Oliveira (1893)
Associação Cooperativa Operária (1894)
Centro Beneficente dos Empregados em Locomotivas da Companhia Paulista (1901)
Cooperativa Edificadora Beneficente iniciada por empregados da Companhia Mogiana (1910)
Club Mac-Hardy
Monte-pio Mogiana dos Empregados das Locomotivas

---

Fonte: Arquivo Histórico do Centro de Memória da Unicamp, Arquivo Edgard Leuenroth, Arquivo Histórico da Sociedade Luis de Camões, Arquivo Histórico da Liga Humanitária dos Homens de Cor e Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Campinas.

Tabela 12

---

Associações mutualistas, recreativas e outras fundadas pela Igreja Católica
Associação São Vicente de Paulo
Centro Operário São José (1907)
Sociedade Beneficente São Batista

---

Fonte: Arquivo Histórico do Centro de Memória da Unicamp, Arquivo Edgard Leuenroth, Arquivo Histórico da Sociedade Luis de Camões, Arquivo Histórico da Liga Humanitária dos Homens de Cor e Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Campinas.

Essa listagem indica um número elevado de associações mutualistas, recreativas e reivindicatórias existentes em Campinas. Entretanto, em levantamentos feitos por Tânia de Luca, foram localizadas 211 sociedades na cidade de São Paulo, 47 em Santos e apenas 7 no restante das cidades do estado de São Paulo<sup>95</sup>. Azis Simão descreve a existência de três associações sindicais em Campinas, duas associações católicas, não sendo localizada nenhuma associação mutualista para a cidade<sup>96</sup>. Isso indica a importância do levantamento em diferentes fontes para compreender a dinâmica associativa nas cidades do interior do estado de São Paulo.

De acordo com Tânia de Luca<sup>97</sup>, as associações mutualistas e recreativas poderiam ser organizadas a partir de várias categorias, tais como a ocupação profissional, por empresa, pela Igreja, o bairro, a etnia, por patrões ou sem restrições. Em Campinas, destacam-se as atuações das empresas e da Igreja Católica na organização de associações mutualistas e recreativas, voltadas para os trabalhadores. Essas organizações fundadas e administradas pelas empresas, em sua maior parte, exigiam que, obrigatoriamente, os trabalhadores se associassem, descontando as mensalidades da folha de pagamento, além de impedir que fossem eleitos para os cargos da diretoria.

---

<sup>95</sup> DE LUCA, Tânia Regina. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto, 1990, p. 20.

<sup>96</sup> SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado. Suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: Dominus, 1966.

<sup>97</sup> DE LUCA, Tânia Regina. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto, 1990.

Elas serão melhor analisadas no capítulo 3, no contexto dos movimentos grevistas organizados pelos trabalhadores campineiros.

As associações criadas pela Igreja Católica evidenciam a presença dessa instituição nas relações trabalhistas, colocando-se como ponto conciliador das tensões, solucionando demandas dos trabalhadores. A Igreja Católica também se colocou como uma instituição próxima dos poderes públicos, indicando que a formação do estado laico após a proclamação da República não impediu que essa Igreja continuasse a obter favores e subsídios do poder público municipal. Em carta enviada ao Congresso Legislativo de São Paulo, em dezembro de 1907, alfaiates, comerciantes, advogados, industriais, artistas, professores, sapateiros, marceneiros, funileiros, relojoeiro e pedreiros reivindicavam que fosse negado um auxílio de 72:256:710 réis para a implantação do bispado, da Igreja Católica de Campinas, citando várias leis que comprovam a ilegalidade desse ato. O documento argumenta que, após a “revolução de 15 de novembro de 1889”, o Estado separou-se da Igreja, portanto, não poderia subvencionar nenhuma religião.

É aplicar dinheiro proveniente de contribuintes de todos os credos à manutenção de uma Igreja que, posto abraçada pela maioria dos munícipes, não a de todos eles, sendo que com esse ato, todos são obrigados a concorrer como uma contribuição que não devem ou não querem prestar. ... Demais, a vingar a teoria que a municipalidade campineira traduz em fato, terá ela que subsidiar as igrejas protestantes já aqui existentes e as de qualquer outra confissão religiosa que porventura elejam essa terra para estabelecer-se, contanto que o façam em edifícios alterosos, dotados de grande beleza arquitetônica.

Portanto, esse episódio reforça que os trabalhadores conheciam, e defendiam, uma visão de República que respeitasse a liberdade religiosa garantida pela Constituição, além de exigirem que o poder público agisse de maneira coerente, concedendo subsídios de maneira igualitária entre os diversos cultos existentes na cidade. Outro aspecto que se destaca dessa evidência é a proximidade entre profissionais liberais e a classe trabalhadora, em busca de efetivar objetivos comuns, referentes à cidadania pleiteada no recém-proclamado regime republicano.

No jornal *A Cidade*, de 13 de janeiro de 1910, há uma reportagem analisando a previdência e o mutualismo, objetivando comprovar que a Sociedade de Previdência, anexa a Sociedade Beneficente Dr Salles de Oliveira, era mais vantajosa que outras associações.

Previdência e Mutualismo – De certo tempo a essa parte, desencadeou-se sobre a capital e todo o Estado uma verdadeira manga de associações de previdência, todas baseadas no mutualismo, umas destinadas a constituição de legados, outras a percepções futuras de pensões vitalícias. ... Algumas arrecadavam

mensalidades, outras contribuições a cada falecimento, variando o valor dessas consideravelmente. Não é nosso intuito aqui, analisarmos os estatutos de todas as sociedades, nem criticamos as surpresas que aguardam futuramente os encautos. É nosso desejo apenas, fazer um confronto nessa coluna da Sociedade de Previdência, anexa a Sociedade Beneficente Dr Sales de Oliveira, constituída entre os empregados da prospera e opulenta Cia Mogiana e suas congêneres, chamando assim a atenção dos inúmeros empregados dessa empresa para as enormes vantagens que a Previdência oferece sobre as outras. Todas as sociedades mútuas cobram jóias e a importância, adiantadamente, correspondente a muitos pecúlios. A Previdência não cobra jóia alguma, sem importâncias de pecúlios adiantadamente. Não há nenhuma sociedade que pague aos herdeiros dos sócios falecidos a importância integral arrecadada. Em todas elas, fica uma parte mais ou menos considerável, para despesas, retribuição da diretoria ou fundo social. A Previdência entrega a soma total das arrecadações ao legatário. Em todas as associações de mutualidade, o sócio tem de pagar o exame e o atestado médico. Na Previdência essa formalidade é graciosamente preenchida pelos distintos médicos da Salles de Oliveira. Além disso, o sócio da Previdência que por qualquer motivo deixar de pertencer ao quadro do pessoal da Mogiana, tem os seus direitos assegurados, uma vez que deixe um responsável pelo pagamento das contribuições que futuramente houver mister fazer. Em face de tão grandes vantagens e garantias, é uma verdadeira incúria os empregados chefes de família menosprezarem esse meio tão fácil e suave de garantir um pecúlio para os entes que lhes são caros. Já ascendem a 16 os pecúlios pagos em 24 meses de funcionamento da Previdência. Quantas viúvas e crianças não ficariam no desamparo se não tivessem recebido esse benefício? Sabemos que a miséria é causadora do vício, da depravação, da prostituição e, entretanto, arriscamos os nossos entes a serem envolvidos por ela, porque não prevenimos-lhe o futuro, quando isso estava ao nosso alcance, quando isso era tão fácil. Consideramos ainda os intuitos altamente humanitários da Previdência. O fim dessa associação não é especulativo, mas unicamente garantidor da felicidade e da paz das famílias dos nossos companheiros que tombam heroicamente no trabalho. Não devemos pensar senão que a contribuição por nós paga vai concorrer para livrar dos horrores da miséria a esposa e os filhinhos dos nossos colegas. Não devemos lastimar o desembolso dessa quantia quando sabemos para que fim humanitário e caridoso é ela destinada. Pensemos enfim que a nossa família pode de um instante para o outro ver-se privada do nosso trabalho, da nossa vida, e que não ficara sujeita a fome, a mendicância e a vergonha, e então nosso coração dilatar-se-a de gozo, nossa alma transbordara de júbilo. Meditem os empregados da Cia Mogiana o que singelamente temos exposto e assegurem a tranqüilidade futura dos seus, inscrevendo-se como associados da Previdência, a mais vantajosa associação do gênero que existe. J Wilson da Costa.

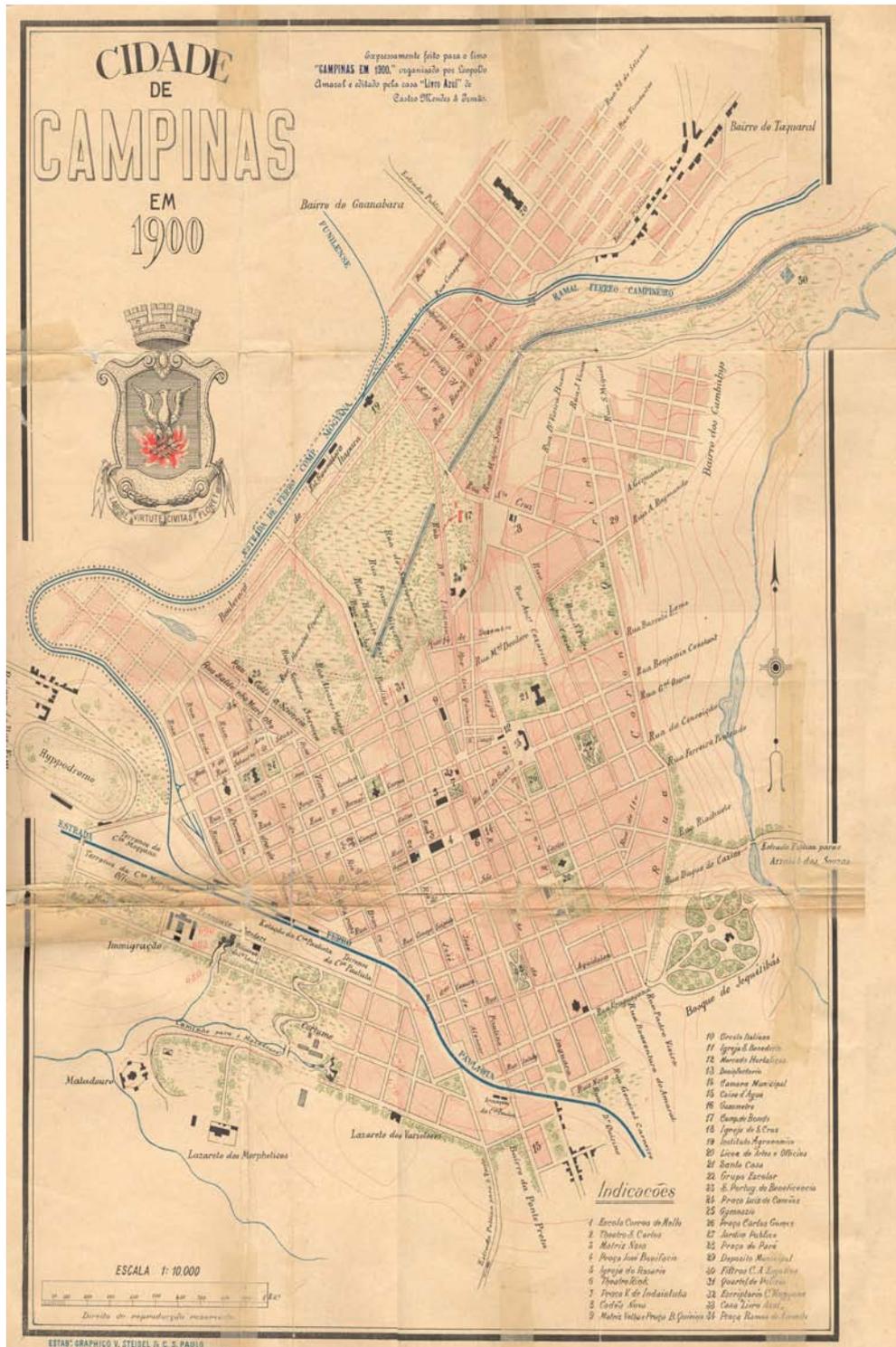
Essa reportagem demonstra como as associações criadas e administradas pelas empresas eram rejeitadas pela maior parte dos trabalhadores. A forma como a Sociedade de Previdência é caracterizada no artigo, evidencia que era recorrente, entre esse tipo de associação, o abuso nas cobranças de taxas, jóias e mensalidades, a falta de regularidade na prestação dos auxílios, a utilização do fundo social em prol de interesses privados. A estratégia do autor era demonstrar como a Sociedade de Previdência era diferente, utilizando um discurso que buscava sensibilizar os trabalhadores para os efeitos nocivos a sua família, caso não se prevenisse para males futuros. Entretanto, é evidente que não apenas os benefícios oferecidos pelas associações mutualistas atraíam os trabalhadores, pois isso não justificaria a fundação de diversas associações, com quadros de associados comuns.

Outra informação importante que se destaca sobre as associações mutualistas e recreativas em Campinas é a localização dos espaços ocupados por suas sedes (próprias ou alugadas) na cidade, além de ser possível explorar o endereço dos associados, descrito principalmente a partir de 1920, nos livros de matrícula da Sociedade Humanitária Operária e da Liga Humanitária dos Homens de Cor. Tanto na Liga dos Homens de Cor, quanto na Sociedade Humanitária Operária, a maior parte dos trabalhadores morava na Vila Industrial, Parque Industrial, no bairro Ponte Preta, São Bernardo, Chapadão e Bonfim. Desses bairros, apenas a Vila Industrial e a Ponte Preta existiam antes de 1920, sendo que a Vila Industrial foi criada pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, para que os ferroviários morassem próximos ao local de trabalho. As linhas do trem ficavam entre o centro da cidade e a Vila Industrial, isolando os moradores, que eram os últimos a receber as infra-estruturas necessárias. Nesse bairro também foram instalados o Curtume, fábricas de massas e outras, concentrando parte da capacidade produtiva da cidade. O mapa de 1900, evidencia esse processo.

A linha em azul, que corta o mapa horizontalmente, representa o trajeto da linha da ferrovia Paulista, estando abaixo dela a Vila Industrial e o bairro Ponte Preta, com a indicação de alguns quarteirões. O crescimento da Vila Industrial, da atividade industrial e da classe trabalhadora, fez com que, posteriormente, ainda nessa região, se formassem os bairros Parque Industrial e São Bernardo. Essa ocupação urbana não era controlada pelo poder municipal, como ocorreu no século XIX, respondendo apenas ao interesse do mercado imobiliário que se consolidava no século XX. Dentro dessa tendência, surgiram companhias que loteavam antigas fazendas, para a construção de bairros proletários e para a instalação de fábricas, dando origem aos bairros Bonfim e Chapadão (a sudoeste da ferrovia Paulista), como mostra o mapa da cidade em 1929.

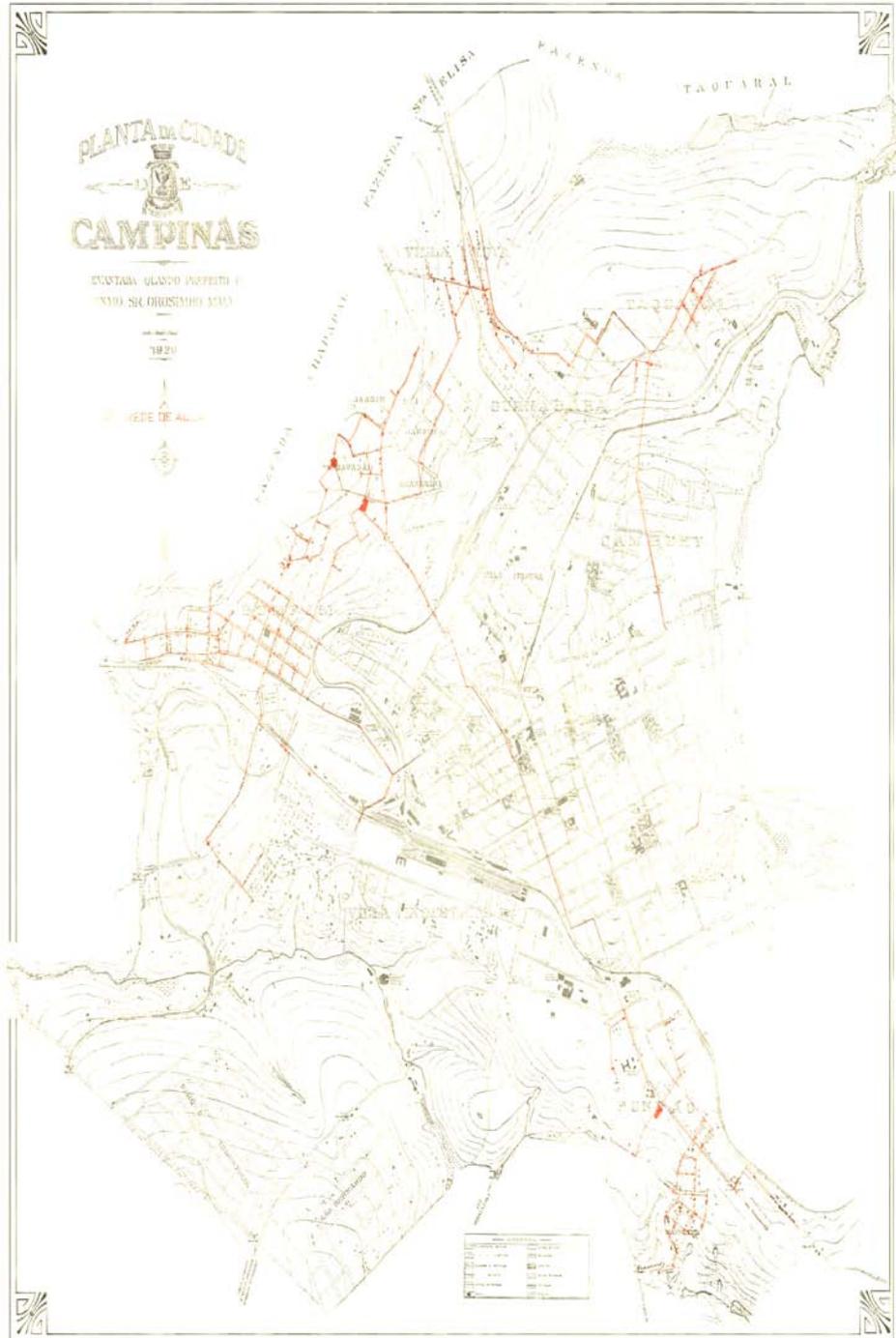
No centro do mapa é possível localizar a estação ferroviária da Companhia Paulista e, à esquerda, o hipódromo. Abaixo da linha férrea, houve uma ampliação da Vila Industrial, e a criação dos bairros São Bernardo e Parque Industrial, mais afastados do centro da cidade. Em direção ao hipódromo, a noroeste da estação, surgiram os Bairros do Bonfim e Chapadão, inexistentes em 1900. A região possuía um sistema de transporte precário para ligar os bairros diretamente ao centro, além de serem escassos os serviços de abastecimento de água.

Mapa 1 – A cidade de Campinas em 1900



Fonte: Imagem reproduzida do acervo da Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

Mapa 2 – A cidade de Campinas em 1929



Fonte: Imagem reproduzida do acervo da Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

Determinados os locais onde os trabalhadores habitavam, é interessante identificar o local onde as associações estabeleciam suas sedes. A maior parte ficava na região central, próxima a estação<sup>98</sup>. Esse critério – localização na região central – era um fator fundamental para viabilizar a existência das sociedades, sempre exigido pelas diretorias quando iriam alugar ou adquirir um prédio. Os principais argumentos que justificavam essa escolha eram a visibilidade, a facilitação do acesso pelos diferentes associados e, provavelmente, o tamanho dos imóveis, que deveriam ser maiores e ter cômodos adequados para promover as reuniões, diversões e outros serviços. Em assembléia geral de 16 de setembro de 1928, a diretoria da Sociedade Humanitária Operária propunha a compra de um prédio velho e sua reforma, “e que essa nova sede fosse mais no centro da cidade, e também fosse criada uma biblioteca para os sócios, em vista da atual sede social estar muito escondida e ser pequena para o movimento social.” Esse dado é importante para compreendermos o modo como os trabalhadores vivenciavam a espacialidade urbana da cidade de Campinas durante a Primeira República.

Através dos mapas de 1900 e 1929 é visível o crescimento da ocupação urbana, a organização do espaço em bairros através da especulação imobiliária. A maioria desses novos bairros, localizados na periferia, visavam a instalação de indústrias e trabalhadores, principalmente, a partir da década de 1920. Portanto, no início do século XX a percepção do que é urbano e do que é rural ainda era muito fluida, determinada principalmente pela estrada de ferro. Os bairros além dessa linha, ainda eram pouco delimitados, coexistindo pequenas e grandes fazendas, com residências e algumas indústrias e fábricas.

Com o gradual desenvolvimento do comércio e da indústria, do mercado imobiliário, a partir do final da década de 1910, a cidade começou a se estruturar de maneira a diferenciar sua espacialidade do campo. Os trabalhadores continuaram morando na periferia, porém, os bairros passam a ser arruados, loteados, receberam infra-estrutura urbana (transporte público, energia elétrica, água encanada) e as fazendas

---

<sup>98</sup> A Sociedade Dançante Familiar União da Juventude tinha sua sede a rua General Carneiro, nº 92, em 1917; a rua Boaventura do Amaral, nº 1, em 1918; e rua Visconde do Rio Branco, nº 9, em 1922. A Liga Humanitária dos Homens de Cor, nos primeiros anos, alugava uma sala da sede da União da Juventude, na década de 1920 tinha sua sede a rua Visconde do Rio Branco nº 9, ou seja, ainda permanecia no mesmo local que a SDF União da Juventude, separando-se apenas em 1927, quando tinha sede a rua Dr Quirino. A Sociedade Humanitária Operária teve sede no bairro da Ponte Preta (durante os anos iniciais, na década de 1890), ocupou a sala da casa de associados, em 1899 sua sede ficava na rua José Paulino, provável sede da Sociedade Dançante Recreativa Familiar 15 de Novembro, em 1906 ocupou a sala da sede da Liga Operária de Campinas e, de 1908 até 1930, ocupou um prédio próprio, a rua Duque de Caxias, nº 55, efetuando suas assembléias gerais no Salão Eintracht, a rua Ferreira Penteado.

deixam de existir. Várias normas municipais nas décadas de 1910 e 1920 passaram a ordenar e higienizar o uso do espaço urbano, proibindo matança e criação de animais, depósitos de fogos de artifício, prática do comércio, etc.

Uma hipótese pode ser formulada a partir desses dados: no começo do século XX, ainda vivenciando conseqüências dos surtos de febre amarela, os trabalhadores campineiros encontravam casas para morarem (cortiços) e para instalarem as sedes de suas associações no centro da cidade, delimitado pelas linhas férreas e pelo comércio. Portanto, são poucas as associações que eram organizadas por bairros, uma vez que essa forma espacial urbana não era um padrão amplamente adotado no processo de ocupação do território.

Os bairros Vila Industrial e Ponte Preta, mesmo localizados na periferia e concentrando a moradia da maior parte dos trabalhadores na década de 1900, mesclavam características rurais e urbanas. A diretoria conhecia seu quadro de associados, sabia onde moravam, quais os locais onde trabalhavam e se divertiam, pois os trabalhadores se concentravam, geograficamente, em uma pequena área da cidade (centro, Vila Industrial e Ponte Preta). Portanto, as sedes deveriam estar em uma região estritamente urbana, centralizando os trabalhadores que residiam em diferentes locais.

A partir da década de 1920, com o crescimento populacional, o desenvolvimento econômico e a expansão urbana, os trabalhadores passaram a ocupar os bairros periféricos. A cidade ganhava contornos que a diferenciava do campo, principalmente com o loteamento das fazendas, transformadas em bairros, mostrando que a cidade crescia para além das linhas férreas. É interessante notar que esse crescimento urbano coincidiu com uma sistematização, por parte das associações mutualistas e recreativas, no registro do endereço dos novos associados. Durante a década de 1920, tornou-se mais difícil cobrar as mensalidades, pois os associados ocupavam várias áreas da cidade, muitas vezes distantes entre si, dificultando o trabalho do cobrador. Muitas vezes, a diretoria não sabia mais quem eram seus associados e onde moravam, tornando mais impessoal as relações entre a diretoria e o quadro de associados.

A maior parte das sedes eram alugadas para o zelador, que morava com sua família, e ocupava determinados cômodos, sendo responsável pela limpeza, organização e utilização da sede pela associação. Em alguns momentos, isso gerava conflitos, porque o zelador não pagava o aluguel em dia ou porque ocorriam irregularidades na sede. Na Sociedade Dançante Familiar União da Juventude, o zelador era responsável por pagar o aluguel, entretanto, o proprietário fez uma reclamação, em 1918, alegando que não

recebia os aluguéis. Esse incidente fez com que a diretoria, através de recibos emitidos pelo zelador, comprovasse que destinava o dinheiro para o pagamento do aluguel, renegociando a dívida em nome do zelador.

No caso das associações recreativas, uma das fontes de renda era o aluguel de cômodos para outras associações ou eventos, sendo o zelador responsável pela limpeza e manutenção do ambiente. Em quase todas as associações recreativas, havia botequins, alugados ou vendidos para terceiros, que pagavam aluguel e taxas de funcionamento. Essa forma de uso da sede pelas associações recreativas indica que a localização no centro era essencial para que conseguissem locatários. Muitas vezes, havia conflitos entre diferentes associações em função do não pagamento do aluguel de determinada sala da sede.

Evidenciando a finalização desse processo de expansão urbana, iniciado na década de 1920, o mapa da década de 1950<sup>99</sup>, permiti visualizar o resultado da organização espacial direcionada pela especulação imobiliária. Esses mapas também indicam os limites geográficos dessa pesquisa, que coincidem com os bairros e regiões do centro da cidade utilizadas pelas associações mutualistas e recreativas na Primeira República.

Tânia de Luca vincula o aumento do número de associações mutualistas ao rápido processo de urbanização vivido pelas cidades de São Paulo e Santos<sup>100</sup>. É difícil aplicar essa afirmação para Campinas, pois no começo do século XX, período em que grande número de associações mutualistas e recreativas foram fundadas, a maior parte dos associados desenvolviam atividades dentro de fábricas, oficinas, indústrias, sob regime de trabalho assalariado. Porém, nem sempre, vivenciavam os espaços onde moravam e trabalhavam como sendo urbanos, o que não permite vincular as demandas existentes entre esses trabalhadores com o processo de urbanização.

Provavelmente, o aumento da criação de número de associações está mais relacionado ao crescimento das relações de trabalho assalariadas e à falta de atuação dos poderes públicos para suprir tais necessidades, legitimando a cidade como o espaço para a atuação da coletividade que buscava resolver seus problemas. Entretanto, também seria errado afirmar que a demanda por auxílio doença, invalidez e funeral, além das necessidades relacionadas ao lazer, fossem restritas a primeira fase de implantação das

---

<sup>99</sup> O Mapa 3 está anexado.

<sup>100</sup> DE LUCA, Tânia Regina. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto, 1990, p. 17.

relações capitalistas na economia brasileira<sup>101</sup>. Em Campinas, o auge das associações mutualistas e recreativas aconteceu nas décadas de 1940 e 1950, quando chegaram a ter mais de 1000 associados. Grande parte das associações fundadas pelos trabalhadores nas primeiras décadas do século XX permaneceram ativas após 1930, tais como a Associação dos Empregados no Comércio, Sociedade Amiga dos Pobres, Sociedade Humanitária Operária, Liga Humanitária dos Homens de Cor, Federação Paulista dos Homens de Cor, Sociedade Beneficente Isabel, a Redentora, e outras. Entretanto, é necessário pesquisar qual o sentido atribuído a essas associações e quais funções desempenhavam nesse período, que tipo de associados abrangiam e como se relacionavam com os outros setores da sociedade, principalmente, com os órgãos públicos de previdência.

Provavelmente, a partir da década de 1960 essas associações mutualistas e recreativas começaram a enfrentar dificuldades para se manterem ativas, como retrata o artigo publicado no *Diário do Povo*, de 02 de outubro de 1968.

Mas agora, em face das contingências da época em que vivemos, das grandes conquistas dos trabalhadores no campo da previdência social do seguro saúde, chegou a ocasião das humanitárias estudarem a reformulação de seus objetivos, ampliando a área de seus benefícios e traçando uma diretriz baseada na união de todas elas, sem nenhum cunho de rivalidade e sem que haja interferência na vida interna de cada uma delas. Uma reunião prévia já foi realizada com esse objetivo, quando o assunto foi examinado com realismo e objetividade, tendo sido apresentadas e discutidas, num ambiente de compreensão geral, diversas sugestões. As quatro entidades que se fizeram representar deram a sua adesão plena à idéia de unificação de propósitos, dentro de um programa comum de atividades e benefícios. ... E assim, uma nova era, promissora surge para as heróicas Sociedades Humanitárias de Campinas, que dessa data em diante, marcharão juntas, dentro de um esquema bem bolado, com os seus estatutos adaptados as conveniências e imperativo da hora presente, ampliando, como já dissemos, a área de benefício e oferecendo, assim, aos associados novas regalias. ... O que é mais admirável é que essas sociedades humanitárias, fundadas por pessoas modestas, sem recursos financeiros, com uma renda pequena resultante das mensalidades dos associados, conseguiram através de anos e anos, formar patrimônio respeitável, com suas sedes próprias e dinheiro em Banco, sem prejuízo de suas finalidades. Isso demonstra zelo, dedicação, honestidade de todos os diretores, trabalhando sem alarde, anonimamente por uma boa causa, sem visar nenhum interesse pecuniário, procurando apenas servir a seus semelhantes, dentro de um espírito admirável de sentimento cristão e de pureza de seus sentimentos.

Descritas as funções desempenhadas pelas associações mutualistas e recreativas, a localização no espaço urbano, a moradia dos associados e as sedes das organizações, resta uma pergunta: quem eram os trabalhadores associados? A partir das

---

<sup>101</sup> FOOT HARDMAN, Francisco. *Nem Pátria nem patrão! Vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983. FOOT HARDMAN, Francisco. LEONARDI, Vitor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: FTD, 1982.

informações registradas nos livros de matrícula da Sociedade Humanitária Operária e da Liga Humanitária dos Homens de Cor (pois foram localizados somente os livros dessas duas associações) é possível elaborar hipóteses sobre o perfil do quadro de associados dessas sociedades.

Esses livros de matrícula continham um cabeçalho, com o nome e a data de fundação das associações, e quatro espaços por página para o registro do número do associado, seu nome, local de origem, data de entrada na associação, proponente, idade, estado civil, endereço, profissão e cor (no caso da Liga). A leitura das atas demonstra que nem todos os propostos eram registrados nos livros de matrícula, evidenciando que o controle do número de associados e das informações sobre eles permanecia com o procurador e os visitantes das organizações. Além disso, nem todos os itens eram preenchidos nos livros, gerando algumas lacunas. Entretanto, é interessante verificar quais as profissões, idade, estado civil, etnia e nacionalidades predominavam nessas associações, relacionando os resultados com o quadro econômico campineiro<sup>102</sup>.

Tabela 13

Dados sobre os sócios ingressantes na Sociedade Humanitária Operária entre 1906 e 1914								
Idade	Nº de sócios	%	Nacionalidade	Nº de sócios	%	Estado civil	Nº de sócios	%
menos de 20 anos	8	4,49	Brasil	96	53,93	Solteiro	51	28,65
21–25 anos	28	15,73	Itália	42	23,59	Casado	124	69,66
26-30 anos	53	29,77	Portugal	23	12,92	Viúvo	3	1,69
31-35 anos	36	20,22	Espanha	7	3,93			
36-40 anos	25	14,04	Outros	10	5,63			
41-45 anos	24	13,48						
46 anos ou mais	4	2,27						
<b>Total</b>	<b>178</b>	<b>100</b>	<b>Total</b>	<b>178</b>	<b>100</b>	<b>Total</b>	<b>178</b>	<b>100</b>

Fonte: Livro de Matrícula da Sociedade Humanitária Operária. Arquivo Histórico do Centro de Memória da Unicamp.

Durante o período de 1906 a 1914, a maioria dos sócios que integraram a Humanitária Operária tinham entre 26 e 35 anos, eram casados, brasileiros e desempenhavam funções denominadas como trabalhador, torneiro, ajustador,

<sup>102</sup> Não foi possível comparar o número de entrada de sócios com o número total existente, pois não foram localizados esses dados. Entretanto, é possível visualizar o volume de pessoas que buscavam e utilizavam os serviços dessas associações.

marceneiro, fundidor e carpinteiro<sup>103</sup>. Essas atividades poderiam estar ligadas a oficina da Companhia Mogiana ou outros locais que prestassem serviços para as ferrovias, e pequenas oficinas. Esses trabalhadores deveriam receber no mínimo 4\$000 réis diários, requisito exigido para serem aceitos na associação. A diversidade de funções exercidas pelos associados representa aquelas existentes na cidade no início do século XX, indicando que o pequeno número de mão-de-obra empregada em cada estabelecimento, poderia facilitar a identificação dessas diferentes categorias como sendo operários.

Apesar do grande número de brasileiros, a maioria apresentava sobrenomes que indicam uma descendência européia. Além disso, somados, os imigrantes representavam 46,07% do total de associados que integravam a Humanitária Operária. Na população urbana desse período, os imigrantes eram 20% da população, indicando que o seu peso na associação era proporcionalmente maior que o de brasileiros, evidenciando que na Humanitária Operária, a participação dos imigrantes foi decisiva para consolidação da organização. Esse aspecto evidencia que, apesar das dificuldades para a comunicação e as diferenças culturais existentes entre imigrantes de diferentes nacionalidades, a realidade vivenciada em Campinas, como trabalhadores assalariados os aproximava a partir de necessidades comuns, solucionadas através das associações mutualistas e recreativas.

O fato de 69,66% dos associados serem casados indica que, num momento de grave crise financeira, com o baixo crescimento da economia industrial e comercial, a doença e a invalidez poderiam significar a perda do emprego e a piora da situação econômica da família. O aumento da insegurança para garantir a sobrevivência na cidade, sentida pelos chefes de família, poderia impulsioná-los para a adesão em organizações que garantissem uma renda, caso não pudessem trabalhar.

---

<sup>103</sup> Tabela com as profissões dos sócios ingressantes está anexada.

Tabela 14

Dados sobre os sócios ingressantes na Sociedade Humanitária Operária entre 1915 e 1920								
Idade	Nº de sócios	%	Nacionalidade	Nº de sócios	%	Estado civil	Nº de sócios	%
menos de 20 anos	22	10,52	Brasil	144	68,90	Solteiro	79	37,80
21-25 anos	47	22,48	Itália	34	16,27	Casado	127	60,76
26-30 anos	59	28,23	Portugal	21	10,05	Viúvo	3	1,44
31-35 anos	32	15,33	Espanha	5	2,39			
36-40 anos	25	11,96	Outros	5	2,39			
41-45 anos	19	9,09						
46 anos ou mais	5	2,39						
<b>Total</b>	<b>209</b>	<b>100</b>	<b>Total</b>	<b>209</b>	<b>100</b>	<b>Total</b>	<b>209</b>	<b>100</b>

Fonte: Livro de Matrícula da Sociedade Humanitária Operária. Arquivo Histórico do Centro de Memória da Unicamp.

Tabela 15

Dados sobre os sócios ingressantes na Liga Humanitária dos Homens de Cor entre 1915 e 1920								
Idade	Nº de sócios	%	Nacionalidade	Nº de sócios	%	Estado civil	Nº de sócios	%
menos de 20 anos	13	5,33	Brasileiros Negros	179	73,36	Solteiro	59	24,18
21-25 anos	49	20,08	Brasileiros Branco	36	14,76	Casado	178	72,95
26-30 anos	52	21,32	Itália	10	4,10	Viúvo	7	2,87
31-35 anos	34	13,93	Portugal	15	6,15			
36-40 anos	50	20,49	Espanha	3	1,23			
41-45 anos	30	12,30	Outro	1	0,4			
46 anos ou mais	16	6,55						
<b>Total</b>	<b>244</b>	<b>100</b>	<b>Total</b>	<b>244</b>	<b>100</b>	<b>Total</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Fonte: Livro de Matrícula da Liga Humanitária dos Homens de Cor. Arquivo Histórico da Liga Humanitária dos Homens de Cor.

As tabelas 14 e 15 apresentam os números levantados para a Sociedade Humanitária Operária e a Liga Humanitária dos Homens de Cor. Para a Liga, esse é o período inicial de funcionamento, entretanto, apresenta um número superior de entrada de associados. Isso pode ser explicado pelo fato da associação ter se originado a partir de uma sociedade recreativa, possuindo um quadro de associados que facilmente a

conheceria, carregando a imagem de credibilidade que a Sociedade Dançante União da Juventude havia criado.

Na Humanitária Operária, o número de associados jovens aumenta, sendo que a faixa etária dos 21 anos aos 30 anos representa 50,71% do total de ingressantes. A participação dos imigrantes decresceu, sendo apenas 31,1% do total. Esse fato pode ser explicado através de duas hipóteses: a adesão de uma geração brasileira descendente de imigrantes europeus vindos na década anterior (justificando o acréscimo no número de jovens), e a queda na entrada de imigrantes no país nesse período. Os casados são 60,76% dos 209 membros ingressantes da Humanitária Operária, prevalecendo como maioria. As principais funções exercidas eram as de ajustador, trabalhador, empregado na Companhia Mogiana, fundidor, carpinteiro e operário<sup>104</sup>. Os ferroviários continuam como o setor mais expressivo, seguido pelos trabalhadores e operários, termos designados para funções menos especializadas, que deveriam render no mínimo 4\$000 réis diários. O predomínio dessas atividades indica que as organizações mutualistas não abrangiam somente os trabalhadores mais especializados, que recebiam remunerações maiores, possibilitando a adesão daqueles que desempenhavam funções com menos prestígio.

Na Liga dos Homens de Cor, dos 21 anos aos 45 anos, os associados estão distribuídos em proporções equivalentes, os negros representam 73,36% dos associados, sendo que os imigrantes representam 44,61% dos brancos existentes na associação (11,88% do total de associados). Esses dados são bastante intrigantes, pois a participação de brancos e imigrantes no período inicial da Liga é alta.

Os casados eram 72,95% dos membros da organização, confirmando as hipóteses que justificam a maior adesão dessa categoria. As principais funções eram as de fundidor, empregado na Companhia Mogiana, carpinteiro, pedreiro, operário e trabalhador<sup>105</sup>. Esses dados também se aproximam daqueles apresentados pela Humanitária Operária, podendo revelar que essas mesmas atividades eram exercidas por imigrantes, brasileiros brancos e negros, pois predominavam nas duas organizações que tinham uma composição étnica e nacional diferenciada.

As ferrovias eram as grandes empregadoras do período, além de existirem desde o final do século XIX, distinguindo seus trabalhadores dentro do quadro geral de funções existentes na cidade. Entretanto, as atividades localizadas através dos almanaques também estão representadas nas duas associações, indicando o convívio aproximado de

---

<sup>104</sup> Tabela com as profissões dos sócios ingressantes está anexada.

<sup>105</sup> Tabela com as profissões dos sócios ingressantes está anexada.

trabalhadores com diferentes cargos, origens e idades nessas associações mutualistas. Esses dados poderiam nos levar a uma conclusão precipitada de que a solidariedade operária superava as diferenças internas da classe trabalhadora, permitindo o convívio nessas organizações. Entretanto, o cotidiano dessas sociedades, expresso nos livros de atas, apresenta os limites dessa solidariedade e como ela era operacionalizada para garantir a manutenção das associações.

Tabela 16

Dados sobre os sócios ingressantes na Sociedade Humanitária Operária entre 1920 e 1925								
Idade	Nº de sócios	%	Nacionalidade	Nº de sócios	%	Estado civil	Nº de sócios	%
menos de 20 anos	88	13,99	Brasil	482	76,63	Solteiro	253	40,22
21–25 anos	168	26,71	Itália	45	7,15	Casado	368	58,50
26-30 anos	160	25,44	Portugal	73	11,60	Viúvo	8	1,28
31-35 anos	73	11,6	Espanha	15	2,39			
36-40 anos	65	10,33	Outros	14	2,23			
41-45 anos	52	8,27						
46 anos ou mais	23	3,66						
<b>Total</b>	<b>629</b>	<b>100</b>	<b>Total</b>	<b>629</b>	<b>100</b>	<b>Total</b>	<b>629</b>	<b>100</b>

Fonte: Livro de Matrícula da Sociedade Humanitária Operária. Arquivo Histórico do Centro de Memória da Unicamp.

Tabela 17

Dados sobre os sócios ingressantes na Liga Humanitária dos Homens de Cor entre 1920 e 1925								
Idade	Nº de sócios	%	Nacionalidade	Nº de sócios	%	Estado civil	Nº de sócios	%
menos de 20 anos	44	14,38	Brasileiros Negros	215	70,26	Solteiro	134	43,79
21–25 anos	86	28,11	Brasileiros Branco	71	23,20	Casado	168	54,9
26-30 anos	83	27,13	Itália	12	3,92	Viúvo	4	1,31
31-35 anos	45	14,7	Portugal	4	1,31			
36-40 anos	32	10,45	Espanha	4	1,31			
41-45 anos	7	2,29	Outro	0	0			
46 anos ou mais	9	2,94						
<b>Total</b>	<b>306</b>	<b>100</b>	<b>Total</b>	<b>306</b>	<b>100</b>	<b>Total</b>	<b>306</b>	<b>100</b>

Fonte: Livro de Matrícula da Liga Humanitária dos Homens de Cor. Arquivo Histórico da Liga Humanitária dos Homens de Cor.

De 1920 a 1925, a cidade de Campinas passa por um crescimento industrial e expansão urbana, sendo ausentes greves de trabalhadores nesse período<sup>106</sup>. A Humanitária Operária apresentou um aumento expressivo no número de sócios ingressantes, permanecendo como maioria a categoria mais jovem (21 anos a 30 anos). Essa mesma realidade está presente na Liga dos Homens de Cor. Na Humanitária Operária, os imigrantes representaram 23,37% dos associados, destacando-se os imigrantes portugueses<sup>107</sup>. Na Liga, o número de imigrantes caiu consideravelmente (eram apenas 6,54% do total), permanecendo como maioria, entre os ingressantes, os negros (70,26%).

Esses números indicam que o crescimento industrial do período transformou a região num pólo de migração interna, expresso na origem de muitos associados (vindos de cidades e estados próximos). Outro dado que reforça essa hipótese é o decréscimo no número de associados casados (58,50% na Humanitária Operária e 54,9% na Liga dos Homens de Cor), permitindo concluir que grande parte da mão-de-obra desse período era de migrantes, jovens e solteiros. É interessante notar que, nas associações recreativas, havia a preocupação em tornar equivalente o número de homens e mulheres, para evitar problemas posteriores, e atrair mais associados, indicando que a população masculina solteira havia aumentado nesse período.

As funções que compõem o quadro de ingressantes, nas duas associações, apresentou uma diversificação em relação ao período anterior, porém, continuam a predominar as atividades ligadas a ferrovias, a marcenaria, carpintaria, ajustador, mecânico, pintor, pedreiro, além dos trabalhadores e operários<sup>108</sup>. Torna-se mais evidente que o crescimento industrial desse período ocorreu na ampliação dos setores existentes, que continuaram a recorrer as associações mutualistas para garantir a sobrevivência em caso de doenças e invalidez.

---

<sup>106</sup> As greves ocorreram entre os anos de 1906 e 1920, sendo as mais expressivas a dos ferroviários da Companhia Paulista em 1906, a adesão a greve geral em 1917 e 1919, e a paralisação dos ferroviários da Companhia Mogiana em 1920. É interessante notar que mesmo com uma atividade reivindicatória intensa, não houve decréscimo no número de associados entre as sociedades mutualistas.

<sup>107</sup> É possível que o fato da presidência da Sociedade Humanitária Operária ter sido exercida por um português – José Rodrigues Pinheiro – durante toda a década de 1920 tenha influenciado na adesão de um maior número de portugueses ao quadro de associados.

<sup>108</sup> Tabelas com as profissões dos sócios ingressantes estão anexadas.

Tabela 18

Dados sobre os sócios ingressantes na Sociedade Humanitária Operária entre 1925 e 1930								
Idade	Nº de sócios	%	Nacionalidade	Nº de sócios	%	Estado civil	Nº de sócios	%
menos de 20 anos	79	17,87	Brasil	370	83,71	Solteiro	196	44,34
21–25 anos	100	22,62	Itália	23	5,2	Casado	244	55,20
26-30 anos	100	22,62	Portugal	40	9,05	Viúvo	2	0,46
31-35 anos	62	14,03	Espanha	5	1,13			
36-40 anos	58	13,12	Outros	4	0,91			
41-45 anos	31	7,01						
46 anos ou mais	12	2,73						
<b>Total</b>	<b>442</b>	<b>100</b>	<b>Total</b>	<b>442</b>	<b>100</b>	<b>Total</b>	<b>442</b>	<b>100</b>

Fonte: Livro de Matrícula da Sociedade Humanitária Operária. Arquivo Histórico do Centro de Memória da Unicamp.

Tabela 19

Dados sobre os sócios ingressantes na Liga Humanitária dos Homens de Cor entre 1925 e 1930								
Idade	Nº de sócios	%	Nacionalidade	Nº de sócios	%	Estado civil	Nº de sócios	%
menos de 20 anos	66	20	Brasileiros Negros	227	68,79	Solteiro	152	46,06
21–25 anos	81	24,54	Brasileiros Branco	84	25,45	Casado	169	51,21
26-30 anos	64	19,41	Itália	6	1,82	Viúvo	9	2,73
31-35 anos	58	17,57	Portugal	11	3,33			
36-40 anos	46	13,94	Espanha	2	0,61			
41-45 anos	13	3,93	Outros	0	0			
46 anos ou mais	2	0,61						
<b>Total</b>	<b>330</b>	<b>100</b>	<b>Total</b>	<b>330</b>	<b>100</b>	<b>Total</b>	<b>330</b>	<b>100</b>

Fonte: Livro de Matrícula da Liga Humanitária dos Homens de Cor. Arquivo Histórico da Liga Humanitária dos Homens de Cor.

O número de ingressantes entre 1925 e 1930 diminuiu em relação ao período anterior para a Humanitária Operária, e manteve-se constante para a Liga dos Homens de Cor, permanecendo como maioria os jovens de menos de 20 anos a 30 anos. O número de imigrantes tornou-se ainda menor (16,29% para a Humanitária Operária e 5,76% para a Liga dos Homens de Cor), aumentando a participação de brasileiros nas duas associações,

sendo que a proporção de negros ingressantes na Liga dos Homens de Cor continuou na faixa dos 70%. Essa evidência permite comprovar a queda da participação de imigrantes na população urbana campineira, ampliando o número de migrantes e de descendentes imigrantes nascidos no país.

A proporção entre casados e solteiros permanece semelhante ao período anterior, sendo que a Humanitária Operária possuía 55,2% dos associados ingressantes casados e a Liga dos Homens de Cor 51,21%. Os trabalhadores, ferroviários e operários continuam sendo a maioria nas duas associações, que apresentaram uma ampliação nas categorias profissionais dos ingressantes<sup>109</sup>. O fato dessa ampliação não abranger os trabalhadores nas fábricas têxteis, de massas, e outras, pode indicar duas conclusões: esses operários recebiam menos de 4\$000 réis diários e/ou possuíam organizações que representassem suas categorias, ou ainda eram classificados pelos termos operário e trabalhador. Entretanto, não foram localizados indícios que organizações dessas categorias existissem em Campinas.

É importante destacar a pequena participação de trabalhadores no comércio e funcionários públicos nessas associações. No capítulo 3 será melhor analisada essa afirmação, indicando que a função desempenhada e a relação com o empregador eram itens adotados pelos trabalhadores campineiros para se diferenciarem entre si, mesmo que estivessem sob um mesmo regime de exploração.

Em relação a associações organizadas a partir de identidades nacionais, não foram localizados os livros de matrícula. Entretanto, a leitura dos livros de atas das associações recreativas Sociedade Luis de Camões e Centro Português 5 de Outubro permitiu identificar que as diretorias dessas organizações eram compostas por profissionais liberais, jornalistas e advogados em sua maioria, e pequenos comerciantes. É possível que, nesse tipo de associação, diferentes classes sociais convivessem dentro do quadro de associados, porém, apenas os trabalhadores com melhor remuneração ingressariam, pois o valor das jóias e das mensalidades era maior que das associações organizadas a partir das identidades operária e negra. Porém, o quadro de associados das sociedades mutualistas organizadas a partir das identidades nacionais parecia ser mais amplo, principalmente, pelo fato de oferecerem leitos hospitalares, atendimento médico e farmacêutico, serviços que exigiam um constante crescimento do número de associados para que disponibilizassem seus serviços.

---

<sup>109</sup> Tabelas com as profissões dos sócios ingressantes estão anexadas.

## **2.2 – A administração e as finalidades das associações mutualistas e recreativas**

Tanto as associações operárias mutualistas quanto as recreativas, em Campinas, apresentam uma organização e rituais administrativos semelhantes. A fundação das associações ocorre com a união de um determinado grupo de trabalhadores, registrada em ata, para nomear a diretoria provisória, escolher o nome e as cores da organização, suas finalidades e o grupo responsável por elaborar os estatutos.

Ata da primeira sessão – Reunindo-se bastante número de sócios para constituírem uma sociedade, para socorrer os sócios em caso de moléstia grave e morte, sendo para contribuir todos os srs sócios com um dia de serviço em caso de moléstia grave, e pagando também uma pequena mensalidade para os fundos sociais, no caso for necessário para usar dos mesmos. Foi aclamado como presidente o sr José Prendes, tomando a presidência, nomeou o sr Henrique Leonardo como seu secretário, declarando novamente aberta a sessão, pediu o sr Presidente para nomear também um tesoureiro provisório, foi eleito o sr Gabriel de Andrade. O sr presidente nomeou uma comissão para elaborar os estatutos, sendo eleito os srs Manoel da Costa Muniz, Joaquim do Prado e Azarias Dias Mello. O sr presidente propôs aos srs sócios para dar um nome a sociedade, sendo propostos vários nomes foi aprovado o nome de Sociedade Humanitária Operária. Pediu a palavra o sr Henrique Leonardo que todos os sócios inscritos até essa data fossem firmes para o socorrer os mesmos, o qual foi aprovada. Não havendo mais nada a tratar o sr presidente agradeceu com nomes bem agradáveis aos srs sócios. O secretário Henrique Leonardo. Campinas, 18 de setembro de 1898. Sala Ala Passe.

Durante todo o período analisado, as diferentes associações recreativas e mutualistas operárias elegiam suas diretorias em assembléia geral, com a convocação dos associados através de anúncios nos jornais de Campinas, por voto secreto, com mandato anual. Nessas assembléias, a abertura era feita pelo presidente em exercício, que explicava o motivo da convocação e pedia à assembléia que nomeasse um presidente para comandar os trabalhos. Esse, ao tomar o seu lugar, indicava dois nomes para serem os secretários, que deviam organizar a eleição e fazer o registro em ata. Em seguida, havia as leituras e discussões do relatório presidencial, balancete do tesoureiro e parecer da comissão de contas (também eleita por sócios). Após a aprovação, os trabalhos eram suspensos para que os sócios pegassem suas cédulas. Reaberta a sessão, o presidente da mesa indica dois nomes para serem os escrutinadores, que faziam a chamada, através do livro de presença, para que os sócios depositassem as cédulas. Depois, realizavam a apuração. O resultado era registrado em ata, com os nomes dos eleitos e dos outros votados.

Outro aspecto já presente nessa ata de fundação, e que permaneceu em todas as administrações, foi o fato do presidente nomear as comissões para reforma de estatutos, de sindicância e outros tipos. Essas eram predominantemente provisórias e sofreram modificações na sua atuação diante as situações vivenciadas pelas sociedades. Aliás, é notável que algumas convenções adotadas para a administração fossem extintas ou sistematizadas ao longo do tempo, de acordo com os objetivos de cada diretoria e o contexto em que estavam inseridos. Outro aspecto que essa prática administrativa evidencia é a burocratização das relações entre associados e associações, que regulamentava desde a inserção dos trabalhadores na organização até o acesso aos benefícios.

De maneira geral, os cargos que compuseram as diretorias foram: presidente, vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário, tesoureiro, procurador, 4 vogais e 3 membros da comissão de contas. Ao 1º secretário cabia lavrar as atas das sessões de diretoria, comunicar os sócios das decisões da associação, fazer os anúncios nos jornais, cuidar do expediente da secretaria. O procurador era quem recebia as mensalidades dos sócios, sendo o único cargo remunerado (durante a maior parte do tempo, com 5% do que arrecadava). Os vogais deveriam visitar os doentes e fiscalizar a veracidade dos pedidos de auxílio. A cada três meses, a comissão de contas deveria verificar o movimento da tesouraria, analisando todos os papéis existentes, e comunicando o seu parecer nas sessões de diretoria e nas assembléias gerais para eleição. O tesoureiro tinha em seu poder uma quantia estipulada pela diretoria, e depois fixada no estatuto, para que pudesse efetuar o pagamento dos auxílios, deixando o restante a cargo do presidente. Esse último era quem respondia pelas iniciativas de investimentos financeiros, nomeava as comissões provisórias e se responsabilizava pela manutenção da ordem e harmonia entre os associados e membros da diretoria. Caso algum eleito renunciasse ao cargo, deveria apresentar uma justificativa e, sendo esta aceita, seria substituído pelo seu imediato em votos (daí a necessidade de registrarem todos os nomes votados). Nas associações recreativas existiam os cargos de mestre-sala e fiscais de salão, responsáveis por incentivar as danças nos bailes e manter os associados praticando os jogos e outras atividades dentro dos regulamentos estabelecidos.

Desde a fundação, havia a preocupação por parte dos associados de elaborarem os estatutos que regeriam as sociedades. O presidente nomeava uma comissão para formação ou reforma dos estatutos, que apresentavam seus resultados em assembléias gerais extraordinárias, ou seja, convocadas somente com esse objetivo, onde se dava a

leitura, discussão e aprovação dos mesmos. Ao analisar mais detalhadamente o funcionamento das associações, percebe-se que este ponto gerou muitos conflitos e instabilidades, sendo que a formação dos estatutos era muitas vezes pautada na experiência prática da administração. Além disso, os estatutos tinham uma função vital para as associações, pois apresentavam as regras que orientavam as relações entre a diretoria e os associados, a forma como os benefícios seriam prestados, o modo como a associação e seu fundo seriam administrados. Apesar de seguirem uma estrutura textual semelhante, os estatutos estavam presentes na vida administrativa dessas associações operárias mutualistas e recreativas como referências legais, neutras e justas para garantir a concretização dos interesses coletivos.

Por fim, a entrada dos sócios seguia um mesmo ritual, sendo que o primeiro passo era a indicação do nome de um interessado por algum membro da sociedade. Esses ficavam registrados na secretaria, e eram lidos no expediente das sessões de diretoria. A segunda etapa era ser reconhecido pelos membros da diretoria, que analisariam se suas condições eram favoráveis aos requisitos exigidos para admissão de sócios. Caso essa não conhecesse o proposto ou discordasse quanto as suas qualidades, eles eram submetidos à análise da comissão de sindicância, que trazia seu parecer na sessão seguinte. Diante dele, a diretoria dava a decisão final. Em seguida, o sócio era comunicado pelo 1º secretário da decisão e, se estivesse de acordo com os estatutos, deveria pagar uma jóia. Só então era considerado membro de alguma associação. Para permanecer na sociedade, receber auxílios e participar em votações não poderia deixar de pagar as mensalidades em dia, além de apresentar bom comportamento. De acordo com o relacionamento que o sócio estabelecia com a diretoria ele poderia tornar-se remido (caso pagasse todas as mensalidades durante 10 anos e não utilizasse os benefícios), benemérito (caso doasse uma quantia alta em dinheiro) e benfeitor (caso fizesse benfeitorias ou trabalhos voluntários para a associação).

Os discursos elaborados pelas diretorias nas assembléias gerais e nas sessões de diretoria, os diplomas adquiridos pelos associados e o estandarte que representava a associação em eventos sociais eram mecanismos que diferenciavam as associações entre si, e promoviam uma identificação dos associados com o grupo a qual pertenciam. Em sessão de diretoria de 19 de março de 1918, o presidente relatava que havia conversado com o “sr Feijó e ele lhe dissera que o sr Ricardo disse que a sociedade não prestava e que a diretoria era uma panela, e que não passava de uma lavanderia, além disso, ainda disse que o diploma de sócio remido que possuía só serviria para quando

fosse na privada.” O sócio Ricardo se defendeu, alegando que seria incapaz de falar coisas semelhantes, dizendo que o sr Feijó havia inventado tudo, pois haviam cortado as relações por questões particulares. A diretoria afirmou acreditar em Ricardo, pois Feijó “era um homem que andava sempre com disque-disque a respeito de sociedades e que aquela crítica que saiu na sessão Tome Nota, do *Diário do Povo* a respeito daquele espetáculo em benefício dessa Sociedade tinha sido obra dele.”

Através da bibliografia sobre as associações mutualistas e recreativas pode-se deduzir que esse funcionamento das organizações é semelhante em diferentes locais e temporalidades. A maior parte dos autores identificam esse mecanismo administrativo com a possibilidade de uma prática democrática, valorizando a figura do trabalhador na sociedade<sup>110</sup>. Em Campinas, durante as três primeiras décadas do século XX, o funcionamento dessas associações mutualistas e recreativas também indicava a possibilidade de uma vivência coletiva pautada em ideais democráticos, visíveis principalmente, nas assembléias gerais e no uso dos estatutos.

Entretanto, a participação dos sócios nas assembléias gerais era numericamente pouco expressivo, quando comparado ao quadro geral de associados. Em assembléia geral da Liga Humanitária dos Homens de Cor, de 10 de dezembro de 1922, o sócio fundador Paulo Estevam dos Santos, “esclarece que desde que fundou essa Liga sempre deixou de votar, que prestava sua confiança aos diretores em exercício”. Esses indícios revelam que a prática democrática do voto, proporcionada pelas associações mutualistas e recreativas, ainda era restrita a um pequeno grupo de trabalhadores associados em Campinas. Provavelmente, um dos significados mais procurados pelos associados nas organizações mutualistas e recreativas era a valorização social do trabalhador como cidadão<sup>111</sup>.

Nas três primeiras décadas do século XX, a alfabetização da população não era uma preocupação dos poderes públicos e a imigração marcava o território brasileiro com o uso de diferentes línguas, que se interagiam na tentativa de se estabelecer uma comunicação. A oralidade era um recurso comum para a elaboração de memórias, principalmente entre as camadas sociais mais pobres. Além disso, através da oralidade, podia-se difamar ou desonrar uma pessoa ou associação, mesmo que não houvesse

---

<sup>110</sup> O texto da Introdução apresenta de maneira mais detalhada essa discussão bibliográfica.

<sup>111</sup> Nessa pesquisa, pode-se afirmar que essa valorização do trabalhador ocorre através do uso da escrita no ritual administrativo, possibilitando a construção de uma memória individual e coletiva, além de permitir mobilizar identidades sociais possíveis para os trabalhadores.

provas ou documentos que atestassem a denúncia. As ironias marcavam as divergências de interesses ou opiniões, podendo dar início a conflitos violentos<sup>112</sup>.

Com a proclamação da República e o espaço que a imprensa ganhava na sociedade, a escrita adquiriu um certo status, diferenciando socialmente a pessoa que a dominasse. A alfabetização tornou-se um pré-requisito político (necessário para obter o direito ao voto) e de prestígio social. A elaboração das atas por essas associações operárias mutualistas e recreativas também indicava a inserção nesse mundo letrado, a possibilidade da construção de uma imagem socialmente positiva de um grupo de trabalhadores, que se reuniam sob diferentes identidades, para assegurar melhorias em suas vidas. A criação de escolas, por grande parte dessas associações, voltadas para os filhos e associados, ou mesmo o apoio a escolas de iniciativa particular, que atendiam a população mais pobre, evidenciam a importância que a alfabetização adquiria para os trabalhadores campineiros nesse período<sup>113</sup>. Havia vários requerimentos enviados a Prefeitura, elaborados em bairros operários que se expandiam, como a Vila Industrial e o Bonfim, pedindo a instalação de escolas<sup>114</sup>. Muitas associações, principalmente as recreativas, ofereciam bibliotecas aos associados, com livros e jornais, permitindo acesso a informação e cultura<sup>115</sup>.

Portanto, a materialidade da fonte – o livro de atas – permite analisar o fato das associações operárias seguirem um ritual administrativo, registrando de maneira escrita e ordenada, o modo como as diretorias conduziam aquelas sociedades. Essa materialidade e o uso da escrita evidenciam um aspecto importante sobre os trabalhadores campineiros

---

<sup>112</sup> Os boatos eram um dos grandes inimigos da reputação construída pelas associações. Muitos diretores, vítimas de denúncias orais, pediam demissão e procuravam negar os comentários, para afastar qualquer desonra na imagem pessoal ou da associação. Na sessão de diretoria de 23 de janeiro de 1906, na Sociedade Humanitária Operária, o tesoureiro “deseja expor aos srs diretores presentes algumas considerações a diversos boatos que andam por aí propalando com relação a sua pessoa e essa Associação ... propalando que ele tinha desfalcado os cofres sociais e diz mais que desfalque é roubo e que ele não roubou.” Alguns conflitos entre os associados, também eram originados por boatos e desentendimentos que, em certas ocasiões, causavam ferimentos, cujo tratamento não era pago pelas associações, devido ao fato de terem se originado por má conduta do associado.

<sup>113</sup> Através da leitura das fontes, foi possível localizar algumas associações que mantinham escolas para seus associados e filhos, tais como Centro Português 5 de Outubro, Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos e Instrução, Sociedade Amiga dos Pobres, e o Colégio São Benedito, fundado junto com a Federação Paulista dos Homens de Cor.

<sup>114</sup> Esses requerimentos estão arquivados nas caixas referentes aos pedidos não atendidos pela Prefeitura, que justificava o pequeno número de escolas e sua má distribuição em consequência da falta de verba. As associações que mantinham escolas com vagas gratuitas, e pediam auxílio financeiro para o ano letivo, também não conseguiam auxílio, sob a justificativa de que o pedido deveria ser feito na época da discussão sobre o orçamento.

<sup>115</sup> Em grande parte das associações recreativas, havia a criação de bibliotecas para que os associados pudessem ler livros e periódicos, tais como na Sociedade Grêmio Luiz de Camões. Algumas sociedades mutualistas também ofereciam esse tipo de benefício, como a Sociedade Humanitária Operária, que discutiu e aprovou, em assembléia geral de 16 de setembro de 1928, a implantação de uma biblioteca na sede.

no começo do século XX: o papel da alfabetização para a diferenciação social e política<sup>116</sup>. Entretanto, a oralidade continuava a ocupar um espaço significativo na estruturação das relações sociais, principalmente entre os próprios trabalhadores, revelando-se como uma forma para transmitir e expor os códigos morais que adotavam.

A elaboração das atas também permitia a construção de memórias<sup>117</sup> entre os trabalhadores associados, perceptíveis em dois momentos – no registro sobre o falecimento e no modo como se referiam a diretoria.

Quando um associado, ou seu parente próximo, falecia era registrado em ata um voto de pesar, tanto nas associações mutualistas (que também registravam o pagamento do auxílio) quanto nas recreativas. As diretorias eram representadas no enterro por uma comissão de três diretores e com o estandarte. Na ata de 26 de maio de 1906, a Sociedade Humanitária Operária registra

O sr Presidente declara para ser lançado um ato de pêsames, na respectiva ata, à viúva do nosso falecido vice-presidente sr Manoel José de Abreu, bem assim que fora oferecido duas coroas e rezada uma missa na matriz Conceição, e que foi entregue a viúva a quantia de 50\$000.

E na ata de 14 de março de 1918, o presidente da Humanitária Operária

diz mais ainda que tem o doloroso dever de comunicar a esta Diretoria o falecimento em Juqueri em 26 do p.p. do sócio Miguel de Solla, e pedia que fosse lançado na presente ata um voto de profundo pesar em memória do falecido.

Em assembléia geral, na Sociedade Dançante Familiar União da Juventude, de 25 de fevereiro de 1917, o sócio Benedito Barnabé propôs

um voto de pesar pelo falecimento dos seguintes sócios, srs Torquato Braga e Theodoro Benedito, sendo o primeiro senhor um grande amigo da União da Juventude.

Na Sociedade Luiz de Camões, em sessão de diretoria de 7 de fevereiro de 1928, o presidente comunicou

---

<sup>116</sup> Em assembléia geral de 1915, da Sociedade Humanitária Operária, houve a denúncia de um associado que não pediu corretamente seu auxílio, sendo discutida a sua punição – suspensão ou eliminação. Vários sócios se pronunciaram, e concluíram que o associado deveria ser suspenso porque “era um ignorante, não sabe nem ler nem escrever e por isso não entende os estatutos”.

<sup>117</sup> A base teórica para definir o conceito de memória utilizado nessa pesquisa foi retirada da introdução de Marilena Chauí, no livro de Ecléa Bosi, *Memória e Sociedade. Lembranças de velhos* (1979), Giovanni Levi e Pierre Bourdieu em artigos do livro *Usos e abusos da História Oral* (1996), Thomson, Frish e Hamilton no artigo “Os debates sobre a memória e a história: alguns aspectos internacionais”, presente no livro *Usos e abusos da História Oral* (1996), organizado por Marieta Ferreira e Janaina Machado. Outros autores expressivos para o debate são Maurice Halbwachs e Michael Pollak.

que tendo se dado no dia 18 de janeiro o falecimento do nosso digno consócio José Joaquina Rodrigues, progenitor do tesoureiro, sr Sylvio Rodrigues e que fora sempre grande amigo da Sociedade Luiz de Camões, havendo desempenhado cargos nas passadas diretorias, essa sociedade rendeu-lhe as devidas e merecidas homenagens, fazendo-se representar nos funerais pela sua diretoria e oferecendo uma coroa. Propõe também que se consigne em ata um voto de pesar pela perda que se vem sofrer, proposta essa que é por todos aprovada.

Esses trechos indicam o modo como os trabalhadores associados percebiam o registro em ata, pois fica evidente a intenção de deixar “lançado em ata” o voto de pesar, como uma forma de homenagear a memória da pessoa falecida. Essa homenagem era acompanhada pelas coroas de flores, pela representação no enterro, pelo envio de um ofício para a família, pelas palavras que indicam características próprias do associado falecido. Essa prática também é observada em algumas colunas de jornais que circulavam em Campinas, porém, somente figuras políticas ou com grande poder econômico tinham seus falecimentos registrados.

No caso dos trabalhadores, um enterro com recursos próprios era proporcionado, em grande parte, com o auxílio concedido pelas associações mutualistas. E o reconhecimento social, demonstrando o modo como o trabalhador havia se inserido na sociedade, era prestado pelas associações mutualistas e recreativas das quais fazia parte, através do registro em ata e da representação das diretorias, com o estandarte, nos enterros. Nesse caso, o trabalhador se diferenciava de um indigente, de um comerciante e de um político, pois possuía suas próprias instâncias para caracterizar o seu modo de vida, ou ainda, o modo como se deu sua passagem pela vida. Essa prática desenvolvida pelas associações mutualistas e recreativas criava um espaço para que seus associados construíssem uma memória individual dentro de uma coletividade, perpetuando sua existência.

Provavelmente, ao ingressar numa associação, o trabalhador também visava esse tipo de benefício, pois a prática do registro do voto de pesar e o acompanhamento dos enterros abrangiam a todos os associados, desde aqueles que participavam diretamente da administração da organização até aquele que somente pagava suas mensalidades. Os benefícios que as associações mutualistas e recreativas ofereciam iam além dos auxílios concretos, significando espaços para a afirmação de identidades e memórias. Nessas memórias, é possível se aproximar da individualidade dos associados, da sua relação com a família, com amigos e com as próprias associações, enquanto as identidades permitem avaliar o modo como esse mesmo associado buscava ser reconhecido,

enquanto pertencente a um grupo social<sup>118</sup>. Um dos aspectos mais intrigantes e estimulantes da problematização das associações mutualistas e recreativas é a possibilidade de refletir sobre as conexões entre a individualidade e o grupo, entre o modo como o trabalhador buscava se definir e as maneiras como se inseria na sociedade, a maneira como as associações lidavam com a mobilização dos aspectos individuais e coletivos para sua manutenção.

Dentro dessa lógica, é possível explorar os significados que adquiriam as referências registradas em atas sobre a diretoria / diretores. Na posse da diretoria da Sociedade Humanitária Operária, em 22 de outubro de 1906, o Presidente eleito

declamando em nome de todos os diretores eleitos que se esforçarão trabalhando para o bem dessa Associação para assim merecerem a estima e consideração de seus dignos sócios.

Na assembléia geral ordinária de 5 de setembro de 1912, um associado da Humanitária Operária

congratula com a Assembléia Geral pela acertadíssima escolha que haviam feito na pessoa do sr Ervino Kaschel para Presidente, pois que estava certo que ele com a sua muito conhecida competência muito vinha contribuir para o progresso da Sociedade.

Na sessão de diretoria de 27 de dezembro de 1928, com a posse da nova diretoria da Liga Humanitária dos Homens de Cor, o presidente com “palavras repassadas de entusiasmo reviva o ânimo de cada um dos seus companheiros para o novo empreendimento.” Em 6 de dezembro de 1916, na última sessão de diretoria, antes das eleições, o presidente encerra “agradecendo a Diretoria que acompanhou esta sociedade durante o ano social e sempre trabalhando pelo seu engrandecimento deixando lavrado em ata um voto de agradecimento”.

A Sociedade Dançante Familiar União da Juventude, registra em sessão de 22 de janeiro de 1919, o agradecimento do presidente em nome da diretoria, dos que puderam e souberam de boa vontade, executar tantos trabalhos, fazendo tudo o que foi possível para a prosperidade da associação.

Além dessas referências, quase todos os encerramentos de atas das associações apresentam o agradecimento do presidente pela boa ordem e harmonia que reinaram

---

<sup>118</sup> Essa afirmação não busca negar o fato da formação de identidades mobilizar e criar memórias próprias. Entretanto, no caso do registro do voto de pesar, prevalece a construção de uma memória individual, dentro da coletividade (associações mutualistas e recreativas).

durante a sessão. É recorrente se referirem aos cargos da diretoria como "missão espinhosa", que exigiam companheirismo para serem desempenhados.

Dessa maneira, o registro nas atas das associações operárias mutualistas e recreativas pesquisadas evidencia a construção de uma representação sobre as diretorias, que as dotava de qualidades necessárias para a correta administração da sociedade. É interessante perceber que essas características se referem a conduta social dos diretores (harmonia, companheirismo, empenho), a aceitação de uma responsabilidade concedido pelo grupo e a necessidade de prestarem contas sobre essa difícil missão. Provavelmente, as escolhas dos diretores também se pautavam nos conhecimentos e experiências que possuíam para a administração, tais como o domínio da escrita, da contabilidade, os bons contatos e a disponibilidade para se reunirem mensalmente. Porém, no momento de elaborarem uma imagem escrita sobre a diretoria (reproduzida nos eventos e assembléias), reforçavam os aspectos da conduta social e moral que os cargos exigiam. Uma das explicações para essa atitude seria a necessidade de criarem um posicionamento social que os diferenciasse daqueles registros na imprensa, que descrevia os trabalhadores como violentos, desorganizados, sofrendo constantes acidentes, prisões e perseguições. Isso também se refletia numa diferenciação interna, entre associados e diretoria, entre associados contribuintes, benfeitores, beneméritos e remidos. Ou seja, promovia uma hierarquização interna nas associações, que buscava ordenar a relação entre os associados para o funcionamento das sociedades. Entretanto, é sempre reafirmada a necessidade da diretoria se reportar a assembléia geral para legitimar suas ações ("as assembléias são soberanas"), não existindo uma livre atuação da direção no comando das organizações.

Esse mecanismo de qualificação da diretoria através do registro em ata, apesar de semelhante entre as associações, auxiliava na construção de uma memória própria, na medida em que valorizava determinados diretores, caracterizando o período de sua administração como mais próspero, ou mais conturbado. O destaque da individualidade de determinado membro da diretoria poderia permitir a elaboração de uma memória sobre um período de atuação da associação em geral, refletindo a atuação dela, diferenciando-a de outras. O registro em ata, mais uma vez, permite a conexão entre os aspectos individual/grupo dentro de uma organização de trabalhadores.

Na assembléia geral ordinária, de 17 de setembro de 1922, da Sociedade Humanitária Operária

o sr José Rodrigues Pinheiro passando a Presidência ao 1º secretário da mesa, pedindo atenção para o que ia dizer, em felizes palavras, referiu-se aos abnegados esforços do sr Lourenço Lüders pela prosperidade dessa Sociedade; que quando a epidemia de gripe assolou essa cidade e a Sociedade já estava em estado de não poder satisfazer aos seus fins, o sr Lourenço Lüders, que então ocupava o cargo de 1º secretário foi o único diretor que não a abandonou; ... chorando disse que diante de tanta covardia e ingratidão, ele também pedia a sua demissão de 1º Secretário e, mais ainda, de sócio, pois nunca mais poria os pés na sede da Sociedade que ele tanto queria e pela qual tanto trabalhava e cujos Diretores vendo-a cheia de compromissos e só com 10\$300 em caixa, resignaram-se os seus cargos e retirou-se; está sua resolução foi inabalável e somente a muito custo, mais tarde, pode o sr Pinheiro fazer com que ele se considerasse sócio, remido que era. Sendo o sr Lourenço Lüders, pouco depois, colhido pela morte, o braço que amparou a Sociedade da ruína completa, propunha que, a título de reconhecimento de todos que agora estão gozando dos seus benefícios, seja colocado o seu retrato na sala da sede social. Quando o sr Pinheiro terminou, em todos os rostos notava-se a comoção provocada por suas palavras.

Essa atitude evidencia a leitura construída sobre um momento difícil pelo qual a associação passou – a epidemia de gripe de 1918 – através da atuação de um diretor, tomada como exemplar nesse momento. Esse tipo de atitude também reforça que, o registro em ata das características da diretoria era um dos mecanismos pelo qual evidenciavam o modo como os sócios deveriam se comportar em relação a sociedade. Por isso, era tão importante destacar o amor e a dedicação a sociedade, principalmente nos momentos de crise, reforçando laços de responsabilidade para com a manutenção da associação. É interessante perceber que, além da oferta de auxílios financeiros, recreativos e espaços de representatividade, as associações mutualistas e recreativas procuravam atrair e manter seus associados ao formular constantemente laços de afetividade e comprometimento entre seus membros e a organização.

As associações operárias mutualistas e recreativas campineiras construíam uma imagem social positiva do trabalhador através do registro em livros de ata, através dos anúncios nos jornais, da participação em eventos sociais com seus estandartes, da representatividade nos enterros dos associados, na elaboração de discursos que dignificavam a história de luta e esforço de uma coletividade para manter em funcionamento uma organização tão útil para os trabalhadores.

Dessa forma, a vida administrativa das associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas evidencia que, durante as primeiras décadas do século XX, esses trabalhadores associados defendiam uma visão de mundo pautada na valorização de relações sociais baseadas em sentimentos cordiais. Ou seja, através do ritual administrativo burocratizado das associações recreativas e mutualistas, os trabalhadores defendiam que a honestidade, a integridade moral, a dedicação e o amor ao grupo pautassem a forma como a diretoria e o quadro de associados deveriam se relacionar.

Numa organização baseada em ideais democráticos, a participação do indivíduo na coletividade deveria ser norteada pelo respeito e pelos direitos e deveres, previstos nos estatutos. Isso não significava que todos os associados praticariam o convívio nesses termos, por isso a fiscalização é um aspecto importante para a manutenção das associações em Campinas<sup>119</sup>.

Os interesses materiais atendidos pelas associações mutualistas e recreativas só eram possíveis com uma arrecadação regular das mensalidades, combatendo a inadimplência. Esse problema era recorrente em diferentes associações campineiras, durante todo o período analisado, indicando que a instabilidade financeira vivenciada pelos trabalhadores dificultava a sobrevivência de suas organizações. Uma das estratégias adotadas pelas associações pesquisadas era promover a entrada de associados, sem o pagamento de jórias, durante um mês do ano, com ampla divulgação na imprensa. A compra de uma sede própria e a demonstração do balanço da sociedade, apresentando um fundo social estável, eram as garantias apresentadas pelas diretorias para assegurar aos associados que os benefícios seriam concedidos.

O termo “humanitária” é muito utilizado por associações operárias mutualistas e pode indicar uma diferenciação entre as associações de socorros mútuos, de acordo com o modo como realizam e caracterizam as suas finalidades. Na leitura das atas, o uso da denominação “humanitária” parece diferenciar essas associações daquelas que utilizam apenas o termo “beneficente”. Na maioria dos casos analisados, as sociedades humanitárias prestam auxílio financeiro aos associados, enquanto as beneficentes (ou mesmo denominadas socorros mútuos) podem prestar o auxílio financeiro, oferecer serviços médicos, farmacêuticos ou hospitalares, abrangendo uma atuação mais ampla.

Uma passagem da assembléia geral da Liga Humanitária dos Homens de Cor, em 16 de dezembro de 1923, evidencia a possibilidade de que essa diferenciação existisse na sociedade campineira do início do século XX. O sócio José Rodrigues Pinheiro apresentou ao presidente da Liga um projeto de criação de uma sociedade beneficente, que ofereceria serviços médicos e farmacêuticos, podendo ser anexada ou não a Liga, e permitiria a associação de mulheres, que não tinham o direito de serem sócias na Humanitária dos Homens de Cor. Na assembléia geral de 1924, José Pinheiro retoma o assunto, dizendo que

---

<sup>119</sup> A fiscalização foi o método administrativo utilizado pelas associações operárias recreativas e mutualistas para impedir que os associados utilizassem as organizações para outros fins, que não estivessem previstos nos estatutos. Isso evidencia que, apesar do discurso harmônico construído pelas diretorias, a vivência nas associações era permeada por tensões e conflitos. Entretanto, é interessante ressaltar que esse discurso transmitia uma visão de mundo e valores nos quais os trabalhadores associados acreditavam.

a nova diretoria não se devia esquecer de seu projeto do ano passado quanto a Beneficência, pois era de real interesse para a classe, ele se incumbia de levar uma lista para angariar sócios. Gregório Christiano de Paula explicando que ele já se esforçava mas diziam que o tempo estava um tanto ruim e que portanto era prematuro todo e qualquer trabalho nesse sentido. O sr Pinheiro achava que não, pois se anunciasse publicamente tal resolução e conseguissem 12 sócios o começa já estava feito e o resta viria naturalmente sem grande esforço. O sr Presidente fez ver então que a nova diretoria não por-se-ia em campo para realização de tal mister.

Em 1925, o relatório do presidente concluía que

Quanto a fundação da beneficência, projeto do sr Rodrigues Pinheiro, o relatório apresentava que apesar dos esforços empregados ainda esse ano como não fora possível a sua realização, para isso apresentava documento colhido em sociedades congêneres e o maior vulto onde se viram constrangidos, pela crise, a modificar o seu modus vivendi.

A Liga Humanitária dos Homens de Cor e a Sociedade Humanitária Operária apenas ofereciam aos associados o pagamento de valores diários, de acordo com a enfermidade e o tempo afastado do trabalho. A Sociedade Portuguesa de Socorros Mútuos, a Sociedade Artística Beneficente e a Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos e Instrução ofereciam consultas com o médico vinculado a associação, descontos em farmácias e, a associação portuguesa chegou a construir um hospital.

Na ata de fundação da Liga dos Homens de Cor, em 28 de novembro de 1915, o Presidente finaliza a sessão agradecendo “a presença de todos com que fizeram nascer no seio dessa cidade uma associação humanitária dos homens de cor de Campinas.”

Em sessão de diretoria de 24 de setembro de 1910, a diretoria da Sociedade Humanitária Operária recebeu um ofício do ilustre clínico Dr Domingos Anastácio, oferecendo seus serviços clínicos gratuitos a associação. O presidente ordenou ao secretário que respondesse agradecendo e “desistindo em virtude dessa sociedade não fornecer médicos a seus associados”.

O relatório presidencial da mesma associação lido em assembléia geral de 1914, ressalta que

no qual relata minuciosamente as ocorrências de maior destaque que se deram durante a gestão social, pela leitura do mesmo verifica-se que a diretoria foi incansável durante o período social, procurando por todos os meios no seu alcance o progresso e prosperidade desta tão útil e Humanitária instituição.

Outros eventos que caracterizaram o uso do termo “humanitária” na administração da Sociedade Humanitária Operária foram em 1928, quando o presidente da associação e Gregório Christiano de Paula visitaram João Franceschini de Castro. Eles o encontraram

gravemente enfermo, e sem recursos para se tratar. Os diretores decidiram arranjar uma remoção do doente para o hospital da Santa Casa e comprometeram-se a pagar os aluguéis atrasados. “Esse humanitário ato daqueles dois esforçados diretores foi muito elogiado pelos presentes.” Em 1929, em resposta ao convite do Centro Operário de Catanduva para aderir a Conferência dos Sindicatos do Estado de São Paulo e para a sessão inaugural desse, a diretoria alegou que seus fins eram puramente humanitários, “isto é, de auxílios em caso de enfermidade de seus associados e pensões por falecimento dos mesmos”, enviando um exemplar dos estatutos para o Centro.

Em sessão de diretoria de 10 de maio de 1923, a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos convidou a diretoria da Liga dos Homens de Cor para participar da comissão de recepção dos representantes da Federação Paulista dos Homens de Cor do Rio de Janeiro e de São Paulo. “Armando Gomes diz que é justo que a Liga não deixe de tomar parte nessa recepção, por ser essa de um caráter humanitário e assim sendo vem destacar-se entre outras de acordo com o fim a que essa se deriva”.

Nesses relatos, parece possível associar o uso do termo “humanitária” como uma maneira para definir que, tais associações operárias mutualistas apenas ofereciam o pagamento de auxílios doença, invalidez e funeral. Entretanto, quando a Sociedade Humanitária Operária, em 1928, utiliza esse mesmo termo para caracterizar a atitude adotada pela sua diretoria, ou quando a Liga o utiliza para descrever a visita da Federação Paulista, em 1923, pode-se concluir que há uma certa concepção de mundo associada ao uso do termo “humanitária”.

Reportagens sobre a Sociedade Beneficente Isabel, a Redentora<sup>120</sup> demonstram a forma como a imprensa utilizava os termos beneficente e humanitário para caracterizar as

---

<sup>120</sup> De acordo com seus estatutos, a finalidade da Sociedade Isabel, a Redentora é  
Capítulo VII – Auxílios

Artigo 11º - Os auxílios concedidos aos associados são aqueles constantes do regulamento – enfermidade e funeral.

Artigo 12º - Os associados receberão auxílios quando enfermos, em três distintos períodos: 1º, 2º, 3º até o pronto restabelecimento.

Artigo 13º - Os associados só terão direito aos auxílios doenças se a enfermidade passar 10 dias. Cabe-lhes fazerem imediata comunicação logo no início da doença, com indicação do endereço completo.

Artigo 14º - Os associados que passam a residir fora da cidade, deverão justificar suas enfermidades com atestado médico. Deverão estar quites com os cofres sociais. Prolongando-se a doença a diretoria poderá exigir outro atestado.

Artigo 15º - O auxílio funeral será pago a viúva ou a pessoa responsável da família. No ato urge apresentação do último recibo da mensalidade, bem como o atestado de óbito.

a) Apurando-se atraso no pagamento da mensalidade será descontado o débito da cota funeral.

b) O atraso para o pagamento da cota funeral, abrangerá o período de 12 meses. Findo esse prazo a importância reverterá aos cofres sociais.

Portanto, essa associação não se encaixa nas distinções apresentadas entre associações humanitárias e beneficentes. Como não foram localizados os livros de atas dessa organização, não foi possível investigar se ela passou a oferecer outros serviços, ou se a denominação beneficente busca ressaltar a iniciativa do grupo

finalidades dessa associação. Em janeiro de 1900, o jornal *O Comércio de São Paulo* escreveu o seguinte artigo

Referindo-nos hoje a uma dessas utilíssimas associações beneficentes, que tem por fim exclusivo o auxílio mútuo entre os seus sócios, fazemo-lo plenamente convencidos de que os ingentes esforços e a admirável tenacidade de um grupo de distintos moços serão, num futuro não muito remoto, dignamente compensados pela realização de seus ideais – que não é outro, senão o engrandecimento da sociedade que acabam de fundar.

A 13 de setembro do ano próximo passado, por iniciativa de alguns empregados da Cia Paulista, entre os quais os srs Francisco Prado, João José Batista e Antonio Leopoldino Soares foi organizada aqui uma sociedade beneficente, sob o título homenagem Sociedade Beneficente Isabel, a Redentora tendo por fim único e exclusivo amparar os sócios quando necessitem de socorros.

Apesar do intuito que lhe querem emprestar – a única política que a simpática sociedade adotou como programa é a caridade, que não tem pátria, e o bem – que deve existir em todos os corações generosos.

Em fevereiro de 1900, o *Diário de Campinas* agradecia o recebimento de um exemplar dos estatutos da Sociedade Beneficente Isabel, a Redentora, destacando sua neutralidade política. De acordo com o jornal, a associação era uma corporação de auxílios mútuos, que prestaria bons serviços aos associados oferecendo auxílio pecuniário, quando não tivessem meios de subsistência, por causa de doenças, desastres ou velhice, além da ajuda funeral. “Não pode ser mais nobre e humanitário os intuitos da nova sociedade, e cuja diretoria agradecemos a flueza da oferta que se dignou fazer-nos do exemplar de seus estatutos”.

É importante perceber que o uso do termo “beneficente” para caracterizar a associação, nas reportagens, é um mecanismo para realçar a iniciativa de um grupo que visava promover a ajuda mútua, sem que defendessem posicionamentos políticos. O artigo procura comprovar que o nome da sociedade indica uma homenagem do grupo à princesa Isabel, pelo fato de ter abolido a escravidão no Brasil. A utilização do termo “humanitária” permite caracterizar a finalidade dessa organização, determinando que o pagamento de auxílio doença, invalidez e funeral são objetivos que visam humanizar situações vivenciadas pelos associados, evitando a miséria. Essa utilização do termo “humanitária” também está presente em um artigo do jornal *A Cidade de Campinas*, de 13 de janeiro de 1910.

---

de ferroviários em construir uma organização, principalmente, defendendo uma figura monarquista e abolicionista.

Quantas viúvas e crianças não ficariam no desamparo se não tivessem recebido esse benefício? Sabemos que a miséria é causadora do vício, da depravação, da prostituição e entretanto, arriscamos os nossos entes a serem envolvidos por ela, porque não prevenimos-lhe o futuro, quando isso estava ao nosso alcance, quando isso era tão fácil. Consideramos ainda os intuítos altamente humanitários da Previdência. O fim dessa associação não é especulativo, mas unicamente garantidor da felicidade e da paz das famílias dos nossos companheiros que tombam heróicamente no trabalho. ... Não devemos lastimar o desembolso dessa quantia quando sabemos para que fim humanitário e caridoso é ela destinada. Pensemos enfim que a nossa família pode de um instante para o outro ver-se privada do nosso trabalho, da nossa vida, e que não ficara sujeita a fome, a mendicância e a vergonha, e então nosso coração dilatar-se-á de gozo, nossa alma transbordará de júbilo.

Ao tentar convencer os trabalhadores da Companhia Mogiana a se associarem a Sociedade de Previdência, anexa a Sociedade Beneficente Dr Salles de Oliveira, o autor do artigo reforça a idéia que, na imprensa, o termo “humanitária” represente determinados benefícios prestados a uma coletividade, que não visam lucros, apenas garantir a sobrevivência em momentos que não poderiam obter sustento próprio. Nesse caso, a sociedade era organizada pela própria empresa, o que justifica o “menosprezo” dos trabalhadores, pois eles não eram indiferentes a esses auxílios.

Para a imprensa, tanto o termo “beneficência” quanto o termo “humanitária” significavam uma das possibilidades existentes para os cidadãos evitarem os malefícios causados pela miséria e desamparo, vivenciados em caso de doenças ou morte. Nos artigos citados acima, as associações mutualistas, criadas por trabalhadores ou pelas empresas, parecem semelhantes, pois são caracterizadas como uma forma de prevenção para um problema futuro inevitável.

Para as associações operárias mutualistas, oferecer atendimento médico, descontos em farmácias e internações hospitalares, significava que sua atuação era restrita a uma demanda na área da saúde, existente em qualquer classe social. Em contrapartida, ao delimitarem seus benefícios ao pagamento de auxílios, as sociedades operárias mutualistas evidenciavam que consideravam injusta uma sociedade onde a doença, a invalidez ou a morte geravam a miséria e a falta de sustento para os trabalhadores e suas famílias.

Logo, para as associações operárias mutualistas, o termo “beneficente” visava ressaltar a iniciativa particular de determinados grupos para solucionarem problemas que poderiam abranger uma única classe social, ou toda a sociedade. Quando a finalidade dessas associações mutualistas era considerada “humanitária”, havia um posicionamento desse grupo de trabalhadores para identificar sua associação com uma visão de mundo que buscava aplicar noções de justiça ao regime de trabalho assalariado. Portanto, os

trabalhadores entendiam que a possibilidade de viverem na miséria por causa de doenças ou mortes não era algo natural, mas resultante desse sistema de trabalho.

Outro aspecto que se pode analisar a partir desses indícios é a participação das mulheres nas associações operárias mutualistas<sup>121</sup>. Torna-se evidente que em associações voltadas apenas para o pagamento de auxílios doença e funeral, as mulheres não apareciam no quadro de associados. Essa ausência pode ser justificada pelo fato das mulheres receberem menos de 4\$000 réis diários, mas também pode significar uma concepção de mundo, na qual, caberia aos homens se preocuparem com a sobrevivência futura da família. Em várias reportagens sobre o mutualismo e nas próprias atas das associações operárias mutualistas, as mulheres sempre eram citadas como vítimas da viuvez, que as levaria para a miséria e degradação moral.

Nas associações voltadas apenas para o pagamento de auxílios, o registro da participação das mulheres ocorria em função do agradecimento, seja pela recepção oferecida aos diretores durante as sessões, seja pelo fato de terem consertado o pavilhão social da organização, ou pela prestação de serviços desse gênero. A outra forma como eram registradas diz respeito a comprovação, em ata, de que o auxílio funeral foi pago e um ofício com pêsames foi enviado. Entretanto, nas associações que ofereciam atendimento médico, hospitalar e farmacêutico, as mulheres apareciam no quadro de associados, como comprova o relatório presidencial de 1934 da Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos e Instrução. A Sociedade Artística Beneficente publicou no jornal *A Cidade de Campinas*, de 07 de março de 1906, que havia socorrido 25 sócios durante o mês de fevereiro, oferecido 145 fórmulas na farmácia e pago as despesas do enterro da sócia dona Belisaria de Almeida.

Essa observação é importante para compreender a forma como os trabalhadores campineiros se inseriam nas relações de gênero, durante as primeiras décadas do século XX. Nas associações recreativas, a participação das mulheres era mais ativa, e elas tinham um papel fundamental para garantir o status dos bailes organizados. As mulheres encenavam peças teatrais, recitavam poemas, organizavam comissões para arrecadar prendas, participavam das quermesses, discursavam em assembléias gerais, enfeitavam as sedes. Em associações que ofereciam atendimento hospitalar, médico e farmacêutico, as mulheres poderiam ingressar, porém, como “tuteladas” pelos homens. Nas associações mutualistas que ofereciam auxílios financeiros, a mulher era caracterizada

---

<sup>121</sup> Não foi possível, durante essa pesquisa, estabelecer quais eram as profissões exercidas pelas mulheres em Campinas.

como uma das principais beneficiárias, que obtinha esse direito apenas por meio da participação masculina. Portanto, nas associações mutualistas a participação feminina era sempre intermediada pela atuação masculina, enquanto nas recreativas havia instâncias próprias para a participação mais autônoma das mulheres.



## 2.3 – O problema das identidades

As associações operárias mutualistas e recreativas localizadas em Campinas, no período de 1906 a 1930, foram organizadas a partir de critérios classistas, raciais e nacionalistas. Elas se nomeavam como sociedade, liga, clube ou grêmio, utilizando classificações como humanitária, recreativa, dançante, familiar, beneficente e, por fim, as denominações que indicavam a categoria profissional, ou o termo operária, a raça negra ou personagens ligados a causa negra (José Patrocínio, por exemplo), a nacionalidade de origem ou personagens ligadas ao país. Apenas uma minoria utilizava denominações que não se referiam claramente ao grupo organizador da associação, tais como Sociedade Dançante Familiar União da Juventude (associação recreativa fundada por negros). Portanto, é possível perceber que o nome que identificava a associação era determinado pelas características do grupo de fundadores da organização.

Uma das hipóteses elaboradas nessa pesquisa é a de que o nome das associações indica a criação e mobilização de uma identidade social, reconhecida entre os associados, pelas outras associações e por outros setores da sociedade. Entretanto, essas identidades possuíam dinâmicas próprias de definição e reprodução, pois não podiam inviabilizar a continuidade das associações (baseada no aumento constante do quadro de associados). Desse modo, na Liga Humanitária dos Homens de Cor, é possível localizar pessoas brancas como membros fundadores, definidos como “amigos da causa dos homens de cor”. Na Sociedade Humanitária Operária, há negros, italianos, espanhóis e portugueses, de diferentes categorias profissionais. Na Sociedade Luiz de Camões, é possível encontrar pessoas de outras nacionalidades. Isso indica que a identidade criada pelas associações operárias mutualistas e recreativas não era excludente em relação aos associados, pois os trabalhadores pertencentes a essas organizações poderiam circular sem problemas entre elas<sup>122</sup>. Em algumas associações, restrições poderiam surgir na eleição para cargos da diretoria, tornando-se mais claro uma diferenciação entre os associados.

---

<sup>122</sup> Entre os associados eleitos para algum cargo de diretoria, era comum justificarem a recusa alegando que ocupavam outros cargos em várias associações. Também podiam justificar uma demissão, por conta dos altos encargos que tinham por pertencerem a outras associações. Na sessão de diretoria de 25 de junho de 1906, um membro da Sociedade Humanitária Operária pediu demissão porque tinha uma família numerosa e era sócios de diversas sociedades, tendo que se desligar de alguma. Nessa mesma associação, em 8 de agosto de 1919, um sócio pede demissão porque o era de muitas e se via obrigado a desistir de alguma por causa da crise.

Outra interpretação possível para esse fenômeno recai sobre a diversidade cultural que compunha a classe trabalhadora campineira, permitindo que diferentes grupos se identificassem como iguais a partir de suas necessidades e interesses, utilizando diferentes critérios. Portanto, apesar de serem, em sua maioria, ferroviários, fundidores, marceneiros, pintores, “operários” e “trabalhadores”, morarem nos mesmos bairros (Vila Industrial e Bonfim, por exemplo) e freqüentarem as mesmas escolas e botequins, esses trabalhadores poderiam buscar em diferentes identidades caminhos para solucionar seus problemas cotidianos, construir espaços de sociabilidades e representações sociais, e lutarem por causas coletivas. Essa estratégia ampliava as possibilidades de organização, driblava perseguições e permitia satisfazer as necessidades dos trabalhadores a partir de múltiplos focos, singularizando os vários grupos que compunham a classe trabalhadora campineira.

No começo do século XX, era comum a troca de correspondências entre as associações mutualistas e recreativas campineiras, principalmente anunciando a posse de uma nova diretoria, distribuindo relatórios e estatutos, convidando para a participação em eventos e assembléias gerais, além do pedido de alguns favores. Entretanto, é visível a predominância das correspondências entre associações que se definiam com uma mesma identidade. A Liga Humanitária dos Homens de Cor mantinha contato freqüente com a Sociedade D F União da Juventude, Centro Recreativo Dramático Familiar 13 de Maio, Grêmio Recreativo Dançante Estrela Celeste, Grêmio Recreativo Dançante Familiar José do Patrocínio, Federação Paulista dos Homens de Cor, Sociedade Beneficente, Isabel a Redentora, Sociedade Protetora dos Brasileiros Pretos. A Sociedade Humanitária Operária estabelecia uma comunicação mais contínua com a Sociedade de Socorros Mútuos e Protetora da Classe Operária, Centro Operário São José e outras associações de caráter mutualista, voltadas para a classe trabalhadora, além de receber correspondências da Liga Operária de Campinas, centros e sindicatos. Já a Sociedade Grêmio Luiz de Camões, mantinha estreitos laços com associações recreativas e musicais portuguesas, fixadas em Campinas, Santos, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Essas observações confirmam a hipótese de que as diversas identidades utilizadas para nomear as associações operárias mutualistas e recreativas representavam as variações culturais que compunham a classe trabalhadora, entretanto, as delimitações construídas se evidenciavam na forma como as organizações se comunicariam e se engajariam socialmente, e não como reflexo da composição do quadro de associados.

As identidades mobilizadas por associações operárias mutualistas e recreativas eram reafirmadas em datas de comemoração de aniversário do grupo, na participação de eventos e datas ligados a essas identidades (por exemplo, o 13 de maio para os negros, ou catástrofes em Portugal para a colônia portuguesa), nos estandartes, carimbos e diplomas (símbolos iconográficos), quando negociavam com outros setores da sociedade. Para os associados, era interessante estar presente em várias associações<sup>123</sup>, assegurando o acesso aos benefícios de forma mais ampla, e permitindo a inserção social através de variadas identidades. Essa estratégia era semelhante a que os escravos adotavam em relação as irmandades<sup>124</sup>, porém, na cidade de Campinas do início do século XX, essa estratégia adquiria outros significados para os trabalhadores. Principalmente, porque essas organizações eram administradas pelos próprios trabalhadores, adquirindo certa autonomia em relação às associações administradas pela Igreja ou pela empresa onde trabalhavam, criando espaços laicos na vida urbana dos trabalhadores. Nessas sociedades operárias, os associados obtinham a possibilidade de se diferenciarem socialmente, construindo espaços e símbolos próprios para serem reconhecidos pelos outros setores sociais. Daí a importância de adquirirem uma sede, de manterem uma imagem de honestidade, ordem e boa conduta moral, de cumprirem com as finalidades propostas e se manterem fiéis a identidade que as definia.

Logo, não era só a identidade operária que mobilizava os trabalhadores em Campinas no começo do século XX, mas também as identidades raciais e nacionais. Essa constatação é fundamental para interpretarmos o fato da Liga Operária de Campinas ter se apresentado como uma das organizações de classe reivindicatória mais

---

<sup>123</sup> Os trabalhadores, mesmo aqueles com menor remuneração, sacrificavam parte de sua renda para ingressar nas associações. Em sessão de diretoria de 1920, a diretoria da Sociedade Humanitária Operária suspendeu o pagamento dos auxílios para Benedito Ortiz. Quando visitado no Hospital Beneficência Portuguesa, Ortiz recebeu o visitador com "grosserias, dizendo o aludido sócio antes tivesse pegado o dinheiro, com o qual pagou as mensalidades, e comprado mais feijão que estaria muito mais bem empregado."

<sup>124</sup> A bibliografia que estuda as irmandades religiosas compostas por escravos traz diversas questões importantes para a inserção no estudo sobre as associações mutualistas e recreativas compostas por trabalhadores. Os autores consultados para uma aproximação com essa temática foram: AGUIAR, Marcos Magalhães. "Festas e rituais de inversão hierárquica nas irmandades negras de Minas colonial." In JANCSÓ, István. KANTOR, Íris, (org.) *Festa, Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. Vol 1, São Paulo: Hucitec, 2001; MacCORD, Marcelo. *O Rosário dos Homens Pretos de Santo Antônio: alianças e conflitos na história social de Recife 1848-1872*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2001; OLIVEIRA, Anderson José Machado de. *Os santos pretos carmelitas: culto dos santos, catequese e devoção negra no Brasil colonial*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFF, 2002; REIS, João José. "Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão" *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1997; SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

expressiva até a década de 1920, quando começaram a surgir outras associações por categoria<sup>125</sup>.

A economia campineira das primeiras décadas do século XX estava organizada em torno das plantações de café, do comércio e das ferrovias (compostas por diferentes categorias profissionais), surgindo apenas pequenas e médias oficinas de fundição, ferreiros, marcenarias, pequenas fábricas de massa, alimentos, bebidas, calçados e móveis. As grandes fábricas, principalmente as têxteis, e o aumento populacional expressivo, ocasionando um crescimento desordenado da cidade, ocorreu somente após 1930. Portanto, durante o período abordado pela pesquisa, os trabalhadores eram empregados em número reduzido nas pequenas oficinas, destacando-se os ferroviários como a única categoria mais ampla, e empregada em uma mesma empresa. A imigração era recente, marcando expressivamente a composição social da população urbana (cerca de 20% da população era estrangeira). Os negros vivenciavam um curto período como cidadãos e libertos, também marginalizados no regime republicano.

Nessas condições, apesar do assalariamento e da exploração por parte dos empregadores serem os grandes responsáveis pelas dificuldades vivenciadas pelos trabalhadores em Campinas, o convívio próximo entre trabalhadores italianos, negros, portugueses, espanhóis e filhos de imigrantes ocorria principalmente nos bairros, nos botequins e nos bailes, pois os locais de trabalho concentravam um pequeno número de operários. Dessa maneira, as identidades raciais e nacionais eram tão latentes quanto a operária para definição desses trabalhadores enquanto grupo social.

As associações compostas por trabalhadores, e organizadas a partir das identidades nacionais – portuguesas, espanholas, italianas – evidenciam a construção dessa identidade ao utilizarem a língua de origem nos convites e relatórios produzidos pelas organizações, ao se dedicarem a comemorar datas e personagens referentes ao país natal, ao promover festas, palestras e competições esportivas típicas.

Em relatório presidencial de 1934, a Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos descreveu que o artigo 57 dos seus estatutos previam a elaboração de conferências literárias, históricas, de higiene e popularização, para serem freqüentadas pela colônia espanhola e por famílias campineiras. No jornal *Diário do Povo*, de 26 de janeiro de 1926, foi noticiado que o Centro Português 5 de Outubro, no dia 31 de janeiro, às 20 horas, faria

---

<sup>125</sup> São elas: Sociedade União dos Motoristas de Campinas (1923); Associação dos Barbeiros de Campinas (1923); Sociedade Beneficente União dos Padeiros; Sociedade União 1º de Maio, entre outras compostas por ferroviários. A maioria das associações continua a ser majoritariamente mutualistas, porém, começam a articular a identidade a partir das categorias profissionais.

uma comemoração a data, referente “a primeira tentativa de República feita nessa data pela Revolução do Porto, efetuará uma sessão solene, em sua nova sede social, a rua Regente Feijó 78. Para assistir a essa grande reunião comemorativa, recebemos delicado convite que agradecemos.”

Na maior parte dessas associações, as conferências e palestras sobre datas comemorativas ou personagens significativos do país de origem eram constantes, coincidindo com a assembléia geral que elegia a nova diretoria, composta exclusivamente por imigrantes ou descendentes. Esses eventos eram amplamente divulgados, vários convites eram enviados para outras associações definidas pela mesma identidade, para associações que prestavam as mesmas finalidades, para lideranças políticas locais.

Uma das questões mais intrigantes é a formação da identidade negra entre os trabalhadores campineiros, que se colocava a partir de diferentes diretrizes. Uma delas, estava presente na Sociedade Beneficente Isabel, a Redentora, associação formada por ferroviários que pretendiam homenagear a figura monárquica considerada responsável pela libertação dos escravos. A diretoria apresentava tendências monarquistas, construindo relações próximas com o cônsul português, e objetivando enviar seus estatutos para a própria princesa Isabel, através do Dr Couto de Magalhães, diretor *d’O Comércio de São Paulo*.

Outro tipo de identidade construída entre os trabalhadores negros estava presente no funcionamento da Liga Humanitária dos Homens de Cor, na Sociedade Dançante Familiar União da Juventude, na Federação Paulista dos Homens de Cor, no Colégio São Benedito. Nessas organizações havia a “luta pelo engrandecimento da raça”, principalmente através da educação, da construção de uma imagem que valorizasse o negro, distanciando-o das bebidas alcoólicas, das situações consideradas imorais, da pobreza e miséria.

A Federação Paulista dos Homens de Cor organizou diversas recepções ao deputado Monteiro Lopes, mobilizando as associações negras em Campinas. Além disso, declarava a apoio a determinados candidatos políticos durante as eleições. Desse modo, essa organização criava uma imagem da potencialidade da cidadania negra em Campinas através da alfabetização e da participação política, elegendo candidatos que pudessem garantir a inserção dos negros na sociedade. Esse aspecto político da atuação negra, em Campinas, resultou na organização da Frente Negra em 1931.

No jornal *Diário do Povo*, de 13 de maio de 1984, um artigo sobre as comemorações da data ressalta o papel da Frente Negra em Campinas, que se reunia

clandestinamente na sede da Sociedade Dançante Familiar União da Juventude. José Alberto Ferreira, advogado e escrivão aposentado, foi entrevista por ter feito parte da Frente Negra e da Liga Humanitária dos Homens de Cor.

'A Frente Negra foi o único movimento que existiu no Brasil que tentava diretamente a conscientização do negro e a sua função às reivindicações básicas. Ela nasceu em 1931, muito no estímulo da Revolução de 1930, que despertou uma nova dinâmica para todos os brasileiros. Era a nova concepção de nacionalidade que surgia. Logo, os negros também tinham de se conscientizar. ... Nós – explica Dr Ferreira – tínhamos força. Se alguém era preso logo estava lá o advogado negro para saber com o delegado porque isso tinha acontecido. Mas erramos por tentar entrar solapando, de chofre. Quem dominava passou a temer a Frente Negra. Mas nós não queríamos guerra. O que nos almejávamos era apenas que fôssemos livres e tendo as mesmas condições de se integrar a sociedade como os brancos tinham. Antes do movimento de 1930, o negro era só eleitor. A partir daí, com a conscientização, queria também ser cidadão. E o ideal da Frente Negra cresceu entre todos os negros.'

Entretanto, a Frente Negra sofreu mutações. Em 1932, com a Revolução Constitucionalista, os negros paulistas em sua grande maioria, se negava a pegar em armas contra Getúlio Vargas. 'Final, explica Dr Ferreira, era ele quem tinha feito 1930 e nos dado a chance de brigar.' Mas essa fidelidade a Getúlio seria traída. De repente, foram chegando muitos políticos interessados em arrebanharem a Frente. Houve muita infiltração. Quase todos chegavam em nós e dizia: esquece a Frente, faz um partido. O que resolve é partido político. ... A Frente Negra virou, então, um partido: Esquerda Democrática, onde negros e comunistas se uniam pela luta a favor dos oprimidos. Porém, parte da estratégia getulista, a nova constituição da Frente serviu apenas para ser, junto a todas as agremiações políticas, fechada pelo golpe de 1937, que criou o Estado Novo'. ... A empolgação, como define Dr Ferreira, que já tomava conta da raça negra em SP, MG, Bahia e RJ, principalmente, foi extirpada. 'De importante, depois, só o Teatro Experimental Negro em 1950. O pessoal passou, então, a ver que um caminho para a liberdade podia ser o das artes. Um negro daqui de Campinas, diretor de teatro e ator, chegou a sair na capa de *O Cruzeiro* e virou nome de rua, pelo seu valor. ... Tinha entrado na Frente Negra com o intuito de ajudar meus patrícios e, depois de formado advogado, agora aposentado, tento ajudar com apoio jurídico gratuito. Mantive o meu ideal. ... Mas o negro mesmo está desamparado e desestimulado. Ele não acredita mais nele. Foi veneno que puseram na raça. Só que nós podemos fazer alguma coisa. A Liga Humanitária sobrevive até hoje.'

Esse artigo evidencia que, entre os trabalhadores negros campineiros, as diferentes associações criadas e administradas por esses sujeitos históricos possibilitavam a sua inserção na sociedade e a discussão de estratégias para conquistar a cidadania. Durante as primeiras décadas do século XX, as associações mutualistas, recreativas e reivindicatórias atuavam em conjunto, criando os espaços necessários para externalizar uma imagem social que valorizasse o negro como cidadão. É interessante notar que o entrevistado resgata uma associação mutualista como possibilidade para mobilizar os negros em torno da discussão sobre a inserção social e a cidade na década de 1980.

A imprensa negra de Campinas<sup>126</sup> se colocava como veículo para denunciar as práticas preconceituosas existentes na sociedade. O jornal *O Getulino*, circulou em Campinas durante a década de 1920, discutindo várias temáticas referentes ao negro na sociedade republicana democrática, tais como o acesso a educação, ao trabalho, a questão da imigração, a formação da “raça brasileira” e o papel do negro nesse processo. Em todos os exemplares consultados, havia anúncios das associações negras campineiras, recreativas e mutualistas, divulgando seus eventos. O artigo sobre o batismo do estandarte do Clube Dançante Familiar 28 de setembro<sup>127</sup>, de 1925, relata que vários discursos sobre a abolição e sobre a liberdade do negro foram feitos, sendo destacado que “a conservação da liberdade conquistada com grande sacrifício por nossos maiores, depende só e unicamente de nós. A classe precisa unificar-se, estreitar-se num só complexo de harmonia e de pensamento para coesa e forte, expender as mais úteis sugestões em benefício dos escravizados de ontem.”

O artigo de Benedito Florêncio, de 05 de outubro de 1924, reafirma que o objetivo do jornal era lutar contra a perseguição de certos estrangeiros, pois caso os negros continuassem calados, “não teremos barbeiros, não teremos sapateiros, nem alfaiates, não poderemos entrar nos hotéis, nos bares, nos cinemas, nas lojas, nos teatros, enfim, seremos expulsos dos bondes e exortados dos trens, ficando mesmo sem o direito de transitarmos nas calçadas!” Esse periódico se colocava como uma resposta da “mocidade de cor de Campinas”, contra o modo como o jornal publicado pela sociedade Protetora dos Negros pensava a questão da exclusão social. Esse segundo grupo era denunciado como conivente as situações preconceituosas, reformista, pois procurava na aliança com políticos e homens mais ricos meios para se manterem, além de serem caracterizados como desordeiros e violentos.

O jornal *O Getulino* também denunciava a política de contratação de algumas empresas, que somente aceitavam trabalhadores brancos. “Corrobora a nossa revolta o fato de não haverem excluído de seu operariado os pretos nem a Paulista nem a Mogiana, nem a MacHardy, fundada por um estrangeiro, nem a Lidgerwood, estabelecida por outro estrangeiro, nem a Arens nem outras quaisquer empresas e industriais aqui nascidas. ... Injusto é proibir-se que as mãos das moças prestas sejam recusadas para os serviços de fiação ou de tecelagem.” Outras denúncias de segregação indicam que os

---

<sup>126</sup> SANTOS, José A. *Raiou a Alvorada: intelectuais negros e imprensa. Pelotas (1907-1957)*. Pelotas: Universitária, 2003.

<sup>127</sup> *O Getulino*, 27 de janeiro de 1925.

negros eram proibidos de freqüentar determinados estabelecimentos, ou locais considerados públicos, como jardins.

O artigo de Evaristo de Moraes, de 31 de dezembro de 1923, retoma uma discussão presente nas assembléias gerais da Liga Humanitária dos Homens de Cor. Moraes afirma que Campinas era conhecida pelas grandes sociedades beneficentes que sustentavam ótimos hospitais, entretanto, na maior parte das organizações os estatutos não admitiam a entrada de “pessoas de cor”. O artigo relata que a Liga Humanitária dos Homens de Cor, “sociedade fundada e gerida por pretos”, em assembléia geral, decidiu ampliar seu programa e criar uma seção beneficente, fornecendo médico e farmácia, recebendo em seu seio muitos brancos que procuram a associação. “Belo gesto de brasileiros que não imigram, graças a Deus, para país algum, para que lá chegados, dando por paus e por pedras escondendo a própria sombra ofendam os nativos.” Moraes afirmou que a Câmara Municipal auxiliava a quase todas as sociedades beneficentes, doando terrenos, como o fez para o Circolo Italiani Uniti, e pedia um auxílio de 3 contos de réis anuais, mediante os certificados médicos e de farmácia, assim como auxiliava o Centro de Ciências Letras e Artes na compra de livros.

Pode-se concluir que, as diferenças culturais que compunham a classe trabalhadora campineira nas primeiras décadas do século XX promoviam distanciamentos entre esses mesmos trabalhadores, baseados principalmente em noções racistas. O convívio social nos locais públicos do ambiente urbano e as formas de representação social (associações, imprensa, eventos) indicam tensões existentes entre trabalhadores negros e brancos. Essas tensões geravam a identificação de diferentes setores sociais como iguais, a partir do modo como eram vistos pela sociedade e dos códigos culturais comuns.

Não foi possível explorar de maneira mais detalhada quem eram os trabalhadores brancos presentes nas associações negras e quais os motivos para que se associassem a essas organizações. Provavelmente, os trabalhadores negros tinham remunerações menores, desempenhavam funções menos qualificadas, e sofriam exclusões mais violentas, tendo acesso negado a quase todos os serviços existentes na cidade. Esse mesmo tipo de vivência poderia estar presente entre trabalhadores brancos empobrecidos, que moravam em bairros com grande concentração de negros, sendo vistos pelos outros setores da sociedade como semelhantes, apesar deles próprios não se reconhecerem como iguais. Porém, essa vivência comum da exclusão poderia abrir

uma brecha para que imigrantes e brasileiros brancos participassem de associações negras, buscando uma forma de inserção na sociedade.

Entretanto, esse convívio também era permeado por tensões, como indica o trecho a seguir, retirado da ata de sessão de diretoria da União da Juventude, de 21 de setembro de 1917. “Foi lido um ofício do senhor Alfredo Petris pedindo um auxílio para comprar uma cadeira americana para seu salão de barbeiro. Pediu a palavra o senhor Armando Gomes, protestando energicamente, contra o ofício, dizendo que não assinava nem um tostão, porque mais tarde vai acontecer como muitos outros, que quando se acham em boas condições excluem os homens de cor.” O fato de um associado branco obter uma condição econômica mais favorável, indicava a possibilidade de se desligar do relacionamento com trabalhadores negros, retirando-os de seu convívio. Ao identificarem tal mecanismo social, os associados negros explicitam sua repulsa a exclusão, revelando como a questão racial estava interligada com o jogo de forças econômicas que estruturavam a sociedade campineira.

Essas tensões entre trabalhadores negros e trabalhadores brancos também eram descritas nos periódicos da época. No jornal *A Cidade de Campinas*, de 20 de fevereiro de 1906, foi noticiado que a polícia enviou “o preto Julio de tal, ferido por um caixeiro de nome Manoel Hespanhol, negociante no bairro do Frontão,” para o hospital da Santa Casa. Ainda em 1906, o periódico anunciou que desordeiros saíram pelas ruas Padre Vieira, Irmã Serafim, Ferreira Penteado e outras, praticando atos contra a moral pública, “esbordoando a parda Valdomira, a preta Paulina e seu marido, fazendo o mesmo a um sapateiro estabelecido a rua Ferreira Penteado.”

Entretanto, essas diferenças culturais e as tensões por elas provocadas entre os trabalhadores campineiros, durante a Primeira República, não impediram que em determinadas organizações e, em alguns momentos, esses diferentes trabalhadores se identificassem como operários, aspecto analisado no capítulo 3.

Outras noções presentes em todas as associações analisadas são as de solidariedade e neutralidade política. A solidariedade era tida como um pré-requisito para o bom desempenho de uma diretoria, ou para o engrandecimento de determinada associação. Através dos registros em atas, é possível compreender que a solidariedade era entendida nessas associações mutualistas e recreativas como a união em torno um objetivo comum. Na assembléia geral de 18 de setembro de 1927, da Sociedade Humanitária Operária, o presidente eleito

agradece a bondade e confiança dos sócios ... o que faz com que mais amor tomem pela Sociedade, procurando, na medida de suas forças e auxílio de seus companheiros, elevá-la colocando-a na altura que merece.

No dia 17 de setembro de 1922, Armando Gomes sugeria uma homenagem a José Rodrigues Pinheiro por sua atuação como diretor durante a epidemia de gripe espanhola, dizendo que

com seus continuados esforços procurando sempre harmonizar os interesses dos sócios com os da sociedade, em meio da maior justiça e democracia, conseguindo em pouco tempo de administração apresentar um bom saldo...

Na sessão de diretoria da Liga Humanitária dos Homens de Cor, do dia 6 de dezembro de 1927, o presidente

agradece imensamente a presença dos srs ali presentes como prova de verdadeira fraternização que é justamente a base da solidariedade com a qual podemos hombrear a Liga Humanitária dos Homens Cor e colocarmos ao nível que deve ocupar e é esta nossa fraternidade esta mesma solidariedade que desejamos aos vindouros e novos diretores juntamente com as nossas boas festas por um delicioso ano de progresso e felicidade.

Entretanto, os conflitos internos existiam nas associações operárias mutualista e recreativas, evidenciando as fragilidades e os momentos de divergências dentro de um grupo, comprovando que a solidariedade não pode ser idilicamente interpretada.

A maior parte dos desentendimentos entre os associados e a diretoria era causada pelo confronto entre o interesse pessoal e o da associação, principalmente, nos casos do pagamento dos auxílios-doença quando os visitantes os suspendiam, porque não haviam encontrado o doente em casa, à noite. Um exemplo é o caso discutido em assembléia geral de 22 de setembro de 1918, na Sociedade Humanitária Operária, para determinar a penalidade aplicada ao associado, pois

tendo o sr Salvador Fiorchi requisitado socorros foi procurado pelo sr visitante de noite e não foi encontrado em casa tendo o mesmo sido encontrado em uma sociedade recreativa e outros lugares de passeio...

Outro motivo que gerava discussões entre os associados e a diretoria era o fato dos visitantes denunciarem a presença dos associados em diversões noturnas, ou quando mentiam para receber os auxílios, empregando-os para outras finalidades. Em sessão de diretoria de 1912, a Sociedade Humanitária Operária foi informada que o sócio Cezar Galvão havia se casado, oferecendo um banquete, baile e outras diversões, além de freqüentar diversões noturnas, no período em que alegou estar doente.

Como não é lícito que esse sócio recebendo socorros pecuniários de uma sociedade, ofereça banquetes, bailes e outras coisas que são bastante dispendiosas, como não é lícito a um sócio pedir socorros a uma sociedade, quando seu incômodo não o impedir de seu trabalho, não sendo lícito também que o sócio recebendo socorros da sociedade, saia a passeios desnecessários, durante a noite, ficando assim provado que o sócio Cezar Galvão trata de explorar os cofres sociais em seu proveito. A diretoria resolveu por unanimidade de votos, suspender-lhe dos direitos de sócio até a próxima Assembléia Geral e está resolverá sobre o destino que deve dar a um sócio que procede tão levemente.

A assembléia decidiu que o associado deveria ser expulso, pois havia usurpado a associação para o próprio benefício.

Essas evidências indicam que as associações operárias mutualistas entendiam que, quando os associados se declaravam doentes, deveriam realmente estar impossibilitados de trabalhar, adotando práticas para que rapidamente se restabelecessem. Esse era o comportamento esperado dos associados, pois indicava que não pretendiam usurpar os fundos sociais, permanecendo muito tempo doentes. O fato de existirem cargos específicos para o controle do comportamento dos associados evidencia que não era um valor comum, entre todos os associados, a necessidade de adotarem práticas que visassem o benefício do fundo social das organizações, indicando a existência de contradições entre o interesse pessoal e o interesse coletivo.

Nas associações mutualistas analisadas, havia um procedimento burocrático para o pagamento dos auxílios, exigindo que o associado doente enviasse um atestado médico ou um atestado da empresa comprovando suas faltas, além de estar em dia com as mensalidades e enviar um ofício comunicando a diretoria e os visitantes os dias que ficou doente. Os vogais, ou visitantes, acompanhavam o processo de recuperação dos associados, emitindo recibos quando os auxílios fossem pagos. Essa relação era permeada por tensões, e os visitantes eram acusados de pagar auxílios referentes a dias inferiores daqueles que os associados comunicaram. Em 1929, o sócio da Sociedade Humanitária Operária, Benedito Quirino de Castro, reclamava que deveria receber os socorros desde o dia 12 de julho, sendo que denunciaria na imprensa a incapacidade do presidente caso não recebesse a quantia desejada. O visitante disse que recebeu a notificação da doença de Benedito no dia 18, com data de 16 de julho, pagando os auxílios a partir dessa data. A diretoria resolveu relevar as calúnias ditas contra o presidente, pelo fato do associado estar doente, e não modificou a data do pagamento.

As diretorias das associações operárias mutualistas também utilizavam critérios morais para determinar a validade do pagamento de auxílios, negando-os para

associados que se ferissem ou ficassem doentes em função de bebidas alcoólicas ou brigas.

Nas associações operárias recreativas, as principais tensões geradas ocorriam em função do comportamento dos associados durante os bailes, conferências ou peças teatrais, ou mesmo, em outros locais. Caso fosse encontrado algum associado alcoolizado dentro das associações recreativas, eles poderiam ser suspensos por tempo indeterminado. As danças eram organizadas de forma a garantir que todos os associados tivessem parceiras, punindo aquelas que se negassem a dançar ou que dançassem mais de duas vezes com o mesmo associado. Os jogos também era fiscalizados, sendo proibidas manifestações violentas ou trapagens, sendo uma constante preocupação das diretorias manter a ordem e a paz dentro das sedes das associações recreativas.

Portanto, nas associações recreativas essa fiscalização do comportamento evidencia que diretorias buscavam comprovar que seus associados seguiam os padrões de moralidade definidos na época, criando uma imagem social que os valorizasse, que os integrasse a sociedade como cidadãos civilizados e pacíficos.

É interessante notar que, em todos os momentos de tensão e conflitos, os estatutos eram utilizados para legitimar as ações adotadas pelas diretorias ou pelos associados. Entretanto, esse aspecto democrático coloca uma questão importante para que se possa compreender o modo como os trabalhadores associados vivenciavam esse mecanismo administrativo. Em todas as associações operárias analisadas, a elaboração dos estatutos era feita por uma comissão, nomeada pela diretoria, sendo que em assembleias gerais extraordinárias os estatutos eram discutidos e aprovados. Ou seja, a participação da maior parte dos associados na elaboração e aprovação dos estatutos era pouco significativa, porém, todos os associados tinham acesso a exemplares dos estatutos e conheciam seu conteúdo. Os trabalhadores associados consideravam um procedimento padrão o fato de delegar à diretoria a responsabilidade para a elaboração dos estatutos. Entretanto, também era um consenso, entre os associados, que a assembleia geral era a principal instância existente dentro da organização, e somente ela poderia propor alterações no texto dos estatutos ou nos procedimentos administrativos.

Essa forma de vivenciar o cotidiano administrativo fez com que, entre as organizações operárias mutualistas e recreativas, as diretorias assumissem uma função essencial na solução dos conflitos causados pela tensão existente entre os interesses individuais e os coletivos, sendo legitimada para julgar e condenar qualquer atitude que pudesse prejudicar a sobrevivência da organização. A sessão de diretoria de junho de

1910 foi convocada pela Sociedade Humanitária Operária para discutir o caso do associado Manoel de Camargo. Uma comissão de jurados foi nomeada, composta por 4 membros, de acordo com seus estatutos, “visto a diretoria não ter provas verídicas para a decisão”.

Será o seguinte andamento a ordem do dia: ninguém poderá usar a palavra sem a pedir e ser concedida; ninguém poderá interromper quem estiver usando a mesma antes de terminar; em primeiro lugar falará o sr Manoel Camargo em seguida falará qualquer um dos sócios presentes se quiserem fazer a defesa do mesmo e depois falará os diretores cada um por sua vez. No caso que não haja comum acordo passar-se-á a bolotagem das pedras pretas contra e das brancas a favor com escrutínio secreto não podendo votar o sócio sr Manoel Camargo nem os seus defensores; se houver empate o sr presidente tem o voto de minerva; o resultado da apuração não dá direito ao sócio Manoel Camargo reclamar contra a Sociedade ou Diretoria, e por isso estará presente para a decisão da causa. Previno que estará incurso nas penas do artigo 13 parágrafo 2 do capítulo 5 perdendo o direito de sócio aqueles que ofender ou desrespeitar a diretoria sendo eliminado de acordo com o artigo 14 e parágrafo 1 do artigo 15; espero portanto de todos os srs presentes todo o respeito, prudência, calma e paz. Pediu a palavra o snr José Giglio e diz que em vista do sr Manoel Camargo e seus defensores não Ter direito a votos é de opinião que seu acusador também não o tenha; esta proposta foi unanimemente aprovada.

O sócio Manoel Camargo deveria explicar como se machucou, se foi um acidente ou se havia sido vítima de agressão. Camargo relata que foi chamado por amigos para ir a um casamento, em um sítio, “e como já era noite disseram-me que seria conveniente sair armado do que não fui de encontro por achar mesmo necessário”. Na festa, Manoel Camargo foi apontado como desordeiro, pois já haviam dito que ele havia desrespeitado uma “pretinha”. Camargo conta que resolveu ir embora, após esse incidente, e no caminho, acidentalmente, atirou na própria mão ao carregar a arma. A festa ocorreu na casa de outro sócio da organização, Rodolfo Linner, que testemunhou confirmando o mau comportamento de Camargo durante a festa. A diretoria deliberou que Manoel Camargo receberia o auxílio, porém, por um tempo reduzido, conforme seu pai propôs, alegando que o sócio havia se ferido sozinho. Entretanto, condenaram sua atitude na festa, argumentando que fariam a justiça caso isso se repetisse, deixando de pagar os auxílios que requeria.

Portanto, a maneira mais eficaz para desmoralizar uma organização era difamar sua diretoria, ou algum membro da associação. Em uma assembleia geral de 21 de setembro de 1919, Manoel Martins da Silva defendia-se de uma acusação feita por Domingos Fernandes Urbano, ambos sócios da Humanitária Operária, esclarecendo que não havia dito que “está é uma sociedade de cafajestes”, mas afirmou “que todo homem que deseja a ruína de uma sociedade, é um cafajeste”.

Em sessão de diretoria de 1917, o presidente da Sociedade Humanitária Operária relatou que, ao visitar o sócio Braga Bueno de Prado, para anunciar que não pagaria 5 dias de auxílio, pois o visitador não havia encontrado o associado em casa, foi recebido com palavras malcriadas, sendo que Prado afirmou que a diretoria era um bando de cafajestes. Por decisão unânime, o sócio foi expulso, de acordo com o estatuto.

O fato dos associados entenderem que as diretorias eram essenciais para a manutenção das associações, principalmente por serem consideradas como representantes dos interesses coletivos, legitimadas pela assembléia geral, fez com que várias denúncias surgissem contra a má atuação de diretores. Na sessão de diretoria da Liga Humanitária dos Homens de Cor, de 4 de fevereiro de 1916, meses após a fundação, o presidente denuncia que o secretário estava sendo omissivo, pois o livro de atas estava em branco, não tendo sido registrada nenhuma das sessões. Os principais casos de denúncia de diretores envolvia o cargo de tesoureiro, pois eram os responsáveis pelo caixa da associação. Em todas as associações analisadas, em algum momento, os tesoueiros eram acusados de desfalques no caixa, sendo que em determinados episódios eram realmente culpados. Entretanto, para evitar que as associações perdessem a credibilidade, a diretoria resolvia os problemas em sessões secretas, renegociando o pagamento do dinheiro que foi pego pelos tesoueiros.

Outra característica que define essas associações como mutualistas e recreativas era a adoção de um posicionamento neutro em relação a política e a religião. Em assembléia geral da Liga Humanitária dos Homens de Cor, de 21 de dezembro de 1930, Armando Gomes diz

que reconhece muito bem que essa sociedade não tinha fins políticos mas que ele como brasileiro e de cor vinha lançar um protesto contra o novo governo brasileiro por ter abolido do calendário nacional a data da lei áurea de 13 de maio e que para ele era a mais gloriosa data por ser o dia que o Brasil limpou os mais negros traços da nossa história e pediu aos presentes que lançava o seu protesto como sócio dessa Liga.

De maneira mais direta, o presidente eleito da Sociedade Humanitária Operária, em assembléia geral de 26 de setembro de 1909,

promete fazer de tudo quanto pudesse para engrandecer a sociedade, promete também fazer reinar a melhor harmonia entre os associados e fazer desaparecer as paixões políticas e religiosas dessa sociedade.

Essa estratégia evidencia que as associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas desejavam se colocar como espaços de prestação de serviço, de consolidação de uma união em prol do bem comum, pois compreendiam que os

posicionamentos políticos e religiosos provocavam divergências inconciliáveis. É interessante perceber que esse posicionamento é muito criticado por diferentes correntes do movimento operário<sup>128</sup>.

Um dos problemas propostos nessa pesquisa é o questionamento sobre as motivações e visões de mundo que compunham a classe trabalhadora campineira e resultavam nessa tendência organizativa. Uma hipótese elaborada é a de que o predomínio de pequenos estabelecimentos industriais (impedindo o convívio próximo de grande número de trabalhadores sob as mesmas condições de trabalho) e a existência de uma ordem repressora violenta<sup>129</sup>, destacadas nas greves de 1906, 1917 e 1920, inibia a mobilização política em grande escala, entre os trabalhadores, mesmo sujeitos a longos períodos de trabalho e baixa remuneração<sup>130</sup>. Portanto, a escolha do associativismo (mutualismo e recreativo) representava a possibilidade de remediar problemas cotidianos, garantir a representatividade social através da atuação nas organizações e mobilizar os trabalhadores (através de diferentes identidades), principalmente, em função da insegurança<sup>131</sup> vivenciada na cidade.

---

<sup>128</sup> No jornal *O Combate* esse julgamento fica explícito quando relatam a greve de 1917 em Campinas.

<sup>129</sup> Essa ordem repressora estava presente na figura dos delegados de polícia e dos soldados (diversas denúncias de abusos nos jornais) e no poder político dos proprietários das grandes fábricas e ferrovias, que eram também os vereadores da cidade, e obtinham rápido apoio do Estado para a repressão de greves e manifestações.

<sup>130</sup> Nos jornais consultados, no material existente no Arquivo do Centro de Memória e da Câmara Municipal de Campinas há vários relatos sobre a ordem repressora existente em Campinas na Primeira República. Esses dados serão analisados no terceiro capítulo, no item que abordará o movimento operário campineiro.

<sup>131</sup> SAVAGE, Mike. "Classe e História do Trabalho". IN BATALHA, Cláudio H. M. (org) *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Unicamp, 2004.



## **Capítulo 3 – As relações entre as associações mutualistas e recreativas e outros setores da sociedade**

### **3.1 – As associações mutualistas e recreativas e os poderes públicos municipal e federal**

A primeira forma de interação entre as associações mutualistas e recreativas e os poderes públicos se dá através da aprovação de uma legislação que as regulamente e legalize<sup>132</sup>. A Constituição brasileira, aprovada em 24 de fevereiro de 1891, assegurava aos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, permitindo a associação e reunião de todos, sem armas, podendo existir a intervenção da polícia para manter a ordem pública. Essa definição legal permitiu que, durante a Primeira República, o uso da força policial fosse constante, principalmente, para a fiscalização das organizações operárias e na repressão ao movimento operário.

No decreto federal nº 434, de 4 de julho de 1891, o governo consolidou as disposições legislativas e regulamentares sobre as sociedades anônimas. De acordo com o artigo 46, os montepios, os montes de socorros, as caixas econômicas e as sociedades de seguros mútuos precisariam pedir autorização do governo para se organizarem. A concessão da autorização seria emitida diante a aprovação dos estatutos; a comprovação de que a finalidade era lícita ou de utilidade pública; a sua criação oportuna; o capital empregado suficiente; um regime administrativo que oferecesse garantias morais, indispensáveis para o crédito da empresa e a segurança do interesse dos acionistas / público; a prestação de contas, formação de fundos e a divisão de lucros suficientes para inspirar confiança.

O decreto-lei nº 173, de 10 de setembro de 1893, regulava a organização das associações com fins religiosos, morais, científicos, artísticos, políticos ou de simples recreio, nos termos do artigo 72, parágrafo 3º da Constituição. Essas associações poderiam adquirir individualidade jurídica inscrevendo o contrato social, compromisso ou estatutos no registro civil da circunscrição onde estabeleceram sede. Os estatutos deveriam declarar a denominação, finalidade e sede da associação; o modo pelo qual é

---

<sup>132</sup> Para informações sobre a legislação existente no período imperial ver: DE LUCA, Tânia R. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto, 1990; SILVA JUNIOR, Adhemar L. da *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas. Estudo centrado no Rio Grande do Sul. 1854-1940*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2004.

administrada e representada ativa e passivamente em juízo, e em geral nas suas relações com terceiros; se os membros respondem ou não pelas obrigações que os representantes da associação contraírem em nome dela.

Antes da inscrição, as organizações deveriam publicar os estatutos ou extrato, no jornal oficial do Estado onde tinham sede. As associações legalizadas adquiriam capacidade jurídica como pessoas distintas dos respectivos membros, e podiam exercer todos os direitos civis relativos aos interesses do seu instituto. Se os diretores não prestassem contas em assembléia geral, poderiam ser citados por qualquer membro para prestá-las em juízo. As associações com fins ilícitos ou usando meios ilícitos e imorais seriam dissolvidas por sentença, mediante denúncia de qualquer pessoa do povo ao Ministério Público. As associações que não adquirissem personalidade jurídica nos termos dessa lei, seriam regidas pelas regras das sociedades civis.

A Sociedade Humanitária Operária, associação mutualista de Campinas, efetuou a publicação de seus estatutos no *Diário Oficial* de 23 de maio de 1906<sup>133</sup>:

A Sociedade Humanitária Operária, fundada em 18.09.1897, nesta cidade de Campinas e regida pelos estatutos aprovados em assembléia geral extraordinária em 09.10.1904, tem por fim: socorrer aos seus associados quando enfermos com auxílios pecuniários; quando em estado de invalidez, com pensões; e quando falecerem, providenciando quanto ao enterro. A Sociedade será administrada por diretoria composta de 11 sócios, eleitos em assembléia geral e os seus cargos são: presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários, tesoureiro, procurador, cobrador e 4 vogais, tendo o mandato a duração de um ano, a contar de 18.09. A Sociedade será representada ativa e passivamente em juízo, e em geral, em suas relações para com terceiros, pela diretoria e seu presidente. A Sociedade pode adquirir bens de qualquer natureza e contrair obrigações sem que os associados respondam subsidiariamente pelas obrigações que a diretoria contrair expressa ou intencionalmente, em nome da mesma Sociedade.

Campinas, 11 de maio de 1904.

Depois do registro, as associações conseguiam aplicar o fundo social em bancos, principalmente, na Caixa Econômica. No caso da Humanitária Operária, essa iniciativa partiu do aviso de um associado, em assembléia geral de 27 de janeiro de 1906, que procurado por um advogado informou a necessidade de regulamentarem a situação da organização.

Em seguida tomando a palavra o sr Jorge Clozel diz que a Assembléia foi constituída simplesmente para eleição de cargos vagos mas que desejava fazer uma proposta que a Sociedade precisa registrar os Estatutos e que para isso o advogado Dr Joaquim Moreira Dias se ofereceu gratuitamente sendo aceito foi nomeado uma Comissão composta dos srs Jorge Clozel, José

---

<sup>133</sup> O decreto-lei nº 173, de 1893, apenas entrou em vigor no ano de 1906 no estado de São Paulo, pois o funcionamento dessa lei utilizava instâncias estaduais e não federais, para o registro dos estatutos.

Fonseca e Gabriel de Andrade para com o advogado fazerem esse serviço. Tomando a palavra o sr Luiz Oliveira Prata diz que o doutor não cobrando nada então deve a Sociedade dar lhe um título. Assumindo a palavra o abaixo assinado propõe que deve-se dar o título de sócio Benemérito ao Dr Joaquim Moreira Dias sendo muito aprovado e o sr Luiz de Oliveira Prata propõe que seja lançada em ata um voto de louvor ao sr Jorge Clozel por mais este serviço que presta a Associação sendo aprovado.

Esse relato indica a aproximação existente entre as organizações operárias e profissionais liberais, sendo muito comum no início do século que advogados, médicos e dentistas oferecessem seus serviços gratuitamente. Essa oferta poderia ocorrer quando os profissionais eram simpáticos às ideologias e causas operárias, ou quando eram personagens que se propunham a praticar a generosidade<sup>134</sup>.

De acordo com o Código Civil de 1916, as sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas e literárias, organizações de utilidade pública e fundações eram pessoas jurídicas de direito privado, sendo representadas pelas pessoas indicadas nos estatutos ou pela diretoria. A existência legal ocorria com a inscrição de contratos, atos, estatutos ou compromissos no seu registro peculiar, declarando: I - a denominação, os fins e a sede da associação ou fundação; II - o modo por que se administra e representa ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente; III - se os estatutos, o contrato ou o compromisso são reformáveis no tocante à administração, e de que modo; IV - se os membros respondem, ou não, subsidiariamente pelas obrigações sociais; V - as condições de extinção da pessoa jurídica e o destino do seu patrimônio neste caso. O Código reforça a determinação do decreto nº 434, de 1891, que exige a autorização do governo para o funcionamento de sociedades de seguro, montepio, caixas econômicas, exceto cooperativas e sindicatos profissionais legalizados. As sociedades que, por falta de autorização ou de registro, não se tornassem pessoas jurídicas, não poderiam acionar a seus membros, nem a terceiros, mas estes poderiam responsabilizá-las por todos os seus atos.

Para Tânia de Luca, a legislação aprovada na década de 1890 foi um marco legal na existência das associações mutualistas e surgiu em função do crescente número de entidades. Adhemar da Silva Junior analisa os decretos e leis que poderiam interferir de maneira indireta na dinâmica das sociedades de socorros mútuos. O decreto nº 1637, de 5 de janeiro de 1907, permitia a criação de caixas de socorros mútuos e cooperativas com autonomia financeira e escrituração em separado dos sindicatos. Para o autor, esse decreto estimularia a criação de novas sociedades de socorros mútuos por categoria,

---

<sup>134</sup> Nos anúncios em jornais e almanaques oferecendo os serviços de médicos e advogados, há constante referência sobre aqueles que serviam a organizações operárias.

diferenciando os fundos destinados para proteção social, daqueles destinados para as estratégias públicas. Porém, Silva Junior não consegue comprovar quais seriam as conseqüências desse decreto para as associações mutualistas do Rio Grande do Sul.

Durante a década de 1910, a legislação federal teria ampliado as possibilidades para a criação de sociedades com operação de seguro, sendo que muitas seguradoras se denominavam mutualistas<sup>135</sup>. No jornal *Cidade de Campinas*, de 14 de janeiro de 1909, existe um anúncio do Monte Pio da Família Sociedade Beneficente de Auxílios Mútuos, com sede em São Paulo, mais de 3000 sócios, sem distinção de sexo, nacionalidade e crença, com formação de pecúlio de 30:000\$000 em caso de falecimento, admitindo sócios entre 30 e 55 anos, com perfeita saúde e jóia de 1:000\$000, a ser paga em 4 prestações iguais e cota de 15\$000 a cada falecimento, deixando o nome e telefone do representante em Campinas. No mesmo jornal, no dia 09 de março de 1910, a Mútua Brasil, associação com sede em São Paulo, oferece atendimento médico, pecúlio de 20:000\$000 em caso de falecimento, mediante jóia de 40\$000 e cota de falecimento de 18\$000, diretoria composta por senadores, barões e coronéis. Em anúncio do dia 12 de novembro de 1910, a Caixa Mútua de Pensões Vitalícias é descrita como a caixa mais antiga e sólida do país, com autorização do governo federal para atuar em todo o país, comunicando a mudança do seu representante em Campinas.

Portanto, essa distinção jurídica entre seguradoras (voltadas para as regras do mercado) e associações organizadas por civis para objetivos de socorro mútuo era visível no cotidiano campineiro durante a Primeira República. No jornal *A Cidade de Campinas*, de 13 de novembro de 1909, há um artigo ressaltando as vantagens em pertencer a Associação Preventiva de Auxílios Mútuos.

As Previdentes. Um confronto expressivo. ... Esse tipo de auxilio, para viúvas com grande prole, constitui forte elemento de prestigio para as instituições de mútuo auxilio, pelo grande beneficio que decorre de sua organização, aparelhando, repartidamente entre os associados, os socorros pecuniários que competem as famílias atingidas pela dolorosa perda de um de seus membros. ... Esse fato deve constituir um estímulo para que todos se inscrevam e se abriguem na Associação Preventiva de Auxílios Mútuos de Campinas, a cuja testa se encontram cavalheiros dignos e merecedores de toda a confiança. ... Acautelem ao mesmo tempo um interesse próprio e o de um semelhante, minorando-lhe sem sacrifícios as aventuras de um passo difícil e angustioso.

O artigo cita o exemplo de uma viúva, que recebeu 1 conto de réis da Associação Preventiva de Auxílios Mútuos em função da morte de seu marido, elogiando esse tipo de

---

<sup>135</sup> SILVA JUNIOR, Adhemar L. da *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas. Estudo centrado no Rio Grande do Sul. 1854-1940*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2004.

pecúlio oferecido “nos momentos em que precisam de recursos para manter a vida”.

Alguns aspectos são semelhantes entre as associações com operações de seguro e as associações operárias mutualistas. O oferecimento de um auxílio financeiro diante a morte do associados é um deles, sendo que para as seguradoras, esse auxílio é sua principal finalidade e visa garantir a sobrevivência da família, ou seja, o mecanismo é semelhante ao de um seguro de vida. Nas associações operárias mutualistas analisadas nessa pesquisa, o pagamento do auxílio funeral visa garantir meios dignos para o sepultamento do associado, portanto, oferece uma quantia financeira menor. Outros pontos semelhantes são a necessidade de ampliar, constantemente, o quadro de associados e o fato da credibilidade estar baseada no comportamento dos dirigentes da sociedade, indicando que eram mecanismos administrativos comuns a qualquer tipo de organização que prestasse serviços.

É interessante notar que para as seguradoras todos deveriam participar da organização, sem distinções identitárias ou de classe, solucionando um interesse próprio, que coincidiria com o de um semelhante. Nas organizações operárias mutualistas havia a mobilização de identidades e símbolos de distinção social, visando solucionar interesses individuais, porém, essa estratégia possibilitava que as organizações fossem interpretadas pelos associados e pelos outros setores da sociedade como uma ação coletiva de determinado grupo para suprir seus interesses em comum.

A prática da recreação não recebe muita atenção da legislação federal, regulamentada apenas pelo decreto-lei nº 173, de 10 de setembro de 1893. Faltam estudos sobre as relações entre a legislação federal e as práticas de lazer, sendo mais comum abordagens<sup>136</sup> que interpretem as conexões entre o lazer e as normas morais e de policiamento.

No âmbito municipal, a legislação previa isenções e benefícios para as associações legalmente instituídas. Na década de 1890, foi aprovada pela Câmara Municipal de Campinas a resolução de número 22, que concedia subvenções para as associações locais que promovessem o ensino regular, beneficiando as escolas da Loja Liberdade e Ordem, Loja Maçônica Independência, Escola Alemã, Colégio Progresso, além de terem sido criadas pelo poder municipal as escolas Corrêa de Melo (para crianças pobres), e outras nos bairros Bonfim e Capivari.

---

<sup>136</sup> DECCA, Maria Auxiliadora. *A vida fora das fábricas Cotidiano operário em São Paulo 1920-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

A lei nº 36, de 1895, criou isenções para as sociedades cooperativas de consumo, desde que estivessem legalmente constituídas, de acordo com o decreto nº 173, de 1893. Essas associações deveriam vender os gêneros somente e exclusivamente para os respectivos associados, além de conservar as portas fechadas durante o dia e a noite, para não serem classificadas como casas comerciais. A única associação mutualista beneficiada com isenções de impostos prediais foi a Sociedade de Socorros Mútuos Trabalho e Progresso, do distrito de Arraial de Souza, enquanto mantivesse como finalidade a beneficência, de acordo com a lei nº 74, de 1900.

Algumas medidas interferiram diretamente no lazer praticado pelos moradores, tais como a proibição para abertura de divertimentos populares, como tiro ao alvo, cosmoramas e hipódromos de salão quando dessem aos freqüentadores prêmios em dinheiro, mediante sorteio, sendo um disfarce para a prática da rifa; a criação de impostos sobre as brigas de galo; a redução de impostos para os espetáculos nos povoados extraurbanos; a autorização para corrida de touros e a concessão de verba mensal para proporcionar músicas nos jardins. Entretanto, não havia nenhuma legislação específica para as associações recreativas, nenhuma forma legal de incentivo ou combate a esse tipo de organização.

Durante o período de 1906 a 1930, é possível identificar como as associações lidavam com a legislação existente, quais mantiveram contato regular com o poder público municipal, qual o teor dessa comunicação e as conseqüências no funcionamento das organizações. A maioria da correspondência entre as associações e o poder municipal, nesse período, visava comunicar a composição da recém-eleita diretoria, tais como a Real Sociedade Portuguesa de Beneficência, Sociedade Portuguesa de Socorros Mútuos, Associação dos Empregados no Comércio de Campinas, Circolo Italiani Uniti, Liga Humanitária dos Homens de Cor, Centro Operário São José, Associação dos Proprietários de Barbearias de Campinas, Club Operário Campineiro de Caça, Associação Protetora dos Brasileiros Pretos, Associação Humanitária Operária Campineira, Sociedade União dos Motoristas de Campinas, Club Carnavalesco Fenianos.

Outro conteúdo presente na correspondência entre as associações operárias e o poder municipal é o convite para a participação em eventos, tais como a cerimônia para lançamento da pedra fundamental do hospital a ser construído pela Sociedade Portuguesa de Socorros Mútuos, em 1919, a participação em sessões solenes para comemorar determinadas datas ou a posse de novas diretorias.

Várias associações operárias mutualistas e recreativas enviavam pedidos de isenções e auxílios ao poder municipal. Em 1915, a Sociedade Artística Beneficente, definindo-se como uma das mais antigas da cidade, “sempre animada pelo valioso concurso e pela boa vontade dos poderes públicos dessa generosa terra”, pedia a concessão de um terreno para a construção de um hospital. O pedido não foi atendido, pois não era permitido ceder terrenos gratuitamente a instituições particulares, mesmo que o “serviço prestado pela sociedade acaba indiretamente interessando na coletividade”. No mesmo sentido, foi negado o pedido de concessão gratuita de terreno para a construção de hospital pela Sociedade Portuguesa de Socorros Mútuos, em 1916.

Entretanto, em 1917, a Sociedade Portuguesa de Socorros Mútuos, através da resolução nº 511, obteve a concessão de um terreno para a construção de um hospital, “sob modernos preceitos de higiene e arquitetura, mantendo 10 leitos para pobres direcionados pela Prefeitura.” Em 1918, através da resolução nº 539, o terreno cedido foi substituído por outro, que fazia fundo ao leito da estrada de ferro da Companhia Mogiana. Porém, no ano de 1925, a resolução nº 810 esclarece que o terreno foi cedido por determinado tempo, tendo que ser comprado por 18:500\$000 para que pertencesse a associação portuguesa. Em 1929, a resolução nº 892 legaliza a transação comercial, apresentando a escritura.

Em novembro de 1909, a Associação Protetora da Classe Operária pedia que a Câmara Municipal de Campinas isentasse a cobrança de impostos sobre os fogos de artifício utilizados na festa-quermesse, pois se tratava “de uma associação cujo fim é unicamente humanitário”. O requerimento foi negado, assim como o pedido da Federação Paulista dos Homens de Cor, no mesmo sentido, para as festas de 13 de maio de 1910. Em agosto de 1908, a Associação dos Empregados no Comércio de Campinas pedia a isenção do pagamento de uma licença para o funcionamento do cinematógrafo, no Teatro São Carlos, que seria utilizado para a “associação beneficente e caritativa, como poderão ver pelos estatutos juntos, desejando com esse benefício aumentar seu patrimônio para melhor ainda poder socorrer seus associados.” Esse requerimento também foi indeferido, evidenciando que as isenções não eram concedidas de acordo com os interesses das organizações operárias, mas conforme as necessidades do poder público municipal.

De 1906 a 1930, tornaram-se freqüentes as isenções de impostos para escolas ou associações que oferecessem aulas regularmente<sup>137</sup>, além da criação de escolas

---

<sup>137</sup> **1906 – Resoluções** nº 222 – isenta de impostos o prédio da Nova Escola Alemã e nº 226 – isenta de impostos o prédio da Sociedade Amiga dos Pobres. **1907 – Lei** nº 120 – criação da escola de Boa Vista e

municipais até 1922, quando foram extintas as escolas municipais. Durante a década de 1910 foram promulgadas diversas leis e resoluções que concediam isenções de imposto predial a escolas e a associações que promoviam a educação.

A demanda por educação era algo latente na sociedade campineira durante a Primeira República, como demonstra o requerimento de Elizeu Queiroz Telez, enviado em nome dos moradores do bairro da Estação José Paulino, na estrada da Funilense, para solicitar a criação de uma escola mista, em 14 de setembro de 1908. Elizeu Teles argumentava que havia um número expressivo de crianças em idade escolar, sendo elaborada uma lista com o nome dos requerentes, e a quantidade de filhos, totalizando 53 meninas e 51 meninos aptos para frequentar a escola. A Comissão de Higiene e Instrução Pública e Finanças respondeu que seria melhor “aguardarem a oportunidade da reforma que tem a Câmara em estudos para melhor organizar e distribuir o ensino Público, pois é grande o número de bairros reclamando por isso, e a Câmara pensa em solicitar ao Governo do Estado criação de escolas.”

Portanto, a demanda por educação existente entre os trabalhadores campineiros durante as primeiras décadas do século XX era, em grande parte, suprimida através de iniciativas privadas. Há vários exemplos desse tipo de iniciativa, tais como demonstra o requerimento não deferido de Alcino Almeida Maudonnet, enviado a Câmara Municipal de

---

**Resolução** nº 239 –isenção de impostos do Colégio São Benedit o. **1909 - Resoluções** nº 308 – isenção de impostos a Sociedade Amiga dos Pobres; nº310 – isenção ao Colégio Irmãs de Calvini; nº314 – isenção de impostos ao Jardim da Infância; nº315 – isenção de impostos para Colégio Santo Antonio; nº318 – isenção de impostos ao Liceu. **1910 – Resoluções** nº 359 – abertura da escola em Bairro de Cabreúva e nº 362 – concede auxílio de 500\$000 para festas da Escola Complementar. **1911 – Resoluções** nº389 – transferência de escola e nº390 – isenção de impostos ao Colégio Saré Cover. **1912 – Leis** nº 155 – criando escola mista; nº 161 – criando escola mista; nº 166 – criando a Inspeção Municipal da Instrução Pública. **Resoluções** nº 398 – auxílio de 300\$000 para festas do ginásio; nº 412 – isenção de impostos a Sociedade Artística Beneficente relativo ao prédio de sua propriedade, situado a rua Álvares Machado n 5, enquanto for ocupado por escola de ensino gratuito, que essa associação mantém. **1913 – Resoluções** nº 417 – auxílio para diretores do 1º e 3º grupos escolares; nº 426 – auxílio para festas da escola normal primária; nº 440 – auxílio para festas Escola Primária Nacional. **Leis** nº 179 – auxílio para construção de escola normal; nº 195 – criando escola mista; nº 196 – criando escola mista; nº 197 – supressão e criação de escola. **1914 – Resoluções** nº 447 – isenção de impostos ao Colégio São Benedit o, enquanto for exclusivamente ocupado pelo referido instituto, não rendendo aluguel. **1916 – Resoluções** nº 495 – concede terreno a Associação Assistência Infantil; nº 507 – autoriza aluguel de prédio para escolas reunidas em bairros. **1917 – Resolução** nº 526 – concede isenção de impostos a creche Bento Quirino. **1918 – Lei** nº 230 – auxílio de 150 contos para construção de edifício de escola normal. **1919 – Lei** nº 242 – faz ao governo do estado doação de terreno para escola normal. **1920 – Resolução** nº 603 – isenta de impostos de metro corrido o terreno junto ao Colégio Sagrado Coração Jesus. **1921 – Resoluções** nº 614 – remoção de escola mista; nº 629 – suprime escola municipal de Souza; nº 633 – isenção de impostos de 3 prédios do Colégio Sagrado Coração; nº 634 – isenção ao prédio do Colégio Atheneu Paulista; nº 637 – isenção de impostos do prédio escola modelo; nº 638 – idem para prédio da Nova Escola Alemã. **1922 – Leis** nº 274 –extingue inspeção municipal de instrução pública e nº 275 – extingue escolas municipais. **Resoluções** nº 658 – arrendamento prédio das escolas; nº 661 – concede auxílio para a Caixa Escolar; nº 668 – obras de reparos em escolas; nº 669 – pagar alugueis de prédios de escolas. **1923 – Resolução** nº 739 – isenção de impostos Colégio Progresso. **1927 – Leis** nº 405 – isenção de impostos para Escola Agrícola e nº 411 – isenção de impostos a Colégio Sagrado Coração de Jesus. **Resoluções** nº 840 – pagamento de subvenção para Escola e nº 843 – isenção de imposto para Colégio Sagrado Coração de Jesus.

Campinas em 26 de janeiro de 1910. Maudonnet relata que mantinha há 7 anos um estabelecimento de ensino primário por conta própria, cobrando pequena mensalidade e mantendo grande número de alunos gratuitos, totalizando 72 estudantes. Alcino pedia uma subvenção mensal de 100\$000, negada pela Comissão de Instrução Pública, pois existiam vagas suficientes para seus alunos numa escola municipal.

Outra escola criada a partir de uma organização civil foi a escola da Sociedade Amiga dos Pobres. Essa associação, fundada em 1903<sup>138</sup> por um grupo de ferroviários, tinha por objetivo abrigar as pessoas que não tinham onde dormir.

Campinas deixou assim de oferecer o espetáculo degradante para o seu progresso, das pousadas pelas calçadas, sobre os alpendres das estradas de ferro, etc. A Sociedade Amiga dos Pobres, porém, não limitou sua ação benéfica ao abrigo noturno. Ela fornece ligeira alimentação todas as manhãs ao albergados, vestuários aos mais necessitados, concede passagens nas estradas de ferro aos que, por falta de recursos, não podem sair dessa cidade para procurar em outros lugares meios de subsistência. Em março do corrente ano foi inaugurado o edifício social, o qual oferece todas as condições higiênicas que exige um estabelecimento dessa ordem. ... No corrente ano, começou a funcionar no edifício social uma escola mista, onde 66 alunos recebem instrução gratuita e aos quais fornecemos os utensílios escolares. ... Até hoje, a Sociedade Amiga dos Pobres não recorreu aos poderes para ser-lhe concedido um auxílio, tendo conseguido o seu desideratum somente com as mensalidades dos sócios e donativos. Porém, com a construção do edifício social, avolumaram-se os nossos compromissos, de modo que venho, em nome da Sociedade Amiga dos Pobres pedir a v. excia. uma subvenção habilitando assim a Sociedade a ampliar ainda mais a sua ação benéfica.<sup>139</sup>

A Comissão de Finanças respondeu a Sociedade Amiga dos Pobres que, a partir do ano seguinte, poderiam incluir no orçamento uma subvenção para tal organização. É interessante notar que, em quase todos os tipos de requerimentos pedindo subvenções, as organizações enviam os estatutos para garantir sua finalidade e credibilidade, atestando que caso sejam dissolvidas, o patrimônio seria revertido ao município, como se isso fosse uma garantia para a concessão do subsídio. A partir de 1911, a Sociedade Amiga dos pobres assumiu o enterro dos indigentes (antes era efetuado sem caixão) até 1932, quando a prefeitura se responsabilizou pelo serviço.

Essa relação entre as associações operárias, a Câmara de Vereadores e a Prefeitura evidencia que, na recém-proclamada República brasileira, não havia o comprometimento do poder público em utilizar o capital arrecadado com os impostos na manutenção de serviços urbanos básicos, tais como a construção de hospitais, escolas, transporte público, casas e assistência aos miseráveis. Para o poder público municipal era

---

<sup>138</sup> *Correio Popular*, 04 de setembro de 1936.

<sup>139</sup> Requerimento enviado a Câmara Municipal de Campinas, em 23 de agosto de 1907. Reinaldo Laubenstein era chefe de tráfego da Companhia Mogiana.

interessante tornar-se parceiro daquelas organizações que poderiam atender a demandas sociais, apenas concedendo algumas isenções. Ao mesmo tempo, esse mecanismo fazia com que as sociedades beneficiadas se comprometessem a oferecer seus serviços para um determinado número de miseráveis, indicados pela prefeitura.

O Colégio São Benedito<sup>140</sup> é outro exemplo da atuação privada no setor da educação, voltado principalmente para crianças negras e pobres, filhos de trabalhadores. Ele foi fundado pelo Professor Francisco José de Oliveira, em 1900, que também atuava no Centro Literário dos Homens de Cor, transformado em Federação Paulista dos Homens de Cor, em 1903. A partir de 1910, o Colégio São Benedito foi anexado a Federação Paulista dos Homens de Cor.

Em ofício a Câmara Municipal de Campinas, de março de 1906, o Professor Francisco José de Oliveira apresentava o

mapa mensal do movimento escolar do Colégio São Benedito. Estão matriculados 275 alunos de ambos os sexos, dentre esses 44 por serem excessivamente pobres e desvalidos, há 2 anos o Colégio ampara-os ministrando-lhes ensino gratuito e fornecendo-lhes mensalmente todos os livros e objetos de uso colegial que necessitam. Desejando bem corresponder ao generoso acolhimento de que este colégio tem sido alvo, por parte dos poderes públicos, a sua diretoria, cumpre o dever de levar ao conhecimento dessa ilustríssima Câmara que, além dos 44 alunos gratuitamente atualmente matriculados, ainda acha-se reservados e dependendo de indicação de v. excia 20 lugares que serão preenchidos por alunos pobres, a medida que v. excia se dignarem indicá-los a esses lugares.

Esse ofício fazia parte de uma estratégia do Colégio São Benedito para pleitear isenção de imposto predial, pois ele era concedido para as escolas que apresentassem vagas para o ensino gratuito. Em abril de 1906, o Professor Francisco José de Oliveira envia o pedido para a Câmara Municipal, argumentando que o

... estabelecimento é inquestionavelmente mais uma válvula aberta às expansões do ensino, pois é sabido que um número considerável de escolares que não encontram colocação nos grupos escolares e outros centros de instrução pública, aqui recebem carinhoso abrigo e aí se preparam para as pugnâncias do futuro, recebendo instrução idêntica, senão superior, dos programas adotados pelos institutos de ensino já mencionados. ... serviços que esse Colégio vai prestando a instrução de um grande número de menores oriundos das classes proletárias do nosso meio social, os quais de outro modo, ante a escassez das escolas públicas existentes em relação a densidade populacional escolar dessa cidade e município ficariam sem dúvida privados da instrução a que incontestáveis direitos têm nem só os favorecidos pela fortuna como os pobres de dinheiro. O Colégio São Benedito luta com enorme dificuldade para se manter.

---

<sup>140</sup> PEREIRA, José Galdino. *Os negros e a construção da sua cidadania: estudo do Colégio São Benedito e da Federação Paulista dos Homens de Cor – 1896 a 1914*. Dissertação de mestrado, Campinas: Faculdade de Educação/Unicamp, 2001.

Na resolução nº 239, de 1907, o Colégio São Benedito consegue a isenção de imposto predial pleiteada. Essa é concedida novamente em 1914, na resolução nº 447. Em 1908, a diretoria do Colégio São Benedito solicitou um terreno para construir um edifício para o colégio, além de salas para “oferecer um curso profissional de artes e ofícios, inteiramente gratuito para as crianças órfãs e desvalidas.” O Professor Francisco José de Oliveira pedia o terreno gratuitamente, isento de impostos, assim como foi cedido para o Circolo Italiani Uniti, que utilizou o terreno para construir seu hospital. A Comissão de Finanças foi favorável, mediante as seguintes cláusulas contratuais: 1) um ano para o início das obras e dois para terminar; 2) caso a construção ficasse parada por 6 meses, o prédio se tornaria do município; 3) ¼ das vagas para alunos gratuitos; 4) obrigatoriamente deveriam oferecer o ensino profissional; 5) o prédio estava sujeito a fiscalização da prefeitura; 6) havia o direito de desapropriação sem indenização.

O Colégio São Benedito admitiu que não tinha condições de seguir tais cláusulas, procurando adquirir o prédio onde funcionava. Entretanto, em 1909 envia um novo requerimento para a Câmara Municipal, pedindo uma verba orçamentária para auxiliar na manutenção do colégio. A sua argumentação reforçava que o

Colégio, que funciona regularmente há 9 anos, com freqüência anual de cerca de 400 alunos filhos de operários de diversas nacionalidades, havendo entre esses, elevado nº de gratuitos aos quais além do ensino, o Colégio também fornece livros, objetos de uso colegial e roupas usadas, por serem muito pobres e quase desvalidos em sua maioria. Acontece, porém, que por ter seguido tarde aquele manifesto, a Illma Câmara Municipal, apesar da melhor boa vontade que sempre nutre pelas instituições de ensino e caridade existentes em Campinas, não pode então prodigalizar a devida consideração ao referido manifesto, reservando, porém, a si o pleno direito de o fazer na melhor oportunidade que se oferecesse. Considerando que ora advogo a mais santa de todas as causas, qual seja a causa do ensino e da assistência à infância pobre e desvalida, a diretoria do Colégio São Benedito vem hoje mais uma vez apelar para os vossos sentimentos altruísticos e caridosos solicitando uma pequena verba orçamentária como auxílio a manutenção do Colégio, cujo movimento escolar equivale, sem exagero algum, ao de um 3º Grupo Escolar, tanto na parte relativa aos alunos, bem como na que atinge ao corpo docente, e que por este motivo a Diretoria vem lutando com insanas dificuldades para manter o estabelecimento no grau progressivo em que todos o apreciam. Os grandes e relevantes serviços prestados pelo Colégio São Benedito a infância campineira, são francamente reconhecidos por todas as pessoas que se interessam pela instrução e nomeadamente pelo patriótico governo do estado, cujo representante o Illmo sr Professor M Carneiro Jr, m d e zeloso inspetor escolar que em maio do corrente ano visitou o Colégio, levado da minuciosa visita que fez a mais lisonjeira impressão, conforme consta do termo de visita. (...) Finalizando, a diretoria tem a honra de cientificar a v excias que há 2 anos tem reservado a disposição da ilustre edilidade, os 20 lugares gratuitos já oferecidos e que somente serão preenchidos por alunos indicados por v excias. Nesses termos, a diretoria nutre esperanças de que a sua justa solicitação será benignamente acolhida.

Mesmo utilizando todos os argumentos necessários, tal como o oferecimento de vagas gratuitas, o grande número de crianças atendidas e o fato de solucionarem uma demanda existente, o Colégio não conseguiu a verba desejada. Porém, continuou a enviar relatórios do movimento anual de alunos para a Câmara Municipal, além de sempre noticiar nos jornais locais os resultados dos exames finais e o término e reinício dos anos letivos, algo comum a todos os estabelecimentos de ensino campineiros do período.

Um requerimento enviado em 14 de maio de 1906, pela Escola Complementar de Campinas, apresenta outro indício que poderia tornar a educação algo tão essencial para inserção dos filhos dos trabalhadores como cidadãos na sociedade campineira. O diretor dessa escola pedia a construção de uma casa aberta para o funcionamento das oficinas de trabalhos manuais. Portanto, é possível que o acesso a escola capacitasse as crianças para a leitura, a escrita e para o trabalho.

Durante o período analisado, o primeiro subsídio concedido a uma associação recreativa foi em 1913, através da resolução nº 424, concedendo 1:000\$000 para o Club dos Excêntricos, como auxílio com as despesas para o carnaval. Em 1914, a resolução nº 464 concedia terrenos para a prática de jogos atléticos. A resolução nº 499, de 1916, aprovava a criação de auxílio para o carnaval da cidade. Em 1917 foram criados dois prêmios, pela Câmara Municipal de Campinas, para o campeonato de futebol e a isenção de impostos para a Companhia Dramática de São Paulo. Em 1919, a resolução nº 571 concedeu auxílios para o Club Campineiro de Regatas e Natação e a resolução nº 568 concedeu um terreno ao Guarani Futebol Club. Em 1922, o poder municipal concedeu auxílios para o Rio Branco Futebol Club, para a Associação Atlética de Campinas e para a Sociedade Cosmopolita de Futebol Club. Em 1923, a Prefeitura doou a taça para a Liga Municipal de Campinas, e concedeu auxílio para o Club Campineiro de Natação, em 1924. Em 1927, foi aprovada uma lei que criava taxas para os veículos de curso carnavalesco e outra que concedia isenção de impostos para Associações Esportivas. No ano de 1929, a Prefeitura cedeu um terreno para o Americano Futebol Club e, em 1930, aprovou subvenções para o Club Campineiro de Regatas e Natação, além de isenção de impostos para a Sociedade Sinfônica Campineira.

É importante perceber que o poder público municipal estimulava e estabelecia relações mais próximas, principalmente a partir da década de 1920, com associações que estimulavam a prática de esportes, tais como o futebol, a natação e o atletismo. No campo da recreação, as únicas menções na legislação municipal são feitas ao carnaval e

a música erudita. Os bailes, os jogos e as peças teatrais oferecidos pelas associações recreativas não eram compreendidos pelo poder público municipal como uma opção saudável de lazer. Ao contrário, eram tidos como manifestações que deveriam ser fiscalizadas, ordenadas, justificando o cuidado que as diretorias dessas associações operárias tinham para evitar conflitos em suas sedes. No jornal *A Cidade de Campinas*, de 25 de abril de 1909, foi noticiado que o delegado Bandeira de Melo, ao fazer seu trabalho de ronda, entrou na sede da Sociedade Luis de Camões, inspecionando todas as dependências de “chapéu na cabeça”, sem cumprimentar os diretores ou associados. O jornal observa que todos admiraram essa atitude do delegado, pois a associação é uma das mais antigas da cidade de Campinas, “um núcleo de famílias respeitáveis e de distintos cavalheiros do comércio, a par de ser uma associação prestigiada pela mais estrita observância da lei.”

A atuação do poder público municipal não se restringia ao âmbito legal. Em 1922, através da lei nº 285, foi criado o serviço de assistência municipal para socorros públicos, para atender vítimas de acidente, emergências e atendimento domiciliar das seguintes doenças: “as hemorragias cólicas, acessos anginosos ou cardíacos, ou asmáticos ou anêmicos e tantos outros representados da nosologia.”

No relatório apresentado pelo prefeito, ao término de seu mandato, em 1924, havia o registro de 1929 pessoas atendidas pelo serviço de assistência municipal, sendo 1130 homens e 799 mulheres, dos quais 1500 eram brasileiros, 192 italianos, 91 portugueses, 88 espanhóis, 15 alemães, 14 russos, 12 sírios e 17 de outras nacionalidades. A ambulância havia feito remoções para os hospitais da Santa Casa, Circolo Italiani Uniti, Beneficência Portuguesa e para a Maternidade. Anexado ao relatório de 1924, havia um parecer para solucionar um problema enfrentado no serviço de assistência municipal.

Acontece freqüentemente ser a Assistência Municipal solicitada para casos simples de clínica, absolutamente fora da alçada, sob fundamento de que não foram encontrados diversos profissionais chamados. As instituições similares das grandes cidades estabeleceram uma taxa para esses chamados, cobrando 20\$000 e 30\$000 conforme as posses da pessoa. Essa medida viria por termo a tais abusos, revertendo ainda a sua renda em benefício dos cofres municipais.

Esse novo serviço oferecido pela municipalidade não afetou o funcionamento das associações mutualistas, pois cobria apenas pequenas enfermidades e emergências, encaminhando para o tratamento em instituições hospitalares existentes. É interessante notar que a população também passou a utilizar a assistência municipal para solucionar

uma demanda por atendimentos de saúde gratuitos. Entretanto, o poder municipal teve como estratégia cobrar pelas chamadas que não se encaixavam nas características do serviço oferecido pela assistência municipal. Talvez isso também justifique o fato desse serviço não ter afetado o funcionamento das associações operárias mutualistas.

Outra forma de relação entre os poderes públicos e as associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas ocorria através de requerimentos enviados pela Diretoria Geral de Estatística do Rio de Janeiro e do estado de São Paulo, pedindo dados para efetuar levantamentos sobre o quadro de associações de beneficência e auxílio mútuo do município.

Em 1909, a relação das associações de auxílios mútuos e de beneficência enviada pela Câmara Municipal de Campinas constava de 25 organizações, incluindo “todas as associações, centros, confrarias, irmandades, lojas maçônicas, ordens e quaisquer outras sociedades que distribuam benefícios ou prestem assistência de qualquer natureza (ensino, auxílio pecuniário, socorros médicos, assistência funerária, etc), quer somente aos associados, quer a pessoas não filiadas ao respectivo grêmio.” Esse tipo de definição adotada pelos órgãos estatísticos indica que, para os poderes públicos, as associações de auxílio mútuo eram todas iguais entre si, independente do grupo que a organizava e administrava, do tipo de relação que mantinham com os associados ou a maneira como realizavam suas finalidades.

### **3.1.1 As associações operárias mutualistas e o decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923**

Desde o final do século XIX, algumas categorias de trabalhadores e funcionários públicos já tinham o direito à aposentadoria<sup>141</sup>. Em 1911 e 1912, foram criadas Caixas de Pensão para os operários da Casa da Moeda e os trabalhadores da alfândega do Rio de Janeiro.

O poder municipal em Campinas também concedia aposentadoria para diversas categorias de empregados, como demonstraram as resoluções e requerimentos analisados durante os anos de 1906 a 1930.

Lei nº 196 de 1906

Artigo 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a aposentar o jardineiro municipal Bernardino Teixeira da Costa, conforme o parágrafo único do artigo 45 da lei nº 17 de 5 de maio de 1895.

Resolução nº 829 de 1926

Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a aposentar o jornalista João Antonio, que atualmente exerce funções de trabalhador no Cemitério Municipal.

Artigo 2º - Fica a aposentadoria concedida com vencimentos integrais e mais a gratificação que já vem recebendo, sendo que essas despesas correrão pela conta, ou verba de Eventuais do presente exercício.

Artigo 3º - Nos orçamentos futuros, a Câmara criará uma verba especial para esse fim.

A resolução nº 829 foi aprovada após requerimento enviado a Câmara Municipal, em julho de 1926, pelo próprio Prefeito, que dizia usar “de um direito criado pela lei orgânica municipal, ou mais que usar de um direito, cumprir um dever”. A Câmara Municipal de Campinas poderia aposentar os funcionários de seu quadro, concedendo apenas pensão aos outros servidores. O prefeito alegava que os valores determinados nessa lei eram elevados (150\$ a 250\$000), portanto, só promulgou a resolução devido o

---

<sup>141</sup> 1888 - O Decreto nº 9.912-A, de 26 de março de 1888, regulou o direito à aposentadoria dos empregados dos Correios. Fixava em 30 anos de efetivo serviço e idade mínima de 60 anos os requisitos para a aposentadoria. A Lei nº 3.397, de 24 de novembro de 1888, criou a Caixa de Socorros em cada uma das Estradas de Ferro do Império.

1889 - O Decreto nº 10.269, de 20 de julho de 1889, criou o Fundo de Pensões do Pessoal das Oficinas de Imprensa Nacional.

1890 - O Decreto nº 221, de 26 de fevereiro de 1890, instituiu a aposentadoria para os empregados da Estrada de Ferro Central do Brasil, benefício depois ampliado a todos os ferroviários do Estado (Decreto nº 565, de 12 de julho de 1890). O Decreto nº 942-A, de 31 de outubro de 1890, criou o Montepio Obrigatório dos Empregados do Ministério da Fazenda.

1892 - A Lei nº 217, de 29 de novembro de 1892, instituiu a aposentadoria por invalidez e a pensão por morte dos operários do Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro.

Essas informações foram retiradas do site [www.inss.gov.br](http://www.inss.gov.br)

fato do vereador Pedro Anderson ter se disposto a pagar de seu bolso a aposentadoria do trabalhador José Antonio.

A resolução nº 854<sup>142</sup> foi promulgada após aprovação da Comissão de Justiça e Finanças, “considerando os 30 anos de serviços prestados a municipalidade, que o requerente tem 78 anos de idade e está impossibilitado de trabalhar.”

Essas resoluções indicam que era mais fácil, para trabalhadores empregados pelo poder público municipal adquirirem o direito a aposentadoria. Através de requerimentos, esses trabalhadores conseguiam que vereadores, ou mesmo o prefeito, aprovassem a concessão desse benefício. Entretanto, é importante reconhecer quais os critérios permitiam a obtenção da aposentadoria, tais como a idade elevada, o longo tempo de serviço, o estado de saúde debilitado. Dessa forma, o pagamento de aposentadorias pelo poder municipal não era interpretado como um direito do trabalhador, mas como uma caridade do empregador em relação ao empregado.

Essa relação diferenciada que os trabalhadores públicos tinham com seus empregadores pode justificar a ausência desses nas associações operárias analisadas nessa pesquisa. Mesmo que a prefeitura empregasse trabalhadores que desenvolviam funções semelhantes aquelas existentes em outros estabelecimentos, esses trabalhadores pareciam não se identificar como iguais nas necessidades que as associações mutualistas e recreativas atendiam<sup>143</sup>.

Em 1919, o decreto federal nº 3.724, de 15 de janeiro de 1919, tornou compulsório o seguro contra acidentes do trabalho<sup>144</sup>. Essa lei poderia influenciar no funcionamento das associações operárias mutualistas, pois os trabalhadores associados requeriam benefícios quando se acidentavam também. Entretanto, não houve diminuição no quadro de associados ou nos auxílios pagos entre as associações analisadas. Parte da bibliografia<sup>145</sup> afirma que essa lei não foi posta em prática, porém, em Campinas, no começo da década de 1920, há vários processos de acidente de trabalho abertos contra as companhias férreas, ou contra outras indústrias, indicando que as indenizações eram pagas. Outro indício demonstra que a lei de 1919 não foi totalmente inválida.

---

<sup>142</sup> Resolução nº 854 de 1927.

Artigo 1º - Fica concedido ao trabalhador Vicente Parrota, enquanto viver, o auxílio mensal de 80\$000.

Artigo 2º - As despesas serão registradas dos Eventuais.

<sup>143</sup> Ver anexo tabela com número e função dos trabalhadores empregados pela Prefeitura Municipal de Campinas em 1920.

<sup>144</sup> O decreto nº 13.493, de 5 de março de 1919, retifica o artigo 10 do decreto nº 3.724, de 15 de janeiro, regulando os acidentes de trabalho, e o decreto nº 13.498, de 12 de março de 1919, o regulamenta. A legislação citada nessa dissertação foi consultada no site [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)

<sup>145</sup> MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

No início da década de 1920, a Prefeitura de Campinas recebeu dois ofícios de companhias de seguros contra acidentes de trabalho. Um deles foi encaminhado por A Freire e Cia, denominados agentes gerais da Companhia de Seguros contra Acidentes de Trabalho Lloyal Industrial Sul Americano, com sede no Rio de Janeiro.

O segundo ofício foi enviado pela Companhia de Seguros A Mundial, em 1924, possuindo sede no Rio de Janeiro. A companhia afirmou que já asseguravam mais de 1000 operários campineiros, apresentando a seguinte listagem de empresas atendidas:

Tabela 20

Listagem de empresas atendidas pela seguradora Companhia de Seguros A Mundial			
João Jorge Figueiredo	Prosato Manfredi	Otto Behmer	Padaria Vitória
Cia Curtidora Campineira	Frederico Paul	Azevedo e Teixeira	João CArdozo e Cia
Affonso Ramasco	Cláudio Meiller e Comp.	Antonio Garcia	Mariosa e Irmãos
Henrique Fortini e Filhos	Manoel Rodrigues Maia	Carlos Costanto	Sr Costa Ariani
Bilac e Cia	Miguel Olmos	João Mendonça	Ferraria Central
Fernando Pierrô	Carlos Kirchner	Lenhadora Tupy	José A Gomes
Cerâmica Santa'Anna	E E Ernest	João Vieira Albernaza	Lenhadora S Francisco
João Miloni e Irmão	José Cicareli e Cia	José Paterno	
Genoud Maia	Godoy Corchi	Francisco Lessa	

Fonte: Requerimento enviado para Prefeitura de Campinas, 1924. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Campinas.

A Prefeitura de Campinas não contratou nenhuma das companhias, mas esses ofícios são interessantes por evidenciarem que houve uma demanda por esse tipo de serviço a partir da criação da lei de acidentes de trabalho. Além disso, ficou evidente que várias empresas campineiras recorreram a esse mecanismo para atender a lei, não tendo sido possível investigar qual o alcance desses benefícios no cotidiano dos trabalhadores. Entretanto, o fato das associações mutualistas terem continuado a apresentar crescimento no quadro de associados e no pagamento de auxílios pode confirmar que as indenizações pagas não eram suficientes ou não abrangiam a totalidade dos trabalhadores.

Em 1923, o decreto nº 4.682, de 24 de janeiro do mesmo ano, criava uma Caixa de Aposentadoria e Pensões para os empregados das empresas ferroviárias privadas. Esse decreto é conhecido como a Lei Eloy Chaves, identificado como o marco inicial da previdência social no Brasil<sup>146</sup>. Em abril de 1923, foi promulgado o decreto nº 16.037, que criava o Conselho Nacional do Trabalho.

<sup>146</sup> MALLOY, James "Política de bem-estar social no Brasil: histórico, conceitos, problemas" *Revista de Administração Pública*, n 10, Rio de Janeiro, abr/junho 1976. Idem. "Previdência Social e classe operária no Brasil" *Estudos Cebrap*, n 15, São Paulo, 1976. Idem. "A política de previdência social no Brasil: Participação e paternalismo" *Revista Dados*, n 13, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1976. MANFRIM Jr, Moacyr. *Caixas de Aposentadoria e Pensões dos ferroviários: um modelo previdenciário exclusivo (1923-33)*, dissertação de mestrado. Campinas: IFCH/Unicamp, 1998.

A lei nº 5.109, de 20 de dezembro de 1926, estendeu o regime da Lei Eloy Chaves aos portuários e marítimos. Em 1928, a lei nº 5.485 criava as Caixas de Aposentadoria e Pensões para os trabalhadores dos serviços telegráficos e radiotelegráficos, sendo que em 1930, os empregados nos serviços de bonde, luz e força obtiveram o mesmo benefício.

Em Campinas, uma das principais categorias de trabalhadores durante a Primeira República eram os ferroviários, principalmente das Companhias Mogiana e Paulista<sup>147</sup>. Em 1929, a resolução municipal nº 897 concedia a isenção de imposto predial para a Caixa de Aposentadoria e Pensão dos empregados na Companhia Mogiana enquanto funcionasse no prédio a rua Visconde do Rio Branco nº 84.

Os ferroviários campineiros tiveram conhecimento da lei Eloy Chaves no mesmo ano de sua aprovação, como evidencia o anúncio do jornal *Gazeta de Campinas*, de 29 de setembro de 1923.

Manual do Ferroviário. Contendo a lei sobre a aposentadoria e pensão, tabelas de aposentadoria, de descontos e de medidas de vencimentos, formulário para requerimento e recursos, leis e regulamentos relativos a acidentes no trabalho, e à responsabilidade civil – concessões, polícia, segurança e tráfego das estradas de ferro, etc. Organizado por O Moraes Alves. Preço 5\$000. Pelo correio \$500. A venda na Casa Mascotte, de J Ladeira, caixa postal 52.

O Manual<sup>148</sup> constituía de uma breve descrição da lei, os artigos mais problemáticos que deveriam ser discutidos antes da regulamentação sancionada pelo presidente e os formulários para que os trabalhadores pudessem pedir os benefícios. Na Sociedade Humanitária Operária, em sessão de diretoria de 1924, o associado Ângelo Belluomini confirmava a autorização recebida pela diretoria da organização para que saísse de casa, mesmo doente, pois queria votar em Eloy Chaves como forma de agradecimento pela sua lei aprovada.

É interessante perceber como essa lei foi amplamente discutida entre os ferroviários campineiros, pois em 1926, no jornal *Diário do Povo*, havia a transcrição de um telegrama enviado pelos ferroviários de Pernambuco em apoio a comissão de ferroviários campineiros que desejavam dar rápido andamento ao projeto que reformaria a lei Eloy Chaves. No mesmo ano<sup>149</sup>, foi noticiado que

---

<sup>147</sup> MANFRIM Jr, Moacyr. *Caixas de Aposentadoria e Pensões dos ferroviários: um modelo previdenciário exclusivo (1923-33)*, Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH/Unicamp, 1998.

<sup>148</sup> MOURA, Joaquim Ribas da Costa. *Caixa de Aposentadoria e Pensões. A lei dos Ferroviários*. Campinas: Tip Genoud, 1923. O Manual pertence ao acervo da Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

<sup>149</sup> *Diário do Povo*, 16/07/1926.

A diretoria da Associação dos Empregados da São Paulo Railway, pelo seu presidente sr José Correa de Almeida, oficiou ao sr Francisco Gonçalves Gomide, representante dos ferroviários da Mogiana, prevenindo-o de uma reunião que se efetuará em São Paulo, no dia 18 do corrente, afim de se tratar da anuência do pessoal daquela importante empresa a representação a ser enviada ao sr Presidente da República, sobre a remodelação da lei das aposentadorias e pensões.

A lei Eloy Chaves foi colocada em prática dentro das companhias férreas privadas, gerando discussões e descontentamentos entre os ferroviários, que reagiram ao se organizar para reivindicar a sua reformulação. Esse debate se estendeu por toda a década de 1930, como evidenciam os relatos presentes no *Quinzenário do Sindicato dos Ferroviários da Companhia Mogiana*. No dia 15 de setembro de 1935, o *Quinzenário* relatou que o Conselho Nacional do Trabalho determinou que a CAP's da Mogiana reduziria em 15% as aposentadorias pagas, tendo sido aumentados os encargos sobre os ferroviários.

O Governo quis reformar as Caixas de Aposentadoria e Pensão através de membros do Conselho Nacional do Trabalho e as transformou em departamento político. Ameaça-nos a tirar médico e farmácia, de aumentar a contribuição, de suspender a aposentadoria tudo para que nos desesperemos e aceitemos a reforma projetada. Enquanto isso, o patrimônio das Caixas não tem aplicação rendosa, a contribuição do governo deixa de ser paga, há o aumento de despesas, mandam-se dinheiro para o Conselho Nacional do Trabalho.

Em 1939, em assembléia geral extraordinária do Sindicato para a discussão do “patrimônio moral e material das CAP's”, os ferroviários da Companhia Mogiana foram criticados por não comparecerem, por não usarem esse recurso para expor suas opiniões, discutidas nos bares da cidade. O principal problema enfrentado era o pagamento de pecúlio a cada morte de um associado, gerando uma dívida constante dos sócios para com a CPA's, uma vez que o número de mortos por mês era muito elevado. Além disso, há vários relatos de casos de pedidos de aposentadorias que são negados pelas CAP's. os trabalhadores recorriam ao Conselho Nacional do Trabalho, tendo seus pedidos negados nessa instância também.

Isso mostra que os ferroviários não estavam satisfeitos com o modelo previdenciário estabelecido pela Lei Eloy Chaves, principalmente, porque esses trabalhadores tinham uma noção própria, através das associações mutualistas, de como deveria ser estabelecido esse tipo de benefício.

Uma hipótese que se pode elaborar, sem comprovação, é a de que a lei Eloy Chaves permitiu, pela primeira vez, que os trabalhadores pudessem utilizar um órgão federal – o Conselho Nacional do Trabalho – para negociar as tensões existentes com os empregadores. Essa possibilidade de intervenção do poder público nas relações

trabalhistas estava presente no poder municipal campineiro que se colocou, durante a década de 1920, como intermediário dos problemas existentes em diferentes categorias profissionais. Portanto, a lei Eloy Chaves possibilitou que a vivência dos trabalhadores nas associações mutualistas e recreativas fosse resignificada pelos mesmos, permitindo que utilizassem os mecanismos burocráticos existentes nessas organizações para interagirem com os poderes públicos, interpretando-os como mediadores das relações trabalhistas.

Entre as associações operárias mutualistas, a repercussão dessa lei foi bastante polêmica. Na Liga Humanitária dos Homens de Cor, em sessão de diretoria de julho de 1923, houve uma discussão sobre o modo como deveria ser fiscalizado o sócio doente que fosse aposentado no serviço. As propostas sempre reforçavam a idéia de que o associado deve ser fiscalizado de maneira mais rigorosa, para evitar abusos, sendo eliminado caso isso fosse confirmado. Em assembléia geral de 1923, o presidente da Liga dos Homens de Cor declarou que a lei Eloy Chaves causava embaraços para a associação, pois os sócios aposentados poderiam abusar da organização, sendo nomeada uma comissão para estudar o assunto<sup>150</sup>. Em fevereiro de 1924, a diretoria da Liga dos Homens de Cor recebeu um ofício do sócio enfermo José da Silva, comunicando que desistiria dos auxílios temporariamente por ter sido aposentado.

Na Sociedade Humanitária Operária, a assembléia geral de setembro de 1923 também aprovou a nomeação de uma comissão para estudar quais medidas deveriam ser adotadas para lidar com os associados aposentados.

Criação de uma comissão composta por 5 membros sendo 2 aposentados, e que o assunto deveria ficar a critério da comissão. O sr presidente pediu a nomeação dessa comissão, foi assim nomeada e aprovada – Pedro Cruz, Jorge Clozel, Gabriel de Andrade, Antonio Benedito Sales e José Rodrigues Pinheiro.

A Humanitária Operária decidiu que continuaria a pagar o auxílio doença para os associados aposentados, entretanto, eles seriam rigidamente fiscalizados e receberiam apenas em casos mais graves, “se não puder levantar da cama”. Em todas as associações operárias mutualistas analisadas, a entrada de associados permaneceu constante, e os ferroviários continuavam a fazer parte das mesmas. É possível afirmar que a lei Eloy Chaves não impediu a continuidade das associações mutualistas entre os

---

<sup>150</sup> “Na nomeação da comissão poderiam entrar nomes de não sócios que conhecem sobremaneira o assunto. Comissão: José Rodrigues Pinheiro, Augusto Cláudio e Armando Gomes. Colocarão nova medida em anexo nos Estatutos.” Ata da assembléia geral da Liga Humanitária dos Homens de Cor de 16 de dezembro de 1923.

operários porque abrangia apenas uma categoria profissional e não funcionava de acordo com os interesses dos trabalhadores.

As associações mutualistas não entendiam que a aposentadoria fosse algo que as inviabilizava, até porque vários associados faziam parte de outras associações, demonstrando que o problema não era obter recursos de diferentes locais. O principal problema enfrentado pelas associações operárias mutualistas estava em socorrer um trabalhador associado que mesmo doente, continuaria a ter condições de se sustentar, pois estava aposentado<sup>151</sup>. Isso reforça a idéia de que as associações mutualistas, principalmente aquelas fundadas e administradas por trabalhadores, que apenas pagavam o auxílio doença, compreendiam que sua atuação não era no campo da previdência, mas sua atuação estava centrada na humanização das relações trabalhistas, através de uma noção que buscava possibilitar que os trabalhadores doentes ou inválidos, seja por causas existentes no ambiente de trabalho ou não, pudessem ter meios para se manterem de maneira digna durante o período em que se ausentavam do trabalho.

Uma hipótese que pode ser formulada, e melhor desenvolvida no item 3.2 desse capítulo, é a de que os trabalhadores campineiros defendiam que seus empregadores os compreendessem também a partir de suas vivências e necessidades fora do ambiente de trabalho. Não era suficiente que os acidentes de trabalho fossem indenizados, ou que após determinado período de trabalho, recebessem aposentadorias. O ideal, para esses trabalhadores campineiros durante a Primeira República, seria garantir a superação da insegurança vivenciada, pois não tinham certeza de que sobreviveriam dignamente caso sofressem problemas de saúde, causados dentro ou fora do ambiente de trabalho. Essa insegurança também era vivenciada por pequenos proprietários de barbearias, botequins, charutarias, que dependiam do seu trabalho diário nos estabelecimentos para garantir sua sobrevivência, pois empregavam poucos ou não empregavam trabalhadores. Isso pode explicar a atuação de José Rodrigues Pinheiro, dono de uma barbearia, em diferentes associações operárias mutualistas e recreativas, além da participação de Ângelo Soave, proprietário de um botequim, na Sociedade Humanitária Operária e no movimento grevista de 1917.

Portanto, essa insegurança estrutural é vivenciada por todos os tipos de trabalhadores que dependiam da sua presença constante no ambiente de trabalho para

---

<sup>151</sup> Os trabalhadores associados em organizações mutualistas compreendiam que o “abuso” estava no fato de utilizar os auxílios mesmo quando possuíam garantias de sobrevivência, ou quando fingiam uma doença.

garantir uma remuneração. Entretanto, o saber adquirido em cada função, a relação mais próxima ou distante com o empregador, o grau da rigidez da fiscalização sobre o trabalhador, o tamanho do local onde trabalhava, a carga horária, o bairro onde morava, o grau de instrução, o lazer que praticava, a cultura compartilhada, as relações sociais que estabelecia na vizinhança e dentro do local de trabalho influenciaram no modo como os trabalhadores construíam as identidades e as mobilizavam para solucionar seus problemas.

Por isso, não são todas as categorias profissionais que se reconhecem como iguais, mesmo vivenciando o mesmo tipo de insegurança, como evidencia o discurso proclamado em assembléia geral de 1911 na sede da Associação dos Empregados no Comércio de Campinas ou a forma de atuação dos funcionários públicos. Através desses indícios e do modo como as organizações operárias mutualistas registravam as profissões dos associados em seus livros de matrícula, é possível reconhecer algumas separações entre os trabalhadores campineiros durante as primeiras décadas do século XX.

Os empregados no comércio tinham pequena participação nas associações operárias analisadas nessa pesquisa, indicando que poderiam se diferenciar por possuírem outro tipo de formação, que seria mais qualificada, controlando todo o processo de trabalho.

Hoje, desfrutam uma vida de lorde, seus ouvidos deleitam-se a todo o instante, pelo tilintar inebriante do ouro, que saracoteia-se nos cofres fortes, ali depositados pelo labor incessante dos seus auxiliares os "Empregados".  
Aqueles que têm sorte, têm dinheiro, abrem casa comercial e, a maioria, não tem os conhecimentos precisos para dar desenvolvimento necessário, nem a prática comercial. Ficam desanimados, tristes, em abismo por não saberem multiplicar o capital e acumular riquezas. E, qual é essa taboia salvadora, qual esse rochedo redentor, senão nós os "Empregados no Comércio"? No momento mais agudo do seu desespero, eis que, pelas portas a dentro lhes aparece, um mancebo forte, robusto, de olhar vivo, e heroicamente oferece os seus braços, o concurso de sua boa vontade, os seus conhecimentos para o desenvolvimento desse capital, que a pouco contrabalançava-se na dura emergência de se perder todos! Ei-lo, pressurosamente, pegar na vassoura e proceder a limpeza, espanando pacientemente as amostras, confiando sempre num futuro (aliás fantástico), que lhe venha minorar um pouco as condições em que se acha. Ei-lo, sorridente e amável para com a freguesia, enaltecendo sempre as qualidades dos artigos, procurando atrair a todos afim e que a casa se torne conhecida, para vender muito e, por conseguinte, para muito encher o cofre do patrão, o qual quando para lá se dirige é para tirar uma bagatela como paga dos serviços exaustivos desse infeliz, de cuja sorte não liga o menor interesse. Pouco a pouco, o negócio prospera, nossos auxiliares se tornam necessários, e em breve está a casa cheia desses humildes pioneiros do progresso! Com o correr dos tempos, esse jovem, que era sadio, forte e ativo, torna-se um ente raquítico, hipocondríaco, com as faces macilentas, seus movimentos já não possuem mais aquela vivacidade, própria da juventude!<sup>152</sup>

---

<sup>152</sup> SERRAT, Antonio Gonçalves Leite Mount. Discurso pronunciado em Campinas pelo orador oficial da Sociedade União dos Empregados no Comércio de São Paulo em 09/06/1911. São Paulo: Cardozo Filho e Cia, 1911.

Os trabalhadores empregados pelo poder público, quase ausentes no quadro de associados das organizações operárias mutualistas, tinham alguns benefícios garantidos, como caixas de aposentadoria e pensão anteriores a outras categorias<sup>153</sup>, além da possibilidade de pleitear mais facilmente outros benefícios diretamente com o empregador.

Os trabalhadores em fábricas e indústrias, os pedreiros, barbeiros e donos de botequins eram as categorias presentes nas associações operárias pesquisadas, empregados em fábricas de pequeno ou grande porte, integrantes de partes do processo de produção e de manutenção do estabelecimento, com carga horária de trabalho extensa, sofrendo vários riscos de acidentes e sob fiscalização rígida. Entre esses trabalhadores poderiam ter alguns com mais instrução, mais qualificação, indicando uma certa hierarquização entre os trabalhadores, que se baseavam numa remuneração mínima diária para determinar a viabilidade de inserção em associações.

Por fim, os empregados nos escritórios de administração das fábricas e indústrias, tais como os contadores, escriturários, tinham melhor regulamentação da jornada de trabalho e possibilidades para a obtenção de benefícios. Esses trabalhadores não estavam presentes nas associações operárias analisadas, sendo que suas presenças eram constantes na administração das organizações mutualistas criadas pelas empresas, reforçando seu posicionamento superior e privilegiado em detrimento as outras funções.

A formação de diferentes associações mutualistas e recreativas indica o modo como essas divisões se operacionavam, além de evidenciar as outras diferenças existentes dentro de cada categoria, tais como as identidades negras, portuguesas, italianas. Entretanto, havia a articulação de uma identidade operária que congregava os trabalhadores no comércio, aqueles do processo de produção das fábricas e indústrias e os funcionários públicos, latente nos movimentos grevistas, quando diversos trabalhadores se uniam, por meio da solidariedade, para reivindicar melhorias nas relações trabalhistas. Essa atuação nas greves só era possível porque os trabalhadores tinham consciência daquilo que os tornava semelhantes – a insegurança estrutural – mas também sabiam que, no cotidiano, apenas através das redes de relações mais próximas

---

<sup>153</sup> No jornal *A Cidade de Campinas*, de 17/09/1909, foi noticiado a criação de uma Caixa Beneficente dos Funcionários Públicos, um projeto de lei feito pelo deputado Fontes Junior, remodelado de acordo com o mecanismo das sociedades mutualistas. “O projeto em questão foi expurgado de todos os inconvenientes, que representava primitivamente, está em condições de prestar a toda a classe numerosíssima dos servidores do Estado, os mais relevantes serviços.” No ano de 1925, o poder público municipal criou uma Caixa Beneficente dos Empregados Municipais, de acordo com o modelo das CAP's.

conseguiriam manter soluções prolongadas para os problemas causados pela insegurança, tais como a manutenção das associações mutualistas e recreativas.

Os diferentes trabalhadores se reconheciam como iguais nos movimentos grevistas porque, também através das associações mutualistas e recreativas os operários se inseriam na sociedade, criavam relações e espaços de sociabilidade entre as diversas associações existentes, e possibilitavam que as diferentes categorias, organizadas sob diversas identidades, compartilhassem um quadro de associados em comum, com interesses e necessidades semelhantes.

Uma das principais conseqüências geradas com a aprovação da Lei Eloy Chaves foi a discussão pelos poderes públicos em torno da criação de uma previdência social no Brasil, substituindo a rede de associações mutualistas. A prefeitura de Campinas, em 1923, recebeu o convite para o 2º Congresso Internacional de Mutualidade e Previdência Social, realizado no Rio de Janeiro, de 15 a 18 de julho de 1923, patrocinado pelo Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio. Foram membros do Congresso: 1) delegados dos países estrangeiros; 2) governos dos Estados e Municípios; 3) as associações comerciais, agrícolas e industriais; 4) as sociedades comerciais e associações civis; 5) sindicatos agrícolas e profissionais; 6) as cooperativas e as mutualidades; 7) as pessoas que aderirem ao Congresso.

Os temas debatidos foram em três seções. A primeira seção foi a de mutualidade, discutindo as mutualidades operárias de socorros contra doença, invalidez e desemprego; a mutualidade dos trabalhadores intelectuais; a federação de mutualidades; as caixas escolares de maternidade, de compensação (sobre salário familiar) e o crédito mútuo urbano e rural; a caixa de seguro agrícola; a mutualidade patronal; os sindicatos de garantias contra acidentes do trabalho. A segunda seção debatia sobre cooperativas urbanas e rurais, e a terceira seção discutia sobre seguros, tanto os considerados sociais (contra acidente de trabalho, facultativo, obrigatório, oficial contra doença, invalidez, velhice, morte e desemprego, montepios, aposentadoria dos funcionários públicos) como aqueles considerados comerciais (companhias particulares de seguro de vida, contra incêndio, acidentes de trabalho).

Havia também um programa para a discussão de uma previdência social, que versava sobre os seguintes temas: caixa econômica federal e estadual; caixa econômica postal, patronal, escolar e post-escolar; caixa econômica mutual; habitações operárias; campos e jardins operários; medidas para facilitar abastecimento público; amparo às crianças abandonadas; pré-aprendizagem e aprendizagem; ensino profissional; medidas

preventivas de acidentes de trabalho; conselhos e tribunais de conciliação e arbitragem para os conflitos de trabalho; instrução primária como fator de previdência social. E, por fim, o último programa debatido foi o de higiene, versando sobre a importância da educação e propaganda sanitária na defesa da saúde coletiva; os métodos gerais da propaganda sanitária e a higiene industrial e profissional, pensando nas bases para a regulamentação; a capacidade da produção individual nas fábricas e oficinas e quaisquer outros estabelecimentos de trabalho e leis que possam garantir a saúde do operário; assistência médica e profilática nos estabelecimentos industriais e regulamentação; medidas profiláticas relativas as principais indústrias de cada país. Também foi debatida a higiene rural, infantil, os problemas gerados pelo alcoolismo, a tuberculose e a educação sexual para prevenir doenças venéreas.

Para Adhemar Silva, as associações mutualistas não foram inseridas no debate sobre uma previdência nacional, uma vez que não estavam articuladas nesse nível. Entretanto, os ferroviários campineiros, de 1923 a 1930, mostraram-se bastante ativos no debate sobre o modo de funcionamento ideal das CAP's, demonstrando que a experiência em associações mutualistas os capacitava para criticar e propor modificações no modelo previdenciário adotado pelo governo. Além disso, é perceptível que as associações operárias mutualistas não se reconheciam como sendo iguais a previdência, nem como um espaço para debater e reivindicar outros modelos perante os poderes públicos.



### 3.2 – As associações mutualistas e recreativas e o movimento operário

Em Campinas, durante o período de 1906 a 1930, foram organizados vários movimentos reivindicatórios pelos trabalhadores. O primeiro deles, o mais analisado e citado pela bibliografia, é a greve dos ferroviários da Companhia Paulista em 1906<sup>154</sup>.

O jornal *A Cidade de Campinas* traz importantes informações sobre essa greve na cidade, pois a maioria dos ferroviários da Companhia Paulista trabalhava em Jundiaí, sendo que Campinas aderiu ao movimento em solidariedade, abrangendo diferentes categorias profissionais.

De acordo com o jornal, o início do movimento grevista era previsto, pois havia ocorrido uma paralisação em Rio Claro anteriormente. Entretanto, a Liga Operária de Jundiaí teria articulado todo o movimento, “pegando a todos de surpresa quando os trens atrasaram e os operários permaneceram em casa.” A primeira reação da Companhia Paulista foi a de intimidar os grevistas, ameaçando demiti-los, além de pedir apoio policial ao governo do estado.

A greve ocorreu no mês de colheita do café, em um ano com safra bastante expressiva, possibilitando uma visibilidade ampla às reivindicações operárias. O pedido da diretoria da Companhia Paulista para que fossem enviados ferroviários de outras estradas foi negado, indicando que toda a categoria se solidarizava com a greve dos ferroviários da Companhia Paulista. O jornal *A Cidade de Campinas* buscava transparecer neutralidade na cobertura do evento, entretanto, elogia a atuação da polícia e da diretoria da Companhia Paulista durante a greve. No mês de junho foi instaurado um inquérito policial para investigar quem eram os responsáveis pelos atentados aos trilhos da ferrovia, não sendo encontrado nenhum culpado.

Ainda no mês de maio de 1906, tanto as repartições da Companhia Mogiana quanto da Paulista sofreram cortes no quadro dos trabalhadores. No dia 16 de maio de 1906, o jornal *A Cidade de Campinas* publicou o boletim da Liga Operária de Jundiaí, que esclarecia os motivos geradores da greve.

---

<sup>154</sup> LEME, Dulce M. P. de Camargo. *Trabalhadores ferroviários em greve*. Campinas: Unicamp, 1986.

#### Boletim da Liga Operária. Cia Paulista – Companheiros

Somos forçados por uma série de vexações e injustiças sem nome, a empreender uma luta que procuramos evitar, mas que as circunstâncias superiores a nossa vontade tornaram inevitável.

Múltiplas são as causas que nos levam a greve, mas citaremos algumas:

Não é de hoje que o operariado e demais empregados da tração e do tráfego estão sofrendo a perseguição do sr Monlevade. Não satisfeito em fazer comemorar qualquer dia santo ou feriado, mandou fazer feriado 3 segundas-feiras por mês, exigindo do pessoal o mesmo serviço e ainda mais do que quando trabalhava-se 6 dias por semana.

Essa imposição fez reduzir 10 por cento do nosso ordenado, não ora suficiente para satisfazer as exigências do sr Monlevade, que ainda lançou na miséria, dispensando do serviço centenas de chefes de família, pretendendo ainda mais reduzir pessoal de certas repartições em 30 por cento.

Notamos que as economias arrancadas dos exíguos ordenados dos operários são esbanjadas em favoritismos dos afilhados desse dr que estão estendendo os seus tentáculos por toda a Cia, verdadeiros sanguessugas que eliminados trariam bastante vantagens para a Cia, sem notar a mínima falta.

Afim de ocupar alguns parentes e protegidos decretou obrigatória para todos os empregados da Cia Paulista a Sociedade Beneficente devendo portanto cada empregado pagar 3\$000 mensais a Sociedade que são descontados no pagamento e cujo rendimento é totalmente absorvido com ordenados fabulosos de médicos e farmacêuticos inábeis e desumanos, que pouco se importam com os enfermos, receitando medicamentos baratos que nada fazem, e que mais prejudicam do que favorecem a cura.

Agora, quanto ao chefe da Estação Jundiaí Paulista: esse homem sem consciência, sem ter em conta o respeito devido aos trabalhadores, julga-se com direito de ameaçar, insultar até por insignificantes motivos os empregados, ... e atacar com palavras alvitantes a nossa associação.

Esses fatos que vem ofender a nossa dignidade de honestos operários, que não se julgam escravos nem querem se submeter as arbitrariedades dos superiores déspotas, não podem nem devem continuar.

O despotismo do chefe de estação Jundiaí Paulista passou os limites da tolerância e o nosso protesto enérgico contra todos esses abusos é mais que justificado.

Eis entre os muitos, os sete eu levaram a greve o pessoal das oficinas, tráfego e linha.

Por isso, confiando na demonstração de solidariedade dos nossos companheiros de trabalho, certos de que o proletariado do Brasil, não nos negará o seu apoio nos lançamos a luta com o entusiasmo que a justiça da nossa causa nos dá.

Essa luta, que procuramos evitar, dirigindo-nos duas vezes consecutivas ao Inspetor Geral da Companhia, não quis tomar em consideração os nossos ofícios, afrontando com palavras desprezíveis a comissão diretiva da Liga, que foi solicitar a resposta, além de serem chamados, essa luta nós não a cessamos senão depois que nos seja feita justiça, aceitando os nossos pedidos que são os seguintes:

Demissão do seu cargo de chefe da Locomoção na administração da Companhia do dr Francisco Paes Leme de Monlevade, do seu ajudante Henrique Burnier, insinuador de todas as vexações, e do chefe da estação Jundiaí Paulista, bem como que a inscrição na Sociedade Beneficente seja voluntária e não obrigatória.

Companheiros! Confiamos na vossa inquebrantável solidariedade. A solidariedade operária sem a qual não poderemos fazer vingar a mais ligeira reclamação, o mais humilde pedido; talvez nos seja indispensável amanhã, num futuro próximo.

Nenhum de vós trairá a nossa causa, certamente, o nosso triunfo será também o vosso, será de toda a classe trabalhadora!

Ao público! E do público em geral também esperamos igual solidariedade, apesar da nossa humildade, entre nos e ele estabelecer-se-á uma corrente de simpatia que será vantajosa aos interesses de todos.

Jundiaí, 15 de maio de 1906. Os operários e mais empregados da Cia Paulista

Nesse mesmo dia, o jornal publicava que em Campinas, no salão Eintracht, foi realizada uma reunião dos trabalhadores, convocados pelo comitê da Liga Operária, estando a mesa da presidência Jorge Clozel, Humberto Blatner, Lourenço Lüders, Alfredo de Almeida e o delegado de polícia Bandeira de Melo. O artigo descreve que vários trabalhadores usaram da palavra, tais como Lourenço Lüders e Domingos Urbano pedindo calma e serenidade de espírito para conseguirem seus fins, e afirma que estiveram presentes mais de 800 pessoas, sendo que as imediações do local foram patrulhadas durante toda a reunião.

No dia 17 de maio de 1906, a Liga Operária de Campinas publicou outro pedido de calma para os trabalhadores, anunciando que não voltassem ao trabalho até segunda ordem. Os operários do Curtume de Campinas declararam-se em greve, reivindicando aumento salarial. Outras categorias que aderiram à greve, em solidariedade, foram os gráficos, os ferroviários da Companhia Mogiana, os trabalhadores das indústrias Lidgerwood, Mac Hardy, Pedro Anderson e Faber, os operários da construção e alguns estabelecimentos comerciais. No dia 26 de maio de 1906, os gráficos retornaram ao trabalho e a diretoria da Companhia Mogiana reunia-se com os grevistas para negociar a retorno ao trabalho. A cidade de Campinas também foi ocupada pela cavalaria, e registrava incidentes como sabotagens aos trilhos e redes de telégrafo. No dia 29 de maio, os trabalhadores da Companhia Mogiana finalizaram a greve, que chegou a seu fim em todo o estado de São Paulo no dia 01 de junho<sup>155</sup>.

Alguns aspectos dessa greve de 1906 em Campinas confirmam as relações próximas entre os trabalhadores que participavam do movimento grevista e que faziam parte de associações operárias mutualistas e recreativas. Na reunião organizada pelo comitê da Liga Operária de Campinas todos os trabalhadores citados faziam parte da Sociedade Humanitária Operária, destacando-se na administração dessa associação durante todo o período analisado. Outro aspecto interessante é o fato de utilizarem o salão Eintracht, uma sociedade recreativa alemã, que freqüentemente alugava seu salão para as assembleias gerais da Humanitária Operária. Nesse mesmo ano de 1906, a Liga Operária de Campinas alugava uma sala de sua sede para a Sociedade Humanitária Operária, como foi relatado no capítulo 2. Esses indícios revelam a proximidade existente entre associações reivindicatórias e associações mutualistas, confirmando a hipótese de que

---

<sup>155</sup> “Fim dos movimentos paredistas nos Estado. Os operários conscientes e criteriosos, compreendendo a situação aflitiva que haviam criado para a nossa população e acudindo ao apelo que lhes foi dirigido pela Federação Operária de São Paulo retomaram as armas do trabalho e voltaram a prestar o seu concurso fecundando as empresas industriais cujas forças jaziam paralisadas pela greve.” *A Cidade de Campinas*, 01/06/1906.

diferentes tipos de organizações operárias conviviam num mesmo espaço e, muitas vezes, compartilhavam os mesmos membros.

Em Campinas, a greve de 1906 foi liderada pela Liga Operária, organização fortemente influenciada pelas decisões adotadas pelo Congresso Operário de 1906, como demonstra o jornal campineiro *A Voz Operária*, de 01 de maio de 1907. As reportagens defendiam um 1º de Maio sem festejos e comemorações, lembrando a origem da data e seu significado para os operários reivindicarem seus interesses econômicos; adotou a adesão indistinta dos operários, sem filiar-se a partidos, religiões<sup>156</sup> ou raças; defendiam a luta pelas 8 horas de trabalho, relatando essa conquista por certos setores. Um fato bastante relatado foi a greve dos ferroviários da Paulista em 1906, indicando a proximidade entre esses ideais e a forma como os operários atuaram na greve.

“Fomos solidários com os grevistas da Paulista, fizemos uma greve pacífica sem pretensões e com o respeito devido aos superiores. Nesta mesma greve foram presos alguns companheiros; e entre eles, um foi levado para o quartel, daí noite escura vedaram-lhe os olhos com o fim de o amedrontar, o conduziram em carro e o trancafiaram em um imundo vagão de cargas da Companhia Paulista.

De anormal temos a registrar que nas oficinas da Companhia Paulista houve grande troca de postos de pessoal, procurando-se sempre menosprezar a classe que a eles dão o pão – os operários.

Nas oficinas da Companhia Mogiana houve algumas faltas: alguns operários tendo sido coagidos, não tiveram outro recurso, senão o de descobrirem umas boas irregularidades praticadas nas oficinas dos carpinteiros; daí deu causa de serem demitidos, sem que tivessem culpa alguma; e, se culpa existisse era unicamente em benefício dos cofres da mesma Companhia, mas como dizem eles, que haja justiça, que sejam os culpados e os não culpados.

Também tem sido despedidos alguns operários e maquinistas, unicamente pelo grande crime de fazerem parte da Liga Operária como se os operários não tivessem o direito de livre consciência – pertencer a esta ou aquela sociedade. Coisas estas que esperamos não se reproduzam, atendendo ao caráter firme e inabalável do snr dr José Pereira Rebouças, que merecidamente é estimado e particularmente pelos operários em geral.”

O jornal também reproduziu o protesto apresentado em assembléia geral extraordinária da Liga Operária de Campinas, no dia 14 de março de 1907, denunciando irregularidades na Companhia Mogiana. O periódico tinha o objetivo de colocar-se como um espaço para que os operários denunciasses as arbitrariedades cometidas nas indústrias. Nesse protesto, a Companhia Mogiana é acusada de perseguir os membros da Liga, impedindo a cobrança das mensalidades nas oficinas, demitindo aqueles que denunciavam irregularidades dos mestres e obrigando os empregados a assinarem declarações nos jornais afirmando que não participariam da Liga. A associação

---

<sup>156</sup> Neste ano, a relação entre a Liga e a religião católica estava abalada por causa da criação de uma escola. Nela não havia o ensino religioso, defendendo uma proposta pedagógica positivista. A perseguição católica a essa instituição de ensino fundada para os filhos dos operários evidencia os limites da relação com o movimento operário.

respondeu confirmando a instabilidade que existe quando os operários não estavam unidos e organizados, pedindo a conscientização de todos para não se intimidarem com essas ameaças.

Os maus tratos, a violência, os roubos e arbitrariedades praticados contra os ferroviários, a perseguição moral e física, impedindo o uso da liberdade de escolha, as péssimas condições de trabalho e a tirania dos mestres e chefes de oficinas foram as causas para a deflagração da greve dos operários da Paulista em 1906, e reapareciam nas denúncias da Liga como constituintes do cotidiano dos trabalhadores na Companhia Mogiana. A atuação da Liga Operária de Jundiaí e Campinas na greve de 1906 representando os interesses dos operários, articulando a comunicação entre todos os locais que paralisaram, exigindo a demissão de um chefe de oficina, o fim da filiação compulsória à sociedade beneficente mantida pela Companhia e elaborando comunicados que justificavam suas reivindicações para a sociedade fez com que o setor patronal buscase impedir a continuidade desse tipo de organização.

Entretanto, a repressão não significou o fim da Liga, ainda presente no 2º Congresso Operário de 1913. Porém, nesse último congresso, a principal preocupação da Liga Operária de Campinas era estabelecer meios para garantir a participação ativa dos associados em prol das causas defendidas. Isso demonstra que a repressão patronal e o posicionamento mais rígido adotado pela Liga quando, por exemplo, se distanciou da Sociedade Humanitária Operária, que deixou de alugar sua sede da Liga, foram indícios suficientes para diminuir sua capacidade de liderança dentro do movimento operário campineiro na década de 1910. Essa trajetória da Liga Operária de Campinas parece confirmar uma tensão que constantemente permeava as discussões dentro do movimento operário – as organizações reivindicatórias deveriam se basear apenas na união dos trabalhadores conscientes e que lutavam pelos interesses econômicos, ou poderia se aproximar de associações mutualistas e recreativas e oferecer benefícios semelhantes para abranger um maior número de associados.

No caso da Liga Operária de Campinas, as atividades desenvolvidas com seus associados, durante a década de 1900, abrangiam práticas de lazer, a criação de uma escola e a promoção de várias conferências. O jornal *A Cidade de Campinas*, de 24 de fevereiro de 1907, noticiou que o diretor da Banda Garibaldi, recém-criada por itaianos e seus descendentes, havia composto um hino para a Liga Operária, para ser executado na festa de inauguração da escola mantida pela Liga.

Em agosto de 1907, foi organizada uma quermesse no Bosque dos Jequitibás, em benefício a Liga Operária de Campinas, com entrada franca. As prendas da quermesse permaneceram expostas no salão da Liga e foram organizados diversos jogos e uma rodada de tômbola no final da tarde. No dia 01 de maio de 1908, foi feito um espetáculo comemorativo da data, dedicado a Liga Operária de Campinas, no Teatro São Carlos, organizado pela empresa Rochebourg, com “um programa excelente e, com vistas esplêndidas, grande número dos quais dizem respeito à vida do operário”. Esses aspectos reforçam a idéia de que as associações reivindicatórias mantinham relações próximas com organizações mutualistas e recreativas, principalmente, por meio de ações que externalizavam apoio à associação reivindicatória. Essa proximidade poderia influenciar o quadro de associados das sociedades mutualistas e recreativas a também aderirem as causas das organizações reivindicatórias, ou ao menos, indicar a construção de uma rede de sociabilidades que criasse maiores chances das associações reivindicatórias sobreviverem, superando a perseguição patronal e policial.

Porém, a principal atividade desenvolvida pela Liga Operária de Campinas para seus associados era a promoção de conferências, tais como a palestra oferecida por Oreste Ristori, no dia 20 de abril de 1907; a conferência do redator de *A Luz Social*, Pinto Machado, sobre a unificação do operariado no Brasil, também abril de 1907; a conferência de Luiz Bueno Horta Barboza intitulada “Ação direta por que o proletariado deve favorecer o movimento de reorganização social”, em outubro de 1909; e a palestra de Eduardo Vassimon, sobre a data de 01 de maio, lembrando os acontecimentos de Chicago, em novembro de 1910. Essa atividade ia de encontro com as diretrizes estabelecidas no 2º Congresso Operário de 1913 para a atuação das associações reivindicatórias, entretanto, elas não foram suficientes para garantir a sobrevivência da Liga em Campinas, que somente retomou suas atividades no final do ano de 1916.

Outra forma de atuação adotada pela Liga Operária de Campinas foi a criação de uma escola livre voltada, principalmente, para os filhos dos operários. A inauguração ocorreu no dia 26 de fevereiro de 1907, sendo descrita pelo jornal *A Cidade de Campinas*. O artigo relata que o salão principal estava enfeitado, “nas paredes, entre palmas, havia ditos socialistas e os nomes dos grandes defensores do proletariado e de mártires da idéia social. Dominando a mesa da presidência, via-se o retrato de Luiz Michel e, aqui e além, escudos indicavam os nomes de associações operárias filiadas a Liga”. Houve a distribuição de folhetos com propaganda socialista e a apresentação de duas bandas musicais. O orador que abriu a sessão solene foi Jaime Moreira, sendo que Eduardo

Vassimon, vindo de São Paulo, explanou sobre o ensino livre, concluindo que “a verdadeira educação intelectual consiste em desenvolver o raciocínio. No ensino deve-se abandonar em absoluto o abstrato, partir do concreto e explicar a natureza nas suas diversas manifestações, conforme exigirem os sentidos”. Em seguida, falou Julio Soretti, da Liga de Chapeleiros de São Paulo, saudando a Liga por ser a primeira no Brasil a ter o ensino livre, e os representantes dos jornais *Comércio de Campinas*, *A Cidade de Campinas* e *Fanfulla*. Nos anos seguintes, a escola da Liga convidava a Sociedade Humanitária Operária para participar das festas de final de ano e publicava nos jornais os resultados do ano letivo. A principal oposição estabelecida a escola da Liga vinha da Igreja Católica, que condenava a prática do ensino laico. É interessante perceber que, desde o início do século XX, em Campinas, a organização dos trabalhadores era disputada entre os setores organizados do movimento operário e a Igreja Católica, gerando tensões que serão abertamente expostas na greve de 1917 pela imprensa operária<sup>157</sup>.

No dia 31 de maio de 1906, o advogado da Companhia Paulista, Manuel Pedro Vilabolim, transcreveu uma ata de assembléia geral da Sociedade Beneficente de Empregados da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais, para comprovar a injustiça existente nas acusações feitas pelos trabalhadores grevistas contra Francisco Monlevade. A sede dessa associação era em Jundiaí, e a ata revelava um convívio pacífico e harmonioso entre os operários e a direção da Sociedade Beneficente, que em relatório presidencial aprovado pela assembléia geral, provava cumprir sua finalidade, além de propor a formação de um fundo para o pagamento de pensão para viúvas e associados necessitados. Francisco Monlevade afirmava que a Companhia Paulista “cuidava do futuro de seus trabalhadores”, recebendo agradecimentos e elogios por parte dos operários presentes.

Esse episódio reafirma o valor da ata como um registro com capacidade de comprovar a veracidade de determinada situação, sendo um mecanismo administrativo semelhante em diferentes organizações. Porém, o modo como a ata é resignificada em cada associação varia de acordo com os interesses em disputa, como evidencia a estratégia adotada pelo advogado da Companhia Paulista para desmentir as acusações feitas pelos ferroviários contra Monlevade.

Essa greve de 1906 comprova que os trabalhadores campineiros buscavam negociar um ambiente de trabalho onde pudessem ser respeitados e delimitar os abusos

---

<sup>157</sup> FERREIRA, Maria Nazareth *A imprensa operária no Brasil 1880-1920*. São Paulo: Ática, 1988.

morais praticados pelos patrões e empregados superiores. Isso mostra que os trabalhadores procuravam reforçar sua imagem como cidadãos, pois não estavam mais sob o regime da escravidão, indicando novos limites para as relações estabelecidas entre patrões e trabalhadores, baseados num código moral comum que existia entre os trabalhadores. Esse código reafirmava a liberdade de associação, o fim das arbitrariedades, evidenciando a defesa de noções como a dignidade, honestidade, o respeito e, principalmente, a adoção de um regime de trabalho que considere as necessidades dos trabalhadores.

A greve demonstra que havia uma disputa entre os trabalhadores e seus patrões para definir quem iria estabelecer as regras para o funcionamento do trabalho assalariado, tais como a jornada de trabalho, o tipo de fiscalização imposta pelos superiores, os limites para a coerção do patronato sobre operários, os critérios para justificar as demissões e as reduções salariais. Em uma publicação de 1908, a Companhia Mogiana descreve as modificações aplicadas em suas oficinas de Campinas com a adoção da energia elétrica. As mesmas observações são descritas nos jornais para a Companhia Paulista, em 1906, sendo que vários trabalhadores foram demitidos com essa modernização do processo de produção.

Outra reivindicação presente nessa greve de 1906, o fim da obrigatoriedade de filiação a Sociedade Beneficente administrada pela empresa, demonstra que as associações operárias mutualistas e recreativas simbolizaram um palco de disputas entre os trabalhadores e empresas, pois representavam a possibilidade dos próprios trabalhadores controlarem esse tipo de associação e os benefícios prestados, sem interferência do patronato. Resta um questionamento sobre esse tipo de tensão: é evidente que a arrecadação de mensalidades para proporcionar o pagamento de auxílios doença, invalidez e funerário gerava um acúmulo expressivo de capital, fazendo com que as organizações por empresa o utilizassem em favor dos interesses da diretoria, e nas associações operárias esse fundo possibilitava aos trabalhadores adquirirem empréstimos e comprarem imóveis. Essa observação já indica o conflito de duas visões de mundo distintas, uma baseada na exploração da mão-de-obra e outra baseada no senso de coletividade para buscar melhorias. A crítica aos abusos exercidos pelas organizações mutualistas administradas pelas empresas reaparece em outros movimentos grevistas campineiros, permitindo que seja compreendido o fato dos trabalhadores, principalmente os ferroviários, criticarem e reivindicarem reformulações para as CAP's, pois elas disponibilizavam grande espaço para a atuação do patronato e de órgãos públicos na

administração do capital e dos serviços oferecidos. Portanto, o tema da mutualidade, apesar de não ser o principal aspecto debatido dentro do movimento operário, era foco de intensa tensão entre os trabalhadores, os empregadores e o governo, transformando-se num tema político durante os anos de 1920.

Provavelmente, na década de 1900, a redução da jornada de trabalho era uma causa comum a diferentes categorias profissionais em Campinas, evidenciando uma forte influência do posicionamento reivindicatório adotado pela Liga Operária de Campinas<sup>158</sup>. No jornal *A Cidade de Campinas*, de 20 de setembro de 1906, há um artigo elogiando a

classe de barbeiros, num generoso e benéfico ato, concordou em fechar as portas às 8 da noite, exceto aos sábados. Que belo exemplo! Quem trabalha necessita de descanso, de repouso, distrações para o espírito preso desde as primeiras horas às obrigações. Por que não imitam as outras classes trabalhadores esse passo que só merece as maiores e mais fortes simpatias?

Nos dias seguintes, o mesmo jornal publicou uma notícia sobre um abaixo-assinado encaminhado aos donos das casas comerciais, propondo o fechamento às 8 horas da noite. O jornal relata que havia um apelo de todas as classes trabalhadoras de Campinas, tal como ocorreu com os barbeiros, “inspiradas na equidade é que começa a agitar-se essa pretensão justa de todos aqueles que trabalham desde o amanhecer até às 9 horas da noite ou mais.” É interessante notar a agitação reivindicatória dos trabalhadores no comércio, logo após o término da greve dos ferroviários, indicando que esse foi um ano turbulento na cidade de Campinas, constantemente agitada pela movimentação dos operários.

Ainda em setembro de 1906, foi noticiada a criação da Sociedade Beneficente dos Barbeiros, com grande número de sócios<sup>159</sup>. Essa associação demonstra que nesse período, não havia incoerência entre a atuação dos trabalhadores em organizações mutualistas, recreativas ou reivindicatórias. Para os trabalhadores, criar uma associação mutualista não significava negar a participação no movimento reivindicatório.

Em 1907, tanto os operários da Companhia Mogiana, quanto os da Companhia Paulista permaneciam noticiados pelos jornais locais, indicando conflitos de interesses. No dia 04 de janeiro de 1907, o jornal *A Cidade de Campinas* comunicou que a Companhia Paulista premiou seus operários com “uma regalia que de há muito era por eles

---

<sup>158</sup> BATALHA, Cláudio H M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. LUCA, Tânia. *Indústria e trabalho na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

<sup>159</sup> “A diretoria provisória ficou constituída dos srs Francisco Biondo e Eugenio Brandi, presidente e vice, José Rodrigues Pinheiro e Luiz Mancini, secretários, Paulo Moriz e André Possinos, tesoureiros, Francisco Brandi, procurador.” *A Cidade de Campinas*, 22 de setembro de 1906.

ambicionada. Desde 1º do corrente está em vigor, naquela estrada, o dia de 8 horas de trabalho”. Esse fato é interpretado pelo jornal como sinal da próspera situação da empresa, e da boa vontade da diretoria em compensar os esforços dos que cooperam com seu desenvolvimento. A imprensa interpretou a conquista pela jornada de 8 horas como um “presente” dado aos trabalhadores, em função do desempenho econômico da empresa, ou seja, o trabalho efetuado pelos operários é compreendido apenas através da lógica capitalista, como fonte de produção de riquezas.

No dia 09 de janeiro, do mesmo ano, a Companhia Mogiana é denunciada por conceder gratificações para os funcionários da contadoria e aos fiscais de linha, sendo negado aos chefes de estações e guarda-trens. O jornal acredita que essa atitude é injusta, pois os últimos trabalharam muito na safra recorde de 1906 e mereciam bonificações de final de ano. No dia 13 de janeiro, a coluna de Armio esclarece que

A Cidade publicou, há dias, um comunicado no qual se fazia ressaltar a falta de equidade da Companhia Mogiana gratificando quase todos os seus ferroviários e deixando sem esse presente de boas festas os chefes de estação. Convém retificar o seguinte: as gratificações estenderam-se, também, aos chefes de estação de 1ª classe; sem elas ficaram só os encarregados de estações de categoria menor e os empregados do trem, esses que tomam pó e fuligem durante 12 e mais horas por dia. ... Entendo que a Mogiana proceda corretamente gratificando os seus empregados, mas desejaria somente, como o missivista da Cidade, que esse proceder abrangesse todo o pessoal que recebe ordenados mensais, chefes de estação, chefes e ajudantes de trem, do telégrafo, enfim, o pessoal do tráfego.

Em fevereiro de 1907, foi noticiado que a Companhia Paulista concedeu 8 dias de férias a todos os escriturários, quer da contadoria, tração e almoxarifado, proporcionada por turmas, para não prejudicar o serviço. O jornal *A cidade de Campinas* acredita que seria uma ótima idéia, se fosse estendida a todos.

A imprensa campineira, logo após a greve de 1906, adota um posicionamento que visa defender a ordem e a justiça, portanto, elogiam a adoção da jornada de 8 horas e a concessão de alguns benefícios como se fossem originados da bondade dos empregadores, e não como resultantes de uma conquista dos trabalhadores. Entretanto, para evidenciar seu posicionamento neutro, defendem uma equidade na distribuição dos benefícios, sem levar em conta as hierarquizações existentes entre as funções desempenhadas dentro das ferrovias.

Em maio de 1907, Campinas vivenciou outra greve, organizada pelos pedreiros. Havia a reivindicação de uma jornada de 8 horas de trabalho, com aumento salarial para os serventes. Provavelmente, a Liga Operária era uma das associações solidárias aos grevistas, pois o seu salão apresentava “avultado número de operários”, estando presente

o delegado de polícia. No dia 03 de maio de 1907, a seguinte notícia foi publicada no jornal *A Cidade de Campinas*

A Greve dos Pedreiros – Ontem, pela manhã, o gerente da Companhia de Gás, comunicou a polícia que os pedreiros, em serviço ali, aportaram-se como de costume, mas achavam-se receosos, por quanto um grupo de grevistas os ameaçava de espancamento à saída, caso trabalhassem. O delegado respondeu que garantiria a ordem, podendo os mesmos entregarem-se aos seus misteres sem temor. À noite, os supramencionados indivíduos tornaram ao local, porém, percebendo que lá havia praças, retrocederam para o Frontão. ... Os detidos são em número de sete, cinco pedreiros e dois serventes. Contra tais desrespeitadores da lei instaurar-se-á um processo.

Na reunião de construtores, ontem efetuada, houve resoluções importantes, tendentes ao restabelecimento do trabalho. Isso, podemos-lo asseverar, não obstante o caráter secreto da Assembléia.

No dia 07 de maio, houve outra reunião dos construtores de Campinas, decidindo paralisar as construções até resolverem a situação, enquanto alguns pedreiros buscavam impedir o trabalho de outros, sendo presos. A situação só foi resolvida no dia 16 de maio, quando alguns pedreiros voltaram ao trabalho. Entretanto, outros pedreiros também foram presos por impedirem colegas de trabalhar. É interessante perceber como a caracterização dos trabalhadores grevistas pela imprensa campineira os associava a uma imagem de violência e desrespeito, condenando esse tipo de reivindicação. Mais uma vez, fica evidente o uso da força policial para a repressão do movimento operário, indicando a proximidade entre os chefes da polícia e os empregadores.

No dia 21 de maio de 1907, o jornal *A Cidade de Campinas* publicou um artigo avaliando os efeitos da greve dos operários para reivindicar uma jornada de 8 horas de trabalho. O jornal acreditava que as greves não são o meio ideal para obter melhorias nas condições de vida, trazendo apenas prejuízo e pobreza para os trabalhadores. Há a defesa da idéia de que o Brasil tinha escassez de mão-de-obra assalariada, portanto, a remuneração, no país, era superior às necessidades existentes, possibilitando o acúmulo de capital por parte dos trabalhadores. “Deve-se mesmo fazer ver que a penúria, o rigor absoluto das necessidades, a miséria, não constituem um penoso e terrível mal dessa terra, sempre aberta ao trabalho ordeiro e remunerado, de que tanto precisa, aliás, para o desenvolvimento das suas riquezas.”

O tema da violência é recorrente quando se pensa o movimento operário campineiro, pois ele estava presente como forma de repressão, de intimidação, e também como uma estratégia para deslegitimar as reivindicações dos trabalhadores. Apesar de se declarar como um órgão de informação neutro, a imprensa campineira construía uma imagem negativa dos trabalhadores organizados, que agissem contrariando a noção de

ordem, defendida como item essencial para caracterizar uma sociedade republicana moderna. Portanto, as diretorias das organizações mutualistas e recreativas, ao registrarem nas atas a ordem e a calma reinante nas sessões, ao organizarem a participação dos associados nas discussões através do pedido para usarem a palavra, acabavam reforçando esse posicionamento defendido pela imprensa, buscando através dessa brecha a possibilidade de criarem organizações que os valorizarem como cidadãos. Entretanto, essa estratégia não inviabilizava o apoio e a participação aos movimentos grevistas, que sempre eram justificados como tendo sido organizados em função do fracasso das negociações com os empregadores.

No dia 28 de outubro de 1910, o jornal *A Cidade de Campinas* noticiou que os operários da oficina de móveis do sr Luiz Chechia e Comp. se declararam em greve pacífica, reivindicando diminuição na jornada de trabalho, pedindo que a firma adotasse o sistema de 8 horas de trabalho em suas oficinas. Houve a formação de uma comissão de grevistas para negociar com o proprietário, que pediu um prazo para discutir a questão com o sócio que estava fora da cidade. Os operários continuaram em greve por uma semana, conseguindo a redução nas horas de trabalho.

Em 1911 foi noticiada outra paralisação em Campinas, organizada pelos funileiros e encanadores, que reivindicavam uma jornada de 8 horas de trabalho e aumento salarial. Após três dias de greve, a “maioria dos proprietários de oficinas de funilaria acederam a solicitação que lhes foi dirigida pelos oficiais funileiros e encanadores”<sup>160</sup>.

A participação dos trabalhadores campineiros na greve geral de 1917 também foi expressiva. O jornal *A Plebe* trouxe informações detalhadas sobre a atuação dos operários campineiros na greve de 1917 e o incidente que causou a morte de alguns grevistas<sup>161</sup>.

Em Campinas – O operariado campineiro querendo de fato demonstrar a sua solidariedade aos companheiros de São Paulo, resolveu no dia 16, declarar-se em greve e reclamar 20% de aumento nos seus salários. Nesse mesmo dia, cerca de uma hora da tarde, os operários da Cia Mogiana, MacHardy, Lidgerwood, numa grande massa, percorriam as ruas da cidade, quando sem motivo algum, foram presos dois companheiros. Diante disso que representava uma revoltante arbitrariedade, os operários precedidos de uma bandeira vermelha, símbolo de suas aspirações de justiça, encaminharam-se a autoridade policial, pedindo a liberdade dos dois camaradas. Arrogantemente, a autoridade negou que os dois estivessem presos. No trajeto, foram aderindo a greve os operários de muitos estabelecimentos industriais. Cessou o movimento de bondes que, por algum momento, deixaram de trafegar. O comercio fechou. Algumas horas depois aderiram ao movimento os operários de outras fabricas e oficinas. Os obreiros campineiros, sempre com calma, se dirigiam aos jornais

<sup>160</sup> *Comércio de Campinas*, 11 de janeiro de 1911.

<sup>161</sup> *A Plebe*, 21 de julho de 1917.

locais, quando alguém alvitrou a idéia de irem esperar a passagem do comboio que ia partir para São Paulo onde talvez estivessem os presos. Com esse fim dirigiram-se a porteira chamada da Capivara, que aquele trem deveria atravessar. De fato, o comboio aparecia momentos depois, sendo apedrejado por alguns moleques. Cruzando-se com o que vinha daí, permitiu que os esbirros das duas cidades se comunicassem. E tais forma as comunicações que daí a pouco se consumava a pavorosa tragédia. O comandante da força, fazendo parar o trem em ponto que julgo estratégico, fez descer a soldadesca a qual, aproximando-se, as ocultas, da massa grevista rompeu incontinenti a fuzilaria. Entre mortos e feridos notamos 6 pessoas, vítimas dessa policia vilmente assassina que mata de emboscada operários pacatos e ordeiros como são todos os de Campinas. Entre os mortos figuram os companheiros Antonio Rodrigues Magota e Tito Carvalho. Foi essa uma violência sem qualificação porque os operários não cometeram depravações nem desobedeceram as autoridades.

Alguns dias após o incidente, o jornal *A Plebe* questiona o porque da antiga Liga Operária não ser reconstituída novamente na cidade, uma vez que os trabalhadores campineiros obtiveram uma pequena melhoria, “em virtude de sua completa desorganização”. O jornal aconselhava que os trabalhadores campineiros fossem organizados, de acordo com os “métodos aconselhados pelos dois congressos obreiros, promovidos pela Confederação Operária Brasileira”, para que pudessem ser os autores de sua libertação, sem confiar essa tarefa a políticos “sanguessugas”, tais como Álvaro de Carvalho, Alberto Sarmiento e Veiga Miranda.

No dia 25 de agosto de 1917, *A Plebe* noticiou que a Liga Operária em Campinas foi reconstituída, útil e necessária para combater a “praga cooperativista” existente entre os trabalhadores campineiros, tais como o Centro Operário São José. O jornal considerava essa associação importante por ser um “empecilho a ação dos exploradores do trabalho direito”. Entretanto, em ata de sessão de diretoria de 1916, da Liga Humanitária dos Homens de Cor, a Liga Operária já pedia o seu escudo e o pavilhão que foram emprestados, para retomar suas atividades.

O jornal *A Plebe* combatia diretamente a atuação da Igreja Católica entre os trabalhadores, publicando uma entrevista com o bispo de Campinas, D. João Nery, para desqualificar seus argumentos contrários ao movimento grevista dos trabalhadores. O jornal criticou o fato da Igreja defender, junto ao Estado, medidas para melhorar as condições de vida dos operários, visando uma “política preventiva para manter a ordem”.

No dia 18 de agosto de 1917, o jornal publica o seguinte artigo

Assim, para os operários terem acesso nas oficinas e escritórios ferroviários na Cia Mogiana e outras repartições de trabalho é indispensável a apresentação do famoso d João Nery, cuja influencia se faz recomendável entre os verdugos das classes produtoras. E isso é uma barreira que deve ser destruída, bem como as que ainda agora pretendem os organizadores de associações operárias de mutualismo e socorros mútuos, cujos efeitos servem apenas para oferecer uma

melhoria ilusória aos trabalhadores e garantir a perpetuidade do nefasto domínio burguês. Os magnatas da política procuram sempre se envolver no meio operário afim de prometerem o impossível a troco de votos com os quais possam guindar-se as alturas do poder. Mas cuidado com eles, operários campineiros! Esses tais são os eternos inimigos contra os quais devemos lutar. O que eles querem é viver as nossas custas, explorando-nos, iludindo-nos. Operários! Lembremo-nos que unidos somos uma força contra a qual os parasitas não podem opor nenhuma resistência! Somos superiores em numero, energia, em capacidade produtiva, e em tudo. Aqui temos a nossa Liga Operária que ressurgiu sob a influência do entusiasmo que a todos domina. Trabalhem para desenvolvê-la, aumentá-la, fazê-la grande. Dedicemos, pois, a essa tarefa o tempo que pudermos, imprimindo-lhe tudo quanto possa haver grande em nosso ideal.

Esse artigo reforça as tensões expostas pela presença da Igreja Católica na organização dos trabalhadores, desde 1906, combatendo a iniciativa da Liga Operária de oferecer um ensino laico. Além disso, indica a proximidade entre a Igreja Católica, o poder municipal e os setores patronais, sendo que essa influencia religiosa era uma das formas para controlar a atuação dos trabalhadores na sociedade campineira, como evidenciam a Associação São Vicente de Paula e o Centro Operário São José. Infelizmente, não foi possível localizar o quadro de associados dessas organizações religiosas, pois seria interessante reconhecer quais categorias trabalhistas eram mais influenciadas, quais nacionalidades e etnias. Outro aspecto importante que esse artigo revela é o combate pela imprensa operária às associações mutualistas e recreativas, como sendo meios para iludir os trabalhadores.

O jornal *O Estado de São Paulo* fez uma descrição do movimento grevista em Campinas, permitindo explorar de maneira mais detalhada a violência aplicada contra os trabalhadores, a relação desses com outros setores da sociedade (políticos, profissionais liberais) e a participação de alguns grevistas em associações mutualistas.

Uma das constantes acusações que estão presentes na imprensa é o abuso policial praticado no ato das prisões, nos períodos de agitação operária. No dia 13 de julho de 1917, *O Estado de São Paulo* noticiava que um jovem, nas redondezas do Mercado Municipal, filho de um funcionário da Companhia Mogiana, foi preso pelo simples fato de trocar uma gaiola de passarinhos por uma máquina furadora de madeira.

A arbitrariedade da ação policial contra os trabalhadores é constantemente noticiada pelos jornais de Campinas e do movimento operário, indicando que o ato de associar-se a organizações mutualistas e recreativas, que construíam uma imagem de distinção social, ordem e honestidade, representava a possibilidade de driblar esse pré-julgamento existente, que permitia que os trabalhadores fossem presos sem acusações formais. No incidente da porteira da Capivara, foram mortos os operários Antonio

Rodrigues Magoto e Tito Carvalho, ficando feridos José Rizo, Felício Peligrini, Vicente Ferreira, Pedro Borghini, Felício Farhat, Pedro Alves e João Miguel Jorge.

O jornal *O Estado de São Paulo* mantinha uma postura de condenação a atitude policial, entretanto, no dia 18 de julho de 1917, a forma como interpretou o incidente na porteira da Capivara exemplifica a maneira adotada pela imprensa para interpretar esse episódio.

Comentário da ação policial em Campinas – Declarada a greve, um indivíduo de nome Ângelo Soave, pequeno comerciante no bairro Vila Industrial, saiu do seu negócio, e arvorando-se em solidariedade aos grevistas, fez parar um bonde na rua 13 de maio e danificou-o. Prenderam-no como o deviam prender. Os grevistas, que andavam em bando pela cidade, em atitude calma e ordeira, em má hora se lembraram de pedir ao delegado local, dr Toledo Piza, o relaxamento da prisão justíssima. Como o dr Piza se achava na estação, para lá se dirigiram em massa. O dr Piza, com louvável tolerância, respondeu, depois de ouvir-lhes o pedido que ordenaria a soltura do preso se os grevistas se dissolvessem. Parte dos grevistas, a maior e a melhor, declarou-se satisfeita com a solução. Outra parte, instigada por desordeiros que a acompanhavam, rebelou-se e como desconfiasse que Ângelo Soave iria seguir preso para a capital, pelo trem das três horas, foi para a porteira da Capivara afim de impedir que o trem passasse. Puseram-se pedras nos trilhos e ergueu-se enorme gritaria que alarmou os moradores daquele bairro. ... Tanto o delegado quanto o inspetor tentaram todos os meios para evitar a violência pelos amotinados. As praças não tinham as armas próprias para a dispersão, por isso, deram dois ou três tiros no ar, mas os amotinados não se intimidaram e insistiram nas depredações. Nesse instante, parou o trem que conduzia os praças da capital, que marcharam até a porteira. ... Pessoas ouvidas pelo jornal disseram que não houve tiros, e que apenas algumas pedras foram lançadas, tendo uma acertado um policial. O comandante deu ordem para atirar no ar, e caso a população não saísse, atiraria contra ela. Após os tiros para o alto, com as pessoas correndo, os policiais atiraram nelas, gerando três mortes e 10 feridos. ... Mas nada justifica uma força, que poderia ter se imposto sem matar ou ferir ninguém. Entre mortos e feridos, contam 13, e nenhum da policia, que se diz atacada. Execução em massa exige completa elucidação.

Ao mesmo tempo que a imprensa defendia que houve uma ação policial arbitrária, destacando que apenas trabalhadores morreram e ficaram feridos, o jornal também condena qualquer prática dos grevistas que envolvesse a depredação ou estrago de linhas férreas, meios de transporte, etc. É interessante notar que a noção de desordem é amplamente aplicada para caracterizar a impropriedade da luta operária, justificando a repressão. Esse é um aspecto importante para compreendermos um dos sentidos atribuídos pelos trabalhadores associados a centralidade dada, nos rituais administrativos adotados pelas associações operárias mutualistas e recreativas, a manutenção da ordem e da calma.

A figura do delegado policial representava essa constante fiscalização do comportamento dos trabalhadores, determinando quais grupos seriam uma ameaça à ordem e paz mantidas na cidade de Campinas. A figura do trabalhador, no discurso da

imprensa e do poder policial, sempre é definida como positiva quando dedicado ao trabalho, condescendente com sua situação e atuando, socialmente, de maneira pacífica. Entretanto, quando o trabalhador se envolve em movimentos grevistas, ele passa a ser caracterizado como desordeiro, fonte de anarquia e agitação, impedindo o bom funcionamento da cidade<sup>162</sup>.

Essa relação da sociedade com o movimento operário permite comprovar que uma das possíveis intenções dos trabalhadores, ao se associarem em organizações mutualistas e recreativas, era a de construir uma imagem que qualificasse os trabalhadores como cidadãos civilizados, ou seja, pessoas alfabetizadas, ordeiras, pautadas na atuação coletiva pacífica e democrática para solucionar suas necessidades. Talvez, essa fosse uma estratégia para burlarem a perseguição violenta e arbitrária do patronato e do poder policial, entretanto, ela não significa que os trabalhadores associados em organizações mutualistas e recreativas fossem contrários a participação nos movimentos grevistas.

Isso fica evidente ao constatarmos a participação de membros da Sociedade Humanitária Operária na comissão operária formada entre os grevistas, para negociar a reivindicação de aumento salarial e melhorias nas condições de trabalho. Ângelo Soave, uma das figuras centrais nesse movimento grevista, foi associado à Humanitária Operária durante os anos de 1906 a 1913. Em sessão de diretoria de 14 de março de 1913, o visitador da Sociedade Humanitária Operária, José Custódio disse que ao visitar Ângelo Soave, que estava doente, não o viu em sua casa e, “pouco depois encontrou-o na rua passeando, e que este quando viu o visitador procurou ocultar-se dele suspendendo a aba do paletó”. O secretário relatou que Soave defendeu-se dirigindo “impropérios”, acusando o visitador de mentiroso, e explicando que não estava em casa porque tinha saído para devolver um guarda-chuva que havia pegado por engano. O presidente argumentou que Soave deveria ter devolvido o objeto durante o dia, mantendo suas suspensão até a assembléia geral seguinte.

Em sessão extraordinária, de 25 de abril de 1913, a diretoria da Humanitária Operária discutia um folhetim infame, distribuído por Ângelo Soave, para causar o

---

<sup>162</sup> O boletim emitido pelo delegado de Campinas, em 18 de julho de 1917, demonstra essas afirmações. “Pede-se ao povo dessa cidade que não tome parte nesses grupos de desordeiros que querem a viva força trazer a anarquia e a agitação nessa cidade, tradicionalmente pacífica, atacando e impedindo a circulação de bondes e cometendo outras depredações. Contra esses a policia esta aparelhada para agir energicamente, usando de meios adequados mas dentro da lei, e tendentes a garantir a ordem pública e a liberdade de trabalho. Os homens do trabalho não devem acompanhar os grupos de desordeiros, para não sofrerem as conseqüências de suas tropelas”.

“descrédito da Sociedade e da diretoria”, sendo decidido que Soave seria expulso da associação e não responderiam ao folhetim na imprensa, por considerarem que o desprezo era a melhor resposta”. No mês de maio de 1913, uma petição com a assinatura de 35 sócios pedia a convocação de uma assembléia geral para saberem qual havia sido o motivo da expulsão de Ângelo Soave. A diretoria discute se deveriam enviar um ofício para os associados, comunicando o que havia acontecido, ou se convocariam a assembléia. Os membros da diretoria chegaram a conclusão que seria melhor convocar a assembléia, mesmo que existissem alguns devedores entre os peticionários, para não “desgostá-los”, explicando quais os objetivos da assembléia.

No mês de junho de 1913, o presidente da associação comunicou que uma comissão composta pelos srs Américo Cerri, José Piovesan e Ernesto Buschiero veio pedir a convocação de uma assembléia para que Ângelo Soave fosse readmitido. Porém, a diretoria comunicou que Soave não tinha esse direito, de acordo com as penalidades previstas nos estatutos. A comissão não se convence e, no mês seguinte, apresentam o pedido de demissão do quadro de associados da Sociedade Humanitária Operária.

Essa relação entre o movimento grevista e a rede de associações mutualistas composta pelos trabalhadores também se evidencia no atendimento aos trabalhadores feridos.

Na Beneficência Portuguesa acham-se em tratamento os feridos Manuel Lopes, pintor, Jorge Miguel, empregado no comércio, Vicente Cernandes, operário da Mogiana, e Francisco Ferreira Jorge, sendo os três primeiros gravemente feridos. No hospital da Sociedade Artística e Beneficente acham-se em tratamento, Negro da costa, operário da Mogiana, José Bizo, operário da MacHardy.

É interessante notar que a maioria dos associados na Sociedade Humanitária Operária tratava-se no hospital da Real Sociedade Beneficência Portuguesa, indicando que os trabalhadores buscavam garantir obtenção de leito e tratamento hospitalar através dessa associação. A Sociedade Artística Beneficente é tida como uma das organizações mais antigas em Campinas, e o fato do trabalhador Negro da Costa ter sido internado em seu hospital, indica sua filiação a essa organização, pois as pessoas pobres que não eram associadas precisavam usar o Hospital da Santa Casa, sem garantias de atendimento.

Outro momento tenso da greve de 1917 foi a organização do enterro dos trabalhadores mortos. Ainda no dia 17 de julho, foi relatado que “veio a sucursal do Estado, uma comissão de operários e pediu-nos para afixar no placar do “Estado” o

seguinte aviso: 'Os operários da Cia MacHardy convidam a todos os colegas comparecerem amanhã, às 6:30, ao apito da MacHardy para resolverem sobre as homenagens que deverão ser prestadas aos dois colegas falecidos.'" O enterro dos operários, portanto, seria feito a partir de subscrição entre os trabalhadores, e o jornal informou que a polícia autorizou cortejo desde que não passasse nas ruas centrais, nem tivesse grande acompanhamento.

No dia 18 de julho de 1917, o jornal *O Estado de São Paulo* relatou que, no largo do Rosário, pequenos grupos de operários e outras pessoas comentavam os acontecimentos do dia anterior. Um boletim emitido pela comissão de operários aumentou a tensão, pois dizia:

Companheiros, sejamos unidos para assim obtermos a vitória dos nossos direitos. Não nos curvemos ante a prepotência dessa policia sedenta de sangue. A policia sanguinária quer nos privar de acompanhar hoje até a ultima morada os despojos dos nossos companheiros. É uma inqüidade, é um abuso. Satisfaze-la nesse propósito é dar uma prova da nossa decadência, da nossa fraqueza. Portanto, operários, não deixem de comparecer ao sepultamento dos nosso desditosos companheiros marcados para hoje às 13 horas. Todos! Não nos esmoreça a brutal selvageria de ontem! A Comissão.

Esse boletim indica que os trabalhadores repudiavam a medida policial que buscava evitar a reunião de diversos operários, em função do enterro. Havia uma comoção e um apelo para que esses trabalhadores mortos nos confrontos gerados pela greve de 1917 fossem homenageados durante o cortejo fúnebre. Esse é mais um aspecto que aproxima o movimento reivindicatório às práticas associativas em organizações mutualistas e recreativas, pois como foi demonstrado no capítulo 2, o acompanhamento do enterro representava atribuir uma memória dignificadora ao trabalhador ou familiar que morria.

Entretanto, os trabalhadores não puderam utilizar as ruas centrais para o cortejo fúnebre de Antonio Rodrigues Magoto. *O Estado de São Paulo* relatou que milhares de operários tomaram parte no cortejo, reinando a mais absoluta ordem. No mesmo cemitério, chegava o corpo de Tio Carvalho, que passou pela catedral de Campinas, acompanhado por muitas pessoas. No dia 19 de julho, o operário da Companhia Mogiana, Pedro Alves de Carvalho morreu no hospital da Sociedade Artística Beneficência.

Moço de 17 anos que gozava de grande simpatia entre classe operaria, sendo que a causa morte detectado na autopsia foi o modo como a bala o atingiu. Foi velado na casa de seus pais, Manoel Alves, na rua São Carlos, Vila Industrial, com elevado número de pessoas e operários. Havia cerca de 1000 operários no cortejo, que não compareceram as oficinas da MacHardy nem da Mogiana. O cortejo passou por Visconde do Rio Branco, 13 de Maio, até a Catedral, onde foi

encomendado, depois foram pela rua Conceição, Glicério, General Osório, Barão de Jaguará, até a Ponte Preta, de onde foram para o cemitério. Pessoas seguiram na maior ordem, acompanhados pelos policiais armados a pé ou de carro.

Esse relato indica que a participação dos trabalhadores nos cortejos fúnebres, dentro do contexto do movimento grevista de 1917, significava a adesão dos operários a continuidade da paralisação. Ou seja, o acompanhamento do enterro era uma prática comum entre os trabalhadores, sistematizada no funcionamento das associações mutualistas e recreativas, que previam o registro em ata e a representação da organização através de seus membros de sua diretoria e do estandarte. Entretanto, o enterro dos trabalhadores mortos nos confrontos da greve de 1917 também se transformou num momento para reforçar a união dos trabalhadores, que reivindicavam melhores salários e condições de trabalho.

A adesão de diversas categorias ao movimento grevista fez com que, em diferentes empresas, as reivindicações dos trabalhadores fossem atendidas. As Companhias Mac Hardy e Mogiana constantemente eram noticiadas<sup>163</sup>, indicando que suas diretorias propunham diversos acordos para finalizar a greve. Mais uma vez, percebe-se que os trabalhadores, em Campinas, mantinham relações próximas com profissionais liberais, principalmente advogados, utilizados como “porta-voz” de causas operária nas negociações com os empresários.

Ao iniciarem a adesão a greve de 1917, os ferroviários da Companhia Mogiana organizaram uma passeata, percorrendo por todos os estabelecimentos industriais e comerciais, pedindo a adesão dos trabalhadores<sup>164</sup>. Nesse trajeto, passavam em frente aos jornais, onde alguns trabalhadores discursavam, e “os operários em seu trajeto pela cidade, estiveram em frente a casa do sr advogado Pedro Magalhães, pedindo que

---

<sup>163</sup> “A Cia MacHardy fez diversas propostas que não foram aceitas, pedindo os operários 20% de aumento. Diretoria da Cia Mogiana propôs aumento de, em média, 10%, sendo maior para salários menores.” *O Estado de São Paulo*, 18 de julho de 1917.

“A Cia Mogiana, segundo informações que recebemos de pessoas competentes, durante a crise proveniente da atual guerra, não diminuiu os salários de seus operários e há tempos que já aumentou dos que trabalham na linha. A resolução tomada hoje de conceder aumento proporcional constitui prova de que ela se interessa pela situação dos funcionários, nessa época de carestia de vida que tanto tem abalado a classe trabalhadora”. *O Estado de São Paulo*, 19 de julho de 1917.

<sup>164</sup> “Boatos confirmados de que operário de Campinas, de diversas indústrias, se declarou em greve pacífica para pedir aumento de salários. Ferroviários da Mogiana foram para o trabalho, mas não voltaram do almoço, quando apito tocou ao meio dia. Aos operários da Mogiana se reuniram os da MacHardy, formando assim um grupo de alguns milhares de homens. Essa grande massa de homens se dirigiu a C C Tração, Luz e Força obtendo a solidariedade de seus companheiros bem como a dos operários da fábrica de cerveja Columbia, da serraria Avelino do nascimento Souza e Reis & Comp. da fundição Slim, Chechia, Casa Confiança, A Pierro e Irmão, Ítalo e Filho, José Tarcon e outros estabelecimentos. Conduzindo a frente, uma bandeira encarnada e gritando vivas a solidariedade operária dirigiram-se ao centro da cidade. No trajeto fizeram parar bondes, cujo tráfego ficou paralisado, e aos brados de fecha! Fecha! Obrigaram o comércio a cerrar suas portas.” *O Estado de São Paulo*, 17 de julho de 1917.

patrocinasse a sua causa, uma causa que era justa. Aquele advogado aconselhou ordem e calma para atingirem a vitória.<sup>165</sup>

O advogado Pedro Magalhães acompanhou a negociação da diretoria da Companhia Mogiana com a comissão de operários, intermediando esse processo. O boletim que anunciava o fim da greve evidencia a presença do poder municipal como mediador da relação entre os grevistas e os proprietários das empresas.

Atendendo a solicitação do sr Prefeito Municipal uma comissão de operários constituída pelos srs Arsênio de Camargo, José Maia, Manuel Carlos de Carvalho, Luiz Diederick e José Guilherme, reuniu-se hoje às 16 horas no paço municipal, tendo ficado resolvido que se constituísse uma comissão da qual ficaram fazendo parte o mesmo Prefeito, o vereador Omar Magro e o advogado Pedro de Magalhães, afim de se entenderem com as empresas, cujos operários se acham em greve, para obterem delas o aumento de seus salários e as melhorias nas condições gerais do operariado de Campinas. Aquiescendo ao pedido do poder público, ali representado pelo Prefeito a referida comissão operaria deu por encerrada a greve, comprometendo-se a fazer com que os operários voltem amanhã ao trabalho, sob a garantia de que nenhum operário será demitido sob o pretexto de ter tomado parte na greve.

É interessante perceber as diferenças existentes nas relações estabelecidas entre os trabalhadores, advogados e poder público municipal na greve de 1906 e na greve 1917. As duas greves apresentaram práticas repressoras violentas, por parte da polícia, atuando em função dos interesses dos proprietários das empresas envolvidas. Entretanto, o poder de coação das diretorias dessas empresas sobre os operários foi amplamente maior na greve de 1906, como evidencia as denúncias feita pela Liga Operária de Jundiaí e Campinas. Nesse evento, não houve intermediários nas negociações entre os trabalhadores, representados pela Liga, e o patronato, como ocorreu na greve de 1917.

Durante os anos posteriores à greve de 1906, outras greves foram organizadas por categorias de trabalhadores reivindicando a jornada de 8 horas de trabalho. Nesse período, diversas associações operárias mutualistas e recreativas foram criadas em Campinas, comunicando-se entre si, além de promoverem e participarem de diversos eventos sociais.

Entretanto, a Liga Operária de Campinas apresentava indícios que de que não conseguia manter a adesão e participação dos trabalhadores, dentro das propostas de organização e atuação determinadas nos Congressos Operários, deixando de existir depois de 1913, e retomando suas atividades apenas no final do ano de 1916. É provável que, nesse período, outras formas de organização atraíssem os trabalhadores

---

<sup>165</sup> *O Estado de São Paulo*, 17 de julho de 1917.

campineiros, como associações criadas pela Igreja católica, as próprias associações operárias mutualistas e recreativas, além da construção da aproximação com advogados e políticos locais, indicando a presença de novos personagens no cenário das relações trabalhistas.

Na greve de 1917, as reivindicações mesclavam melhorias nas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, e indicavam a possibilidade dos trabalhadores organizados também utilizarem a rede de associações e relações construídas desde a greve de 1906 para solucionarem seus problemas. A identificação de diferentes operários como sendo uma classe, organizada para lutar contra outras classes contrárias a seus interesses, parece presente em todos os eventos que marcaram a greve de 1917 em Campinas, pois trabalhadores dos setores comerciais, industriais e de serviços públicos paralisaram seus serviços em prol de um objetivo comum.

Entretanto, esses trabalhadores não foram representados por uma única associação, como ocorreu na greve de 1906, formando apenas uma comissão operária provisória, atuante apenas no contexto da greve<sup>166</sup>. Essa característica abriu uma brecha para que o poder público pudesse se apropriar do movimento de 1917, criando um discurso que enfatizava sua atuação eficaz como mediador das negociações entre trabalhadores e patrões<sup>167</sup>.

A existência de associações operárias mutualistas e recreativas, entre os trabalhadores campineiros, organizadas sob diferentes identidades, trazia essa possibilidade de construção de visão de mundo, que gerava, dentro da articulação da identidade classista, uma atuação diferente da defendida por correntes do movimento operário. Mesmo que a atuação das organizações mutualistas e recreativas esteja associada a práticas democráticas e cidadãs, possibilitando a valorização social da imagem dos trabalhadores, ela acaba se relacionando com o movimento operário, na

---

<sup>166</sup> É interessante notar que a idade dos trabalhadores mortos evidencia que eram participantes que não estavam presentes em 1906. Talvez isso possa significar uma renovação nas lideranças do movimento operário campineiro.

<sup>167</sup> "Há um requerimento do vereador Álvaro Ribeiro, em sessão da Câmara Municipal, lamentando o que aconteceu na porteira, condenando o uso extremo da força que causou morte e ferimentos de civis, e protestando contra a falta de processos para apurar responsabilidades – deferido. Ele também elabora uma proposta de lançar em ata voto de louvor ao prefeito, Omar Magro e Francisco Araújo Mascarenhas pela intervenção eficaz para acordo entre patrões e empregados. Proposta aprovada, incluindo o nome de Pedro de Magalhães." *O Estado de São Paulo*, 22 de julho de 1917. Como mais um exemplo dessa relação entre os políticos campineiros e os trabalhadores: " Protesto contra atos da polícia. Requeiro que da ata da sessão de hoje conste que, na minha qualidade de vereador, lamento profundamente as ocorrências da porteira da Capivara e protesto com veemência contra o emprego do recurso externo que ocasionou mortes e ferimentos em civis, que também protesto contra a falta de um processo regular para apuração da responsabilidade, com violação das leis vigentes na República. Sala das Sessões, 21/06/1917. Álvaro Ribeiro"

medida em que promove divisões internas por apontar diferentes caminhos para a solução dos problemas vividos pela classe, e por assimilar, em seu quadro de associados, sujeitos atuantes no movimento operário.

No jornal *O Estado de São Paulo*, de 23 de julho de 1917, a comissão de operários formada durante a greve visitou a sucursal do jornal em Campinas para comunicar a abertura da subscrição para “erigir três singelos mausoléus sobre as covas dos três infelizes operários mortos em 1917. As sobras da subscrição vão para as famílias dos mortos. A classe operária e toda a população têm contribuído.” Em ata de sessão extraordinária, de 30 de outubro de 1917, a diretoria da Sociedade Humanitária Operária tinha como

fim especial tratar de assunto, e deliberação que devemos tomar sobre um ofício da Comissão da Solidariedade Operária, convidando esta Sociedade a tomar parte com o estandarte na romaria que a mesma pretende efetuar no dia 2 do próximo mês de Novembro, em comemoração fúnebre, e inauguração do mausoléu erigidos no Cemitério do Fundão sobre as sepulturas de seus companheiros assassinados na porteira do Capivari por ocasião da última greve ... Submetido em apreciação, e discussões, foi unanimemente aprovado a Diretoria representar esta Sociedade na referida romaria, e em caso as outras sociedades levarem o estandarte esta também levar o seu.

É interessante notar que a Humanitária Operária teve um tratamento diferenciado com o ofício recebido da Comissão de Solidariedade Operária, pois marcou uma sessão extraordinária para ser discutido. Mesmo que tenha se referido aos grevistas mortos como companheiros da Comissão, todos os membros da diretoria fizeram questão de confirmar a necessidade da representação da Sociedade Humanitária Operária no evento de inauguração do mausoléu. Portanto, mesmo que a associação mutualista não tenha declarado apoio ou participado ativamente do movimento grevista, a identidade operária é por ela definida quando se mostra solidária a causas ligadas aos trabalhadores em geral.

Talvez, seja possível pensar na seguinte hipótese: a atuação de diversos trabalhadores, em associações operárias mutualistas e recreativas, durante todo o período das décadas de 1900 e 1910, fez com que esses trabalhadores elaborassem uma interpretação da sociedade republicana democrática como sendo regida por suas leis, que seriam equivalentes os estatutos. O poder público deveria representar os interesses da coletividade, assim como atuavam as diretorias das associações, o que justificaria o fato dos trabalhadores enviarem requerimentos e ofícios pedindo melhorias nos bairros onde moravam, pois também se comunicavam com os diretores das associações mutualistas e recreativas através de ofícios. Além disso, o poder público

deveria, para esses trabalhadores associados, agir como um mediador nos conflitos existentes, da mesma maneira que as diretorias julgavam os casos conflituosos existentes entre os associados.

Por isso, estabelecer laços com advogados, para legalmente negociarem com os patrões, e manter relações próximas com políticos, para garantir que sua atuação na sociedade fosse de acordo com os interesses dos trabalhadores, tornaram-se características marcantes no operariado campineiro, como denunciou a imprensa operária. Entretanto, isso não significa afirmar que os trabalhadores campineiros não aderiam a organizações reivindicatórias, ou a movimentos grevistas. Ao contrário, essas observações apontam para a possível existência de mais uma forma de compreensão do mundo entre os trabalhadores, formulada a partir de suas experiências organizativas.

Um dos exemplos dessa nova forma de atuação do poder municipal aconteceu em agosto de 1917. No dia 11 de agosto, *A Plebe* noticiava que os padeiros de Campinas estavam em greve para reivindicar o descanso dominical. Entretanto, essa greve parece não ter sido bem sucedida, pois a resolução municipal nº 604, de 1920, estabeleceu o descanso dominical nas padarias, proibindo a fabricação de pães a partir das 10 horas do domingo, até as 10 horas da segunda-feira, além da distribuição domiciliar. “Os empregados, para gozar das regalias, deverão fabricar o dobro de pão para o consumo na segunda-feira.”

É interessante notar que a resolução também estabelece que “a Prefeitura só concede novas licenças para abertura de padarias nas condições do termo assinado na sua Secretaria pelos atuais proprietários de padarias.” O texto desse termo de compromisso traz alguns indícios sobre a relação existente entre os trabalhadores campineiros e o poder público.

#### Termo de Compromisso dos proprietários de padarias

Aos 15 de dezembro de 1920, na Secretaria da Prefeitura, presente o Prefeito Rafael de Andrade Duarte, ... aí compareceram os proprietários de padarias abaixo assinados, estabelecidos nessa cidade, e por eles, perante as mesmas testemunhas, me foi dito que, em atenção ao requerimento que seus empregados dirigiram à Municipalidade pedindo a sua intervenção no sentido de lhes ser proporcionado o descanso dominical, e tendo em consideração as providências tomadas pela Prefeitura afim de tornar efetiva essa justa aspiração da classe, vêm pelo presente termo assumir, como efetivamente assumem, o compromisso de conceder a seus empregados sem nenhuma distinção de categoria, o descanso solicitado, o qual será regulado pela forma seguinte: 1º) os compromitentes concedem a todos os empregados das padarias de suas propriedades, sem distinção de categoria, o descanso dominical que desejam, segundo a petição que dirigiram a Câmara e que ficam, para os devidos efeitos, fazendo parte integrante desse termo. ... 5º) A Prefeitura se obriga a não permitir a abertura de novas padarias nessa cidade, sem que primeiro os seus proprietários assinem um termo igual a esse.

Entretanto, em 1921, a lei nº 269, permitia que as padarias ficassem abertas aos domingos e feriados até às 18 horas, assim como as casas que comercializam peças para automóveis e os salões de engraxate. Em 1930, a Prefeitura recebeu um ofício dos proprietários de padarias, reclamando o não cumprimento do termo estabelecido para a manutenção do descanso dominical para os padeiros. Desse modo, foi elaborado um projeto de lei para estabelecer o descanso, mas garantir que não houvesse comercialização de pão fresco na segunda-feira.

Outras leis aprovadas durante a década de 1920 comprovam a consolidação do poder público municipal como regulador das relações trabalhistas, principalmente em aspectos que geravam conflitos entre trabalhadores e empregadores. Em 1919, a lei nº 243 dispunha sobre o horário de fechamento das farmácias, permitindo que, dentro do perímetro urbano, esses estabelecimentos ficassem abertos até às 20 horas. Em 1920, a lei nº 266 regulava a licença para as casas comerciais (mercados, engraxates, casas de banho, confeitarias, hotéis, restaurantes, botequins, salão de barbeiros), estabelecendo horários para seu funcionamento. Essas leis previam multas e prisões para os estabelecimentos que não cumprissem as normas, limitando o tempo de serviço dos trabalhadores, que antes era determinado apenas pelo empregador.

Em 1922, a lei nº 276, estabeleceu o fechamento das farmácias aos domingos, e a lei de nº 300, o descanso dominical para os empregados do matadouro, proibindo a abertura de açougues na segunda-feira. No ano de 1923, a lei nº 313 limitava as horas de trabalho dos auxiliares e empregados nas oficinas de costura e bordado. Ainda em 1923, a lei nº 322 estabelecia a licença para o funcionamento das casas comerciais, diminuindo o horário de funcionamento para as 18 horas, e exigindo o descanso dominical, autorizando a abertura nos feriados até o meio dia. Em 1924, foi estabelecido, através de resoluções, o aumento no ordenado dos empregados da limpeza pública e do Matadouro. Em 1926, a lei nº 378 obrigou o fechamento do mercado municipal aos domingos e feriados e, através da resolução nº 817 regulamentou o horário de fechamento das charutarias. O setor reagiu a medida, que em requerimento enviado a Câmara Municipal de Campinas, em abril de 1926, pedia permissão para continuar a funcionar no horário antigo, pois os “requerentes só vivem desse ramo de comercio e são, atualmente, prejudicados pelos cafés, bares, botequins, etc que, além dos artigos de sua especialidade, vendem todos os dias, até altas horas da noite. ... Ademais, os petionários não têm empregados e estão eles próprios a testa dos seus estabelecimentos”.

Em 1927, a resolução nº 845 proibia a entrega de chope e gelo aos domingos, também gerando reação dos proprietários que alegavam a necessidade da entrega feita todos os dias. A municipalidade afirmou que concederia licença para entrega diária, caso fosse garantido dois dias de folga por mês para os funcionários. Em 1929, a lei nº 453 estabelecia o descanso dominical para os gráficos. É interessante notar que essas intervenções ocorreram por categoria, visando estabelecer limites entre os interesses dos trabalhadores, que reivindicam descanso e diminuição na jornada de trabalho, e dos empregadores, que defendiam o trabalho contínuo. Além disso, na década de 1920 várias leis concediam incentivos para a instalação ou ampliação de indústrias em Campinas, possibilitando estabelecer uma conexão entre esse crescimento econômico direcionado pela atuação dos municípios, e a atuação dos trabalhadores através desse poder municipal para conseguir mudanças efetivas nas relações trabalhistas.

Um aspecto que permanece intrigante é determinar quais eram os interesses do poder público em atuar dessa maneira, quais interesses faziam com que alguns políticos campineiros se envolvessem com questões referentes às relações de trabalho. Não foi possível durante essa pesquisa estabelecer qual o grau de participação dos trabalhadores nas eleições municipais, um provável motivo para justificar esse posicionamento do poder municipal campineiro. Entretanto, a Federação Paulista dos Homens de Cor, durante a década de 1910, declarou apoio ao Partido Republicano nas diversas eleições. Em 1924, vários membros da Sociedade Humanitária Operária votaram no deputado Eloy Chaves, como forma de agradecimento pela lei formulada em 1923. Em novembro de 1917, no *Diário do Povo*, havia um convite para “elevar o número de eleitores do município de Campinas o máximo possível, afim de fortificar a nossa ação política perante as urnas”. O artigo justificava que os interesses locais estavam sendo prejudicados pela participação política pouca expressiva, e a redação do jornal oferecia, sem custo algum, auxílio para o alistamento eleitoral.

Portanto, é provável que outros elementos existissem para justificar esse posicionamento do poder público municipal como mediador das relações entre empregadores e trabalhadores, porém, não foi possível explorar essa temática durante a pesquisa.

O caráter reivindicatório dos trabalhadores campineiros foi evidenciado novamente na greve de 1920, organizada pelos ferroviários da Companhia Mogiana. No jornal *O Estado de São Paulo*, de 31 de março de 1920, houve a confirmação da greve entre os ferroviários da Companhia Mogiana, descrevendo que em reuniões realizadas na União

Operária 1º de Maio houve a determinação de que, caso os trabalhadores não fossem atendidos, entrariam em greve. Uma comissão operária comunicou a diretoria da Companhia Mogiana que os trabalhadores exigiam o reconhecimento da União Operária pela Companhia, a jornada de 8 horas de trabalho em toda a linha, passes livres para empregados e familiares, além da readmissão dos empregados dispensados anteriormente, sem motivo justificado, e o pagamento do salário durante a greve. Em Casa Branca houve depredações das linhas férreas e confronto dos operários com os policiais, gerando mortos e feridos. A diretoria da Companhia Mogiana respondeu ao movimento grevista que

Não há justificativa para o movimento porque não se pede melhorias, amparado no espírito da ordem, amparada em nossa organização social. O que se pede são regalias que quebram o princípio da ordem e da autoridade, visando estabelecer a anarquia em empresa que presa por seu serviço prestado. É preciso não confundir o direito que o proletariado tem de melhorar suas condições de vida com o crime de subverter as classes trabalhadoras, procurando pela rebelião injustificada, estancar a própria fonte de que emanam os recursos para sua subsistência. Não se vê nas reivindicações o desejo de diminuir as dificuldades da vida. O que se expressa é a idéia de se inverter os papéis, sem características de liberalidade, mas sim de subversão. Querem implantar a desordem sob ameaça de greve geral. A única exigência para ser levada a sério – a semana inglesa – já existe na Mogiana. O reconhecimento da Associação 1º de Maio implicaria entre outras, a obrigação por parte da companhia de não dispensar nenhum de seus empregados sem o assentimento da União, e de dispensar todos os que, no entender dela, traírem os fins sociais sob pena de greve geral. O presidente da Cia Mogiana, o sr coronel Manuel de Moraes, expediu a todos os prefeitos municipais e câmaras de todas as cidades servidas pela linha pedindo apoio da população, para em nome da ordem e da legalidade de sua constituição e serviços prestados, contenham o movimento paredista.

No dia seguinte, primeiro de abril, os trabalhadores da Companhia Mogiana permaneciam em greve, e as oficinas da companhia eram vigiadas por policiais, entretanto, o jornal *O Estado de São Paulo* noticiava que a população era contrária a esse movimento, e partes dos trabalhadores repudiavam o movimento, permanecendo paralisados apenas por solidariedade<sup>168</sup>. Grevistas eram presos e demitidos, em função de serem responsabilizados pelas depredações na linha férrea de Casa Branca, sendo eles Manoel Velasco, José Pedro Gomes, Alípio de Carvalho, Emilio Mai, José Sins,

---

<sup>168</sup> *O Estado de São Paulo*, 06 de abril de 1920. “Também terminou a greve do pessoal da Mac Hardy, em Campinas. Na Companhia Mac Hardy, onde o pessoal, em sinal de protesto pela prisão de dois de seus companheiros, abandonaram o serviço por 24 horas, forma também reiniciados todos os trabalhos em todas as seções das oficinas naquela empresa.” No dia 05 de abril de 1920, o jornal *O Combate* noticiou que os operários das seções de mecânica, fundição e carpintaria da Companhia Mac Hardy declararam greve, por terem sido presos dois companheiros, como grevistas, sendo José Pazaiti, septuagenário italiano que se acha ferido no pé, em serviço da oficina.

Armando Gomes, Amilton de Almeida, Anotnio P de Melo, Mario Soares, Manoel José Pedro, Henrique Pedro.

No dia 02 de abril de 1920, *O Estado de São Paulo* afirmou que o policiamento dos prédios e oficinas da Companhia Mogiana continuava permanente. O inspetor geral da companhia, Carlos Stevenson, enviou telegrama para os chefes de estação, dizendo que havia elementos anarquistas iludindo os trabalhadores, que defendiam as depredações e, portanto, a Companhia Mogiana deveria tomar medidas repressivas para eliminar os “elementos perturbadores”.

A União Operária 1º de Maio distribuiu um boletim alegando que a greve não tinha relações com os movimentos em São Paulo e Rio de Janeiro, mas sim com a administração da Companhia Mogiana, que tinha dispensado alguns trabalhadores pelo fato de não quererem assinar procurações elaboradas pela diretoria da Associação Beneficente Dr Salles de Oliveira, para que pudesse votar no lugar dos trabalhadores. Outros grevistas que poderiam ser presos, muniram-se com *habeas corpus* preventivo. No dia 06 de abril, houve a declaração da diretoria da Companhia Mogiana confirmando o fim da greve, e a volta ao trabalho dos operários, com exceção daqueles demitidos, agradecendo a participação policial no episódio.

O jornal *A Plebe*, de 13 de março de 1920, comunicava que os trabalhadores da limpeza pública, incitados pelo exemplo dos companheiros de São Paulo, organizaram uma greve por aumento salarial, obtido no final do movimento. Além disso, no dia 10 de abril, o jornal condenou a atuação policial na greve dos ferroviários da Companhia Mogiana, por terem matado grevistas, prendido outros e pretenderem expulsar alguns estrangeiros do país. “Venceram os antigos senhores de escravos agora acionistas da prepotente estrada e entre os quais figuram os governantes do Estado, parlamentares e autoridades policiais.”

Entretanto, a melhor fonte localizada para interpretarmos o movimento grevista de 1920 em Campinas foi o jornal *O Combate*. Nele, no dia 03 de março de 1920, antes de qualquer manifestação dos ferroviários, havia uma denúncia de que a Companhia Mogiana estava cerceando o direito de voto dos operários, pois não ofereceu licença para os trabalhadores terem tempo hábil de votar, pois “só poderiam ir as eleições ao meio-dia e, usando de seu direito de fiscalização, permanecendo nas seções até a apuração, indo a suas casas depois para mudarem a roupa, não alcançariam as oficinas abertas.”

No dia 10 de março, o mesmo jornal registrou o descontentamento dos empregados da Mogiana desde que assumiu a inspetoria geral o dr Stevenson, pois

existia uma “perseguição intolerável, o desgosto dele com o pessoal antigo para dar acesso aos seus protegidos.” O jornal *O Combate* alertava que, sem a intervenção do diretor, a Companhia não teria tranqüilidade no futuro. Uma das inovações impostas pelo novo inspetor geral, que mais críticas gerou, foi a criação do cargo de fiscais de trens. A sua função era acompanhar os chefes de trens enquanto recolhessem os bilhetes, “passando a impressão que os empregados da ferrovia são réus.” Além disso, esse novo cargo, que nunca existiu, recebia salários mais altos que antigos funcionários.

No dia 25 de março de 1920, o jornal pedia que a Companhia Mogiana adotasse a jornada de 8 horas de trabalho diário, pois estavam “vivendo em uma era de liberdade, e não de tirania”. No dia 29 de março, havia um relato da expectativa dos trabalhadores da Companhia Mogiana em ser marcada uma assembléia geral da Associação Beneficente Dr Salles de Oliveira, pois queriam acabar com a Cooperativa da Mogiana, acusada de fraudes. A diretoria dessa associação mutualista buscava, através de procurações, limitar a participação dos trabalhadores na assembléia geral. Entretanto, operários de fora da Mogiana, associados a Sociedade Beneficente Dr Salles de Oliveira davam procurações para que os ferroviários os representassem.

Esses relatos, anteriores a greve evidenciam os diferentes motivos que fizeram os trabalhadores da Companhia Mogiana declararem greve. O primeiro deles foram as modificações impostas pelo novo inspetor geral, Dr Carlos Stevenson, acabando com determinadas concessões existentes, tais como a licença para participação nas eleições. Além disso, foi implantado um regime de trabalho com perseguições e fiscalizações mais repressivas, para justificar a demissão de trabalhadores mais antigos, abrindo espaço para a contratação daqueles que eram de confiança do novo inspetor. Provavelmente, os ferroviários possuíam o direito ou deixavam seus familiares usarem gratuitamente o transporte ferroviário, e quando a empresa criou mecanismos para impedir isso houve a reivindicação pelo passe livre para os empregados na companhia e sua família.

Outro motivo gerador da greve foi o não cumprimento da jornada de 8 horas de trabalho diário para todos os empregados na Companhia Mogiana, reivindicação existente desde a greve de 1906.

Entretanto, chama a atenção que, novamente, a associação mutualistas criada e administrada pela empresa se transformou em um motivo para insatisfação dos trabalhadores. Isso demonstra que os trabalhadores entendiam que o funcionamento dessa associação, e da cooperativa, deveria ter princípios semelhantes aos das associações operárias mutualistas e recreativas, tais como honestidade, participação

igualitária nas assembleias gerais, punição daqueles que cometem faltas, pois eram organizações que lidavam com o dinheiro contribuído pelos associados. No dia 08 de abril de 1920, *O Combate* publicou que a principal causa da greve de 1920 foi o fato dos sócios da Salles de Oliveira se rebelarem contra a ata de sua diretoria que pretendia elevar a mensalidade dos sócios, e a denúncia dos desfalques cometidos na Cooperativa da Mogiana.

No dia 17 de abril, Lacerda Werneck, jornalista da sucursal d'*O Combate* em Campinas, disse que a greve não foi bolchevismo vermelho, mas “o seu augusto e majéstico direito de defender o pão ganho com o suor do rosto, do honrado trabalho”. Werneck afirmou que, a reunião da União Operária 1º de Maio, com grande número de operários, “não se falou em dinamite, nem em amor livre, e ninguém pronunciou o nome de Lenin nem Subiroff”. O assunto discutido foi a formação da Cooperativa Mogiana, que deveria cooperar com a prosperidade dos operários, porém, a imprensa divulgou grande desfalque existente nessa organização.

Um operário, que há de ser amarelista, bolchevista, niilista, o diabo a quatro, propôs na grande assembleia que todos os sócios presentes exigissem a perseguição do autor do desfalque, e que depois de devolvido o dinheiro, o autor fosse liberado. Outro operário diz que deveria pagar pelo crime na cadeia. Nisso, um ferreiro operário propôs que houvesse um rateio a fim de processar o ladrão, ajustando-se um bom advogado, para enfim liquidar a cooperativa. Um operário sugere um nome, sendo muito criticado. Ainda trataram os operários de fazer tenaz propaganda afim de ver se poderão colocar na diretoria da Sociedade Beneficente Dr Salles Oliveira alguns operários, pois com o sistema atual o operário não passa de tábua, não de lavar roupa, mas de fazer piadas...

Outro problema que a Sociedade Dr Salles de Oliveira ocasionou foi o fato da companhia ter forçado, utilizando seu poder como empregadora, a assinatura de procurações para afastar os trabalhadores da assembleia geral, demitindo aqueles que não assinassem. Dessa forma, a União Operária 1º de Maio, provavelmente composta majoritariamente por ferroviários da Companhia Mogiana, buscava meios para regulamentar a contratação e demissão dos trabalhadores, possível através de seu reconhecimento pela Mogiana.

No dia 30 de março, os operários, membros do comitê grevista, todos brasileiros, distribuíram boletins a população, comunicando as intenções pacíficas do movimento. A reação policial foi imediata, rondando os bairros operários e as ruas centrais da cidade. No dia seguinte, 31 de março, foi noticiado o início do movimento grevista, as depredações na linha de Casa Branca e o confronto com policiais, ocorrendo prisões e mortes.

No dia 03 de abril de 1920, *O Combate* afirmou que a atitude da diretoria da Companhia Mogiana era totalmente inaceitável, pois mandou demitir, prender e deportar para a capital os chefes do movimento grevista, alegando serem os responsáveis pela depredação das linhas férreas. Entretanto, o jornal disse que isso era mentira, sendo usado como pretexto para aprisionar os diretores da União Operária 1º de Maio, formada por antigos trabalhadores da estrada de ferro. O jornal argumentou que a diretoria da Companhia era contrária a organização operária, algo inconcebível em um mundo onde todos os governos internacionais, e inclusive o brasileiro, reconhecem o direito de união. Nesse mesmo dia, Lacerda Werneck escreveu um artigo para comprovar sua atuação no caso, pedindo *habeas corpus* dos operários campineiros, para garantir seus direitos, contra as ameaças do patronato.

No dia 05 de abril, o jornal denunciou a prisão de um trabalhador português, apontado como o “cabeça” do movimento, como uma forma da polícia caracterizar o movimento como subversivo, comando por um estrangeiro que poderia ser extraditado. Nesse mesmo dia, num boletim enviado pela Liga Operária de Campinas, dizia que outra reivindicação dos grevistas surgia mais claramente – investigação sobre os desfalques na Cooperativa, que é uma ‘arapuca devido aos contínuos desfalques, e de uma instituição exploradora, pois aí os gêneros são vendidos por preços superiores aos dos armazéns particulares.”

Além disso, a Liga Operária de Campinas denunciou que a prisão de José Pessagno era injusta, pois nunca fez propaganda para a organização, nem para outros ideais, porém seu filho era fervoroso e consciente organizador das massas exploradas. A Liga termina afirmando que estava sofrendo perseguições policiais, mas que nenhuma relação tinha com a associação dos empregados da Mogiana, e termina apelando para que os operários se organizem, se unam numa massa cerrada e compacta para evitar essas violências. Essa declaração evidencia que a Liga continuou a existir depois da greve de 1917, e seguia uma linha de atuação diferente da União Operária 1º de Maio. Entretanto, continuava a apontar a união dos trabalhadores como forma para driblar as arbitrariedades cometidas pela polícia e pelos empregadores.

No dia 06 de abril, o jornal apresentou uma reportagem descrevendo a prisão de um negociante, chamado Ângelo Soave, que seria deportado como grevista. Ele estava estabelecido em um botequim a rua Sales de Oliveira, esquina com Francisco Egidio, em Campinas, e achava-se enfermo quando foi violentamente preso em sua casa. Ao invés de ser levado ao delegado, foi enviado para São Paulo. Nesse dia, foram apresentados

ao juiz federal todos os documentos que davam o direito de pedir *habeas corpus* – proprietário em Campinas, casado e filhos brasileiros, residente há mais de 15 anos em Campinas, pagou todos os impostos, e documento do consulado italiano comprovando que obedecia leis do país de origem.

Só no dia 09 de abril foi liberado o *habeas corpus* de Ângelo Soave. *O Combate* trazia relatos que afirmavam que Soave havia sido preso em função da sua atuação na greve de 1917, encabeçando o movimento dos trabalhadores que atacaram o trem que chegava com policiais. As autoridades policiais alegam que em 1920, Ângelo Soave tinha agido da mesma forma, inflamando os grevistas a violência e orientando, em Campinas, um movimento de caráter revolucionário, ameaçando todo o Estado.

No dia 14 de abril de 1920, Lacerda Werneck foi responsabilizado por conseguir o *habeas corpus* de Ângelo Soave, que alegava não ser anarquista, mas simpatizante do movimento operário. Porém, desde 1917 Soave afastou-se da classe operária e não participava mais de reuniões ou greves, não sendo membro de nenhuma sociedade operária. Em entrevista ao jornal, perguntaram se Soave pretendia continuar a auxiliar o movimento operário em Campinas. Ângelo respondeu que não era operário, e pedia para ser avisado com antecedência quando houvesse greve para poder se retirar, pois não quer ser vítima como foi dessa vez da perseguição dos policiais e dos poderosos da Mogiana.

Outro operário, Emilio Mai, também havia sido convocado para prestar depoimento na delegacia e, ao se encaminhar, foi detido e enviado para São Paulo. Mai disse não ter sofrido abusos, mas teve sua liberdade restringida. Ele era funcionário da Mogiana há 24 anos<sup>169</sup>, e nunca teve faltas. Essas prisões evidenciam o modo como a polícia se organizava para reprimir os movimentos grevistas, orientada pelos empregadores.

No dia 09 de abril de 1920, o trabalhador Armando Gomes deu uma entrevista para o jornal *O Combate*, transcrita abaixo. A partir dessa fonte, é possível explorar a relação entre o movimento operário e as associações operárias mutualistas e recreativas existentes em Campinas.

---

<sup>169</sup> Provavelmente, essa greve de 1920 resultou de tensões criadas entre os trabalhadores mais antigos, e sua intenção de controlar o processo de contratação e demissão de trabalhadores, e a nova direção implantada pela diretoria da Companhia Mogiana. Mais uma vez, a greve evidencia uma luta de interesses entre diferentes setores para determinar quem irá controlar os limites e as regras que organizam o trabalho assalariado dentro de uma empresa.

Visitou-nos, ontem, o sr Armando Gomes, que depois de um pedido de *habeas corpus* foi posto em liberdade ante-ontem.

Aproveitou o sr Armando Gomes e respondeu-nos algumas perguntas sobre o que se refere a extinta greve da Mogiana.

- Qual era o intuito do operariado da Mogiana, ao declarar-se em greve?

- Principalmente, a de obter a semana inglesa, para todo o operariado, pois o pessoal da locomoção trabalha 13, 14 horas por dia.

- Como assim?

- É simples explicar, o maquinista, por exemplo, que recebe uma locomotiva do depósito de Campinas, deve receber o excesso de tempo de serviço, se até entregá-la ao depósito de máquinas em Casa Branca, ocorrer sobre tempo. Isso, aliás, se não dá, pois sendo o horário, por exemplo de 8 horas, e se, devido a demoras em estação para dar passagens a trens que tenham preferência, ou a espera de cruzamento com outros trens, o pessoal desse trem não recebe o sobre tempo que vai a horas e horas de serviço.

- E a tal questão da Associação 1º de Maio?

- Não é uma sociedade secreta e sim uma associação que tem seus estatutos depositados em Cartório de Registro de Títulos de Campinas. De resto, as disposições regulamentares dessa sociedade são cópias das de outras associações extintas no Rio de Janeiro e São Paulo.

- Quem decretou a greve?

- Uma assembléia geral outorgou ao conselho da associação poderes para declarar greve. Eu presidi a sessão desse conselho que aclamou o comitê de defesa.

- E por que foi preso?

- Modéstia a parte, porque sou membro da diretoria da Humanitária Operária, e de diversas sociedades de homens de cor da minha terra e julgaram que minha presença em Campinas pudesse ser funesta.

- Onde foi preso?

- Em minha residência, alta da madrugada, fui convidado a ir incontinentemente a presença do sr Acácio de Nogueira para prestar declarações. Nem vi essa autoridade, conduziram-me para a estação e daí vim preso para essa capital.

- Aqui, com que autoridade falou?

- Com nenhuma, a não ser o carcereiro da central, durante os 7 dias em que estive detido. No gabinete da rua 7 de abril fui identificado 2 vezes e, segundo me informaram, isso tem por fim fazer constar, mais tarde, que tive diversas entradas naquela repartição. Foi essa, porém, a primeira vez da minha vida que fui levado a presença da policia.

- Como o tratou a policia?

- Os soldados, coitados, são sempre muito dedicados; nenhum me pôs a mão ou me disse a menor palavra, mas as autoridades essas me trataram como um réu que merecia o suplicio mais cruel.

- E a bóia?

- Passei a pão e água, por ser intragável a alimentação. Senti-me mal e pedi que a minha custa me fosse permitido mandar comprar uma aspirina. Como se negaram isso, perguntei se não havia assistência medica aos presos, o que me foi respondido só em caso de ferimentos.

- Qual a causa principal da greve?

- A que mais indignou o operariado foi o fato de desenvolver a administração da Mogiana, forte cabala quando a obtenção de procurações para Assembléia Geral, em que deveria ser discutido o desfalque de cerca de cem contos de réis, parecendo propósito da diretoria da Associação Beneficente Dr Salles de Oliveira abafar o processo dos responsáveis.

- Qual o papel de Ângelo Soave nessa greve?

- Nenhuma parte tomou e nem poderia tomar por não ser operário e sim negociante.

O sr Armando Gomes tinha 18 anos de serviço na Mogiana, para onde entrou com 15 anos de idade. Nunca teve a menor falta, nem foi censurado por seus superiores, foi despedido, entretanto, só porque presidiu a uma reunião na qual, contra o seu pensamento intimo, foi decretada a greve.

Essa entrevista revela que as lideranças do movimento operário campineiro eram compostas por trabalhadores negros, imigrantes e descendentes, que em sua maioria faziam parte de associações mutualistas e recreativas. O fato de atuarem em greves e associações reivindicatórias os tornavam elementos perigosos, ou seja, a polícia e o patronato entendiam que poderiam exercer uma influência negativa nas associações que freqüentavam. Não se pode afirmar que essas lideranças utilizavam a rede de relações criadas pelas associações mutualistas e recreativas para mobilizar os trabalhadores campineiros, entretanto, é visível que elas contribuía para a sobrevivência dos grevistas.

Outro fator que aproxima a experiência associativa nas organizações mutualistas e recreativas e as reivindicações do movimento grevista é o fato dos trabalhadores repudiarem a perseguição feita pela Companhia Mogiana a Associação 1º de Maio, uma vez que ela era legalizada. Essa noção de legalidade, o conhecimento do procedimento de registro da associação e a defesa da liberdade de associação também estavam presentes no cotidiano administrativo das organizações mutualistas e recreativas. Mais uma vez, uma associação mutualistas criada pela empresa era apontada como um dos motivos para a organização do movimento grevista, indicando que os trabalhadores campineiros, constantemente, lutavam contra a manipulação administrativa praticada pelas diretoras dessas associações, que excluía a participação dos trabalhadores e os usavam para legitimar os desfalques e os abusos praticados.

O fato de muitos trabalhadores da ferrovia Mogiana fazerem parte da Sociedade Humanitária Operária fez com que a greve de 1920 repercutisse por alguns meses no funcionamento dessa associação mutualista. Em sessão de diretoria de 16 de abril de 1920, Armando Gomes disse que não podia mais fazer cobranças nas repartições da Companhia Mogiana, pedindo permissão para nomear outro cobrador, sendo aprovado. No mês de maio de 1920, na outra sessão de diretoria, foi declarado que “esta sendo deficiente a cobrança devido as anomalias causadas pela última greve na Cia Mogiana e é preciso dar com urgência qualquer providência, pois isto está prejudicando seriamente a Sociedade.” Ainda em junho de 1920, o presidente da Humanitária Operária comunicou que o procurador ainda encontrava dificuldades para fazer a cobrança dos sócios que trabalhavam nas oficinas da Companhia Mogiana, portanto, enviou um ofício para o chefe das oficinas pedindo autorização para Jorge Schneider, “nas horas vagas, sem prejuízo ao serviço, fazer a citada cobranças, mas foi-lhe negada, verbalmente, tal permissão.”

A Sociedade Dançante Familiar União da Juventude recebeu do Centro Humanitário José do Patrocínio de São Paulo um voto de sentimento pela prisão do

presidente Armando Gomes na greve de 1920. Em sessão de diretoria de 09 de abril de 1920, decidiram não realizar baile de sábado de aleluia, em função da prisão de Armando Gomes, que estava “defendendo a causa justa cumprindo um dever humanitário foi traiçoeiramente preso e obrigado a cumprir a pena que lhe acusaram em São Paulo para onde seguiu, diante disso creio que não devíamos realizar esta festa porque seria então regozijar deste acontecimento tão doloroso em que também grande parte cabe para nós.”

Entretanto, a Liga Humanitária dos Homens de Cor apresenta informações sobre o destino de Armando Gomes após o término da greve de 1920, além de indicar que outros membros estavam envolvidos nesse evento. Na sessão de diretoria de 15 de abril de 1920, Eduardo de Oliveira, 2º secretário, relata que perdeu sem emprego devido a greve, precisando retirar-se da cidade, o que justificava seu pedido de demissão de cargo e suspensão das mensalidades. José Sins, outro membro da associação, fez pedido semelhante, pelo mesmo motivo, e ambos foram atendidos.

Nessa mesma sessão, é proposto um voto de sentimento pelo que aconteceu com o presidente Armando Gomes. Ele comunicou que havia perdido o emprego, tendo encontrado um em São Paulo. Porém, Gomes disse que amava Campinas e a sociedade que fundara, o convívio social, portanto, gostaria de ficar na cidade, e pedia um empréstimo de um conto de réis “para girar um ramo de negócio”.

No mês seguinte, maio de 1920, Armando Gomes devolveu o dinheiro que havia pegado emprestado, pois a quantia era muito grande, e provavelmente, havia encontrado outro emprego, penhorando apenas uma máquina de costura com a associação. Na sessão de diretoria de 10 de junho de 1920, a Comissão de Contas acusou a falta de 150\$000, emprestado para a família de Armando Gomes na época da greve da Mogiana. Na sessão de diretoria de 05 de dezembro de 1920, a diretoria decidiu que a dívida de Armando Gomes seria quitada da seguinte forma: a Liga dos Homens de Cor alugava uma sala da casa de Gomes como sua sede, portanto, ficariam 7 meses e meio sem pagar o aluguel. A inserção dos trabalhadores na rede de associações criadas por eles, para diferentes finalidades, permitia a sobrevivência desses em qualquer situação adversa que enfrentassem.

A questão do *habeas corpus*, um direito reivindicado abertamente nessa greve de 1920, e que não se destacou como forma de atuação dos grevistas em 1917, provavelmente foi amplamente usado pelos grevistas em função da aproximação com advogados ligados a causa operária. Essa conquista representou uma importante arma

contra a atuação arbitrária da polícia, elemento constante em todos os movimentos grevistas.

Um dos últimos registros encontrados sobre uma paralisação em Campinas refere-se a uma greve organizada pelos chauffers, em setembro de 1922. O provável motivo foi a negação de *habeas corpus* a motoristas presos, quando se manifestavam contrários ao fato da programação oficial dos festejos do centenário da independência do Brasil impedir a circulação dos automóveis em determinadas ruas, durante o período de comemoração. Em resposta, foi organizada uma greve por três dias que, como declarou o jornal *Diário do Povo*, em nada prejudicou as festas, sendo mais seguro para a população circular pelas ruas sem automóveis.

Alguns aspectos semelhantes nas greves apresentadas até aqui podem ser identificados, tais como o poder de coação muito forte exercido pelo patronato, sejam ele as diretorias das companhias ferroviárias, sejam os proprietários de fabricas e gráficas. Esse domínio se dava, principalmente, na perseguição a associações reivindicatórias e seus membros, impedindo a arrecadação de mensalidades no local de trabalho, ou demitindo seus membros. E também na criação de associações mutualistas e recreativas voltadas para os trabalhadores, que, ao invés de trazer melhorias, onerava ainda mais o trabalhador, diminuindo seu ordenado, e utilizando o fundo arrecadado para fins particulares.

No cotidiano de trabalho, as várias denúncias operárias indicam que a violência física e moral, a exploração na carga horária e no baixo pagamento eram constantes em todo o período analisado nessa pesquisa. É possível identificar uma relação muito próxima do movimento operário campineiro com aqueles existentes em outras regiões, principalmente, o das cidades do interior que também serviam as linhas de ferro das companhias Mogiana e Paulista.

De 1906 a 1930, as lideranças do movimento operário campineiro saíam das mesmas empresas, sendo elas a companhia de estrada de ferro Mogiana, a companhia Mac Hardy, e os gráficos. É interessante notar que, a algumas dessas lideranças também estava presente nas associações operárias mutualistas e recreativas, porém, a maior parte dos trabalhadores que se engajavam nos movimentos grevistas, também pertenciam ao quadro de associados de outros tipos de associações.



### **3.3 – As associações mutualistas e recreativas e a sociedade campineira**

As associações operárias mutualistas e recreativas campineiras se relacionam com o restante da sociedade enquanto consumidoras e como órgãos representativos, presentes em eventos públicos. As associações tinham como seus principais gastos: o pagamento de aluguéis; o pagamento de impostos, água e luz; a compra de produtos de limpeza; o pagamento do cobrador; a compra de envelopes, papel, selos, caneta para a secretaria; livros para registro interno e blocos para emissão de recibos; diplomas para os sócios; fotografias das diretorias e a confecção do estandarte. Além disso, as sociedades recreativas tinham que cuidar da manutenção dos instrumentos musicais, das mesas de jogos, dos baralhos.

Um dos principais elementos para a representação pública das associações operárias mutualistas e recreativas era o estandarte. Durante o período analisado, e principalmente nas décadas de 1900 e 1910, as associações operárias mutualistas e recreativas enviavam membros da diretoria e seu estandarte para as comemorações e homenagens. A própria inauguração dos estandartes era um evento social, que reunia algumas organizações, membros de outras classes, numa cerimônia que visava expor o símbolo representativo de determinada sociedade.

Em dezembro de 1906, foi inaugurado o estandarte da Sociedade União dos Padeiros, “precedidos de banda musical e passeata pelas ruas da cidade, saudando os jornais locais. Em cada um desses jornais, havia o discurso de algum jornalista, sendo que o final da cerimônia é o apadrinhamento e benzimento do estandarte.” Esse ritual também esteve presente na Sociedade Humanitária Operária, na Sociedade Dançante Familiar União da Juventude, na Liga Humanitária dos Homens de Cor, e outras organizações, evidenciando que era uma prática comum entre os trabalhadores organizados em associações mutualistas e recreativas determinarem uma cor e uma imagem que as representasse. É interessante perceber como os associados interpretavam os estandartes como uma representação material das associações, doando materiais ou trabalho manual para a sua manutenção, para o seu armazenamento ou, ainda, registrando em ata o descontentamento quando o uso do estandarte era desrespeitado<sup>170</sup>.

---

<sup>170</sup> PERROT, Michelle. *Os excluídos da História. Operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

As organizações operárias mutualistas e recreativas também adotavam o diploma como símbolo material de pertencimento ao grupo, de distinção entre as organizações e promoção de hierarquização entre os associados. Entretanto, o diploma tinha visibilidade pública mais restrita, podendo ser um elemento que diferenciava os trabalhadores entre si, que moravam num mesmo bairro, ou trabalhavam numa mesma fábrica.

Outros eventos promovidos entre as associações operárias eram festas ou encenações de peças teatrais para os cofres sociais de uma determinada sociedade, quermesses, partidas de futebol, subscrições em favor de alguma causa, comemorações do aniversário da organização, palestras sobre alguma temática ou data comemorativa. Isso permitia que se criasse uma teia de relações entre diferentes associações operárias, em função do aluguel de salões ou salas, ou através do convite para participação nos eventos, e mesmo através da constante correspondência trocada entre as organizações para comunicar a posse de nova diretoria.

O primeiro aspecto analisado é a participação das organizações operárias mutualistas e recreativas em eventos organizados por associações mantidas e administradas por membros da elite campineira. No dia 05 de março de 1907, o jornal *A Cidade de Campinas* noticiou que o Centro de Ciências, Letras e Artes organizou uma sessão solene em homenagem ao poeta italiano Josué Carducci.

Às 13 horas organizou-se o préstito que saiu do Circolo Italiani Uniti em direção ao edifício do Centro de Ciências, Letras e Artes, tendo recebido em caminho as redações do *Comércio*, *Correio*, *Cidade* e o orador oficial dr Álvaro Müller. Abria-o uma banda de música e iam incorporadas nele representações dos seguintes estabelecimentos de ensino e cavalheiros de representação oficial: Sociedade Artística Beneficente; Sociedade Humanitária Operária; Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos e Instrução; Club Atlético de Campinas; Club Atlético Recreativo; Sociedade União dos Padeiros; Sociedade 15 de Novembro; Sociedade Luis de Camões; Sociedade Italiana de Vila Americana; Sociedade Trabalho e Progresso, do Arraial de Sousas; Circolo Italiani d'Amor e Arte de São Paulo; Loja Independência; Mundo Oculto; Loja Liberdade e Ordem; Sociedade Beneficente Dr. Salles de Oliveira; Sociedade Portuguesa de Socorros Mútuos; Federação Paulista dos Homens de Cor; Colégio São Benedito; Escola Complementar; Externato São José; Liga Operária; Hospital Umberto I, de São Paulo; Sociedade Dante Alighieri de São Paulo; dr juiz de direito da 2ª vara; dr intendente municipal; vereadores; vice-consul de Portugal, banda de música e povo.

O jornal *Correio de Campinas*, de 14 de maio de 1911, noticiou a chegada “da livre pensadora espanhola” Belén Sárraga, que estava acompanhada por Lucio Peixoto, Antonio Sarmiento, Álvaro Ribeiro, André de Deus, Rodolfo Noronha, Antonio Rodrigues Manga e Olympio Rodrigues. , que foram ao seu encontro em Campo Limpo, tendo-lhe feito entrega de uma mensagem laudatória. Na gare da Companhia Paulista a pensadora

foi recebida por Ulysses Lelot, Jorge Clozel, Augusto José dos Santos Jr, Gustavo Enge, Mario Xavier de Moraes e Carlos Wutk; as bandas Ítalo-Brasileira e da Linha de Tiro e, representadas por sócios, com os respectivos estandartes, as sociedades: Circolo Italiani Uniti, Club Atlético de Campinas, Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos e Instrução, Grupo Vitório Alfieri, Sociedade Beneficente Isabel, a Redentora, Sociedade Humanitária Operária, Sociedade Artística Beneficente, Associação dos Varejistas, Club Atlético Recreativo, Loja Independência e Loja Liberdade e Ordem, Club 24 de Fevereiro e uma Comissão da colônia espanhola.

Com esses elementos e considerável massa de povo, formou-se um vistoso préstito, que desfilou pelas ruas 13 de maio, Conceição, Barão de Jaguará, até o Hotel Central, onde se hospedou a ilustre propagandista. Belén Sarraga, que ao descer em automóvel particular gentilmente cedido pelo conde Clemente de Tofoli, foi alvo de estrondosa ovação, agradeceu essa prova de apreço, da janela do hotel. Às 9 ½ horas da noite, no teatro São Carlos, literalmente cheio, Belén Sarraga, depois de apresentada ao público pelo sr dr Álvaro Muller, faz sua 1ª conferência em benefício da maternidade, versando sobre o tema – Liberdade de consciência. Agradou muito pela cultura literária e dicção excelentes, sendo muitas vezes interrompida por calorosos aplausos. A sua segunda conferência será hoje, e terá por tema A Mulher e a Igreja.

Essa participação evidencia a diversidade de associações existentes em Campinas e como possibilitavam a inserção dos trabalhadores nesses eventos sociais, representando-os como cidadãos republicanos que atuavam dentro da ordem.

O segundo aspecto analisado é a organização de eventos sociais para comemorar algumas datas específicas. A data de 20 de setembro era comemorada em Campinas, com eventos organizados, majoritariamente, pelo Circolo Italiani Uniti, e noticiados com frequência na imprensa campineira. Tanto as organizações definidas pela identidade portuguesa, quanto espanhola, se empenhavam em arrecadar fundos (subscrições, quermesses, bailes) para auxiliar vítimas de catástrofes em Portugal ou Espanha. No jornal *A Cidade de Campinas*, de 29 de outubro de 1907, havia notícias sobre um terremoto que atingiu a Calábria e, em seguida, um comunicado sobre o espetáculo organizado pela Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos e Instrução para reverter os fundos para as vítimas espanholas, “em favor dos quais a colônia espanhola dessa cidade faz um apelo aos corações magnânimos.”

No caso das associações portuguesas em Campinas, o Centro Português 5 de Outubro destacou-se na organização regular de eventos que comemoravam diversas datas referentes a história de Portugal, tais como a proclamação da República. O jornal *A Cidade de Campinas*, de 01 de dezembro de 1910, trazia um artigo sobre a data, “uma das mais gloriosas da história de Portugal”, representando o fim do domínio espanhol sobre

Portugal. “Saúda a colônia portuguesa aqui domiciliada a jovem República Européia, fazendo votos sinceros que ela caminhe na rota formosa de todas as liberdades.”

É interessante notar que essas associações mantinham vínculos com outras nações, possibilitando compreender que as associações mutualistas e recreativas, organizadas sob identidades nacionais, também procuravam se manter como um canal de comunicação com as pátrias de origem. Apesar de não ter sido possível localizar as profissões dos associados nessas organizações, pode-se supor que essas sociedades reuniam diferentes categorias profissionais, abrangendo desde pequenos proprietários até os trabalhadores menos qualificados, pois a maior parte dessas associações ofereciam tratamento hospitalar, atendimento médico, produtos farmacêuticos, bailes e palestras relacionados às datas comemorativas do país de origem. Ou seja, os serviços oferecidos pelas associações mutualistas e recreativas italianas, portuguesas e espanholas pesquisadas buscavam solucionar problemas que abrangiam a todas as camadas imigrantes que viviam em Campinas. Entretanto, vários brasileiros (negros ou não) também se associavam a Real Sociedade Portuguesa de Beneficência, ou ao Circolo Italiani Uniti, para obterem acesso ao tratamento hospitalar, por exemplo. Daí a necessidade de se delimitar o acesso aos cargos da diretoria apenas aos imigrantes ou seus descendentes, para definir que a identidade construída pelas associações evidenciava a união dos imigrantes em torno de objetivos comuns, diferenciando-os dos brasileiros, que poderiam usufruir os benefícios prestados por essa associação, mas não seriam reconhecidos como fazendo parte do grupo fundador / administrador.

Outra data muito comemorada em Campinas, e também organizada por associações mutualistas e recreativas, era o 13 de maio<sup>171</sup>. O jornal *A Cidade de Campinas* trouxe relatos sobre as comemorações da data nos anos de 1907, 1909 e 1910, indicando a liderança da Federação Paulista dos Homens de Cor na mobilização para estruturação dos eventos. No dia 17 de abril de 1909, o jornal *A Cidade de Campinas* noticiou que a Federação Paulista, afim de angariar donativos para as festas de 13 de maio formou as seguintes comissões de sócios para promover as arrecadações:

Comissão do Comércio: Manoel João, Torquato Braga, Simião Gomes de Sousa, Cândido Barbosa, Moises Leite de Oliveira.

Cia Mogiana: Otávio Ferraz.

Cia Lidgerwood: Francisco Antonio Salles, Sergio dos Santos e João Generoso.

Cia Mac-Hardy: Benedito Florentino, Antonio Mariano Teixeira e Sedrack Thomaz Carlos.

Armazéns da Paulista: José Leite de Sousa, Jordão Pereira da Costa, Adão Gonçalves de Jesus e Frederico de Oliveira.

---

<sup>171</sup> MACIEL, Cleber. *Discriminações raciais: negros em Campinas 1888-1921*. Dissertação de mestrado. Campinas: IFCH/Unicamp, 1987.

O jornal *Correio de Campinas*, de 14 de maio de 1911, publicou uma notícia comunicando que as festas de 13 de maio seriam apenas uma sessão solene, em respeito ao luto vivenciado com a morte do ilustre presidente honorário da Federação Paulista dos Homens de Cor, o deputado dr. Monteiro. A sessão ocorreu nos salões do Colégio São Benedito, com grande número de sócios e convidados, tendo sido feito o discurso oficial o tesoureiro do Colégio, Raimundo Salatiel Pereira,

que discorreu brilhantemente sobre os efeitos da Lei Áurea, pondo em relevo os méritos dos propagandistas abolicionistas. Ao terminar a sua peça oratória, foi cumprimentado pelos presentes. Em seguida, usara da palavra diversos outros sócios, que foram igualmente aplaudidos. Finda a sessão, em sala reservada, a diretoria da Federação ofereceu aos assistentes e associados um copo de água, sendo erguidos vários brindes à imprensa e autoridades locais. O Centro 13 de maio realizou uma passeata, saudando no percurso os jornais e autoridades.

O jornal *O Getulino*, de 13 de maio de 1924 e 1926 trouxe vários artigos ressaltando a cidade de Campinas na luta abolicionista e pequenas biografias dos líderes desse movimento (Luiz Gama, José do Patrocínio, princesa Isabel, Saldanha Marinho, Francisco Glicério), defendendo a educação como o meio para “elevar a raça”. Entre os trabalhadores negros campineiros, o 13 de maio era a principal data para demonstrarem a identidade negra que as diferentes organizações e órgãos de imprensa construía, sendo que a Federação Paulista dos Homens de Cor aglutinava, durante as décadas de 1900 e 1910, a participação de membros das diferentes associações negras mutualistas e recreativas.

Esse mecanismo de diferenciação da população negra funcionava de maneira semelhante às associações organizadas pelos imigrantes. As organizações italianas, portuguesas e espanholas construía identidades para reafirmar, através de símbolos culturais das nações de origem, as diferenças existentes entre os imigrantes e seus descendentes e a população local. A maior parte das organizações negras em Campinas construía uma identidade baseada na luta pelo “engrandecimento da raça”, por meio da educação. Ou seja, essas organizações negras reafirmavam a necessidade daquele grupo lutar contra o preconceito, evidenciando que apesar de se definirem como brasileiros, possuíam uma vivência histórica comum que os distinguiu dos brasileiros brancos, fossem eles nascidos no país ou descendentes de imigrantes.

Portanto, mesmo que os trabalhadores assalariados campineiros vivessem nos mesmos bairros, sofressem o mesmo tipo de exploração nas relações trabalhistas e experimentassem a mesma sensação de insegurança, fatores que contribuía para que

em determinados momentos se reconhecessem como pertencentes a uma mesma classe, as diferenças culturais apresentavam outras possibilidades para a inserção social.

Para um trabalhador campineiro negro, nas primeiras décadas do século XX, havia a possibilidade de garantir o sustento da família, caso ficasse doente ou inválido, ao associar-se em organizações mutualistas definidas pela identidade negra ou operária; poderia ter acesso a leitos hospitalares e remédios mais baratos pertencendo ao quadro de associados de sociedades italianas ou portuguesas; os seus filhos, provavelmente, freqüentariam escolas mantidas por associações voltadas para esse fim, ou por mutualistas, convivendo com filhos de trabalhadores brancos pobres, imigrantes ou não. Esse trabalhador negro freqüentaria os bailes de associações recreativas negras, poderia assistir a peças teatrais e conferências organizadas por associações operárias e, dificilmente, estaria presente em bailes de carnaval oferecidos pelas associações portuguesas. Provavelmente, vários cafés, bares e outros locais públicos impediriam a entrada desse trabalhador por ser negro, mesmo que fosse empregado e tivesse condições de pagar pelos produtos ou serviços. Caso um movimento grevista fosse organizado, esse trabalhador poderia participar, e até mesmo integrar a liderança do movimento, mas sua prisão arbitrária não seria tão noticiada pela imprensa operária, pois o principal objetivo dessa era denunciar a política de expulsão de estrangeiros do país praticada pelo governo.

Esse quadro exemplifica como a vivência de tensões e restrições por parte dos trabalhadores indicava quais aspectos culturais permitiriam a superação desses problemas, dividindo e redividindo um mesmo grupo de trabalhadores, entre iguais e diferentes entre si, ao mesmo tempo. Portanto, o preconceito vivenciado pelos negros em Campinas poderia ser questionado caso se unissem através de identidades negras que possibilitassem reivindicar o acesso a educação, criar meios para denunciar a exclusão, defender estratégias para a integração social ou obter garantias para sua sobrevivência. Entretanto, a relação de exploração vivida no ambiente de trabalho e a luta para limitar o campo de atuação do empregador nas relações trabalhistas, de acordo com as noções de justiça, honestidade e humanidade compartilhadas pelos trabalhadores, só poderiam ser solucionadas caso se identificassem como pertencentes a uma mesma classe, se opondo aos interesses de outras. Essa identificação operária poderia adotar diferentes meios de se definir, além de diversas estratégias de atuação, tais como, a adesão a associações reivindicatórias, mutualistas e recreativas, a participação em movimentos grevistas, associar-se a organizações administradas pela Igreja, estabelecer relações com

profissionais liberais ou políticos, participar de eleições apoiando candidatos que aprovassem leis em prol dos trabalhadores. Porém, os trabalhadores imigrantes dominavam uma língua própria e tinham costumes alimentares e culturais de acordo com o local de origem, percebendo-se, em alguns momentos, diferentes dos trabalhadores brasileiros. Esses trabalhadores imigrantes poderiam se ver semelhantes a comerciantes ou proprietários por também compartilhavam esses códigos culturais, apesar de pertencerem a outra classe social. Problemas comuns a esse grupo, como a falta de assistência hospitalar ou a necessidade de continuarem ligados ao país de origem, poderiam ser solucionados através da articulação de uma identidade nacional, que muitas vezes, criava no Brasil um sentimento nacionalista que não existia no país de origem.

O fato das associações operárias mutualistas e recreativas dependerem do constante aumento do quadro de associados para a sua manutenção abria brechas para que os trabalhadores campineiros circulassem entre as associações organizadas sob diferentes identidades de maneira consciente. Ou seja, os trabalhadores sabiam reconhecer quais associações permitiam a sua inserção, quais ofereciam os melhores benefícios e aquelas que solucionariam seus diferentes problemas vivenciados na República brasileira. Na greve de 1906, os ferroviários lutavam pelo fim da associação compulsória a Sociedade Beneficente administrada pela Companhia Paulista, indicando que a liberdade de associação era valorizada e reivindicada pelos trabalhadores, pois poderiam criar diversas associações, sob diferentes identidades, para solucionar suas demandas de maneira mais autônoma, fora do controle patronal.

Alguns registros sobre as comemorações do primeiro de maio em Campinas foram localizados, porém, são poucas as referências que indicam o modo como se dava a participação de associações operárias mutualistas ou recreativas na organização das festividades. No *Diário do Povo*, de primeiro de maio de 1926, foi escrito um artigo elogiando o governo brasileiro pelo fato de ter decretado a data como feriado nacional, pois assim a data seria apropriada por todas as classes laboriosas, “trabalho material, moral e intelectual”. O jornal *A Voz Operária*, de 1907, condenava qualquer tipo de festividade nessa data, defendendo eventos que relembrassem o incidente em Chicago e denunciasses as condições dos trabalhadores. Infelizmente, não foram localizados outros indícios que retratassem a forma como os trabalhadores campineiros pensavam e agiam no primeiro de maio. O jornal *A Cidade de Campinas*, de 12 de maio de 1909, agradecia o convite da Sociedade de Socorros Mútuos e Protetora da Classe Operária para as festividades, que constaram de espetáculo teatral no salão Concórdia, passeata com

acompanhamento da Banda Carlos Gomes até o parque Correa de Lemos, na Vila Industrial, onde seria organizada uma quermesse.

Por fim, o terceiro aspecto analisado é a participação das associações operárias mutualistas e recreativas em um evento organizado pelo poder público – a comemoração do centenário da Independência do Brasil, em 1922. No *Diário do Povo*, de 9 de setembro de 1922, havia o relato das comemorações organizadas na cidade de Campinas, evidenciando que a data era associada ao desenvolvimento de uma manifestação popular com “ardor patriótico”. O programa constava de explosão de fogos na virada do dia; bandas musicais percorrendo a cidade a partir das 4:30; as casas de ensino hasteariam o pavilhão nacional, sendo executada uma missa campal na praça Carlos Botelho. Ao meio dia, na Câmara Municipal, foram distribuídos prêmios e diplomas para os expositores municipais, além de um

discurso sobre passado belo, nobre e educativo da cidade de Campinas, berço da abolição, República, e figuras como Visconde de Indaiatuba – introdutor da imigração e chefe de prestígio; Antonio de Pompeu Camargo – fundador do Partido Republicano de Campinas; Joaquim Quirino Dos Santos – organizou as primeiras companhias de iluminação e água e esgoto, fundador da Escola Correa Mello e hospital de varíola; Joaquim Correa Mello – cientista.

Na parte da tarde, a cidade fez um minuto de silêncio e, em seguida, um cortejo cívico, saindo da praça Carlos Gomes. As associações presentes no cortejo eram: Liceu Diocesano, Tiro 176, Batalhão de Escoteiros, Sociedade Luis de Camões, Associação dos Empregados no Comércio, Circolo Italiani Uniti, Sociedade Portuguesa de Socorros Mútuos, Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos e Instrução, Ateneu Paulista, Clube Concórdia, Associação São Bento, Clube Italiano, Guarani F C, Ponte Preta, Voluntários da Pátria, Ipiranga FBC, Escola Alemã, Grêmio Concórdia e Força Pública. O trajeto seguiu até o largo Luis de Camões, onde foi entregue uma estátua de Camões à municipalidade, adquirida por subscrição entre os “lusobrasileiros”.

A estátua estava com as bandeiras brasileira e portuguesa. Houve um discurso do decano dos portugueses – comendador José Pereira de Andrade, reproduzindo o convívio cordial entre as nacionalidades. O prefeito responde a homenagem da colônia portuguesa enaltecendo a pátria, agradecendo a raça nobre latina em geral e muito especialmente a Portugal, sacroberço desse Brasil. A estátua rememorava essa confraternidade, em homenagem a raça dos irmãos lusos.

Para finalizar, no largo do Rosário, foram organizadas “danças ao ar livre” por diversas associações, tais como a Sociedade Luis de Camões, a Sociedade Protetora dos

Brasileiros Pretos, Grêmio Dramática José do Patrocínio, Centro 13 de Maio e diversas agremiações de homens de cor.

Os principais eventos, externos a dinâmica administrativa das associações operárias mutualistas e recreativas, que estiveram presentes em seus cotidianos foram a epidemia de gripe espanhola de 1918 e a revolução de 1924.

A gripe espanhola de 1918<sup>172</sup> causou um impacto menos devastador que as epidemias de febre amarela na década de 1890, entretanto, a cidade de Campinas sofreu diversas perdas e restrições foram criadas para evitar que mais mortes ocorressem.

As medidas adotadas pelo poder público municipal para combater a epidemia de gripe espanhola de 1918, só foram providenciadas após indicação da Comissão de Higiene que comprovava a possibilidade de atuação da municipalidade, através da verba Eventuais, no orçamento.

Em outubro de 1918, o vereador Álvaro Ribeiro remeteu a seguinte indicação para a Prefeitura:

Atendendo a situação alarmante que atravessamos com o desenvolvimento pavoroso da gripe e funestas conseqüências; considerando que cumpre aos poderes públicos prevenir o mal e não só remediá-lo, indico a Prefeitura promover imediatamente a abertura de hospitais populares, utilizando-se para esse fim do antigo hospital denominado “dos variolosos” adaptando-o convenientemente e bem assim o antigo hospital de “isolamento” de acordo com o governo do Estado. Indico também, que, além de socorros médicos sejam fornecidos em caso de extremas necessidades, socorros alimentares aos necessitados privados de recursos por efeito do mal epidêmico, e providenciado com urgência serviço ambulatorio e abertura de postos médicos. Sala das Sessões, 26/10/1918. Álvaro Ribeiro

O relatório dos trabalhos realizados pela prefeitura de Campinas, durante o exercício de 1918 evidencia qual foi o campo de atuação do poder municipal durante a epidemia de gripe espanhola.

Apesar da epidemia, não houve perturbações alguma nos diferentes ramos do serviço público, que continuaram correndo com regularidade, nem se deu falta de socorros aos enfermos necessitados, até mesmo aos residentes fora do perímetro urbano.

Socorros – assistência particular, perfeitamente organizada em Campinas, prestando ao poder público poderoso auxílio as várias associações beneficentes de nossa terra. Eis algumas: 1) Cruz Vermelha – estabeleceu hospital no Ginpasio Diocesano cedido por D Nery, com senhoras e senhorinhas, membros S B dos Escoteiros, 247 enfermos e posto de alimentação para convalescentes na rua Regente Feijó 102 – Anexo ao Paço Municipal. No total passaram por lá 710 doentes, com 42 mortos. 2) Associação Beneficente Dr Salles de Oliveira

---

<sup>172</sup> BERTUCCI, Liane. *Saúde: arma revolucionária 1891-1925*. Campinas: Unicamp/CMU, 1997. Idem. *Influenza, a medicina enferma. Ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo*. Campinas: Unicamp, 2004.

(entre os empregados da Cia Mogiana) – zelar pela saúde dos sócios e estranhos a sociedade, aumentando o nº de médicos e mantendo organizado o serviço de farmácia. 3) Outras instituições beneficentes, como sejam a Sociedade Portuguesa de Beneficência e o Circolo Italiani Uniti, cuidando dos seus associados, também aliviaram o poder público do encargo de atender o grande nº de doentes. Em Vila Industrial, um núcleo de dignos moradores, sob a presidência do sr Manoel Freire, secretariado pelo sr Lacerda Werneck, estabeleceu um posto que atendia prontamente aos pedidos de socorros médicos e víveres. 4) Sucursal do Estado de São Paulo forneceu gêneros de consumo; 5) Hospital na escola Correa de Melo, após convite de adaptação. Outras medidas: 1) Sempre de acordo com a Delegacia de Saúde, determinou o fechamento das casas de diversões à noite, bem como o encerramento das aulas das escolas municipais, para evitar aglomerações (portaria n 280, de 16/10); 2) proibido o ingresso de visitantes no Bosque Jequitibás e Cemitério do Fundão; 3) ofereceu transporte para enfermos.

Para as associações mutualistas esse foi um dos períodos mais críticos para seu funcionamento, pois grande parte dos associados pediam auxílios ao mesmo tempo. Isso trazia problemas para a manutenção do fundo social, gerando discussões sobre possíveis soluções. Tanto na Sociedade Humanitária Operária, quanto na Liga Humanitária dos Homens de Cor, foram rejeitadas as propostas que visavam o pagamento de metade do valor determinado para os auxílios, sendo reafirmado em diversas assembléias gerais que os auxílios deveriam ser sempre integrais. É interessante notar que nas duas associações esse evento causou certa instabilidade no mandato da diretoria, além de causar modificações nos estatutos, promovendo convocações constantes dos associados para reunirem-se em assembléia geral.

No caso da Liga dos Homens de Cor, a modificação adotada foi votada em assembléia geral de 27 de abril de 1919, aprovando que a redução de 50% dos auxílios pagos em período epidêmico só ocorra quando o fundo social for de, no mínimo, 5 contos de réis. Na Sociedade Humanitária Operária a crise administrativa foi mais profunda, gerando constantes demissões dos membros da diretoria e restrições no acompanhamento dos enterros, proibida pela Delegacia de Saúde até o término da epidemia.

Em sessão de diretoria de 18 de novembro de 1918, a diretoria da Humanitária Operária confirmou que o número de sócios enfermos era muito elevado, sendo necessário providenciar a entrada de dinheiro através da cobrança aos hipotecários para pagarem suas dívidas e a convocação de uma assembléia geral. Essa ocorreu no dia 01 de dezembro, decidindo pelo pagamento de metade do valor do auxílio doença e cobrança de mensalidade dos remidos durante a epidemia. Entretanto, no dia 05 de dezembro a diretoria recebeu um ofício com 30 assinaturas de associados convocando outra

assembléia geral para revogar as medidas aprovadas. No dia 15 de dezembro ocorreu a outra assembléia geral,

para revogar medidas da anterior. Um sócio mostra que estatuto diz ser legal aquela assembléia em que estiverem todos os requerentes, o que não é o caso; mas há outra replica de que Assembléia é soberana e ela decide se é legal ou não. Grande alteração, sendo pedido calma e ordem. Assembléia decide que é legal, sendo expostos protestos enérgicos contra resoluções da anterior. Aquele sócio que fizer donativo terá nome no relatório final em prol de ato humanitário. Fica aprovado que os sócios enfermos devem receber todo auxílio e não cobrar dos remidos, o que é contra estatuto. A Assembléia dá plenos poderes para diretoria fazer o que for preciso para levantar dinheiro e passam lista para donativos para sociedade.

A solução encontrada pela diretoria foi a de fazer empréstimos entre os associados, para evitar que tivessem despesas com novas hipotecas, passar a lista de donativos entre os associados e vender o segundo prédio da sociedade. Essas medidas foram eficientes para possibilitar o pagamento de todos os auxílios, com valor integral, porém, a diretoria saiu desgastada do episódio, e no dia 21 de janeiro de 1919, o presidente da Humanitária Operária pediu demissão porque “a tempos a esta parte vem sofrendo constantemente por parte de alguns sócios, indiretas e vexames e por conseguinte não pode mais continuar como presidente dessa sociedade, apresentando ao substituto um resumo de seus feitos durante 4 meses pedindo aos colegas que concederam-lhe a sua exoneração do cargo.” Na sessão de diretoria de 27 de janeiro de 1919, outros membros da diretoria pediram demissão, sendo convocada assembléia geral extraordinária para nomeação dos cargos vagos. Uma das soluções encontradas para superar a crise vivida nesse período foi definir que o pagamento do auxílio funeral seria feito mediante a contribuição de todos os associados, inclusive os remidos, quando algum sócio morresse, deixando que o fundo social fosse utilizado apenas para o pagamento dos auxílios doença e invalidez.

Para a Sociedade Humanitária Operária, a epidemia de gripe espanhola também propiciou a elaboração de um discurso para, em 1922, legitimar a posse de José Rodrigues Pinheiro como presidente da associação e criar homenagem Lourenço Lüders por sua atuação na diretoria durante a epidemia, como demonstra a análise no capítulo 2. Na Liga dos Homens de Cor, o empenho dos associados durante a epidemia de gripe espanhola também foi ressaltado, com a designação do título de sócio benfeitor. Em assembléia geral de dezembro de 1928, Paulo Estevam foi citado como “um dos sócios que muito trabalharam na ocasião da gripe em Campinas”, porém, não havia recebido o título de benfeitor porque estava devendo para a sociedade. Armando Gomes

questionava se não poderia receber. O presidente da Liga disse que “a dívida de uma sociedade é sagrada e que ele primeiro deve quitar-se para receber o diploma de benfeitor.” Esse episódio exemplifica o modo como as relações entre associados e associação eram pensadas, pois o primeiro vínculo, legitimador da presença do associado na organização, era o pagamento de suas mensalidades. Caso se envolvesse na administração ou na prestação de serviços para essa organização, poderia ser considerado um sócio diferenciado.

Para as associações recreativas a epidemia de 1918 também representou um grande obstáculo para seu funcionamento, pois ficaram proibidas atividades que aglomerassem pessoas, para evitar que a contaminação se espalhasse ainda mais. A Sociedade Dançante Familiar União da Juventude teve a apresentação de sua peça adiada em função da epidemia e, em assembléia geral de 28 de janeiro de 1919, concluiu seu relatório presidencial relatando que

Conclusão (relatório presidencial) – Senhores associados tenho vos declarar que durante o ano não pude fazer melhor progresso a essa Sociedade porque foi impossível e mesmo por causa da Epidemia que foi preciso cessar os divertimentos dessa, e o qual veio trazer maior dificuldade e ao mesmo tempo tenho a agradecer aos meus amigos de diretoria e as diretoras e aos srs sócios e sócias pelo modo que se esforçaram em benefício dessa sociedade. Salve a Juventude!

Outro evento que marcou a vida administrativa das associações operária mutualistas e recreativas foi a revolução de 1924. Na Liga Humanitária dos Homens de Cor, em sessão de diretoria de 10 de setembro de 1924, o presidente disse que “em vista do estado anormal de beligerância em nosso Estado suspendia até 2ª ordem os depósitos na Caixa Econômica, ficando assim o excesso de receita em poder do tesoureiro.” Em novembro de 1924, a diretoria decidiu que, tendo acabado o movimento anormal, voltariam a depositar o dinheiro na Caixa Econômica, para render algum juro. No caso da Sociedade Luiz de Camões, o envolvimento com o movimento de 1924 foi maior, oferecendo sua sede para abrigar os refugiados vindos de São Paulo, o que ocorreu por um mês.

As associações operárias mutualistas e recreativas, organizadas sob diferentes identidades, e prestando variados auxílios, tinham convívio relativamente pacífico com o setor patronal, quando não tinham seus membros envolvidos em movimentos reivindicatórios, entretanto, eram compreendidas como espaços fora do alcance da influência desse setor. Portanto, os empregadores entendiam que as associações organizadas por trabalhadores deveriam ser substituídas por aquelas controladas pela empresa ou pela Igreja.

A Igreja Católica compreendia que a sua atuação entre os trabalhadores deveria amenizar os problemas cotidianos, buscando conciliar os interesses divergentes, sendo uma força poderosa para aglutinar os trabalhadores. O poder público municipal reconhecia nessas associações possíveis aliadas, quando ofereciam serviços que cobriam as demandas da população, e para representarem fonte de apoio nas eleições. As associações operárias mutualistas e recreativas mantinham uma comunicação formal com o poder público, mas isso não garantia a obtenção de concessões ou subsídios.

A imprensa identificava essas associações aos valores de civilização, modernidade e cidadania, porém, buscava reforçar as vantagens de se participar de associações cujo funcionamento era determinado pelas regras de mercado, ou pelos interesses patronais e católicos. De qualquer maneira, os eventos relacionados as associações operárias mutualistas e recreativas eram sempre noticiados, mesmo que de maneira discreta em diversos periódicos da época.

A presença dessas organizações em eventos sociais, relacionados a determinadas datas comemorativas, homenagens ou recepções de pessoas destacadas, era constante durante o período analisado. Isso permitia que os diferentes trabalhadores associados a organizações mutualistas e recreativas, sob diversas identidades, fossem representados nas passeatas e conferências através dos símbolos criados por cada organização. Dessa forma, toda a diversidade que compunha a classe trabalhadora campineira se compartimentava em determinadas categorias identitárias, representadas nos estandartes, nas imagens e cores que definiam cada associação, expondo quais redes associativas eram mobilizadas pelos trabalhadores.



## **Considerações Finais**

A diversidade associativa presente entre os trabalhadores campineiros, nas primeiras décadas do século XX, evidencia o caráter plural e dinâmico do processo de formação da identidade operária. A população trabalhadora era formada por brasileiros negros e brancos, por imigrantes portugueses, espanhóis, italianos, por seus descendentes. As funções existentes na economia campineira eram diversificadas, mesmo dentro das companhias férreas, destacando-se os setores de fundição, marcenaria, construção civil e comércio. Os estabelecimentos fabris tinham pequeno porte, e estavam voltados para o abastecimento interno.

Os trabalhadores campineiros, ao organizarem e administrarem associações mutualistas e recreativas, criavam seus próprios espaços de sociabilidade, adotavam símbolos e rituais administrativos que dignificavam a figura do trabalhador e praticavam ideais democráticos no convívio em grupo, tornando-se capazes de participar dos debates políticos para a construção da recém-proclamada sociedade republicana. Esses trabalhadores associados procuravam ser reconhecidos pelos outros setores da sociedade como cidadãos, ou seja, como pessoas alfabetizadas, ordeiras e pacíficas, cumpridoras das normas morais vigentes.

Porém, os trabalhadores poderiam expressar, através das associações operárias mutualistas e recreativas, quais aspectos da relação trabalhista eram considerados injustos, evidenciando uma forma diferenciada de entender o mundo e a sociedade em que viviam. Durante as primeiras décadas do século XX, em Campinas, essa divergência entre a visão de mundo dos trabalhadores e a dos patrões também se expressou na organização de associações reivindicatórias e em mobilizações grevistas. É possível reconhecer a formação de uma identidade operária, baseada no conhecimento adquirido para exercer determinada função; na insegurança vivenciada em um sistema de trabalho que remunerava apenas as horas e os dias trabalhados; na luta para determinar o modo como os trabalhadores deveriam ser contratados e administrados dentro dos locais de trabalho, impondo limites aos abusos e violências praticados pelos superiores; na defesa por uma sociedade baseada em noções de justiça e igualdade, aplicadas no modo como administravam suas organizações. Entretanto, a forma como esses trabalhadores poderiam agir na sociedade campineira era diversa: a partir de ideais defendidos por determinadas correntes do movimento operário, aderindo aos movimentos grevistas, associando-se em organizações fundadas pela Igreja para os trabalhadores, criando sociedades mutualistas e recreativas. A partir da identidade operária, o trabalhador

poderia escolher entre essas diferentes formas de atuação na sociedade porém, apesar de se reconhecerem como iguais, essas escolhas geravam divisões e tensões entre os trabalhadores, que lutavam para que apenas uma forma de atuação predominasse entre os operários, concorrendo muitas vezes com setores sociais diversos que atuavam na organização dos trabalhadores.

Entretanto, a experiência associativa em organizações mutualistas e recreativas também permitiu que os trabalhadores explorassem as diferenças culturais existentes, criando soluções para outros problemas e exclusões vivenciados na sociedade republicana. As identidades negras, construídas em diversas associações mutualistas, recreativas e reivindicatórias, indicam que o passado escravista exercia forte influência nas relações sociais e trabalhistas em Campinas. Além de trabalhadores, várias situações de confronto e de exclusão indicavam que o fato de ser negro era um problema vivenciado na sociedade campineira. Dentro desse grupo, também havia diversas formas para que os negros atuassem em prol de uma inserção social, podendo se colocar como admiradores da princesa Isabel, em função de ter proclamado a abolição da escravidão, ou reivindicando um posicionamento mais ativo no processo de libertação.

Outra diferença cultural expressa na organização das sociedades mutualistas e recreativas era a origem nacional dos imigrantes, permitindo que diferentes categorias profissionais convivessem nessas associações. Suas finalidades também buscavam atingir a interesses existentes em qualquer classe social, possibilitando o agrupamento de imigrantes e seus descendentes independente da função desempenhada nas relações econômicas. A maior parte das associações pesquisadas apresentam relações próximas com a nação de origem, com seus representantes no Brasil, organizam os festejos referentes às datas comemorativas mais expressivas, e oferecem hospitais, palestras, jogos e bailes. Algumas sociedades defendiam o caráter republicano do país de origem, outras o caráter monárquico, executavam as músicas típicas, organização competições do jogos referentes a suas tradições culturais. Entretanto, a participação dos trabalhadores menos qualificados nessas organizações era pouco expressiva, pois as mensalidades eram mais elevadas.

O principal objetivo dessa pesquisa era evidenciar quais as identidades articuladas pelos trabalhadores campineiros durante as primeiras décadas do século XX, como elas eram definidas por eles e pelos outros setores da sociedade, em quais eventos eram mobilizadas e a partir de quais associações poderiam ser criadas e reproduzidas. Vários questionamentos importantes ficaram sem respostas, tais como a quantidade de

trabalhadores existentes em Campinas no período analisado, quantos eram associados em organizações mutualistas, recreativas e reivindicatórias, quais as funções exercidas pelas mulheres trabalhadoras, a participação dos trabalhadores no processo eleitoral, a relação entre os trabalhadores e os políticos locais, entre outras. Entretanto, foi possível apontar a maneira como os trabalhadores campineiros construía conscientemente diversas respostas para seus problemas cotidianos, utilizando-as para mobilizações maiores ou locais, a partir de identidades classistas ou étnicas, de acordo com as tensões vivenciadas na sociedade republicana.



## **Fontes**

### **Arquivo da Câmara Municipal de Campinas**

Arquivo Histórico: 28 caixas, contendo correspondências, ofícios, resoluções e requerimentos, enviados e emitidos pela Câmara Municipal de Campinas 1906-1930.

Biblioteca: leis, resoluções e decretos da Câmara Municipal de Campinas 1906-1930.

### **Arquivo Edgar Leuenroth (AEL)**

Jornais: *A Voz Operária* (1907); *Cidade de Campinas* (1906-1910); *Correio de Campinas* (1908); *O Mensageiro* (1909-1912); *O Baluarte* (1904); *Getulino* (1923-1926); *A Plebe* (1917; 1920); *Diário do Povo* (1933); *O Combate* (1917; 1920); *Quinzenário do Sindicato dos Ferrovários da Companhia Mogiana* (1933); *O Estado de São Paulo* (1917; 1920).

### **Arquivo do Estado de São Paulo (AESP)**

Jornais: *Comércio de Campinas* (1911-1921); *Correio de Campinas* (1909-1920); *Diário do Povo* (1912-1930); *Gazeta de Campinas* (1921-1930); *Comércio de Campinas* (1903-1908); “Extrato para inscrição da Sociedade Humanitária Operária de Campinas, na forma determinada pelo artigo 3º do decreto de nº 173 de 10/9/1893” *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 23/5/1906.

Arquivo Permanente: Repartição de Estatística e Arquivo do Estado de São Paulo (1906-1923); Associações Benéficas – Registro (1917); Estatística sobre iluminação, biblioteca, hospitais, companhias telefônicas, jornais, bancos, associações e estradas de ferro (1906-1913).

### **Arquivo Histórico do Centro de Memória da Unicamp**

Os documentos consultados pertencem ao fundo Sociedades Institucionais, que contém as seguintes coleções:

Coleção Sociedade Humanitária Operária: Livro 1 – atas de sessões de diretoria e de assembléias gerais (1898-1903); Livro 2 – atas de sessões de diretoria e de assembléias gerais (1903-1909); Livro 3 – atas de sessões de diretoria e de assembléias gerais (1909-1915); Livro 4 – atas de assembléias gerais (1913-1941); Livro 5 – atas de sessões de diretoria (1915-1920); Livro 6 – atas de sessões de diretoria (1928-1933); Livro 13 – de caixa (1917-1929); Livro 14 – de matrícula (1898-1934).

Coleção Federação Paulista dos Homens de Cor: correspondências; artigos; estudos efetuados pela organização; processo do Tribunal de Justiça de Campinas, caixa 1, agravo de instrumento nº 270/1937.

Coleção Sociedade Beneficente Isabel, a Redentora: cartões; correspondências; recortes de jornal; estatutos aprovados em 25/3/1972.

Coleção Liga Humanitária dos Homens de Cor: relatórios presidenciais de 1922 a 1932; estatutos aprovados em 23/8/1936.

### **Arquivo da Liga Humanitária dos Homens de Cor**

Arquivo Histórico: Livro de atas de sessões de diretoria (1915-1922); Livro de atas de assembleias gerais (1915-1926); Livro de atas de sessões de diretoria (1922-1926); Livro de atas de sessões de diretoria (1926-1933); Livro de atas de assembleias gerais (1926-1959); Livro de matrícula dos associados (1915-1933).

### **Arquivo Particular**

Sobre a Sociedade Dançante Familiar União da Juventude, foram localizados dois livros: Livro de presença de sócios em sessões de diretoria (1910-1922), com a assinatura de sócios da Frente Negra Brasileira de Campinas, fundada em 16/9/1931, reunida nessa sede no ano de 1932; Livro de atas de sessões de diretoria (1916-1922).

### **Arquivo da Sociedade Grêmio Luiz de Camões**

Arquivo Histórico da Sociedade grêmio Luiz de Camões: Livro de atas de sessões de diretoria (1910-1916); Livro de atas de sessões de diretoria (1916-1928); Livro de atas de sessões de diretoria (1928-1939); Livro de atas de assembleias gerais (1911-1927); Livro de atas de assembleias gerais (1927-1940); Livro de listagem de livros da biblioteca (sem data); Livros de matrícula de associados (sem data); Livro de ouro (1925); Panfleto com o Hino Oficial da Sociedade Luiz de Camões (sem data); Estatutos do Grêmio Luiz de Camões de Campinas, aprovados em 13/12/1941; Estatutos do Centro de Intercâmbio Musical Luso-brasileiro do Rio de Janeiro, aprovados em 16/01/1933; recortes de jornal – “Sociedade Luiz de Camões 50º aniversário” *Gazeta de Campinas*, 10/06/1930; “Associações. O que foi a festa realizada no último sábado, em a sede da veterana Sociedade Luiz de Camões. Os discursos pronunciados” *Gazeta de Campinas*, 24/06/1930.

Arquivo Centro Português 5 de Outubro: Livro de atas de sessões de diretoria (1915-1920); Livro de atas de assembleias gerais (1911-1926); Livro de atas de assembleias gerais (1927-1937).

Biblioteca da Sociedade Luiz de Camões: PUBLICAÇÃO histórica para comemoração do 50º aniversário do Circolo Italiani Uniti (dezembro de 1931); BOLETIM da Federação das Associações Portuguesas do Brasil, nº 6, Rio de Janeiro, 1914; SOCIEDADE Espanhola de Socorros Mútuos e Instrução. *Relatório presidencial apresentado em assembléia geral ordinária de 1934*; SOCIEDADE Humanitária dos Empregados no Comércio de São Paulo. *Relatório presidencial apresentado em assembléia geral ordinária de 1904*; SOCIEDADE União Portuguesa. *Relatório presidencial apresentado em assembléia geral de 1941*; REAL Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência. *Relatório presidencial apresentado em assembléia geral ordinária de 1943*; *Revista do Brasil*. Publicação mensal. Ano I, volume I, nº 4, abril de 1916; ano I, volume II, nº 7, julho de 1916; ano III, volume VII, nº 25, janeiro de 1918; ano IV, volume XII, nº 45, setembro de 1919; *Revista Americana*, ano VIII, nº 4, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919; ano VIII, nº 5-6, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919; ALMANAQUE para 1916, São Paulo: Estado de São Paulo, 1916; MORAES, Evaristo de. *Apontamentos de direito operário*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905; *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, volume VIII, São Paulo: Diário Oficial, 1904; REAL Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. *Relatório presidencial apresentado em assembléia geral ordinária de 1941*; REAL Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência de São Paulo. *Relatório presidencial apresentado em assembléia geral ordinária de 1940*; PIRES, Washington Ferreira. *O Ministério da Educação e Saúde Pública em 1932 (relatório)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934.

#### **Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH/Unicamp**

Estatística Industrial. Relação de fábricas e oficinas do município de Campinas. *Boletim do Departamento de Indústria e Comércio*, nº 7 e 8, julho e agosto de 1920.

#### **Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp**

Hemeroteca: “Festival da páscoa promovido pela Federação Paulista dos Homens de Cor”. *Correio Popular*, 06.04.1958; “53 aniversário da Federação Paulista dos Homens de Cor”. *Correio Popular*, 15.11.1956; “50º aniversário da Federação Paulista dos Homens de Cor”. *Correio Popular*, 15.11.1953; “57º aniversário da Federação Paulista dos Homens de Cor”. *Correio Popular*, 15.11.1960; JULIO, Mariano “No giro do tempo”. *Correio Popular*, 28.11.1981; 28.11.1976; 28.11.1975.

Estatutos: Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos de Campinas. Nacionalizada de acordo com o decreto-lei n 383 de 18 de abril de 1938. Estatutos reformados em Assembléia Geral Extraordinária de 14 de fevereiro de 1939. Campinas: Tip. Genoud,

1939; Club 24 de Fevereiro. Aprovados aos 10 de junho de 1909. Fundada a 13 de maio de 1909 em Campinas: Tip Paulista, 1910; Estatutos da Sociedade Humanitária Operária, aprovados em Assembléia Geral Ordinária de 21 de abril de 1970. Campinas: Tip. Genoud, 1971.

Obras raras: Sociedade Campineira de Socorros Mútuos. Comemoração do quinquagésimo aniversário de sua fundação. 25/07/1900 a 25/07/1950. alocução pronunciada pelo Dr B da Cunha Campos, paraninfo oficial dessa solenidade. Campinas: [s/n], 1950; SERRAT, Antonio Gonçalves Leite Mount. Discurso pronunciado em Campinas pelo orador oficial da Sociedade União dos Empregados no Comércio de São Paulo em 09/06/1911. São Paulo: Cardozo Filho e Cia, 1911; MARIANO, Julio. As boas qualidades do sr dom Diabo. Autos de um inquérito litero-demonológico. Campinas: Typ. Genoud, 1934. Palestra apresentada na sessão litero-musical de 26/06/1934 da Sociedad Española de Socorros Mutuos e Instrucción; *Álbum de Propaganda de Campinas*, 1928; *Álbum de Campinas em comemoração ao bicentenário da Fundação da cidade de Campinas 1739-1939*. Campinas: Tip Comercial, 1939; MOURA, Joaquim Ribas da Costa. *Caixa de Aposentadoria e Pensões. A lei dos Ferroviários*. Campinas: Tip Genoud, 1923; MENDES, Antonio Benedito de Castro. *Casa do Livro Azul Memorial Comemorativo do 50º aniversário de sua fundação. 14/11/1876 – 14/11/1926*. Campinas: Tip Casa Azul, 1926; COMPANHIA MOGIANA. *Descrição das oficinas de Campinas*. Campinas: Tipografia Livro Azul, 1908; \_\_\_\_\_. *Companhia Mogiana e o Supremo Tribunal Federal – causa Carneiro da Cunha*. Campinas: Tipografia Casa Genoud, 1916; Mapas e plantas da cidade de 1900; 1929 e sem data.

Almanaques: CARDONA, Francisco. ROCHA, José. (org) *Almanach de Campinas literario e estatístico 1892*, Campinas: Typografia Cardona, 1893 ; OCTAVIO, Benedicto. LADEIRA, José Maria. (org) *Almanach de Campinas para 1908*, Campinas: Typografia Casa Mascote, 1908 ; OCTAVIO, Benedicto. MELILLO, Vicente. (org) *Almanach literario e estatístico de Campinas para 1912*, Campinas: Typografia Casa Mascote, 1912 ; idem. *Almanach literario e estatístico de Campinas*, Campinas: Tuypografia Casa Mascote, 1914.

Jornais: *Correio Popular* – 4/9/1927; 3/9/1933; 12/7/1936; 4/9/1933. *Diário do Povo* – 3/6/1916; 9/9/1922; 21/12/1923.

### **Biblioteca Municipal de Campinas**

Os recortes de jornais pesquisados referem-se as pastas 167, tomo 345: Documentos de Campinas. Associações, Sociedades e Clubes; pasta 183, tomo 365: Documentos de Campinas. Associações Beneficentes.



## Bibliografia

- AGUIAR, Marcos Magalhães. "Festas e rituais de inversão hierárquica nas irmandades negras de Minas colonial." In JANCSÓ, István. KANTOR, Íris, (org.) *Festa, Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. Vol 1, São Paulo: Hucitec, 2001.
- AMARAL, José. *A economia cafeeira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- ANUNZIATA, Antonio "Campinas entroncamento ferroviário" *Revista Eletrônica Sarao*, nº 5, 2003, [www.bibmemoria.cmu.unicamp.br/sarao](http://www.bibmemoria.cmu.unicamp.br/sarao).
- BADARÓ, Ricardo. *Campinas o despertar da modernidade*. Campinas: Unicamp/CMU, 1996.
- BAENINGER, Rosana. *Espaço e tempo em Campinas Migrantes e a expansão do pólo industrial paulista*. Campinas: Unicamp/CMU, 1996.
- BATALHA, Claudio H M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- \_\_\_\_\_. Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. *Anos 90*, n. 8, dezembro 1997.
- \_\_\_\_\_. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, M. C. (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- \_\_\_\_\_. História do trabalho: um olhar sobre os anos 1990. *História*, São Paulo, n. 21, 2002.
- \_\_\_\_\_. Identidade da classe operária no Brasil. 1880-1920: atipicidade ou legitimidade? *Revista Brasileira de História*, v. 12, n. 23/24, set.91/ago.92.
- \_\_\_\_\_. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida N. (org.) *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente*. v. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BATALHA, Cláudio H M. et al (org) *Culturas de Classe*. Campinas: Unicamp, 2004.
- BERTUCCI, Liane. *Saúde: arma revolucionária 1891-1925*. Campinas: Unicamp/CMU, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Influenza, a medicina enferma. Ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo*. Campinas: Unicamp, 2004.
- BIONDI, Luigi. "Identidade de classe e identidade nacional entre solidariedade e conflito: socialistas e republicanos italianos na São Paulo do início do século XX e suas relações

com as associações patricias e o nascente sindicalismo”. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, v XXVI, n 1, 2000.

\_\_\_\_\_. *Entre associações étnicas e de classe. Os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo 1890-1920*. Tese de doutorado, Campinas: Unicamp/IFCH, 2002.

BOSI, Ecléa *Memória e Sociedade. Lembranças de velhos*. São Paulo: T A Queiroz, 1979.

CADERNOS AEL *Sociedades operárias e mutualismo*, n 10/11, v 6, Campinas: IFCH/Unicamp, 1999.

CAMARGO, Dulce Maria Pompeo. *Trabalhadores Ferroviários em Greve*. Campinas: Unicamp, 1986.

CAMILO, Ema. *Guia histórico da indústria nascente em Campinas*. Campinas: Mercado das Letras, 1998.

CEDEÑO, Reynaldo Sordo. Las sociedades de socorros mutuos. 1867-1880. *Historia Mexicana*, v. 1, n. 33, 1983.

CHALHOUB, Sidney. NEVES, Margarida de Souza. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *História em Cousas Miúdas. Capítulos de História Social da Crônica no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2005.

CORDERY, Simon. Mutualism, friendly societies, and the genesis of railway trade unions. *Labour History Review*, v. 67, n. 3, december 2002.

DE LUCA, Tânia. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto, 1990.

\_\_\_\_\_. *Indústria e trabalho na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

DECCA, Maria Auxiliadora. *A vida fora das fábricas Cotidiano operário em São Paulo 1920-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DEVOTO, Fernando. FERNANDEZ, Alejandro. Mutualismo étnico, liderazgo y participación política. Algunas hipótesis de trabajo. In ARMUS, Diego (org.) *Mundo urbano y Cultura Popular*. Buenos Aires: Sudamerica, 1990.

DULLES, John. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

ESPINOSA, Felipe Ávila. La sociedad mutualista y moralizadora de obreros Del Distrito Federal (1909-1911). *Historia Mexicana*, v. 1, n. 43, 1993.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1977.

FERNANDEZ, Alejandro E. “El mutualismo español en un barrio de Buenos Aires: San José de Flores 1890-1900”. *Estudios migratorios latinoamericanos*. Buenos Aires: nº 13, 1989.

FERREIRA, Maria Nazareth *A imprensa operária no Brasil 1880-1920*. São Paulo: Ática, 1988.

FERREIRA, Marieta. MACHADO, Janaina. *Usos e abusos da História Oral* Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FOOT HARDMAN, Francisco. *Nem Pátria nem patrão! Vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FOOT HARDMAN, Francisco. LEONARDI, Vitor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: FTD, 1982.

GARCÍA-BRYCE, Iñigo. Politics by peaceful means: artisan mutual aid societies in mid-nineteenth-century Lima, 1860-1879. *The Americas*. Vol. 3, n. 59, 2003.

GUTIERREZ, Leandro H. ROMERO, Luis A. Sociedades barriales, bibliotecas populares y cultura de los sectores populares: Buenos Aires, 1920-1945. *Desarrollo Económico*, v. 29, n. 113, abril-junio 1989.

HALL, Michael. PINHEIRO, Paulo S. *A classe operária no Brasil documentos 1889-1930 O movimento operário*. São Paulo: Alfa-Ômega, v 1, 1979.

\_\_\_\_\_. *A classe operária no Brasil documentos 1889-1930. Condições de vida e de trabalho, relação com os empresários e o Estado*. São Paulo: Brasiliense, v 2, 1981.

HOBSBAWM, E. J. *Mundos do Trabalho. Novos Estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

INSTITUTO Nacional do Seguro Social. *Histórico da Previdência*. [www.inss.gov.br](http://www.inss.gov.br).

LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade Os cantos e os antros*. São Paulo: Edusp, 1996.

LONER, Beatriz Ana. *Construção de Classe. Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Universitária, 2001.

MacCORD, Marcelo. *O Rosário dos Homens Pretos de Santo Antônio: alianças e conflitos na história social de Recife 1848-1872*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2001.

MACIEL, Cleber. *Discriminações raciais: negros em Campinas 1888-1921*. Dissertação de mestrado. Campinas: IFCH/Unicamp, 1987.

MALLOY, James "Política de bem-estar social no Brasil: histórico, conceitos, problemas" *Revista de Administração Pública*, n 10, Rio de Janeiro, abr/junho 1976.

\_\_\_\_\_. "Previdência Social e classe operária no Brasil" *Estudos Cebrap*, n 15, São Paulo, 1976.

- \_\_\_\_\_. "A política de previdência social no Brasil: Participação e paternalismo" *Revista Dados*, n 13, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1976.
- MANFRIM Jr, Moacyr. *Caixas de Aposentadoria e Pensões dos ferroviários: um modelo previdenciário exclusivo (1923-33)*, Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH/Unicamp, 1998.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores em greve. Polícia em guarda. Greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.
- MARAN, Sheldon. *Anarquistas, imigrantes e movimento operário brasileiro 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MONOGRAFIA Histórica do Município de Campinas. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.
- MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MUNCK, Ronaldo. Mutual benefit Societies in Argentina: workers, nationality, social security and trade unionism. *Journal of Latin American Studies*. Vol. 30, part 3, october 1998.
- OLIVEIRA, Anderson José Machado de. *Os santos pretos carmelitas: culto dos santos, catequese e devoção negra no Brasil colonial*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFF, 2002.
- PEREIRA, José Galdino. *Os negros e a construção da sua cidadania: estudo do Colégio São Benedito e da Federação Paulista dos Homens de Cor – 1896 a 1914*. Dissertação de mestrado, Campinas: Faculdade de Educação/Unicamp, 2001.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da História. Operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PETERSEN, Sílvia. "Ainda o movimento operário como objeto historiográfico" *Anos 90*, n 8, Porto Alegre, dez 1997.
- POSSAS, Cristina Saúde e Trabalho *A crise da previdência social*, São Paulo: Hucitec, 1989.
- RALLE, Michel. "La función de la protección mutualista en la construcción de la identidad obrera 1870-1910" in CASTILLO, Santiago (org). *Solidariedad desde abajo: trabajadores y socorros mutuos en la España contemporánea*. Madrid: UGR, 1994.
- REIS, João José. "Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão" *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1997.
- RODRIGUES, José. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia, 1968.

- SANTOS FILHO, Lycurgo. NOVAES, José. *A febre amarela em Campinas*. Campinas: Unicamp/CMU, 1996.
- SANTOS, José A. *Raiou a Alvorada: intelectuais negros e imprensa. Pelotas (1907-1957)*. Pelotas: Universitária, 2003.
- SEGNINI, Liliane. *Ferrovia e ferroviários Uma contribuição para a análise do poder disciplinador na empresa*. São Paulo: Associados, 1982.
- SEMEGHINI, Ulysses. *Do café à indústria*. Campinas: Unicamp/CMU, 1991.
- SILVA JUNIOR, Adhemar L. da. Condicionantes locais no estudo do socorro mútuo. Rio Grande do Sul. 1854-1889. *Lócus Revista de História*. Juiz de Fora. Vol. 5, n. 2, 1999.
- \_\_\_\_\_. Etnia e classe no mutualismo do Rio Grande do Sul. 1854-4889. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXV, n. 2, dezembro 1999.
- \_\_\_\_\_. Primeiros apontamentos sobre grupos religiosos e sociedades de socorros mútuos. *História Unisinus. Revista do Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos*. Vol. 6, n. 6, jul-dez 2002.
- \_\_\_\_\_. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas. Estudo centrado no Rio Grande do Sul. 1854-1940*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2004.
- SILVA, Kleber. *A cidade uma região. O sistema de saúde. Para uma história da saúde e urbanização da cidade de Campinas*. Campinas: Unicamp/CMU, 1996.
- SILVA, Maria Conceição B C. *Sociedade Montepio dos Artistas na Bahia. Elo dos trabalhadores em Salvador*. Salvador: EGBA, 1998.
- SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado Suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: Dominus, 1966.
- SIQUEIRA, Uassyr. *Clubes e sociedades dos trabalhadores do Bom Retiro. Organizações, lutas e lazer em um bairro paulistano 1915-1924*. Dissertação de mestrado, Campinas: Unicamp/IFCH, 2002.
- SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- THOMPSON, E P. *A formação da classe operária inglesa*. 3 vols., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- VISCARDI, Claudia M. R. *As experiências mutualistas de Minas Gerais: um ensaio interpretativo*. Mimeo.



## Anexo

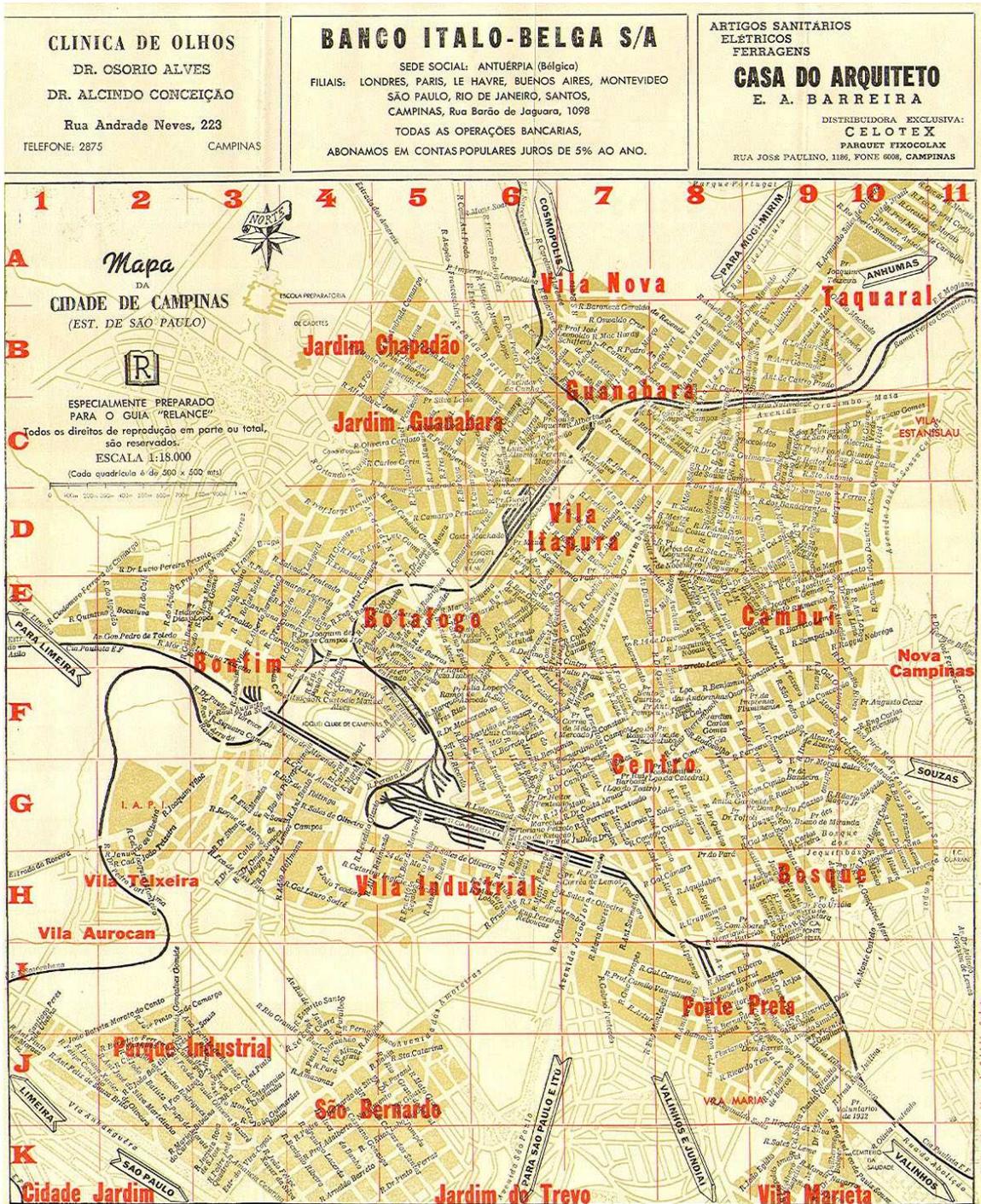
Tabela 21

Indústrias existentes em Campinas – 1912 / 1914				
Indústrias	Ramo de Atividade	Quantidade 1912	Ramo de Atividade	Quantidade 1914
Indústrias Rurais	Moinho de Fubá	6	Moinho de Fubá	4
	Torrefação de café	3	Torrefação de café	1
	Benefício de Arroz	3	Benefício de Arroz	4
	Refinação de Açúcar	10	Refinação de Açúcar	6
	Benefício de café	7	Benefício de café	7
Fabricação de Máquinas	Máquina Agrícola	2	Máquina Agrícola	2
Produtos Alimentares	Fábrica de Massas	7	Fábrica de Massas	4
	Fábrica de biscoito		Fábrica de Doces	1
			Fábrica de Salame	1
			Fábrica de Farinha	1
			Fábrica de biscoito	13
Bebidas	Fábrica de Cerveja	14	Fábrica de Cerveja	13
Fumo	Fábrica de Fumo	1	Fábrica de Fumo	4
Metalurgia	Caldeireiro	8	Caldeireiro	8
	Tanoeiro	2	Tanoeiro	1
	Oficina Mecânica	3	Oficina Mecânica	2
	Funileiros	4	Fundição	2
	Fundição	2		
		0		0
Têxtil				
Móveis	Fábrica de Móveis	12	Fábrica de Móveis	10
Material de Transporte	Fábrica de Carros	2	Fábrica de Carros	2
Sabão	Fábrica de Sabão	4	Fábrica de Sabão	2
Vestuário	Alfaiateria	32	Alfaiateria	24
Couros	Curtume	1	Curtume	2
	Salga de Couro	1		
Tipografias	Tipografias	5	Tipografias	7
Madeira	Lenhadoras	8	Lenhadoras	14
	Carpinteiros	14	Carpinteiros	19
	Serraria	2	Serraria	3
Diversos				

Fábrica de Flores	1	Fábrica de Malas	1
Marmorista	2	Marmorista	2
Fábrica de Ladrilhos	3	Fábrica de Ladrilhos	2
Fábrica de Louça	1	Fábrica de Anil	1
Olarias	12	Olarias	16
Sapateiros	24	Fábrica de Cadeiras	1
Fábrica de Vinagre	1	Fábrica de Vassouras	1
		Sapateiros	22
		Fábrica de Vinagre	1
<b>Total</b>	<b>199</b>		<b>205</b>

Fonte: OCATVIO, Benedito. MELILLO, Vicente. *Almanaque Histórico e Estatístico para 1912*, Campinas: Typ Casa Mascote, 1912; OCTAVIO, Benedito & MELILLO, Vicente, org. *Almanach historico e estatistico de Campinas*. Campinas, Typ da Casa Mascotte, 1914. Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

Mapa 3 – A cidade de Campinas na década de 1950



Fonte: Imagem reproduzida do acervo da Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

Tabela 22

Trabalhadores empregados pela Prefeitura Municipal de Campinas - 1920		
Repartição	Função	Nº de Operários
Repartição de Obras	Pedreiros	2
	Serventes	3
	Carpinteiros	2
	Calceteiros	2
	Ajudantes	2
	Pessoal Caminhar	2
Repartição de Contratos	Cantoneiros	40
	Jornaleiros	12
Repartição de Água e Esgoto	Reservatório de Acumulação	14
	Rede de Distribuição	9
	Rede de Esgoto	19
Matadouro	Condutor de Caminhão	2
	Campeiro	2
	Magarafe	16
Limpeza Pública	Feitores	3
	Depósito	2
	Oficinas	5
	Lixeiros	28
	Carpinteiros	2
	Varredores	22
	Enxadas	12
	Foguinhos	30
Corpo de Bombeiro	Sargento auxiliar	1
	Sargento maquinista	1
	Cabos	2
	Cabos foguistas	1
	Condutores	3
	Bombeiros	10
	Corneteiros	1
Cemitério	Motoristas	4
	Diversas	8
<b>Total</b>		<b>262</b>

Fonte: Requerimento de 1920. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Campinas.

Tabela 23

Profissão dos sócios ingressantes na Sociedade Humanitária Operária entre 1906 e 1914

Profissão	Nº de sócios	Profissão	Nº de sócios
Empregado Curtume	1	<b>Trabalhador</b>	<b>20</b>
<b>Carpinteiro</b>	<b>12</b>	Alfaiate	3
Foguista	3	Pedreiro	8
<b>Ajustador</b>	<b>13</b>	Pintor	5
Escriturário	4	<b>Marceneiro</b>	<b>14</b>
Limpador	1	Manobrista	2
Ferreiro	7	Maquinista	3
<b>Torneiro</b>	<b>11</b>	Empregado Público	7
Ajudante Caldeireiro	1	Empregado Cia Mogiana	5
Troleiro	1	Serrador	5
Seleiro	1	Aj. Fundidor	1
Malhador	2	Operário	1
Funileiro	3	Caldeireiro	3
Modelador	2	Mecânico	3
<b>Fundidor</b>	<b>12</b>	Barbeiro	2
Empregado Comércio	2	Furador	1
Amolador Serras	1	Sapateiro	3
Encanador	1	Portador	3
Conferente	1	Impressor	1
Aplainador	3	Sem informação	6

Fonte: Livro de Matrícula da Sociedade Humanitária Operária. Arquivo Histórico do Centro de Memória da Unicamp.

Tabela 24

Profissão dos sócios ingressantes na Sociedade Humanitária Operária entre 1915 e 1920			
Profissão	Nº de sócios	Profissão	Nº de sócios
Marceneiro	9	Escriturário	8
<b>Empregado Cia Mogiana</b>	<b>10</b>	Empregado Comércio	1
Tipógrafo	3	Serrador	4
Pintor	1	<b>Ajustador</b>	<b>17</b>
Conferente	1	Eletricista	3
Telegrafista	4	Barbeiro	1
Portador	1	Empregado Comércio	4
Marcante	1	Limpador	1
Pedreiro	2	Ajudante Trem	1
Manobrista	7	<b>Fundidor</b>	<b>16</b>
Barbeiro	1	Funileiro	1
Caldeireiro	4	<b>Trabalhador</b>	<b>33</b>
Mecânico	5	Sapateiro	4
Aplainador	2	Empregado Público	1
Empregado Cia Paulsita	2	Guarda trem	5
Enfermeiro	1	Carvoeiro	2
Foguista	2	Mensageiro	1
Ladrilheiro	1	Empregado Estrada Ferro	2
<b>Carpinteiro</b>	<b>14</b>	Maquinista	1
Ferreiro	4	Ferreiro	1
<b>Operário</b>	<b>14</b>	Tanoeiro	1
Malhador	2	Sem informações	10

Fonte: Livro de Matrícula da Sociedade Humanitária Operária. Arquivo Histórico do Centro de Memória da Unicamp.

Tabela 25

Profissão dos sócios ingressantes na Liga Humanitária dos Homens de Cor entre 1915 e 1920

Profissão	Nº de sócios	Profissão	Nº de sócios
<b>Fundidor</b>	<b>20</b>	Desinfetador	1
<b>Pedreiro</b>	<b>13</b>	<b>Trabalhador</b>	<b>60</b>
Seleiro	1	Tipógrafo	1
Eletricista	2	<b>Operário</b>	<b>19</b>
Cocheiro	5	Sapateiro	1
Niquelador	1	Guarda	1
Empregado Comércio	1	Alfaiate	1
Pintor	1	Impressor	4
<b>Empregado Estradas de Ferro</b>	<b>31</b>	<b>Carpinteiro</b>	<b>16</b>
Empregado Público	3	Ferreiro	2
Advogado	1	Furador	1
<b>Empregado Cia Mogiana</b>	<b>10</b>	Barbeiro	2
Caldeireiro	3	Empregado Cia MacHardy	2
Conferente	1	Marmorista	1
Escriturário	3	Empregado Cia Telefônica	1
Serrador	9	Ajustador	4
Cozinheiro	3	Negociante	1
Marceneiro	5	Sem informações	5
Mecânico	8		

Fonte: Livro de Matrícula da Liga Humanitária dos Homens de Cor. Arquivo Histórico da Liga Humanitária dos Homens de Cor.

Tabela 26

Profissão dos sócios ingressantes na Sociedade Humanitária Operária entre 1920 e 1925			
1925			
Profissão	Nº de sócios	Profissão	Nº de sócios
Músico	1	Soldador	2
<b>Guarda trem</b>	<b>10</b>	<b>Carpinteiro</b>	<b>35</b>
Conferente	3	<b>Ajustador</b>	<b>41</b>
<b>Empregado Comércio</b>	<b>19</b>	<b>Torneiro</b>	<b>11</b>
<b>Empregado Cia Paulista</b>	<b>67</b>	<b>Serrador</b>	<b>22</b>
Fundidor	5	Carroceiro	4
Empregado Cia MacHardy	1	Empregado Público	6
Malhador	7	<b>Operário</b>	<b>33</b>
Furador	2	<b>Pedreiro</b>	<b>21</b>
Maquinista	7	Encanador	2
Eletricista	2	Entalhador	1
Cocheiro	2	Guarda livros	1
Condutor de bondes	1	Motorista	1
Chefe de Estação	1	Seleiro	2
Ferrador	1	Chapeleiro	4
<b>Marceneiro</b>	<b>29</b>	<b>Foguista</b>	<b>10</b>
<b>Escriturário</b>	<b>15</b>	Telegrafista	3
Amolador serras	1	Barbeiro	6
Apontador	1	Empregado Cia Mogiana	5
Lavador caldeiras	1	Engraxador	1
Ferreiro	6	Tipógrafo	3
Contínuo	1	Troleiro	9
Limpador	7	Ladrilheiro	1
Funileiro	2	Portador	5
Negociante	1	Cobrador	1
Motorneiro	2	Sapateiro	1
Manobrador	9	Professor	1
<b>Pintor</b>	<b>14</b>	Argoleiro	1
<b>Mecânico</b>	<b>25</b>	Alfaiate	3
Caldeireiro	8	Lavrador	1
Empregado Correios	5	Guarda noturno	2
<b>Trabalhador</b>	<b>85</b>	Jardineiro	1
<b>Empregado Estradas de Ferro</b>	<b>39</b>	Sem informações	5
Aplainador	4		

Fonte: Livro de Matrícula da Sociedade Humanitária Operária. Arquivo Histórico do Centro de Memória da Unicamp.

Tabela 27

Profissão dos sócios ingressantes na Liga Humanitária dos Homens de Cor entre 1920 e 1925			
Profissão	Nº de sócios	Profissão	Nº de sócios
Câmara Municipal	2	<b>Pintor</b>	<b>10</b>
Empregado Público	8	<b>Operário</b>	<b>61</b>
Empregado Fórum	1	<b>Carpinteiro</b>	<b>12</b>
Porteiro	2	Negociante	1
Ferreiro	1	Portador	2
Encanador	4	<b>Ajustador</b>	<b>13</b>
Mecânico	3	Lustrador	6
Conferente	1	Chauffer	2
<b>Fundidor</b>	<b>10</b>	Torneiro	2
Contínuo	1	<b>Marceneiro</b>	<b>15</b>
Cocheiro	6	Serralheiro	1
Guarda	1	Caldeireiro	1
<b>Empregado Estradas de Ferro</b>	<b>61</b>	Ornamentista	1
Lavrador	1	Carregador	1
<b>Trabalhador</b>	<b>17</b>	Troleiro	2
Funileiro	2	Empregado Escola	1
<b>Manobrador</b>	<b>13</b>	Farmácia	1
<b>Empregado Cia Paulista</b>	<b>18</b>	Cozinheiro	1
<b>Pedreiro</b>	<b>13</b>	Empregado Cia MacHardy	2
Barbeiro	1	Serrador	3
		Sem informações	3

Fonte: Livro de Matrícula da Liga Humanitária dos Homens de Cor. Arquivo Histórico da Liga Humanitária dos Homens de Cor.

Tabela 28

Profissão dos sócios ingressantes na Sociedade Humanitária Operária entre 1925 e 1930			
1930			
Profissão	Nº de sócios	Profissão	Nº de sócios
<b>Operário</b>	<b>34</b>	Empregado Cia Paulsita	8
<b>Fundidor</b>	<b>12</b>	<b>Pedreiro</b>	<b>14</b>
<b>Escriturário</b>	<b>10</b>	Ferreiro	4
Torneiro	7	Foguista	5
Jardineiro	1	Mecânico	8
<b>Marceneiro</b>	<b>21</b>	<b>Alfaiate</b>	<b>13</b>
Maquinista	2	Pintor	7
Empregado Público	4	Lustrador	2
Carregador	1	Dentista	1
Empregado Correios	1	Oficial em vime	1
Vidraceiro	1	Armador	1
<b>Ajustador</b>	<b>28</b>	Limpador	3
<b>Carpinteiro</b>	<b>28</b>	Funileiro	3
<b>Ferrovário</b>	<b>73</b>	Serrador	6
Motorista	8	<b>Empregado. Comércio</b>	<b>19</b>
Barbeiro	5	Garçom	1
Serralheiro	2	Caldeireiro	8
Eletricista	6	Malhador	2
<b>Trabalhador</b>	<b>37</b>	Guarda noturno	3
Tapeceiro	1	Portador	2
Fabricante doces	1	Datilógrafo	1
Sapateiro	3	Seleiro	2
Aplainador	2	Furador	1
Empregado Cia Mogiana	4	Manobrador	9
Niquelador	1	Entalhador	1
Troleiro	2	Guarda livro	1
Conferente	7	Porteiro	1
Impressor	1	Frezador	1
Quitandeiro	1	Professor	1
Tipógrafo	1	Vendedor jornal	1
Encanador	1	Despachante	1
Sem informações	5		

Fonte: Livro de Matrícula da Sociedade Humanitária Operária. Arquivo Histórico do Centro de Memória da Unicamp.

Tabela 29

Profissão dos sócios ingressantes na Liga Humanitária dos Homens de Cor entre 1925 e 1930

Profissão	Nº de sócios	Profissão	Nº de sócios
Encanador	1	<b>Pedreiro</b>	<b>23</b>
Caldeireiro	9	<b>Carpinteiro</b>	<b>20</b>
<b>Marceneiro</b>	<b>19</b>	Lavrador	1
Afrouxador	1	<b>Empregado Cia Paulista</b>	<b>11</b>
Torneiro	2	Chaufer	5
Carregador	2	Serralheiro	1
Lustrador	1	Encerador	1
Manobrador	5	Eletricista	1
Curtidor	1	Funileiro	1
<b>Operário</b>	<b>19</b>	Pintor	6
<b>Ajustador</b>	<b>11</b>	<b>Trabalhador</b>	<b>13</b>
Alfaiate	5	Barbeiro	2
Guarda trem	3	Serrador	8
Troleiro	1	Mecânico	7
Padeiro	1	Tintureiro	1
Chapeleiro	1	Limador de serras	1
Frezador	1	Empregado Comércio	3
Foguista	2	Furador	1
Empregado Cia Mogiana	3	Aplainador	2
<b>Ferrovário</b>	<b>110</b>	Ferreiro	4
Malhado	2	Cultivador	2
Lavador de carro	3	Ensacador	1
<b>Fundidor</b>	<b>10</b>	Jardineiro	1
Baldeação	1		

Fonte: Livro de Matrícula da Liga Humanitária dos Homens de Cor. Arquivo Histórico da Liga Humanitária dos Homens de Cor.

## Hospital da Sociedade de Socorros Mútuos



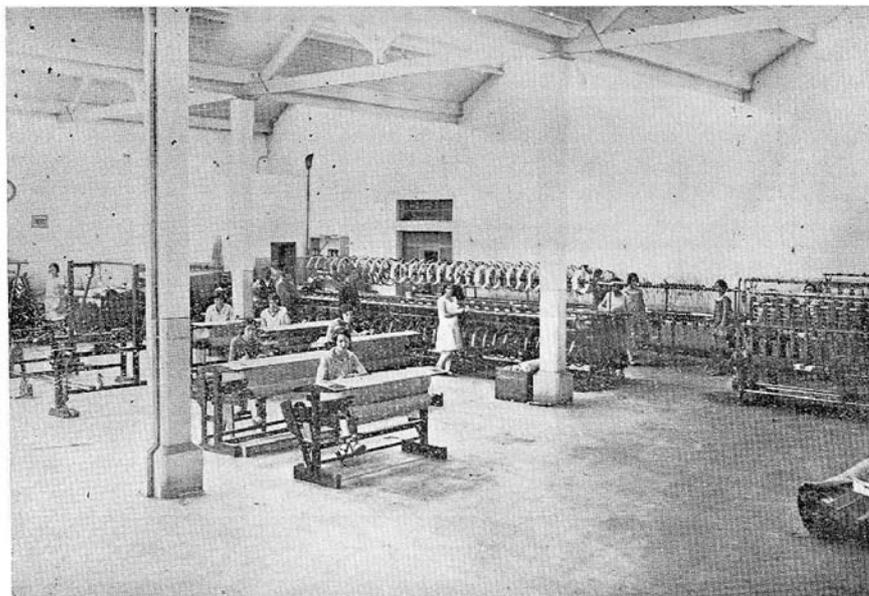
Fonte: Hospital da Sociedade de Socorros Mútuos. Campinas, SP, 1928. *Álbum de Propaganda de Campinas – 1928* / Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

## Fabrica de Tecidos de Seda “Nossa Senhora Auxiliadora”

FUNDADA EM 1936

*Moraes, Nogueira & Cia. Ltda.*

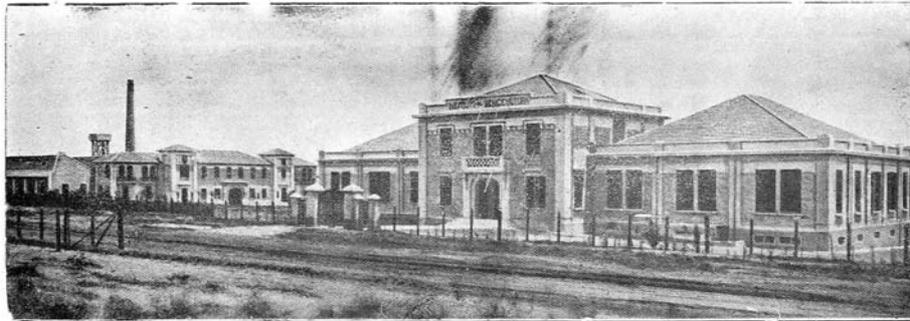
RUA SALLES OLIVEIRA, 135 \* \* \* TELEPHONE N. 2945



Fabrica de Tecidos de Seda “Nossa Senhora Auxiliadora” – SECÇÃO – Preparação de fios

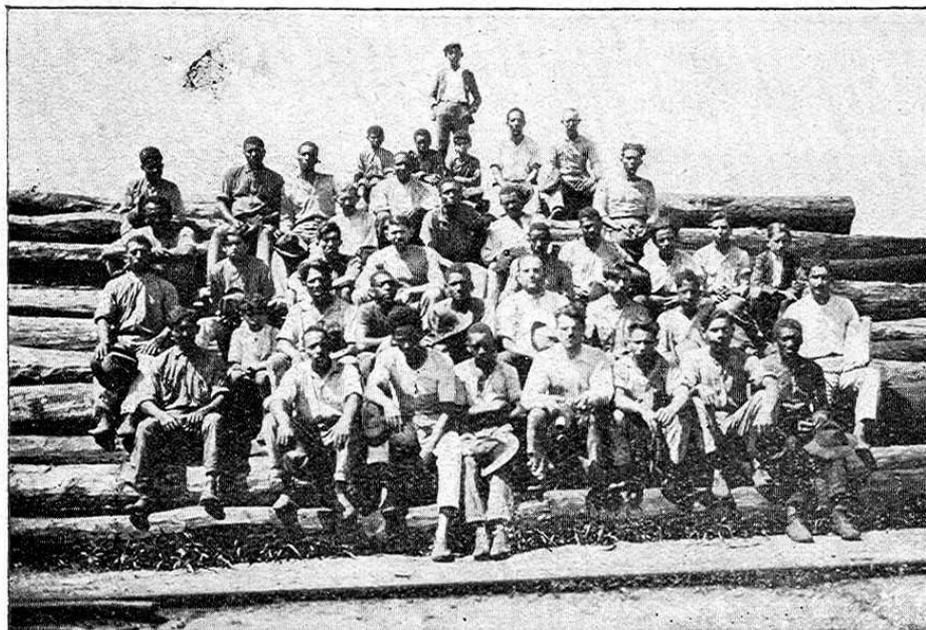
Fonte: Fábrica de Tecidos de Seda Nossa Senhora Auxiliadora. Campinas, SP, 1928. *Álbum de Propaganda de Campinas – 1928* / Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

# Sociedade Anonyma Industrias de Seda Nacional



VISTA GERAL DAS INSTALAÇÕES DA SOCIEDADE ANONYMA INDUSTRIAS DE SEDA NACIONAL

Fonte: Sociedade Anônima Industriais de Seda Nacional. Campinas, SP, 1928. *Álbum de Propaganda de Campinas – 1928* / Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.



Grupo de operários da Serraria e seu respectivo chefe  
Snr. Moysés Dip

Fonte: Grupo de operários da Serraria Dip. Campinas, SP, 1928. *Álbum de Propaganda de Campinas – 1928* / Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

# CASA LIVRO AZUL

Grande Estabelecimento Graphico

FUNDADO EM 1876



FACHADA DA CASA LIVRO AZUL

Fonte: Fachada da Gráfica Casa Livro Azul. Campinas, SP, 1926. *Casa Livro Azul. Memorial Comemorativo do 50º aniversário de sua fundação. 14/11/1876 – 14/11/1926* / Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.



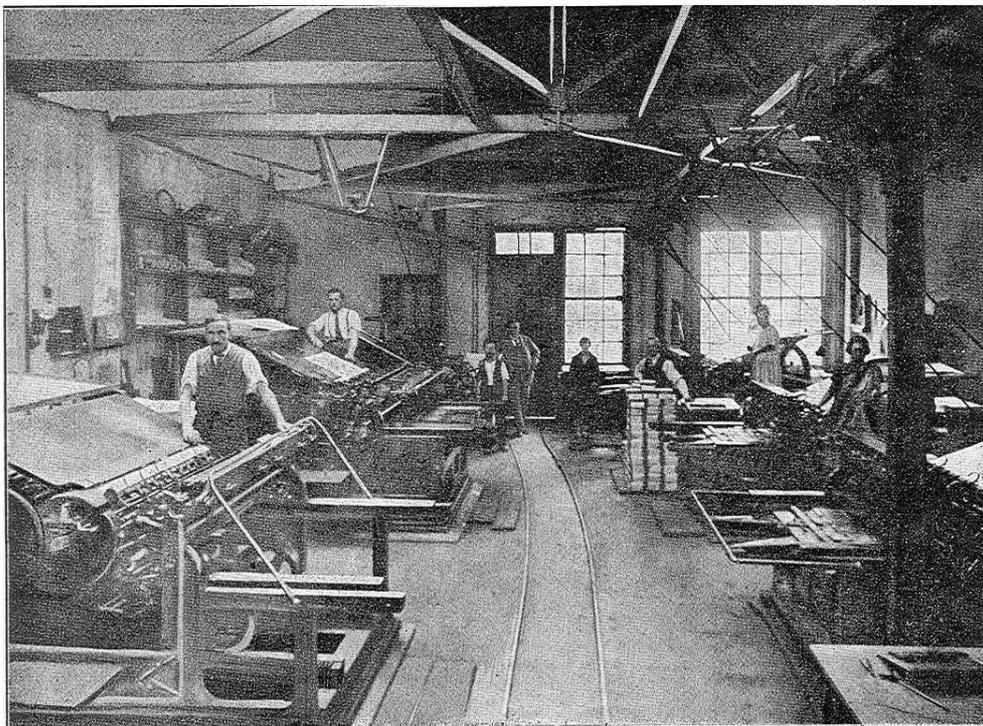
PESSOAL DO ESTABELECIMENTO EM NOVEMBRO DE 1926

Fonte: Quadro de funcionários da Gráfica Casa Livro Azul. Campinas, SP, 1926. *Casa Livro Azul. Memorial Comemorativo do 50º aniversário de sua fundação. 14/11/1876 – 14/11/1926* / Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.



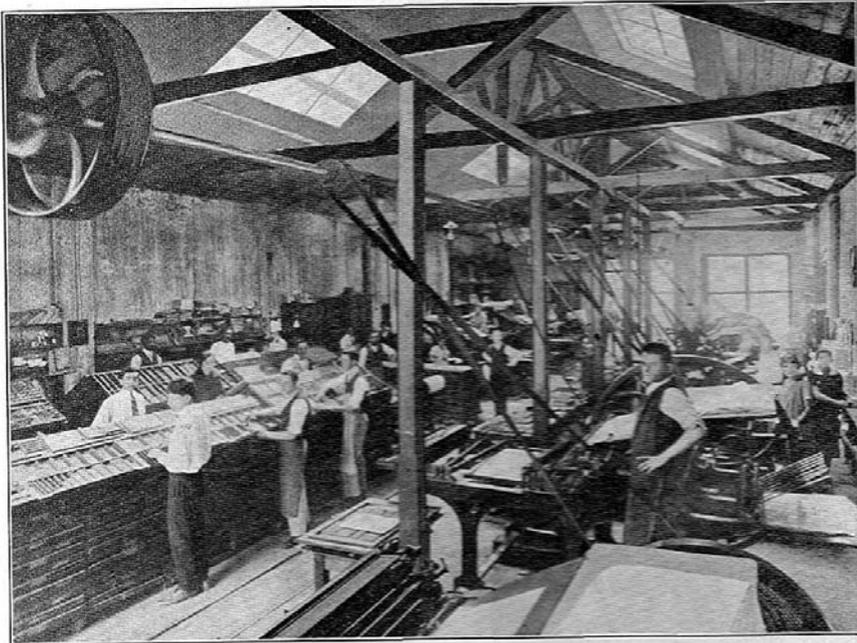
UMA PARTE DA SECÇÃO DE ENCADERNAÇÃO

Fonte: Seção de Encadernação da Gráfica Casa Livro Azul. Campinas, SP, 1926. *Casa Livro Azul. Memorial Comemorativo do 50º aniversário de sua fundação. 14/11/1876 – 14/11/1926* / Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.



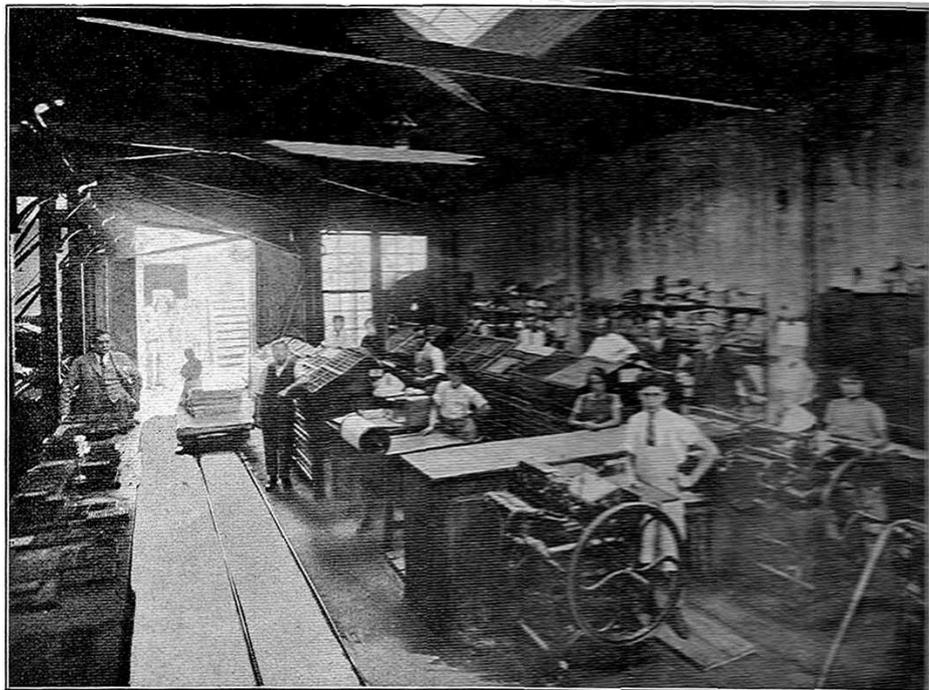
SECÇÃO DAS GRANDES IMPRESSORAS

Fonte: Seção de Impressoras da Gráfica Casa Livro Azul. Campinas, SP, 1926. *Casa Livro Azul. Memorial Comemorativo do 50º aniversário de sua fundação. 14/11/1876 – 14/11/1926* / Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.



OFFICINAS — VISTA GERAL, OUTRO ASPECTO

Fonte: Oficinas da Gráfica Casa Livro Azul. Campinas, SP, 1926. *Casa Livro Azul. Memorial Comemorativo do 50º aniversário de sua fundação. 14/11/1876 – 14/11/1926* / Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.



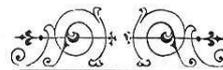
UMA DAS SECÇÕES DE COMPOSIÇÃO

Fonte: Oficinas da Gráfica Casa Livro Azul. Campinas, SP, 1926. *Casa Livro Azul. Memorial Comemorativo do 50º aniversário de sua fundação. 14/11/1876 – 14/11/1926* / Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.



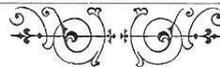
**Vista geral das oficinas**

Fonte: Oficinas da Gráfica Casa Livro Azul. Campinas, SP, 1926. *Casa Livro Azul. Memorial Comemorativo do 50º aniversário de sua fundação. 14/11/1876 – 14/11/1926* / Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

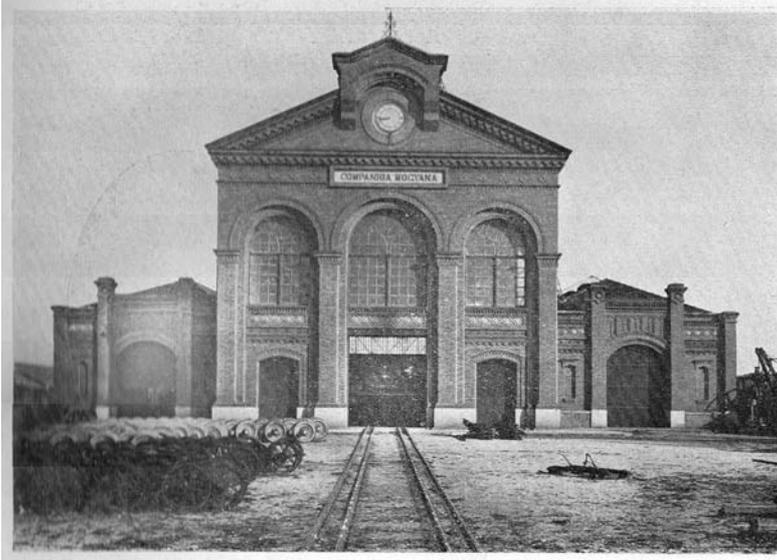


**JOSÉ A. JOVITA MARQUES**

—  
EMPREGADO HA MAIS DE 20  
ANNOS NA CASA E OCCUPANDO  
O LUGAR DE AUXILIAR NA GE-  
RENCIA DAS OFFICINAS



Fonte: Empregado da Gráfica Casa Livro Azul. Campinas, SP, 1926. *Casa Livro Azul. Memorial Comemorativo do 50º aniversário de sua fundação. 14/11/1876 – 14/11/1926* / Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.



Fachada das Oficinas da Companhia Mogiana



Reinaldo Laubenstein  
Chefe do Tráfego

Fonte: Fachada das Oficinas da Companhia Mogiana. Campinas, SP, 19\_\_\_. *Álbum de Propaganda de Campinas – 1928* / Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

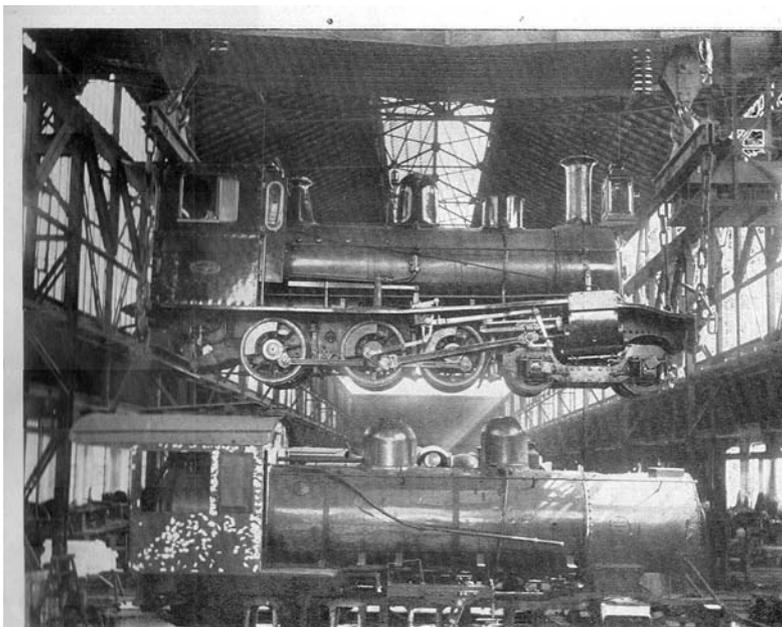


Interior da oficina de Carros vendo-se dois carros em construção



Dr. José Wilson C. de Souza  
Chefe da Locomoção

Fonte: Oficina de Carros da Companhia Mogiana. Campinas, SP, 19\_\_\_. *Álbum de Propaganda de Campinas – 1928* / Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.



Oficina de montagem servida por uma ponte volante com capacidade de 50 toneladas



**Dr. Euclides Vieira**  
Chefe da Linha

Fonte: Oficina de Montagem da Companhia Mogiana. Campinas, SP, 19\_\_\_. *Álbum de Propaganda de Campinas – 1928* / Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.



Fonte: Cia. Mogiana de Estradas de Ferro – Carpintaria. Campinas, SP, 190\_\_\_. *Coleção Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo* / Centro de Memória da Unicamp.



Fonte: Carimbo da Sociedade Humanitária Operária, Campinas, SP, 1898. *Fundo Sociedade Humanitária Operária* / Arquivo do Centro de Memória da Unicamp.